

DANIEL DE LUCCA

# A TIMORIZAÇÃO »»»» DO PASSADO

nação, imaginação e produção  
da história em Timor-Leste



EDUFBA



# A TIMORIZAÇÃO »»»»»» *DO PASSADO*

nação, imaginação e produção  
da história em Timor-Leste

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

*João Carlos Salles Pires da Silva*

Vice-reitor

*Paulo Cesar Miguez de Oliveira*

Assessor do Reitor

*Paulo Costa Lima*



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

*Flávia Goulart Mota Garcia Rosa*

Conselho Editorial

*Alberto Brum Novaes*

*Angelo Szaniecki Perret Serpa*

*Caiuby Alves da Costa*

*Charbel Niño El-Hani*

*Cleise Furtado Mendes*

*Evelina de Carvalho Sá Hoisel*

*Maria do Carmo Soares de Freitas*

*Maria Vidal de Negreiros Camargo*

DANIEL DE LUCCA

# A TIMORIZAÇÃO »»»»»» DO PASSADO

nação, imaginação e produção  
da história em Timor-Leste

Salvador  
EDUFBA  
2021

2021, Daniel De Lucca.

Direitos dessa edição cedidos à Edufba. Feito o Depósito Legal

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa e Projeto Gráfico

*Vânia Vidal*

Foto da Capa

*“Construção primitiva/Construção de uma coisinha em andamento”, de Inu Bere.*

Revisão

*Eduardo Ross*

Normalização

*Sandra Batista*

Sistema de Bibliotecas – UFBA

---

D366 De Lucca, Daniel.

A timorização do passado: nação, imaginação e produção da história em Timor-Leste / Daniel De Lucca. – Salvador: EDUFBA, 2021. 346 p.

ISBN: 978-65-5630-207-2

1. Timor Leste – História – Fontes. 2. Antropologia – Pesquisa.  
I. Título.

CDU – 991.0

---

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n – Campus de Ondina  
40170-115 – Salvador – Bahia | Tel.: +55 71 3283-6164  
[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br) | [edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são coisas saborosas e que sempre apontam para um limite difuso. O mais difícil nos agradecimentos é conseguir discernir todas e todos que fizeram parte da pesquisa. Destaco aqui apenas aqueles que participaram mais diretamente deste processo. Mas não antes sem registrar minha sincera gratidão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo estímulo material nos dois primeiros anos de doutorado, 2010 e 2011, e ao Programa PQLP-CAPES, que possibilitou minha viagem e meu trabalho em Timor-Leste durante doze meses, entre 2013 e 2014.

Sou grato à generosidade intelectual de meu orientador Omar Ribeiro Thomaz, quem primeiro estimulou minha sensibilidade para a construção de um olhar etnográfico e reflexivo para objetos tão complicados e dilatados como histórias coloniais, impérios e Estados-nações. Na Unicamp, a troca promovida pelo grupo de estudos por ele coordenado também foi produtiva, ambiente fértil onde tive contato com investigações originais sobre a África e o Caribe, e pude aprender mais sobre o cruzamento de abordagens interdisciplinares, a importância da pesquisa de campo fora do Brasil e os desafios éticos e políticos envolvidos neste tipo de investigação.

Na Unicamp, agradeço especialmente a Ronaldo de Almeida, a quem devo muito da minha formação como antropólogo e cientista social. Além de ex-orientador, Ronaldo sempre foi um interlocutor de pesquisa com quem partilhei importantes momentos de descoberta. Na Universidade de São Paulo (USP) sou grato pelos ensinamentos que tive com Lilia Schwarcz e João Felipe Gonçalves, que me apresentaram caminhos inovadores para se problematizar o tempo e a história, e acompanharam de perto etapas distintas desta pesquisa. Também a Susana Durão e Luciana Quillet Heymann pela leitura e o diálogo crítico travado ao fim da tese.

Sou imensamente grato ao grupo de pesquisadores com o qual pude estabelecer, durante anos, trocas intensas e que hoje

constitui o Núcleo de Etnografias Urbanas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Neste grupo, Taniele Rui foi uma parceira exemplar no rigor da análise crítica somada ao bom gosto do prazer intelectual. No CEBRAP também desenvolvi atividades no Programa de Formação de Doutores (PRODOC), no qual pude discutir partes da pesquisa. Agradeço seu coordenador, Pedro Puntoni, e especialmente Maira Rodrigues, pelo diálogo e partilha. Além disso, no decorrer da pesquisa desenvolvi atividades com o Laboratório de Interloquções Asiáticas (LIA) da USP, coordenado por Hélder Garmes, a quem agradeço pela abertura e generosa troca.

Alguns pesquisadores que conheci em Timor-Leste foram importantes para os encaminhamentos desta pesquisa. Foi inestimável a intensa troca que tive com Sávio Ma'averu, promissor historiador timorense com quem pude compreender melhor sobre os limites do arquivo e sobre os desafios de se escrever a história de Timor-Leste vivendo no país. Kelly Silva e Daniel Simião foram dois pesquisadores brasileiros que tive o prazer de conhecer pessoalmente em Díli. Aprendi muito com seus trabalhos que hoje constituem referência fundamental neste campo de estudos.

Agradeço também aos professores da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas (FASPOL) da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL) que tão bem me acolheram, em especial o professor Abrão dos Santos, que me recebeu em suas aulas de História de Timor-Leste. Aos meus estudantes timorenses, que me ensinaram muito, sobretudo a língua tétum, agradeço a todos. O professor Antero Benedito da Silva teve um papel importante na minha introdução ao mundo intelectual timorense. Foi ele que me ensinou que as categorias e os termos tetumófonos possuem uma profundidade conceitual própria que precisa ser entendida em si mesma antes de ser incorporada por abordagens teóricas exógenas. Com ele entendi que este devia ser o primeiro passo para uma descolonização do conhecimento em Timor-Leste. Ao pessoal do Institute for Peace and Conflict Studies, coordenado pelo prof. Antero Benedito, um importante espaço de troca, onde pude aprender sobre as formas timorenses de ativismo e crítica intelectual. Sou particularmente grato à mana (irmã) Uka e todos professores da Eskola Fulidadai, com quem compreendi mais sobre as relações de gênero e o mundo rural timorense.



Durante meus dois anos em Díli, desenvolvi trabalho voluntário na Cruz Vermelha Timor-Leste (CVTL), onde descobri muito sobre o país e me sinto verdadeiramente honrado de ter atuado com estes excelentes profissionais. Obrigado pela oportunidade. À equipe de técnicos e educadores do Memorial de Balide e do Arquivo & Museu da Resistência Timorense (AMRT), agradeço pela recepção, troca e paciência com os meus sempre intermináveis questionamentos.

Vivendo em Timor-Leste percebi a importância da arte da hospitalidade. Duas distintas famílias timorenses me acolheram com um carinho particularmente especial. Agradeço à família Araújo e toda a casa de Tibar: Abílio, Guilhermina, Joana, João e Joãozinho. Também à família Alkatiri, que me recebeu sempre com extrema atenção em Díli: muito obrigado Mari, Nurima, Machel, Kaya e Kiki. Obrigado por serem tão gentis e atenciosos.

Em Díli fiz grandes e fortes amizades que irão ficar comigo para o resto da vida. Agradeço aos meus parceiros de música daquela que foi, por certo tempo, a única banda de jazz de Timor-Leste, The Díli Groove: Dave Carlos, Dewindra De, Hector Garcia, Leonardo, Veri e Huguinho. Também os belos casais e companheiros Xandy e Camila; Leo e Gabi; Nurima e Machel; Verônica e Gui. Helena Schmid, além de apoiadora e amiga, me ajudou de uma forma única nos momentos finais da escrita, o mesmo também o fez Alexandre Silveira. Hugo e Zaína tiveram um papel fundamental na pesquisa, possibilitando apoio afetivo e ajudando em minha estadia em Díli. Sempre foram um porto seguro e, mais de uma vez, salvaram minha pele. A eles sou demasiadamente grato pela acolhida incondicional e pelo amor compartilhado da linda Luanita.

Meus queridos do Brasil também sempre me ajudaram. Entre as amigas da Vila Buarque, agradeço a Carlos Filadelfo, Caê, Jorge, Lú e Zaki, além da Karol e da pequenina Maria Flor. Também a Luis, Andréia, Gus e minha linda afilhada Bruna. Também, nos trânsitos acadêmicos entre São Paulo e Rio de Janeiro, agradeço a Eymard Ribeiro e Livia De Tommasi, importantes parceiros intelectuais que sempre souberam misturar bem a arte da crítica com a da boemia. Na fase de preparação deste livro contei com o imensurável apoio de Lia Laranjeira, carinhosa cúmplice e companheira, cujas conversas, viagens e leituras ajudaram a embalar a obra.

Minha família esteve presente durante todos os momentos numa mostra de afeição incondicional. Um agradecimento especial a Osório Ladeira, Dalvinha, Elozira linda e Edy De Lucca, *mamma de mi cuore*. Por último, agradeço a uma figura cujo espírito aventureiro, desbravador e extremamente erudito teve um papel fulcral em minha formação pessoal e intelectual, Walter De Lucca, tio amado que partiu quando estava em Timor-Leste e cuja perda senti e resenti por demasiado. O espírito de busca que anima este livro deve muito a você.

## SUMÁRIO

<b>Prefácio:</b>	
Artimanhas das histórias	13
<b>Introdução:</b>	
Timor-Leste e a produção da história	19
Conhecendo Timor-Leste	19
Situação geográfica e línguas de Timor	22
Antropologia, história e pós-colonialismo	31
A timorização do passado	35
Tempos de Timor	41
Historiografia e escrita de histórias	45
Organização do livro	49
<b>Educação histórica e geopolítica do conhecimento:</b>	
o livro didático nas tramas da cooperação internacional e da sala de aula	51
Ensinando história	51
Instituições de ensino e os materiais da cultura escrita	57
Cooperação internacional e “lusofonia”	64
O livro didático e a cooperação internacional	69
Timor no livro didático de história	72
Manual de Portugal, manuseio timorense	78
Colonialidade do currículo, descolonização da história	84

<b>A narração do despertar da nação:</b>	
Abílio Araújo e a escrita da história	89
Tempo de despertar	89
Geração Maubere	91
<i>Autobiografia de Abílio Araújo</i>	98
<i>As Elites em Timor</i>	105
Discurso na <i>Tricontinental</i>	108
<i>Os Ioricos voltaram a cantar</i>	112
Da Revolução <i>Maubere</i> à Resistência Timoreense	118
<b>Observando Dom Boaventura:</b>	
nação e história nas imagens de um rei timoreense	125
Visões de Manufahi	125
Imagens do império	131
Imagens do nacionalismo timoreense	137
Imagens da ocupação	142
Imagens pós-independência	148
Modulações do herói	152
<b>Museus de história em Díli:</b>	
Memorial de Balide e Museu da Resistência em contraponto	159
Duas Visões	159
De Comarca a Memorial	164
De tribunal a Museu	171
Arquivo da Resistência	173
Arquivo dos Direitos Humanos	180
Instituições e arquivos em contraponto	187
<b>Exibições e políticas da recepção:</b>	
deslocamentos e efeitos expositivos da história	195
Etnografia das exposições	195
<i>Chega! Exhibition</i>	196
Exposição <i>Resistir é vencer</i>	205
Exposições em contraponto	213
Políticas da recepção	217
Itinerários de reconhecimento, afetos da história	228

<b>Ficções históricas de Timor-Leste:</b>	
tempo, violência e gênero na produção fílmica pós-independência	233
Geopolíticas do audiovisual	233
Uma brevíssima história audiovisual	236
<i>Answered by Fire</i>	242
<i>Balibo</i>	247
<i>A Guerra da Beatriz</i>	252
Imagem e (n)ação em Timor-Leste	260
O futuro do gênero e da violência na produção audiovisual	265
<b>Outros quinhentos:</b>	
o quinto centenário de Timor-Leste e o pós-colonialismo em português	271
Viagens pós-coloniais	271
O culto aos descobrimentos	275
Certidão de nascimento	280
Nas praias de Lifau	284
Entre a cruz e a espada	291
Geopolítica dos 500 anos	297
<b>Considerações:</b>	
Silêncios do passado	305
<b>Referências</b>	315





## PREFÁCIO: Artimanhas das histórias

KELLY SILVA | DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O denso enredo analítico que caracteriza *A Timorização do passado: nação, imaginação e produção da história em Timor-Leste* certamente fará desta obra um título de referência a todos e todas interessados em melhor compreender os meandros, controvérsias e fatos que têm marcado o processo de invenção da história nacional e/ou nacionalizada do primeiro país do mundo a se tornar independente no século XXI. Importante reter, desde já, o duplo estatuto da categoria “história” ao longo do livro. Na esteira das advertências metodológicas consolidadas por Michel-Rolph Trouillot, o autor denomina enquanto história tanto os fatos ocorridos em um processo histórico como as narrativas produzidas sobre ou em torno deles. Segundo Trouillot, é justamente essa sobreposição que dificulta a percepção de como o poder opera na elaboração do relato histórico. Caberia, assim, aos cientistas sociais decifrar como o poder realiza a mediação entre fatos e narrativas históricas. Neste livro, Daniel De Lucca lança hipóteses promissoras para o caso de Timor-Leste.

Produzido originalmente como uma tese de doutorado da área de Cultura e Política do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp, a obra é também um exemplar da enorme potencialidade que recortes inter e multidisciplinares – quando bem conduzidos – trazem para a melhor compreensão de fenômenos complexos, multissituados e multiagenciados. Sua elegância e precisão narrativa, construída a partir do diálogo com a antropologia, a ciência política e

a crítica pós-colonial, fazem de seu texto uma plataforma para fertilização cruzada entre diversos campos disciplinares. A boa contextualização do cenário e dos agentes em que os discursos analisados são produzidos e mobilizados constitui um ato de deferência aos leitores ainda não familiarizados com as complexidades leste-timorenses.

Parte importante do período de trabalho de campo que oportunizou a Daniel De Lucca a produção de informações etnográficas que dão corpo ao livro foi realizado quando ele atuava como agente da cooperação internacional brasileira em Timor-Leste. Nesse contexto, o livro é também exemplar de um dos efeitos colaterais imprevistos, mas nem por isso menos importantes, das práticas de cooperação internacional realizadas por brasileiros neste país. Já há algum tempo assistimos ao florescer de um volume expressivo de produtos acadêmicos em universidades brasileiras que tomam fatos ocorridos nas fronteiras sociopolíticas de Timor-Leste como objeto de investigação e reflexão.

Não por acaso, em 2018, o Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília pôde realizar uma conferência de três dias na qual 85 trabalhos foram apresentados e discutidos tendo por objeto de análise fenômenos ocorridos nas fronteiras leste-timorenses, exclusivamente. Este fato inédito – uma conferência de três dias completos que toma por objeto de discussões fenômenos circunscritos a um novo país do Sul Global – é um produto direto do envio de missões de cooperação do Estado brasileiro a Timor-Leste, as quais, além de produzir importantes impactos internos nas áreas de educação e justiça, têm muito contribuído para ampliar os horizontes epistemológicos e políticos de profissionais brasileiros atuantes em diferentes áreas que para lá se dirigem.

Ademais, o fato de que tecnologias de governança em e de Timor-Leste (leis, políticas públicas e discursos) têm sido plasmadas a partir de interações e embates entre instituições locais, regionais, transnacionais e globais em um ambiente extremamente cosmopolita tem contribuído sobremaneira para expandir as escalas geopolíticas da consciência histórica dos profissionais brasileiros que lá atuam. Sua graduação em sociologia e política na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP), seu bacharelado em geografia e seu mestrado em antropologia social pela Universidade de São Paulo (USP), bem como seu doutorado em ciências sociais pela Unicamp, certamente fizeram Daniel De Lucca chegar a Timor-Leste dotado de uma consciência histórica já bastante interdisciplinar e cosmopolita. Mas certamente suas vivências no país devem ter lhe proporcionado um significativo crescimento intelectual – como a mim também têm proporcionado –, permitindo a elaboração deste precioso livro.





na forma de representação da própria história. Originalmente estes dois conceitos provêm da física, do estudo dos deslocamentos e das forças entre os corpos, e só posteriormente foram introduzidos ao campo da história e das ciências sociais. Em Timor-Leste estes conceitos sugerem imagens distintas a respeito do tempo e da temporalidade histórica. Enquanto a noção de ‘revolução *maubere*’ aponta para uma renovação e aceleração da própria história, fazendo a nação figurar como protagonista desta, por sua vez, o conceito de ‘resistência timorese’ aponta para uma força nacional que se opõe e persiste contra a um movimento que lhe quer determinar. Enquanto o primeiro conceito sugere uma brusca indução da transformação histórica, o segundo indica uma teimosia e relutância em relação a esta.<sup>1</sup>

Demonstra-se, assim, como a escolha da matriz discursiva a partir da qual o passado e o presente passaram a ser narrados se deu em razão de uma aposta no futuro, de um futuro independente para o qual era preciso mobilizar os diferentes setores das elites locais.

Um capítulo inteiro do livro é dedicado à discussão da obra e protagonismo de Abílio Araújo na construção do nacionalismo em Timor-Leste. De fato, as realizações de Abílio Araújo para a construção e difusão de um nacionalismo leste-timorese na década de 1970 foram fundamentais. Dentre outras coisas, Abílio Araújo protagonizou a chamada “guerra do barlake”, uma controvérsia intelectual que lançou as bases para celebração da figura do maubere como mobilizador político popular de oposição ao colonialismo português. Além disso, seus escritos foram pioneiros na proposição de uma análise de luta de classes para a compreensão de certas dinâmicas históricas no país que, até então, era uma colônia portuguesa. Foi ele também um dos fundadores da Associação Social Democrática Timorese (ASDT) e da FRETILIN. Contudo, narrativas que dão conta de parte de suas condutas durante a ocupação indonésia – que variam entre apoio aberto à ocupação, em alguns períodos, a desvios de recursos voltados a apoiar a resistência – trabalham para silenciar, para produzir um apagamento de seus feitos na década de 1970. Este fato é exemplar do poder da narração na reconstrução dos fatos. O passado é, pois, produzido em razão de interesses do presente, quase sempre.

Por fim, a ambivalência e diversidade do status da colonização portuguesa no forjar de Timor-Leste como uma nação emergem a partir do contraste de múltiplos discursos trazidos para a discussão por De Lucca ao longo do livro. Fatos históricos singulares a Timor-Leste, que entre o final da colonização à restaura-

---

1 Texto da seção “Da Revolução Maubere à Resistência Timorese” deste livro.





## ▶▶▶ INTRODUÇÃO: Timor-Leste e a produção da história

### Conhecendo Timor-Leste

Este livro é uma investigação sobre a imaginação histórica de Timor-Leste. Nele abordo problemas ligados à nação e ao nacionalismo, explorando concepções de tempo e de história no processo de fabricação do passado nacional. Como primeiro país a conquistar a independência no século XXI, a história tornou-se uma peça-chave no processo narração da nação e construção do Estado timorense. Justamente por oferecer imagens de fundação, continuidade e singularidade, elementos projetados como definidores da identidade e da unidade nacional, o conhecimento histórico desempenha um papel crucial na formação da memória coletiva, na sensibilização de grupos de interesse, na legitimação do poder político e nas reivindicações de soberania do Estado. Com estes problemas em vista, abordo uma coleção ampliada de obras e representações históricas, analisando desde discursos museológicos até rituais comemorativos, passando por escritos timorenses e estrangeiras, artefatos e imagens, filmes e práticas ligadas ao ensino de história. Sobre o conjunto destes materiais lancei várias questões. Que história nacional está sendo ali contada? Quem são os sujeitos e os objetos destas histórias? Por que esta história está sendo contada e não outra? Por quem e para quem ela é contada? Em qual língua? Por quais espaços estas histórias circulam? Como ela é apreciada e recebida pelo público? Como estas diferentes histórias estão interconectadas e participam não apenas da imaginação nacional timorense, mas se entrelaçam com a imaginação histórica e política de outras nações?

Ao levantar estas questões, o trabalho propõe transpor algumas fronteiras mais convencionais da pesquisa. Assumo uma postura interdisciplinar, privilegiando os diálogos com a antropologia, a história e a crítica pós-colonial. Também busco ultrapassar as usuais fronteiras nacionais da pesquisa, estabelecendo conexões e contrastes com outros espaços, linguagens e tradições historiográficas, evitando, assim, cair no “nacionalismo metodológico” ao tratar das histórias de Timor-Leste. Este livro tem origem em minha tese de doutorado em Ciências Sociais, sob a orientação do professor Omar Ribeiro Thomaz, defendida na Unicamp no ano de 2016. Para publicação em forma de livro, muitas modificações e atualizações foram feitas. Também inseri dois novos capítulos ausentes na tese original, um sobre filmes de ficção histórica e outro analisando as celebrações dos “500 anos” de Timor-Leste. Entretanto, a obra que o leitor tem em mãos não é apenas resultado de meu doutorado, mas também produto de minha experiência de vida e trabalho em Díli, capital do país. O livro não é sobre tal experiência, mas se fez a partir dela e como critério de honestidade intelectual me parece justo explicitá-la.

No ano de 2011, logo no início de meu doutorado, tive conhecimento de um processo seletivo internacional, direcionado a professores portugueses e brasileiros, para lecionar na Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL). Já tinha experiência com educação popular e docência no Ensino Superior, e acreditava estar apto ao cargo. Inscrevi-me, fui selecionado e em fevereiro de 2012 estava dando aulas na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas (FASPOL) da única universidade pública do país. O estranhamento com o novo, o aprendizado com as línguas e a amplitude das inúmeras coisas que ali pareciam haver por se fazer e pensar incitaram-me a deslocar meu projeto inicial de doutorado.

A UNTL havia regulamentado que, a partir do ano de 2012, todos seus cursos deveriam começar a ser lecionados em língua portuguesa. A contratação de professores nativos desta língua inseria-se neste ambiente de “modernização da UNTL” e se chamava “Projeto Lifau”, em alusão à localidade do enclave de Oecusse, em Timor-Oeste. O nome do projeto evocava o lugar onde os portugueses teriam estabelecido, séculos atrás, sua primeira base administrativa na ilha. Esta referência colonial reforçava minha impressão inicial de que aquele projeto também era, de certo modo, uma violência, sobretudo para com muitos professores e estudantes timorenses que teriam de lidar com uma língua acadêmica com a qual não tinham familiaridade. Na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas (FASPOL), onde atuava, tal dificuldade apresentava-se de forma mais aguda, devido à quase total ausência de professores de língua portuguesa ou mesmo de dicionários. Ali, muito do que nós falávamos em português não era compreendido por nossos interlocutores. E o contrário também era verdadeiro. Em meu primeiro ano em Díli, meu *status* formal era o de um professor-visitante contratado pela universidade, mas tudo se

passava como se eu fosse apenas mais um agente da cooperação internacional que atuava no país. À época, o território, e sobretudo a capital, ainda encontrava-se repleto de agências da ONU, delegações internacionais e instituições voltadas para o desenvolvimento. Deste lugar aprendi na pele sobre os dilemas que envolviam as disputas e o entrecruzamento das línguas, estereótipos e nacionalidades que coabitavam o país. E o Projeto Lifau, anunciado inicialmente que continuaria nos anos posteriores, chegou ao fim em novembro de 2012.

Em abril de 2013 retornei a Díli como integrante da Cooperação Brasileira pelo Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste (PQLP), vinculado à Central de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Agora figurava como um representante da difusa e nem sempre clara política externa brasileira em Timor-Leste. Na primeira década do século XXI, a educação foi a principal área na cooperação brasileira em Timor-Leste, sendo que a maior ação neste campo foi encabeçada por este programa. Um primeiro edital do PQLP foi publicado no ano de 2004, sendo que o último se encerrou em 2016. A maior parte das vagas do programa voltava-se para o ensino de língua portuguesa. No ano de 2013 fui selecionado para ser professor e formador de professores na área de antropologia. Era a primeira vez que a CAPES demandava a presença de um antropólogo e inseria tal disciplina no edital. Mas em terreno, devido a necessidades inesperadas, eu acabara por me tornar articulador pedagógico da área de Ciências Humanas da equipe de professores cooperantes. Comparado ao meu primeiro ano em Timor-Leste, no qual estive umbilicalmente vinculado à vida universitária, sobretudo à Faculdade de Ciências Sociais e Políticas (FASPOL), neste segundo ano conheci mais pessoas e circulei por outros espaços do país e da capital. E foi desta experiência de vida e trabalho em Timor-Leste que emergiu o interesse por esta pesquisa. Por isso é que os contextos educacionais despontam neste livro como importantes referências etnográficas.

No total, vivi cerca de vinte e três meses em Díli. Dez meses no ano de 2012 e treze meses entre maio de 2013 e abril de 2014. Além disso, em julho de 2015 retornei para o país, durante pouco mais de um mês, para recolher mais materiais e fazer entrevistas em profundidade. No período em que permaneci em Díli, fiz amizades e conheci pessoas, integrei grupos de estudo e de música, organizei eventos e trabalhei como voluntário na Cruz Vermelha Timor-Leste, também atuei em diferentes equipes de trabalho e cheguei a coordenar algumas. Fora de casa, longe dos amigos e da família, muitas vezes me vi literalmente dependendo destes relacionamentos. Em contextos de doença, desabrigo, desentendimento ou mesmo solidão, os próximos ajudaram a sustentar a vida. Esta rede de relações, ligadas à minha vida privada e profissional, não será discutida no livro, mas contribuiu de modo significativo e difuso para muitas das impressões, questionamentos e análises aqui presentes.

Trabalhando com educação, como professor, formador de professor e, depois, articulador pedagógico, estava preocupado com práticas de ensino e aprendizagem que não impusessem verdades exógenas, mas estabelecessem formas de diálogo mais enriquecedoras, incorporando o máximo possível das contribuições e dos saberes endógenos disponíveis. Assim me interessei pelas formas do conhecimento timorense. Conhecimentos diversos e plurais, é certo, que mobilizam línguas outras, também técnicas de transmissão e estilos de pensamento que até então não me eram familiares. Este conhecimento estava presente não só em livros e discursos, mas era perceptível em outros suportes da experiência, como imagens e objetos, também cantos e gestos, até determinados silêncios, arranjos espaciais e ordens rituais características. Deste fascínio inicial desdobrou-se o interesse em problematizar, não exatamente estes sutis e dispersos saberes, muitas vezes associados à *kultura* e *lisan* (tradição) no país, mas explorar justamente as formas dominantes do conhecimento histórico apresentadas como “modernas” pelas instituições, aquelas ligadas à cultura escrita e ao Estado-nação, instituídas nos livros e nas escolas, nas tecnologias audiovisuais, nos arquivos oficiais e nos cerimoniais cívicos.

A antropologia e a sociologia do conhecimento nos ensinam que todo saber é situado, podendo estar associado a períodos históricos determinados e círculos sociais específicos, marcados por religião, língua, geração e classe social. (BURKE, 2003) Pesquisas mais recentes passaram a destacar igualmente a dimensão corporal e material destes saberes, seus aspectos ligados a raça, gênero e geografia (HARAWAY, 1995), insistindo na existência de uma “epistemologia negra”, em “modos femininos do conhecer” ou na “distribuição espacial do conhecimento”. Neste livro interrogo embates em torno da conceituação e da imaginação da história nacional em Timor-Leste. Não tomo estas formas do conhecimento histórico como totalidades inteiriças e fixas, mas como fragmentos, peças incompletas, em andamento e disputa, marcadas por múltiplos discursos e silêncios. A partir de estudos de casos concretos e bem localizados, volto-me para um conjunto ampliado de artefatos da história: publicações, fotografias, monumentos, instituições, exposições, filmes e rituais de Estado. O objetivo é analisar as visões de mundo, motivações e pressupostos envolvidos na construção da história e da imaginação nacional em Timor-Leste, interrogando as condições de produção, circulação e consumo em que distintas narrativas e representações do passado estão inseridas. E neste processo espero jogar nova luz sobre as conexões que permeiam a vida cultural, política e transnacional timorense.

## Situação geográfica e línguas de Timor

Localizado entre as “pequenas ilhas de Sunda”, na extremidade meridional do arquipélago indonésio, alcançando a zona fronteira com a Austrália, Timor-Leste é



uma nação insular situada no Sudeste Asiático na passagem para a Oceania. O país é produto da história, assim como as categorias geográficas e os enquadramentos regionais que o circunscvem. Os mais antigos documentos do expansionismo marítimo chinês descreviam a região apenas como “Sul da China” ou simplesmente como mares e terras “ao sul”. Árabes, persas e malaios, que navegavam naquelas paragens, a designavam por “terras à sotavento” ou “terras sob os ventos” (*negeri dibawah angin*), devido à presença dos regimes de monções. (PINTO, 2006) Os portugueses, primeiros europeus a chegarem na região no início do século XVI, nomearam o enorme arquipélago que se estendia ao Sul da Ásia de “Insulíndia”, as ilhas das Índias. No século XIX, as expedições científicas de Alfred Wallace ([1869]) acabaram por consagrar a vasta zona insular que separa o Oceano Índico do Pacífico como “Arquipélago Malaio”, um termo que já era utilizado desde o século anterior pelos agentes coloniais holandeses. Ainda no final do século XIX, o geógrafo Elysée Reclus classificava a “Insulíndia” como parte das “terras oceânicas”, junto com a Austrália e as ilhas do Pacífico. (DURAND, 2010b) Por sua vez, as terras continentais asiáticas, situadas na parte norte desta grande área (hoje composta pelo Myanmar, Tailândia, Laos, Camboja, Vietnã e parte da Malásia), foram recorrentemente nomeadas pela literatura europeia como “Indochina” ou “península indochinesa”, extensão continental estratégica, pois situada na passagem das duas maiores civilizações do Oriente: Índia e China.

A regionalização sob o nome de “Sudeste Asiático” foi iniciada apenas no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando EUA e Inglaterra buscavam definir espacialmente o teatro de operações contra a expansão japonesa. (ANDERSON, 1998) O senso de identidade regional entre os habitantes começou a ser elaborado posteriormente, induzido pela experiência da luta de libertação contra o colonialismo europeu e pela Guerra Fria, na qual a região foi uma zona estratégica no tabuleiro geopolítico do conflito mundial. Foi neste contexto que se iniciaram as políticas de integração regional entre os Estados vizinhos, dando forma à Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), bloco político-econômico que hoje integra todos os Estados do Sudeste Asiático, com exceção de Timor-Leste. Já no campo acadêmico, o desenvolvimento dos *area studies*, na segunda metade do século XX, reforçou a institucionalização do conceito de Sudeste Asiático, agora como uma área especializada do saber universitário e científico. (VAN SCHENDEL, 2002)

A aproximação de Timor-Leste com o universo do continente asiático foi intensificada pelo império português no Oriente, atrelado sobretudo aos desenvolvimentos de Goa e Macau, territórios com os quais a ilha esteve estreitamente ligada no período colonial. A invasão japonesa (1942-1945) e a ocupação indonésia (1975-1999) reforçaram ainda mais esta sua conexão com as dinâmicas asiáticas. Em todo caso, a instabilidade que marcou a história timorense no século XX

encontra-se vinculada a esta sua particular situação geográfica: um território ilhado, diminuto e localizado no cruzamento de múltiplas forças e influências exógenas. Desde a restauração da independência, em 2002, o país desenvolve esforços diplomáticos para inserir-se na ASEAN como forma de reforçar seu pertencimento regional e estabilizar suas relações exteriores. (MENDES, 2010; WILLIS, 2016) Definida como uma das prioridades da política externa timorense, no entanto, a inserção regional do país não é algo evidente, até porque sua localização, nos limites dos principais enquadramentos regionais disponíveis, o coloca na fronteira de pelo menos dois mundos: o asiático e o melanésio.

Assim, ao buscar integrar o Sudeste Asiático, num bloco regional que ainda permanece relutante em acolhê-lo, o Estado timorense marginaliza sua relação com o Fórum das Ilhas do Pacífico. O país compartilha algumas importantes características com este mundo oceânico. Sua insularidade e pequenez territorial o aproxima de outras nações do Pacífico Sul, na medida em que vivencia problemas ambientais e econômicos semelhantes, expressos na escassez e limitação de certos recursos e na forte dependência da ajuda externa. Outras importantes características linguísticas e culturais compartilhadas, sobretudo melanésias, também poderiam ser aí destacadas, sendo particularmente notável a importância das estruturas autóctones de poder e as práticas de “invenção da tradição” indígena na construção dos diversos Estados-ilha que compõe a Oceania pós-colonial. (SILVA; SIMIÃO, 2012) Mesmo com certas semelhanças, incluindo a vizinhança politicamente delicada com a Austrália – agravada, neste caso, devido às negociações sobre os recursos de gás e petróleo na fronteira do Mar de Timor –, o Estado timorense prefere definir-se como uma nação asiática e não do Pacífico.

A ilha também pode ser localizada numa “área cultural” mais circunscrita e periférica do arquipélago indonésio. Uma região que envolve as ilhas do seu entorno (Sumba, Flores, Alor e Solor), que é dotada de uma grande diversidade linguística e que foi definida pela literatura etnológica especializada como “Indonésia Oriental” (*Eastern Indonesia*). Este conceito começou a ser desenvolvido durante os anos vinte e trinta do século XX, pela escola antropológica de Leiden, na Holanda, e possuía forte influência maussiana e durkheimiana, buscando articular as formas de organização social com os sistemas de classificação. (JONG, 1980) Este projeto de pesquisa foi parcialmente abortado com a Segunda Guerra Mundial e a posterior independência da Indonésia. Mas as prestações matrimoniais da “Indonésia Oriental” chamaram a atenção de Claude Lévi-Strauss quando este incorporou etnografias locais na sua teoria da aliança e das trocas generalizadas, e desenvolveu o conceito de “sociedade de casas” como modelo aplicável na região. (LÉVI-STRAUSS, 1987, 2009)

Figura 1. Sudeste Asiático e a ilha de Timor em destaque



Fonte: Guia geográfico (2021).

Etnografias posteriores, de influência marcadamente estruturalista, foram desenvolvidas na passagem dos anos sessenta para os setenta. A importante coletânea *The Flow of Life: essays on Eastern Indonesia*, organizada por James Fox (1980), concentra parte destes trabalhos que destacam uma estrutura social própria da “Indonésia Oriental”. Esta seria marcada por certa proeminência binária expressa na dinâmica social e representativa de um dualismo complementar, articulado por rituais que garantiriam o fluxo da vida entre as diversas partes constituintes destas sociedades: vida e morte, homens e mulheres, estrangeiros e locais, poder político e autoridade espiritual, humanos e não humanos. Este discurso binário seria densamente manifesto na linguagem ritual, usada em relações formais e cerimônias, mas também apareceria no discurso ordinário. A literatura sobre a “Indonésia Oriental”, quando voltada especificamente para Timor, afirma a importância dos modelos cosmológicos austronésios no qual a terra e a geografia atuam como fundamento da ancestralidade timorense. A relação com a terra, seus lugares de origem e residência, bem como a produção simbólica destes lugares, seriam de fundamental importância para a reprodução da vida social na ilha. Algumas etnografias contemporâneas dialogam com as pesquisas pioneiras dos anos 1960 e 1970 e buscam apreciações comparativas entre o patrimônio cultural da ilha de Timor e o de outras ilhas da “Indonésia Oriental”. (MCWILLIAM; TRAUBE, 2011)

De origem malaia, a palavra *timur* significa “leste” ou “oriente”, tendo daí surgido também as mais antigas formas de nomeação da ilha. A palavra referia-se inicialmente a um conjunto plural de ilhas situadas ao leste de Bali, e não especificamente àquilo que hoje designamos como ilha de Timor. (DURAND, 2010b) As sucessivas administrações estatais que ali tiveram lugar nomearam diversamente o território. Com a delimitação mais clara da fronteira com as Índias Orientais Holandesas (atual Indonésia), a banda leste da ilha de Timor deixou de integrar as vagas “Possessões Portuguesas na Oceania” e passou a ser nomeada formalmente como “Timor Português”. Com a anexação do território como 27ª província indonésia, em 1975, ele foi rebatizado como “*Timor Timur*”. Já com a restauração da independência, em 2002, a Carta Constitucional acabou por consagrar “Timor-Leste”, nomeação que já fora definida em 1975, quando a independência do país foi proclamada unilateralmente pela primeira vez.<sup>1</sup>

---

1 Nos anos noventa do século XX, enquanto estava na prisão de Cipinang, Indonésia, Xanana Gusmão, então liderança máxima da resistência armada timorense, afirmou que a nova nação se chamaria Timor Lorosae. De origem tétum, a palavra *lorosae* significa “sol nascente” ou “nascer do sol”, podendo ser traduzida também por “oriente”

Figura 2. Um mapa etnolinguístico da ilha de Timor



Fonte: McWilliam e Traube (2011, p. X).

A República Democrática de Timor-Leste (RDTL) não compreende toda unidade insular. O território é basicamente composto pela porção oriental da ilha de Timor; além de Oecusse, um enclave localizado na costa norte da parte ocidental da ilha; a ilha de Ataúro, em frente à capital; e o ilhéu de Jáco, situado no extremo da ponta leste da ilha. O conjunto das terras atinge a extensão de cerca de 15.000 quilômetros quadrados e pode ser comparado em tamanho, no caso brasileiro, ao estado do Sergipe. Pequenez esta que, por diversas vezes, fora utilizada como argumento contrário à viabilidade de sua independência. No entanto, este diminuto espaço apresenta uma rica variedade linguística, cerca de 16 línguas maternas que são agrupadas em dois grandes troncos: austronésias e papuas (HULL, 2002), divisão que sob outra tradição de estudos linguísticos também pode ser nomeada como malaio-polinésicas e papuas. (THOMAZ, L., 2002)

É significativo que enquanto o território de Timor-Leste apresenta essa grande diversidade linguística, a parte indonésia (Oeste) da ilha de Timor apresenta uma variedade de apenas três línguas nativas. Esta desigualdade na distribuição da diversidade linguística no conjunto da ilha está associada a vários fenômenos,

---

ou “leste”. Hoje Timor Lorosae é um nome frequentemente usado no país como um designador nacional, mas não possui estatuto oficial.

sobretudo os diferentes modos de colonização. James Fox (2003) argumentou que, ao Leste, portugueses católicos, mais permeáveis aos casamentos com locais, dependeram mais das frágeis e sucessivas quebras de alianças com os grupos autóctones, permitindo certa manutenção da diversidade política e linguística entre os diversos reinos timorenses. Muito diferente do ocorrido no Oeste, onde holandeses protestantes impuseram uma administração com maior controle e mantiveram a aliança privilegiada com um único grupo étnico-linguístico – os *meto* ou *baikeno* –, armando-o e apoiando-o no etnocídio de outros grupos rivais. O geógrafo e historiador Frederic Durand também chegou a argumentar que como o relevo da parte Leste é muito mais montanhoso e acidentado que o da região Oeste, a geomorfologia da ilha pode ter dificultado historicamente a comunicação entre os diferentes grupos, favorecendo, comparativamente, a maior segregação e o desenvolvimento autônomo das diversas comunidades etno-linguísticas do Leste. (DURAND, 2010b)

No tempo em que Timor foi colônia de Portugal, a capital era designada como “praça”, estabelecimento urbano de encontro dos povos autóctones com os europeus e espaço de intercâmbio entre as várias comunidades linguísticas locais. Ali se desenvolveu o tétum-praça, ou tétum-Díli, que hoje possui, ao lado da língua portuguesa, o estatuto de língua co-oficial reconhecida pela Constituição da RDTL. A carta magna do país também reconhece como “línguas de trabalho” o indonésio e o inglês, idiomas que possuem importância no território, sobretudo devido aos 24 anos de ocupação indonésia (1975-1999), e também devido aos 12 anos de presença de missões da ONU (1999-2012).

Geoffrey Hull (2001a), linguista australiano que teve um importante papel na definição inicial da política linguística timorense, argumentou que o tétum-praça formou-se inicialmente como uma espécie de “baixo português”. Língua de relação com o império e praticada por autóctones que não tiveram a possibilidade de aprender o idioma colonial no período, o tétum-praça teria se fortalecido, sendo amplamente disseminado no território, durante a ocupação indonésia (1975-1999), entre outros motivos, como resposta à imposição do *bahasa indone-sia* e à proibição da antiga língua escrita, o português. Geoffrey Hull classifica o tétum-praça como uma língua crioula “lusificada” e Luis Filipe Thomaz (2001, p. 12) o considera “[...] de gramática simplificada como todos os crioulos, só que baseado num tétum mesclado de português e não num português contaminado de outros falares, como crioulos africanos ou indo-portugueses”. No entanto, a definição do tétum-praça como língua crioula é objeto de fortes controvérsias, principalmente entre timorenses que recusam e entendem como vexatória tal designação. O tétum-praça, por vezes também chamado simplesmente de tétum, é

hoje a língua franca do país, falada pela maioria da população e estabelecendo a comunicação entre as várias comunidades linguísticas do território. Contudo, nem todos timorenses falam tétum-praça. Sobretudo nos extremos geográficos do território – o distrito de Oecusse no Oeste, e o distrito de Lautém, ao Leste – a presença de falantes da língua franca é mais rarefeita.<sup>2</sup>

É principalmente através do tétum-praça que os timorenses elaboram seus conceitos e dão nome à experiência, tal como a oposição espacial e moral entre *ema Díli* (gente da capital) e *ema fofo* (gente da montanha), que tem estruturado importantes dimensões da imaginação colonial e nacional timorense. A oposição entre a capital e o interior montanhoso revela hoje a maior disjunção do país em termos de organização social e territorial. Discutindo tal oposição, Kelly Silva e Daniel Simião (2012) chegaram a definir a RDTL como um “Estado pós-colonial bifurcado”, um conceito utilizado originalmente por Mahmood Mandani (1996) para circunscrever contextos nacionais africanos que também são marcados pela negociação entre os discursos binários da modernidade e da tradição, do direito e do costume, da escrita e da oralidade, e que, no caso de Timor-Leste, Simião e Silva também associam à oposição dumontiana entre igualdade e hierarquia, individualismo e holismo. (DUMONT, 1985)

Em Timor-Leste o relevo acidentado do interior montanhoso historicamente figurou como importante entrave para um maior controle emanado da capital. Perante a presença portuguesa, japonesa (1942-1945), indonésia (1975-1999) e mesmo da ONU (1999-2012), as montanhas funcionaram como empecilho à penetração estrangeira sediada na costa. (HICKS, 2007) As florestas das terras altas em Timor, tal como ocorre em algumas outras ilhas do Sudeste Asiático (Sumatra e Bornéu) e da Oceania (Papua), são referenciadas como lugares da tradição e da ancestralidade, espaços sagrados fundamentais para a reprodução de uma forma de vida ligada a um passado mítico. Que fique claro, Díli é Timor-Leste, mas Timor-Leste não é Díli. Isso em vários sentidos, sobretudo o linguístico. Em Díli, o multilinguismo timorense é mais específico, o tétum-praça é dominante e se articula com a forte presença de comunidades de estrangeiros e agências internacionais. Isso é importante, pois, em grande medida, o livro que o leitor tem em mãos

---

2 Desde 1999, a divisão territorial-administrativa de Timor-Leste foi organizada em função de 13 distritos (antigos concelhos do período colonial) e 65 subdistritos (conectados à inúmeras organizações de base comunitária/*sukus*), que deveriam responder ao governo central de Díli. Uma reforma visando a descentralização política do Estado estabeleceu, em 2014, uma legislação determinando a implementação de modelos administrativos de base municipal, substituindo as designações de distrito e subdistrito por município e posto administrativo, mas mantendo as antigas áreas territoriais vigentes. Neste livro permaneço utilizando a terminologia dos distritos.

é carregado pelo ponto de vista parcial da capital. Trata-se de um olhar um tanto “dilocêntrico”, já que as questões levantadas neste trabalho articulam-se principalmente em torno dos conhecimentos ligados a esta cidade, único assentamento com características propriamente urbanas no país e mais importante centro de difusão de narrativas e valores que se pretendem nacionais. Foi lá que vivi, trabalhei, aprendi e construí os problemas de investigação. Foi lá também que sofri com as línguas e as formas de construção do conhecimento através destas.

Em Díli, correntemente fui lançado ao curso de conversações das quais não sabia exatamente o que estava sendo dito. Sobretudo em meu primeiro ano, as únicas línguas que me eram disponíveis para a comunicação no país foram o português e o inglês. O que coloca, desde já, alguns limites à pesquisa, visto que não pude acessar a produção em holandês nem em *bahasa indonesia*, línguas consideradas importantes no debate historiográfico regional. Contudo, ao longo do tempo fui aprendendo o tétum-praça e no final de 2012 já conseguia me comunicar nesta língua. Tive aulas particulares, mas definitivamente os melhores professores foram meus próprios alunos. Como minha posição profissional não era a de professor de português, mas sim em português, passara a forçar um pouco tal situação, imaginando-me como alguém lecionando também com português e com qualquer outro recurso comunicacional que porventura funcionasse. Na universidade e noutros contextos, a música e o canto mostraram-se um excelente meio. Também, seguindo a sugestão de Paulo Freire a respeito das “palavra geradoras”, buscava sempre preparar minhas aulas em torno de alguns conceitos-chave das ciências sociais que pudessem se relacionar com a vida dos estudantes. E tentava encontrar formas de tradução e aproximação destes conceitos em tétum-praça, primeiro em casa com os dicionários e livros, e depois em sala de aula, na prova de fogo da discussão com a classe.

O tétum-praça do dia a dia é uma língua impressionantemente dinâmica, capaz de incorporar facilmente elementos do português, do indonésio, do inglês e de outras línguas maternas locais. Por isso também a proposta de padronização e normatização do tétum-praça é um tema delicado, sendo frequentemente criticada como muito distante dos usos vernáculos. No país convivem pelo menos três modelos de padronização desta língua: um elaborado pelo Instituto Nacional de Linguística (INL), outro pela Igreja Católica e um terceiro desenvolvido pelo Díli Institute of Technology. (SILVA, A., 2015) Estes impasses institucionais a respeito da língua também se manifestam no campo das políticas educacionais, outro tema particularmente sensível no país.

O contexto poliglota e poligráfico de Timor-Leste coloca, de fato, problemas práticos para um livro que se quer monolíngue, mas não monológico. Mesmo com todas as dificuldades de entendimento, pensei os problemas deste livro na



minha própria língua materna e é nela que tais questões são apresentadas. Por vezes, definições de dicionário serão utilizadas, sobretudo quando achar que a terminologia em tétum-praça aponta para aproximações conceituais. Dicionários não definem palavras, muito menos conceitos, mas ao trazerem outras palavras e estabelecerem proximidades com outros vocábulos ajudam a dar maior contorno ao significado das coisas ditas e escritas. Reconheço então a dificuldade de se precisar as coisas. E inclusive tenho dúvidas de quem o faz com muita veemência, principalmente em Timor-Leste, país cuja notabilidade não se destaca pela clareza e transparência dos processos e linguagens. Assumo então uma postura que procura mais uma aproximação compreensiva dos fenômenos estudados do que propriamente sua determinação.

## Antropologia, história e pós-colonialismo

Entre os estudos de Timor-Leste é comum antropólogos desenvolverem pesquisas sensíveis às perspectivas históricas e historiadores assumirem certas problemáticas de natureza antropológica. Estes trabalhos são sugestivos por estabelecerem fortes conexões entre passado e presente, fontes escritas e orais, pesquisas de arquivo e de campo, também historiografia e mitologia, mobilizando, assim, os recursos da documentação e da imaginação. (GUNN, 1999; GUNTER, 2016; ROQUE, 2010; TRAUBE, 1986) A história é, no entanto, uma palavra-chave neste livro e carrega consigo certa ambiguidade semântica. Para Walter Benjamin (1994), o termo (*Geschichte*) se aplica a pelo menos três diferentes estratos de significação:

1. o processo de desenvolvimento da realidade no tempo;
2. o estudo sistemático deste processo; e
3. uma forma de relato sobre parte deste processo.

Estas duas últimas camadas de sentido aproximam-se daquilo que passou a ser chamado respectivamente como “história”, enquanto discurso profissional, científico e acadêmico, e “memória”, como fragmento, vestígio do passado ou lembrança individual ou coletiva. (HALBWACHS, 2006; LE GOFF, 2013; NORA, 1993)

Este livro não estabelece uma distinção rígida entre memória e história. Em Timor-Leste, principalmente devido à força da oralidade e à pouca estruturação do campo acadêmico-científico, tal separação conceitual é ainda mais imprecisa. Mas fica a pergunta: quem tem poder para definir o que é história e o que é

memória?<sup>3</sup> Com este problema em mente, o antropólogo e historiador haitiano Michel-Rolph Trouillot propôs chamar ambas dimensões, tanto o discurso científico quanto outras formas de relato do passado, de “narrativas históricas”. Rediscutindo o conceito de história, Trouillot estabeleceu uma pertinente distinção entre: 1) “processos históricos”; e 2) “narrativas históricas”, termos que definiriam “[...] tanto ‘o que ocorreu’ quanto ‘aquilo que se diz ter ocorrido’”. O primeiro significado enfatiza o processo sócio-histórico; o segundo, o nosso conhecimento desse processo ou uma forma de história sobre esse processo”. (TROUILLOT, 1995, p. 11) Esta abordagem é particularmente interessante, pois aproxima a divisão estatutária entre o discurso científico e o relato parcial, a história e a memória. Ela também considera os sujeitos como seres históricos numa dupla chave: tanto como atores de processos quanto autores de narrativas.

Ao privilegiar esta dupla face do conceito de “história” – como processo e evento, de um lado, e como narrativa e representação, de outro lado –, esta pesquisa se aproxima das propostas de uma “antropologia da história” (GONÇALVES, 2017) ou mesmo de uma “antropologia do legado colonial” (L’ESTOILE, 2008), na medida em que analisa tensões existentes entre distintas interpretações do passado em Timor-Leste. Na antropologia, o tratamento da história como narrativa e forma específica de representação é um tema caro à disciplina e pode ser rastreado no trabalho de vários autores, como por exemplo, Appadurai (1981); Cohn (1996); Goody (2013); Lévi-Strauss (1993); Sahlins (1990) e Schwarcz (2005) Minha proposta aqui é tomar a produção da história nacional como um domínio privilegiado da pesquisa, um campo de relações passível de ser investigado e descrito etnograficamente, destacando personagens e lugares, examinando textos e contextos que, através de processos específicos, são definidos como fenômenos históricos e nacionais em Timor-Leste.

Ao focalizar detalhadamente objetos, problemas e situações ligadas à fabricação do passado, este estudo dialoga com abordagens históricas mais específicas, associadas às tradições da micro-história (LEVI, 1992) e da história cultural e visual. (BURKE, 2004) Por outro lado, ao enfatizar contrastes, conexões e continuidades com outros espaços, tradições e historiografias estrangeiras, este traba-

---

3 Ainda que muito historiadores profissionais acreditem deter o “monopólio legítimo do discurso histórico”, colocando-se numa posição mais privilegiada para interpretar o passado e narrar seus acontecimentos, existem muitas outras formas de expressão histórica na qual se pode, bem ou mal, transmitir este conhecimento. Os meios de comunicação de massa e a própria cultura popular são alguns dos exemplos que, nas palavras de Dipesh Chakrabarty (2006, p. 103), permitem “desafiar a hegemonia da universidade enquanto produtora e disseminadora de investigação e conhecimento, criando instituições paralelas que desempenham a mesma função em relação ao passado”.

lho também é sensível a procedimentos típicos da história global e transnacional. (CONRAD, 2016) Em todo caso, o desafio metodológico adotado foi o de trabalhar com análises atentas a variações e interações de escalas, temporais e espaciais, oferecendo uma leitura mais inclusiva e multidimensional dos processos. (REVEL, 1998) Para fazer isso, mobilizei materiais muito heterogêneos. Além de recorrer à literatura especializada sobre Timor-Leste, apoiei-me em documentos textuais e não textuais, além de impressões pessoais, descrições de campo e entrevistas mais estruturadas, também catálogos de museus, relatórios oficiais, notícias de jornal e *sites* da internet. Entre as várias histórias trabalhadas, segui a sugestão de Edward Said (2011), busquei estabelecer “leituras de contraponto”. Ao extrair o conceito do campo da música, onde o “contraponto” define uma composição na qual duas ou mais vozes melódicas são levadas em conta simultaneamente, o crítico palestino não queria privilegiar qualquer narrativa particular, mas justamente destacar a interdependência, tensão e sobreposição das histórias, propondo uma análise capaz de incorporar a dissonância e a oscilação das múltiplas vozes como partes de um mesmo arranjo.

Assim, os chamados estudos pós-coloniais constituem outra referência importante nesta pesquisa. Sabe-se que a definição do “pós-colonial” é objeto de controvérsia acadêmica. Stuart Hall (2011) argumentou que o prefixo do termo carrega consigo uma tensão estruturante nestes debates, pois permite uma dupla entrada em relação ao “colonial”. Assim, o “pós” pode apontar tanto para um recorte cronológico quanto epistemológico, significando tanto um momento “após a descolonização” quanto um “outro modo de conhecer a experiência colonial”. Por sua vez, o próprio termo “colonialismo” permanece sendo tratado por muitos autores como uma espécie de significante flutuante e com pouca precisão. Esclarece a constatação de que importantes críticos agrupados por tal rubrica, como Edward Said (2007), Homi K. Bhabha (1998) e Gayatri Spivak (2010), inspiram-se no trabalho de Michel Foucault (2001). Tal fato sugere uma compreensão do colonialismo como um regime de poder-saber, ou seja, uma configuração que recusa a rígida distinção entre colonização enquanto sistema de governo, administração e exploração, e colonização enquanto sistema de conhecimento, representação e classificação.

O pós-colonial, pensado enquanto campo de estudos, carrega consigo variações importantes que podem se desdobrar em linhagens segmentadas, como os “estudos subalternos”, encabeçados por acadêmicos indianos, e o “pensamento decolonial”, marcado pela perspectiva dos intelectuais latino-americanos.<sup>4</sup> Estes

---

4 Entre os nomes de peso que deram origem aos *Subaltern Studies*, podem ser destacados Ranajit Guha (1982), Gayatri Spivak (1988), Partha Chatterjee (2000) e Dipesh

trabalhos também são sugestivos para esta pesquisa pois propõem uma reflexão crítica sobre as múltiplas temporalidades que tensionam o presente e questionam como as velhas práticas do colonialismo podem ser reatualizadas em manobras contemporâneas de conquista, dominação e subalternização. Estes estudos também apontam para a estrutura geopolítica na qual o conhecimento articula-se, em que determinadas teorias e histórias viajam e estão inseridas numa desigual economia política do acesso, fazendo com que certos saberes tenham um alcance muito maior que outros.

Como um dos desdobramentos da crítica pós-colonial, autores contemporâneos colocaram problemas político-epistemológicos deslocando a noção de “Terceiro Mundo” e evocando a terminologia “do Sul”. Assim fez o português Boaventura de Souza Santos e a moçambicana Maria Paula Meneses (2010), em *Epistemologias do Sul*, assim como o casal de sul-africanos Jean e John Comaroff (2011), em *Theory from the South*, e a australiana Raewyn Connell (2007), em *Southern Theory*. Esta última autora destacou explicitamente a existência de uma “divisão internacional do trabalho intelectual”, na qual o Norte seria responsável pela produção de teorias e métodos científicos “universais”, enquanto o Sul figuraria como fonte de dados e objeto para pesquisas “locais”, além de mercado consumidor das histórias, teorias e métodos exportados pelo Norte. Este processo também foi caracterizado pelo acadêmico malaio Syed Hussein Alatas (2000) como “imperialismo intelectual”, o que contribuiria para a reprodução de uma “mentalidade cativa” entre os pesquisadores do Sudeste Asiático.

Contudo, o pós-colonialismo, tal como outros “ismos”, se transformou numa espécie de modismo teórico e acadêmico que vem recebendo importantes críticas nem sempre consideradas. Ao privilegiar a dimensão discursiva dos fenômenos sociais, este tipo de abordagem corre o risco de ser incapaz de lidar com a realidade concreta dos problemas materiais, econômicos e de exploração dos países situados na periferia do capitalismo global. (AHMAD, 2002; DIRLIK, 1997) Também, na crítica direcionada exclusivamente ao eurocentrismo, acaba-se por superestimar vastamente a importância do Ocidente na história global, suprimindo a diversidade e a complexidade das formas de agência histórica e reforçando, por vias antioci-

---

Chakrabarty (2000). Atualmente, o projeto do grupo adquiriu estatuto de uma verdadeira instituição acadêmica transnacional com sede em departamentos indianos, britânicos, norte-americanos e australianos. Em 1992, foi criado um *Latin American Subaltern Studies Group* e a região foi formalmente inserida no debate pós-colonial. Devido a divergências intelectuais, o grupo latino-americano foi desmontado, em 1998, e parte de seus membros reagregados no Grupo Modernidade/Colonialidade, coletivo marcado pela rubrica do pensamento decolonial. (BALLESTRIN, 2013)

dentais, a própria narrativa da unidade e do poder ocidental. (STUENKEL, 2016) Além disso, e como outros antropólogos já notaram, muito da aclamada novidade suposta nos estudos pós-coloniais, principalmente no tratamento dado à alteridade, minorias e grupos marginalizados, pode ser encontrada em proposições clássicas e fundamentais da antropologia (CARVALHO, 2011), sobretudo, numa concepção mais alargada e implicada do fazer antropológico, que não se define por um objeto específico, mas por uma “maneira de pensar quando o objeto é ‘outro’ e que exige a nossa própria transformação”. (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 199) Como uma disciplina de pretensão universalista, comparativista e dialógica, a antropologia sempre se esbarrou com o desafio de descentrar o Ocidente, colocando-o ao lado de outras perspectivas e alternativas. E fazendo do mundo um lugar mais amplo, plural e polifônico. Menos caseiro e etnocêntrico, portanto.

No século XXI, em Timor-Leste, a palavra “colonialismo” continua a ter muito poder. Ela é frequentemente evocada em vários sentidos. Por vezes é nomeada como forma de descrever relações passadas e presentes com Portugal e Indonésia. Ocasionalmente também é mobilizada para representar certas relações com as agências e cooperações internacionais que ainda se encontram em peso no país. Ao tentar compreender alguns caminhos da “timorização do passado”, este livro tem como uma de suas ambições contribuir para o que seria uma “descolonização da história”. Entendo por isso não a revelação de alguma verdade histórica escondida, mas a abertura, a identificação e o exame crítico dos mecanismos de poder e silenciamento inscritos nas narrativas veiculadas a respeito do passado no país, no esforço de buscar formas alternativas e criativas de se refletir sobre os problemas da história e suas condições de produção, visando interferir no característico desequilíbrio da balança geopolítica do conhecimento. Tenho consciência, no entanto, de que este é um desafio hercúleo e sem fim, no qual muitos intelectuais, artistas e ativistas timorenses encontram-se hoje vivamente engajados, mas que esta pesquisa busca, de algum modo, colaborar.

## A timorização do passado

A primeira vez que a ouvi a palavra “timorização” (*timorizasaum*) foi no contexto da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL). Alguns professores da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas (FASPOL) debatiam como a introdução do tétum-praça na universidade representaria um processo de “timorização do Ensino Superior”. Isso se daria, explicavam, pelo uso e desenvolvimento científico da língua, tornando viável sua padronização, a publicação de obras acadêmicas no idioma e a consequente ampliação do acesso ao público universitário timo-

rense. A segunda vez que me deparei com a palavra foi numa mobilização dos estudantes da Faculdade de Direito. Entre várias reclamações relativas ao curso, manifestantes afirmavam que a formação em Direito deveria estar mais “adaptada à realidade timorense”, sendo necessário introduzir disciplinas sobre o “direito consuetudinário” e a “história de Timor-Leste”. E naquela situação o uso do termo “timorização” apontava não apenas para a necessidade de transformação do currículo utilizado na Faculdade de Direito, mas voltava-se também para a própria legislação do país que era denunciada como uma “fotocópia da portuguesa”.<sup>5</sup> Em seu protesto, os estudantes declaravam, em voz alta, ser preciso “timorizar o Direito de Timor”.

A palavra “timorização”, no entanto, não é nova. Ela ganhou força em período anterior, especialmente nos anos de 1974-1975, após a Revolução dos Cravos, quando a descolonização tornou-se a política oficial do Estado português. Segundo Mário Lemos Pires (1994, p. 72), o último governador português da província de Timor, dois princípios direcionaram sua conduta na administração no período: “a descolonização deve ser feita com o povo de Timor e nunca contra o povo de Timor” e “descolonizar é passar a gestão dos assuntos de Timor para os timorenses”. Nesse sentido, reformas políticas foram encaminhadas com especial destaque para dois setores: o administrativo e o educacional. E a inserção de quadros timorenses nestes setores era então designada como “timorização”.

O conceito ganhou mais importância no âmbito da educação, onde os desafios colocados pelas reformas no ensino eram inúmeros, incluindo o debate sobre o material didático colonial e a formulação de novas abordagens pedagógicas mais condizentes com a realidade da ilha. Um jornal da província, *A Voz de Timor*, deu especial atenção ao tema e registrou parte da discussão, constituindo hoje uma importante fonte para a compreensão dos embates sobre a “timorização do ensino”. As discordâncias gravitavam, sobretudo, nos temas relativos ao papel da Igreja Católica, das línguas e dos “usos e costumes” neste novo modelo educacional.<sup>6</sup> Evidente era que o problema não se restringia à inserção de quadros

---

5 A legislação timorense é originalmente baseada na portuguesa. Kelly Silva analisou as disputas envolvidas na decisão sobre a legislação timorense adotada quando, no contexto pós-desocupação, circulavam no país profissionais estrangeiros com tradições jurídicas diferenciadas: o Direito indonésio, a tradição *civil law* portuguesa e a tradição de *common law*, usada pelas agências da ONU e cooperações internacionais de matriz anglo-saxã. (SILVA, 2012)

6 Tais conflitos se deram no âmbito do Grupo Coordenador para a Reformulação do Ensino em Timor (GCRET), envolvendo metropolitanos, docentes timorenses e a União dos Estudantes de Timores (UNETIM). À época, o livro de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, chegava ao território e o projeto de reforma do ensino en-

timorenses nas funções públicas, mas colocava a necessidade das instituições adotarem uma visão de mundo que dialogasse mais estreitamente com as questões locais, fomentando uma articulação mais forte entre as dimensões propriamente políticas e epistemológicas do conceito. Trechos de uma plenária organizada pelo Comitê de Educação e Cultura da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) foram publicados na *Voz de Timor* no dia 20 de fevereiro de 1975, quando o principal partido nacionalista do país apresentou um entendimento próprio – e mais radical – do termo.

Timorizar o ensino e os professores não significa somente a substituição dos professores europeus por timores; timorizar o ensino não diz apenas ter feito a uma mudança ou troca dos métodos do ensino; timorizar o ensino não visa exclusivamente a supressão dos textos ou gravuras dos compêndios que circulam nas nossas salas de aula e inserir neles textos ou gravuras que condizem com as realidades culturais, morais, artísticas, sociais, económicas, científicas e geográficas da nossa terra e do nosso Povo. Timorizar é além disso. — é acima de tudo revolucionar as nossas mentalidades assimiladas às do colonialismo; é revolucionar o nosso comportamento, o nosso feito a tipo colonial, junto das massas de estudantes e, em geral, dos populares; é revolucionar a nossa formação colonial, o nosso comodismo, o nosso egoísmo, o nosso conformismo, a nossa alienação colonial. (PROBLEMÁTICA..., 1975)

Aqui, a timorização associava-se explicitamente a outras noções muito caras à época, tais como descolonização, libertação e revolução. Em outro trecho da matéria o representante da FRETILIN declarava: “O colonialismo é uma forma muito atroz de opressão cultural. Por isso o camarada Amílcar Cabral dizia que a Revolução é acima de tudo um acto de libertação cultural”. É bem provável que o conceito de timorização, em sua gênese, seja tributário do diálogo com as ideias gestadas nas lutas de libertação de outras colônias portuguesas, sobretudo em relação às noções de “africanização” e “reafricanização” elaboradas por Amílcar Cabral. Alguns timorenses que integravam a FRETILIN haviam estudado em Lisboa, circulado entre os meios intelectuais dos estudantes das outras colônias e tido acesso à literatura clandestina, revolucionária e liberacionista de então. Amílcar Cabral, um autor guineense de grande influência nestes meios, entendia que

---

contrava a forte oposição do bispo de Díli e de alguns professores conservadores que, entre outras coisas, identificavam na mudança educacional o “risco do comunismo”. (MAGALHÃES, 2016)

a luta de libertação também se dava no combate intelectual e cultural. (LEACH; FERNANDES, 2016)<sup>7</sup> Para ele, a “reafricanização” era um processo de “reconversão dos espíritos”, uma “descolonização das mentes” na recusa da assimilação cultural, entendida como uma forma própria de alienação promovida pelo colonialismo. (CABRAL, 2011) E o sentido do conceito de timorização, tal como proposto pela Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), aproximava-se desta concepção.

Com o estalar do conflito armado entre a União Democrática Timorense (UDT) e a FRETILIN, e a posterior invasão indonésia em dezembro de 1975, os projetos de timorização do ensino foram abandonados. Contudo, não deixa de surpreender a semelhança entre os desafios educacionais colocados em Timor-Leste após a desocupação indonésia e alguns dos aspectos vividos naqueles momentos que precederam a invasão, quando foi elaborado um novo programa de educação geral e inclusive professores portugueses deslocaram-se a Timor para lecionar, trazendo livros e materiais sobre o território que ali não se encontravam. Uma diferença importante, no entanto, é que, naquele contexto, “timorizar” significava principalmente “descolonizar”, o que implicava em “desportugalizar”. Já no século XXI, “timorizar” possui uma nova abertura semântica. O significado da autodeterminação cultural, da valorização das coisas da terra e da gente de Timor continua vivo, mas aquele caráter revolucionário, radical e disruptivo do termo perdeu força. Por outro lado, a conotação nacional e nacionalista do conceito parece ser, hoje, muito mais consensual e acabada que antes. Nos anos de 1974 e 1975, a construção de um Estado-nação independente em Timor-Leste era apenas uma possibilidade, não uma certeza ou um desejo compartilhado por todos que ali viviam.<sup>8</sup> Em Timor-Leste independente, os sentidos da “descolonização portuguesa” e da “desocupação indonésia” foram inseridos no conceito, um vocábulo que também começa a apontar para outras diferenças existentes em relação à grande presença estrangeira no país. Poderíamos então entender a palavra como

---

7 Amílcar Cabral (1979, p. 130) advogava pela valorização do africano como sujeito detentor de cultura. Para isso, se deveria “retornar às fontes”, como forma de conscientização política, fazer o povo conhecer sua própria terra e sua gente, seus problemas e costumes: “a libertação nacional de um povo é a reconquista da personalidade histórica daquele povo, é seu retorno à história através da destruição da dominação imperialista à qual ele foi sujeito”.

8 Em meados dos anos 1970, em Timor-Leste, as ideias nacionalistas eram compartilhadas por apenas uma reduzida parte da população. O próprio Xanana Gusmão (1994, p. 11), em sua autobiografia, comenta os temores que sentiu quando da Revolução do Cravos em Portugal: “fiquei assustado. Independência? Como? Aquela elite timorense não era elite, mas um amontoado de funcionários”.



um descritor genérico dos processos de “nacionalização” dos assuntos de Timor. Falar em “timorização do passado” é, portanto, colocar problemas específicos envolvidos no processo de construção da história nacional de Timor-Leste.

As histórias nacionais se tornaram uma espécie de gênero dominante de escrita da história nos últimos dois séculos. Seu nascimento remonta à própria constituição da história como disciplina científica ocidental no século XIX. Junto com os Estados modernos, também foram criadas instituições para conservar a memória e os documentos, os registros e os arquivos da nação. Não por acaso, os primeiros esforços acadêmicos que construíram as bases da moderna disciplina história utilizaram os próprios marcos institucionais do Estado como referência. (LE GOFF, 2013; NORA, 1993) Nesta abordagem, a nação é o principal sujeito da história e o objetivo do desenvolvimento histórico é a própria realização do Estado-nação. Em geral, a historiografia nacional tende a assumir uma perspectiva linear tripartite – articulada em função do passado, presente e futuro – e a produzir uma história de cima para baixo, partindo da formação estatal e fragilizando as narrativas locais, minoritárias e mais complexas. Assim concebida, a narrativa histórica segue um pensamento retrospectivo e teleológico, de modo que o passado torna-se objeto de julgamento moral em função de um valor abstrato maior: o progresso da nação.<sup>9</sup>

Contudo, se é verdade que nem toda narrativa histórica é nacional, pois pode adotar outros objetos e perspectivas, deve-se considerar que toda nação é necessariamente histórica. Ou seja, toda nação precisa ser imaginada como dotada de um passado e, para tal, demanda “produtores de história”: profissionais, professores, pesquisadores, escritores, comunicadores, artistas e artífices de narrativas e imagens capazes de expressar a longevidade, a antiguidade e a profundidade temporal da nação. (CHATTERJEE, 2004; COHN, 1996; HOBSBAWM, 2011) O conceito de nação aqui utilizado inspira-se na clássica acepção oferecida pelo estudioso do Sudeste Asiático, Benedict Anderson (2009): ela é uma “comunidade política imaginada”. Esta comunidade nacional também pode ser entendida como uma “tradição inventada” (HOBSBAWM; RANGER, 2002), na medida em que não é um dado natural, mas resultado de um processo deliberado de seleção e manufa-

---

9 A história nacional, entretanto, não adota um modelo narrativo imutável, podendo assumir variações diversas: com posicionamentos ideológicos mais à direita ou à esquerda; podendo destacar em suas narrativas aparelhos de Estado ou movimentos anti-institucionais; valorizando antigos elementos imperiais ou mesmo características regionais e de países vizinhos; também identidades autóctones ou mesmo de populações imigrantes; além da possibilidade de sempre poder incorporar novas versões de nacionalismos mais fechados ou tendências mais abertas e universalistas. (LORENZ; BERGER, 2010)

tura social. Como afirmou Ernest Gellner (1981): “o nacionalismo inventa nações onde elas não existem”.<sup>10</sup> Por isso, todos nacionalismos estão implicados com o poder político e as tecnologias da violência, visto que também são os principais envolvidos na criação e definição das margens e fissuras da nação, estabelecendo dispositivos de gestão e identificação de seus próprios riscos e perigos.<sup>11</sup> As nações não são puras nem expressam a essência orgânica e étnica de um povo. Nas palavras da intelectual do Zimbábue, Anne McClintock (2010, p. 518), elas são “sistemas contestados da representação cultural que limitam e legitimam o acesso das pessoas aos recursos do Estado-nação”. Por isso, o poder da imaginação é um tema caro a este livro. Especialmente em momentos de profunda transformação social, quando está em curso a redefinição das identidades e autoimagens coletivas, a manipulação do imaginário adquire centralidade estratégica na consolidação e manutenção dos regimes políticos.

Nesta pesquisa trato de contextos e obras em que é possível flagrar como as narrativas nacionais interagem com um conjunto de localidades sensíveis, onde se cruzam múltiplas temporalidades e memórias. Esta pluralidade de presenças se manifesta em cerimoniais e alegorias, fotografias e filmes, monumentos e ambientes construídos. São elementos visíveis e dotados de materialidade própria, que podem fazer o passado ressurgir em formas modificadas e contingências. Ao localizar e seguir artefatos da história e representações da nação, pensados como conhecimentos situados em redes de relações materiais e simbólicas, abordando-os simultaneamente como práticas e objetos que circulam e são mimetizados, e neste processo são reforçados, silenciados e contestados. Este movimento mul-

---

10 Mas Gellner tende a associar invenção com falsidade, enquanto para Benedict Anderson as comunidades nacionais se distinguem não por sua falsidade ou autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas e pelos recursos de que lançam mão. Nesta perspectiva, o que torna as nações possíveis não é apenas o poder de seus criadores e produtores, mas também a capacidade destas invenções fazerem sentido para as pessoas. Este aspecto da recepção das obras da imaginação é importante, pois permite compreender como as nações podem adquirir uma profunda legitimidade emocional e sentimental, revelando que “é por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo”. (CARVALHO, 2005, p. 10)

11 Arjun Appadurai (2009) definiu nacionalismo como uma estrutura que subjaz à ideia de nação, na qual uma identidade majoritária é pensada como “natural” e “nativa” – palavras estas que compartilham o mesmo radical que “nação” (do latim, *nationem*: estirpe, raça). Segundo o antropólogo indiano, processos políticos de “naturalização” e “purificação nacional” podem transformar grupos minoritários e dissidentes em alteridades ameaçadoras, que devem ser contidas ou, mediante condições extremas, eliminadas como inimigos nocivos.

tifacetado de criação, recepção e luta pela nacionalização da história de Timor-Leste chamo de “timorização do passado”.

## Tempos de Timor

Na segunda metade do século XX, Timor-Leste experimentou duas sucessivas eras de dominação estrangeira, uma portuguesa e outra indonésia. Em Díli, com frequência, escutei a história contemporânea do país ser narrada como uma sucessão de três tempos sobrepostos: um “tempo português” (*tempu português*), um “tempo indonésio” (*tempu indonésia*) e um terceiro e fugidio “tempo do agora” (*tempu agora*). Este último já me foi descrito também em termos de “tempo da independência” (*tempu independensia* ou *tempu ukun-rasik-an*). Muito menos preciso, como todo vivo presente, é a partir deste último “tempo” que os outros dois anteriores são definidos, ganham corpo e significado. A divisão destes tempos e as nacionalidades das duas primeiras adjetivações evidenciam como as sucessivas experiências de domínio estrangeiro são marcadores determinantes da história contemporânea, tal como compreendida pelos timorenses. Elas recortam o fluxo dos acontecimentos entre antes e depois e estabelecem horizontes de sentido nas interpretações e relatos produzidos no país.

O frequente uso, a densidade e a força das reflexões a respeito da organização destes “tempos” parecem situá-los como tipos especiais de representações da história nacional, constituindo categorias temporais que se assemelham ao conceito de “período” mobilizado pelos historiadores profissionais para recortar cronologias e definir eras específicas. (BRAUDEL, 1978; KOSELLECK, 2012) E as características dos três períodos acima destacados explicitam regimes políticos determinados que envolvem imposições linguísticas próprias, sistemas educacionais específicos, assim como diferentes mecanismos de projeção da autoimagem por meio do recurso à história. Em Timor-Leste estes “tempos” comumente são diferenciados entre si, lançados uns contra os outros. Em conversas cotidianas é possível perceber como suas qualidades são avaliadas como “boas” ou “más”. E, neste processo, tais “tempos” tornam-se objetos de cotejo, comparação e julgamento no ato mesmo de reflexão sobre a história nacional.

Tais aspectos foram bem percebidos por outros pesquisadores. Michael Leach (2006, 2009) argumentou que o passado de Timor-Leste deve ser lido através da sobreposição de diversas camadas temporais. Estas descontinuidades que caracterizam a história recente do país tensionam o debate sobre a historiografia e expõem a competição de visões sobre a identidade nacional. Tais conflitos são mais evidentes quando o tipo de nacionalismo anticolonial timorense dos anos 1970 é

contraposto ao nacionalismo anti-indonésio que se desenvolveu durante o período da ocupação. Ambos nacionalismos, por sua vez, estão conectados e, em vários sentidos, se opõem às formas particulares de interpretação do passado elaboradas pelas narrativas portuguesas e indonésias. Segundo Leach (2010), a visão do primeiro nacionalismo timorense é aquela que tem dominado politicamente o Estado pós-independência. E isso se manifesta na própria oficialização da língua portuguesa, elemento importante para a geração nacionalista que foi letrada em português e imaginava esta língua como um vetor de unificação do país nos anos 1970. (LEACH, 2006) A difusão do tétum-praça nos anos 80 do século XX, por meio da Igreja Católica, e a disseminação da língua indonésia escrita, através do sistema escolar, mudou a situação linguística do país e tornou o português uma língua não tão popular entre os timorenses que foram educados depois da anexação indonésia. “Anexação” e “integração” são, inclusive, termos específicos difundidos pelo aparato indonésio para narrar aquilo que, na perspectiva da resistência timorense, é chamado de “invasão” e “ocupação”.<sup>12</sup>

A forma de se qualificar os diferentes “tempos de Timor” está, portanto, relacionada à presença de um aparato estatal para gerir a população em cada um destes tempos, e a criação de diferentes gerações timorenses resultantes destas gestões políticas. Esta demarcação geracional também adquire nome próprio e ocorre em função dos três “tempos”: a *gerasaum 1975*; a *gerasaum foun* (nova geração), também chamada de *gerasaum Timtim* (geração *Timor Timur*); e a *gerasaum independensia*. Este último termo é menos preciso e corresponde, grosso modo, àqueles que tiveram sua infância no período de transição para a independência ou que nasceram após a consulta popular em 1999. Ao discutir os conflitos intergeracionais em Timor-Leste, Marisa Ramos Gonçalves (2012) enfatizou que a definição de tais categorias é desenhada nas distensões políticas a respeito da

---

12 A sobreposição dos “tempos de Timor” também foi problematizada por Kelly Silva (2012), em sua etnografia da formação do Estado timorense. Ela descreveu como entre timorenses educados no *tempu português* era comum a perspectiva de que a Indonésia teria sido responsável pela difusão de maus hábitos entre a população, tais como a “indisciplina” e a “corrupção”. Por outro lado, também relatou como timorenses educados no *tempu indonésia* com frequência criticavam a falta de investimento do Estado português na infraestrutura e nos serviços públicos do território, principalmente em comparação às políticas implementadas pelo Estado indonésio quando muitos timorenses foram educados em nível superior e tiveram acesso aos meios de comunicação de massa. “As formas como diferentes gerações de leste-timorenses abordavam ora o ‘tempo português’, ora o ‘tempo indonésio’, revela-nos que, em muitos sentidos, elas reproduziam os discursos coloniais dentro dos quais foram educadas”. (SILVA, K., 2012, p. 400)

identidade nacional e depende do repertório cultural mobilizado pelos sujeitos que se formaram antes ou depois dos principais marcadores históricos do país. Mas quais são estes principais marcadores históricos?

Considerando a sobreposição dos três tempos aqui discutidos, ganham especial destaque as balizas que os separam. Com isso, temos dois grandes marcos históricos que dividem os “tempos de Timor”: 1974-1975 e 1999-2002. O primeiro episódio inaugurado com a Revolução dos Cravos, seguida por uma dramática guerra civil, desaguando na proclamação da independência e a invasão da Indonésia; o segundo iniciado com os violentos tumultos que acompanharam o referendo popular, desembocando na brutal desocupação indonésia, na intervenção das forças da ONU (UNTAET) e na restauração da independência. Mais que datações cronológicas, estes marcos são processos situados, momentos turbulentos e caracterizados pelas bruscas experiências de transição do *tempu português* para o *tempu indonésia*, e deste para o *tempu independensia*. Tais episódios são percebidos como fraturas que quebram a representação de uma história contínua, evidenciando a drástica articulação entre distintos regimes administrativos, monetários, educacionais e linguísticos instaurados no território por meio do poder político e militar. Por isso, estes dois divisores dos tempos de Timor são importantes “eventos críticos”, tal como conceituou a antropóloga indiana Veena Das (1995).<sup>13</sup>

A criticidade destes acontecimentos contribuem para inflexões nas visões presentes sobre o país, dobrando sua história em partes. Com isso, o trânsito entre os “tempos de Timor” parece demandar um preço, algum tipo de custo envolvido na passagem, já que seus divisores foram momentos de perda e de morte, incidentes que deixaram registrado na memória e no território nacional a intensidade da força brutal utilizada para se quebrar a representação contínua do tempo histórico. A afirmação, contestada por Hannah Arendt (2001), de que “a violência é a parteira da história”, talvez se encaixe bem no entendimento da gênese destes “tempos de Timor”. Por isso, a interpretação a respeito destes eventos críticos (e de tantos outros) não são de modo algum ponto pacífico entre timorenses, assemelhando-se mais a campos de força dentro dos quais narrativas posteriores se desenrolaram,

---

13 Veena Das (1995) forjou este conceito como forma de dar inteligibilidade aos grandes momentos significativos da história indiana contemporânea, como o desastre industrial de Bhopal e a partição da Índia. Segundo a antropóloga, os eventos críticos perturbam, produzem emoções e sentimentos que canalizam, desviam e reenviam narrativas, tornando certas histórias dizíveis e outras não. Eles são críticos, também, pois manifestam crises e impasses conflitantes de onde surgem novas formas de agência e significação política. Tais episódios provocam inflexões na vida daqueles que o experimentaram diretamente e também daqueles que são histórica e imaginariamente por eles alcançados.

vozes foram amplificadas ou emudecidas. De fato, a delicada dimensão do não dito, e mesmo do inenarrável, é um dos aspectos mais desafiadores para qualquer estudo que se debruça sobre o poder das histórias no país.

Em sua reflexão sobre os limites dos estudos pós-coloniais, Anne McClintock (2010) criticou acidamente a retórica das “etapas” mobilizada em alguns destes trabalhos. Segundo ela, apesar do ímpeto “antiprogressista” dos estudos pós-coloniais, seu pensamento ainda estaria “assombrado pela própria figura do desenvolvimento linear que pretendia desmontar”. Como resultado teríamos aí um novo compromisso com a ideia de progresso, que “marca a história como uma série de estágios ao longo de um memorável caminho do ‘pré-colonial’ ao ‘colonial’, ao ‘pós-colonial’”. Neste sentido, a autora condena o argumento de que o poder colonial estrangeiro deve ser entendido como um marcador determinante da história. “Em outras palavras, as múltiplas culturas do mundo são marcadas, não positivamente pelo que as distingue, mas por uma relação retrospectiva subordinada em relação ao tempo linear europeu”. (MCCLINTOCK, 2010, p. 29-30) Esta crítica é pertinente, ainda que no caso de Timor-Leste trate-se da marcação de um tempo português, europeu-ocidental, somado a outro indonésio, asiático-oriental.

De fato, a aparente simplicidade dos três “tempos de Timor” foi apreendida por mim, antes de tudo, na forma de um profundo incômodo. Como professor de história e educador em campo, muitas vezes me vi recusando tais categorias. Aborrecido, brigava com elas, torcendo-as e quebrando-as em mil pedacinhos. Nas discussões em sala de aula ou fora dela, argumentava sempre em favor da multiplicidade, da heterogeneidade e da complexidade das situações vividas por trás de cada um destes “tempos”. Para mim, eles definitivamente não poderiam ser tratados como grandes blocos históricos homogêneos. Não obstante seu poder explicativo, este era um tipo de conhecimento histórico com o qual teimava. Se é claro que os 24 anos do *tempu indonézia* em Timor não se processaram do mesmo modo, imagine o que dizer do tão provalado “450 anos de colonialismo português”?<sup>14</sup>

Seja como for, estas categorias do entendimento histórico importam em Timor-Leste, e o *tempu português*, o *tempu indonézia* e o *tempu independensia* são muito mais que “etapas lineares”, para retomar a importante crítica de Anne McClintock. Esses tempos também são “lugares de fala”, formas de localização histórica de um saber que nem sempre é fácil de ser situado. Recusar estas

---

14 Em Timor-Leste, a imaginação histórica vai longe e permite comparar diferentes períodos do passado sem maiores mediações. Tal qual o argumento que ouvimos com certa frequência para explicar as desigualdades manifestas na escolarização implementada pelos dois regimes anteriores: “os indonésios fizeram em 24 anos em Timor o que os portugueses não conseguiram fazer em 450”.

categorias é recusar um modo importante no qual os colonizados apropriaram-se da própria experiência colonial para elaborar e imaginar sua própria história. Além disso, eles podem ser, nas palavras do antropólogo português Miguel Vale de Almeida (2007, p. 33), uma forma de “reler a colonização como um processo que é essencialmente transnacional e translocal”, e não “uma periodização baseada em estádios”. Enfim, não vejo a disposição sequencial e cronológica destes tempos como um necessário caminho exitoso e de aperfeiçoamento para Timor-Leste. E nisso não sou o único. Inclusive, há quem diga no país que “o tempo verdadeiramente bom foi antes dos portugueses chegarem”.

## Historiografia e escrita de histórias

Um dos aspectos mais notáveis sobre a historiografia a respeito de Timor é que ela é basicamente quase toda escrita por não timorenses. Como reconhecia John G. Taylor (1993, p. 19) em tom de denúncia: “a história de Timor é largamente escrita sob uma perspectiva europeia. [...] Os timorenses existem apenas a partir do momento em que entram em contato com o colonialismo”. No período colonial os documentos e registros produzidos a respeito da ilha eram fundamentalmente europeus e, tal como acontece em outros impérios, a grande massa documental estava concentrada na metrópole, ainda que no caso de Timor arquivos coloniais também se encontrem em Goa e Macau, já que até fins do século XIX tais centros assumiram o comando administrativo do território. Publicada em 1867, *As possessões Portuguesas da Oceania*, escrita por Affonso de Castro, foi a primeira obra que pretendeu estabelecer uma narrativa histórica coerente da colônia. O trabalho se tornou paradigmático e durante um longo tempo foi o único estudo disponível sobre o tema. Apenas sob o Estado Novo em Portugal (1933-1974), num contexto de exaltação do empreendimento ultramarino, que outras histórias escritas foram publicadas, quase sempre desconhecendo a historiografia colonial holandesa sobre a região e ignorando quase que completamente as tradições das histórias orais autóctones. (HÄGERDAL, 2015) Neste contexto, especial destaque deve ser dado aos trabalhos de Artur Basílio de Sá (1961) e seus estudos históricos, linguísticos e da literatura oral tetumófono.

Com a ocupação indonésia, em 1975, a produção historiográfica sobre Timor-Leste adquiriu outros contornos. De modo geral, a estratégia discursiva adotada pelo Estado invasor foi a imposição do silêncio. Além da narrativa oficial de Suharto, nada ia para fora. Imaginava-se que com o tempo o mundo esqueceria o que ali se passava. Com exceção de alguns casos nos anos 1990, o controle rígido a respeito da circulação dos discursos foi a postura geral adotada pela Indonésia

durante quase um quarto de século (1975-1999). Reconhecido pela ONU como um território não autônomo sob responsabilidade de Portugal, a invasão era ilegal perante o Direito Internacional. Neste período, a chamada “questão de Timor” foi objeto de complicadas disputas e manobras diplomáticas que buscavam, de um lado, a manutenção, e, de outro lado, a retirada do tema do Conselho de Segurança da ONU, tornando o impasse um caso paradigmático para os estudos das Relações Internacionais no fim da Guerra Fria. (CUNHA, 2001; LIMA, 2002)

Se a suspensão do Estado de Direito já era bem estabelecida em todo arquipélago indonésio, devido à ditadura militar introduzida pela *Orde Baru* (Nova Ordem) de Suharto, na província de *Timor Timur* as regras eram mais excepcionais ainda. O bloqueio político da ilha fazia com que as informações circulantes, que lá chegavam ou que de lá saíam, fossem contidas pelas barreiras da censura. Provinham do território apenas notícias oficiais do Estado ocupante, também algumas cartas e fotos que conseguiam passar na peneira do controle. As importantes informações clandestinas que chegavam ao exterior o faziam unicamente através dos circuitos ilegais e informais, quase sempre conectados à resistência timorense e às redes de solidariedade internacional.<sup>15</sup>

Grande parte da produção discursiva, não apenas escrita, mas também musical, imagética e audiovisual feita sobre Timor-Leste e que circulava internacionalmente, carregava consigo um significado atado e moldado pelo conflito, um combate armado, dentro do território, e um combate diplomático, fora dele. As formas de narrar, ver e cantar Timor-Leste assumiam assim um tom militante e de denúncia frente à situação vivida. Dado o silêncio imposto pelo Estado ocupante e as potências que o apoiavam – sobretudo Estados Unidos e Austrália –, qualquer discurso sobre Timor-Leste na esfera pública internacional já carregava consigo um conteúdo político, não tanto pela mensagem que porventura portasse, mas pelo tenso contexto que impregnava qualquer narrativa associada à questão. (WISE, 2004) A política de controle de informações sobre o território

---

15 Jill Jolliffe (1989, p. 8), jornalista e ativista australiana, descreve a complicada trama de mediações e fontes mobilizadas para escrever, durante a ocupação indonésia, seu estudo histórico: “Todos os que contribuíram para a cadeia de informações são parte integrante da história de Timor: o camponês analfabeto que viaja a pé pelas montanhas com sua preciosa carga de informações escondidas entre as roupas; o intermediário no bazar de Díli; o timorense em Jacarta que se arrisca a ser preso e torturado por passar palavras e imagens para o exterior; o oficial indonésio que se arrisca a ser julgado por traição porque põe os princípios humanos acima da nacionalidade, abraçando o timorense como seu irmão; e o padre que apesar da intimidação presta seu testemunho de cristão”.



era, portanto, a outra face da política das obras culturais e científicas veiculadas sobre o país.

O processo que levou à restauração da independência mudou isso. Ele esteve implicado numa explosão discursiva das formas de representação. Narrar e imaginar Timor-Leste passaram, a partir de então, a adquirir outros sentidos não mais tão atados à emergência política que o período de ocupação indonésia impunha. Agora o presente já não urge e se busca representar a história reatando de modo forte os laços do passado com o futuro da nação. E dentro do território, a definição sobre “aquilo que aconteceu” tornou-se um importante recurso para a legitimação das lideranças nas disputas políticas e na elaboração de projetos nacionais. De fato, uma das consequências mais importantes da desocupação indonésia, do ponto de vista discursivo, foi que ela levou a uma espécie de desbloqueio epistemológico nas formas de representação e conhecimento produzidas sobre Timor-Leste. De modo que a ordem dos discursos no território é hoje incomparavelmente mais aberta, livre e tolerante que aquela estabelecida durante o período da ocupação. Deixando de gravitar em torno do problema urgente de um “povo violado” e de uma “nação sem Estado”, as representações contemporâneas passam agora a atuar na edificação do próprio Estado-nação, desenhando-o e imaginando-o a partir de horizontes de expectativa variados.<sup>16</sup> A instauração de um novo regime de produção da história no país não implicou, no entanto, numa liberdade irrestrita em relação ao que se pode e deve falar sobre o passado. A produção contemporânea ocorre sob novas bases e seus princípios serão investigados em alguns capítulos deste livro.

As dificuldades que a escrita timorense da história enfrenta atualmente se aproximam daquelas descritas por Antônio Cândido em sua reflexão sobre as “condições materiais de existência da literatura” nos novos países: o baixo letramento da população; a precariedade do sistema educacional; a pequenez do público leitor disponível potencializada pelo multilinguismo vigente; a escassez de meios de difusão escritos, com poucas editoras, livros, bibliotecas e arquivos;

---

16 Um exemplo desta abertura epistemológica expressa-se na Timor-Leste Studies Association (TLSA), criada em 2005 por pesquisadores que estavam diretamente engajados na campanha de solidariedade internacional pela libertação de Timor-Leste. Uma das razões para a fundação da TLSA foi destacar os estudos sobre o país do enquadramento neocolonial proposto pelos “estudos indonésios”, onde foi inserido durante os anos da ocupação. A TLSA mantém ainda hoje o espírito de amizade desta campanha internacionalista: integrando colaboradores de várias nacionalidades, publicando nas quatro línguas reconhecidas pela constituição timorense (tétum, português, indonésio e inglês), defendendo a liberdade de expressão, o direito de autodeterminação e de oposição à autoridade ilegítima. (LEACH; FERNANDES, 2016)

a dificuldade de especialização dos escritores e pesquisadores em suas tarefas, geralmente realizadas marginalmente ou de forma amadora. (CÂNDIDO, 2011, p. 172) A aproximação entre literatura e história faz todo sentido aqui. Em Timor-Leste, a produção intelectual não é segmentada nos campos autonomizados da arte, ciência e política. Daí a narração da história nacional ser algo transversal e que antecede a própria formação dos campos científicos e universitários do país.

Hoje, a produção literária timorense em língua portuguesa ainda é “extrovertida”, mais orientada para o público estrangeiro que o nacional, visto que a maioria dos timorenses não domina o idioma do antigo colonizador. Na literatura escrita timorense destaca-se o especial lugar atribuído à poesia, gênero mais próximo da literatura oral. Já a prosa timorense emergiu durante o período da ocupação e foi produzida na diáspora. Assim, os poucos romances começaram a aparecer nos anos 1990, escritos por autores situados longe de casa e que carregavam no texto um forte tom memorialista, como se pode ver nas obras de Luís Cardoso, Domingos de Souza e Ponte Pedrinha. (BARBOSA, 2013; OLIVEIRA, 2014) Mesmo a rica e emergente literatura escrita tetumófona também é relativamente pequena, de modo que, em 2013, afirmava-se ser possível “ler num espaço de tempo relativamente curto todos os livros em tetum que existem”. (ESPERANÇA, 2013)

João Paulo Esperança, tradutor e crítico português radicado em Díli, estabeleceu uma conhecida distinção entre “literatura timorense” e “literatura de Timor”. Enquanto a primeira classificação diria respeito à produção exclusivamente escrita pelos naturais, a segunda se referiria a um conjunto mais alargado de escritos com a temática de Timor, incluindo aí autores nacionais e estrangeiros. João Esperança considera que o segundo grupo possui um *corpus* de publicações muito mais ampliado que o primeiro. (ESPERANÇA, 2005) Trata-se, em todo caso, de uma classificação que se baseia no critério da nacionalidade da autoria. Trazendo tal distinção para o terreno da historiografia poderíamos estabelecer uma diferença entre “história timorense” e “história de Timor”, e veríamos também aí uma semelhante desigualdade na massa de publicações. Importa que uma distinção fundada exclusivamente na autoria esconde uma outra diferença talvez mais importante, sobretudo para esta pesquisa, e que diz respeito justamente à recepção das obras. Neste estudo, postulo que o caráter propriamente timorense da produção da história não reside tanto no grande ou pouco envolvimento dos nacionais nesta produção, mas principalmente no fato de que estas obras geraram outras formas de se narrar, ver e imaginar Timor-Leste, para os outros e também para os seus.


## Organização do livro

O livro está estruturado em sete capítulos e, com exceção dos capítulos 4 e 5, que foram pensados como uma dupla, todos os outros possuem relativa autonomia e podem ser lidos separadamente. O primeiro capítulo problematiza o material didático e o ensino de história em Timor-Leste, situando esta questão a partir de minha inserção como professor no mundo universitário e escolar, e explorando aspectos ligados à geopolítica do conhecimento e ao processo de reestruturação curricular conduzido pela cooperação internacional. O segundo capítulo centra-se nos anos 1970 e propõe um exame contextual e crítico da obra de Abílio Araújo, o primeiro timorense a propor uma escrita propriamente nacionalista da história do país. O terceiro capítulo dialoga com o anterior, articulando historiografia e nacionalismo. Ali persigo um gênero singular de representação da história: a imagem de Dom Boaventura. Para tal, analiso a construção visual do primeiro herói nacional timorense com o objetivo de relacionar as políticas visuais com as políticas da memória num processo de longa duração.

O quarto e quinto capítulos adentram no campo da antropologia dos museus. Ali interrogo o processo mais amplo de musealização e memorialização da história nacional. Para tal, proponho uma leitura de contraponto das duas mais importantes instituições da memória timorense: o Memorial de Balide e o Arquivo & Museu da Resistência Timorense. Enquanto no capítulo quatro comparo o processo de criação das duas instituições e os desafios envolvidos na formação de seus respectivos arquivos, no capítulo seguinte proponho uma etnografia de suas exposições permanentes e problematizo as subjetividades, afetos e efeitos produzidos no público. O contraponto dos espaços e discursos museológicos sobre a história constitui uma estratégia metodológica para tomar distância e permitir a análise, identificando características do “pensamento institucional” ali presente, mas evitando pôr muita ênfase no discurso de um ou outro destes ambientes.

O sexto capítulo tematiza dimensões políticas da história audiovisual de Timor-Leste, interrogando o processo de transformação da história da luta de libertação em filme de ficção. Para tal, contextualizo a produção fílmica sobre o país e proponho a análise de três dramas históricos premiados e que retratam eventos críticos: *Answered by Fire* (2006), *Balibo* (2009) e *A Guerra da Beatriz* (2013). O sétimo e último capítulo trata das celebrações dos “500 anos de Timor-Leste”. Ao discutir este grande ritual de Estado, realizado no ano de 2015, demonstro como os significados mobilizados nestas comemorações, inspiradas em modelos rituais de tradição colonial, só podem ser adequadamente compreendidos

a partir da articulação de diferentes camadas de tempos históricos. Ao final do capítulo ofereço uma leitura em contraponto das celebrações dos “500 anos” de Timor-Leste e do Brasil, de modo a localizá-las (e tensioná-las) numa paisagem global mais ampliada, o “espaço lusófono”, noção aqui tomada sob uma perspectiva evidentemente crítica. Ao final do percurso, e a título de conclusão, ofereço uma visão geral dos principais achados da pesquisa.



## EDUCAÇÃO HISTÓRICA E GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO: o livro didático nas tramas da cooperação internacional e da sala de aula

### Ensinando história

No ano de 2012, quando cheguei em Timor-Leste, deparei-me com o problema da história, em primeiro lugar, como educador. Contratado como professor-visitante da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), tive a oportunidade de lecionar várias cadeiras no campo das ciências sociais, mas logo ao chegar na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas (FASPOL) fui encarregado da disciplina “História de Timor-Leste”. À época, me disseram, não havia professores de história disponíveis e duas turmas estavam atrasadas e contando com a matéria para seguir com o curso. Então comecei a me preparar e estudar mais sistematicamente o assunto. Na busca por referências, não encontrei programas de curso disponíveis e o pouco material de ensino que tive acesso estava todo escrito em *bahasa indonesia*, a língua da antiga potência invasora. Me dedicava à literatura especializada que tinha em mãos, mas possuía sérias dúvidas se tinha condições de me responsabilizar pela disciplina. Reticente, assumi as aulas e lembro de duas questões que martelavam minha cabeça. Uma refletia problemas de método; a outra, sobre meu lugar de fala: “como posso fazer isso do melhor modo?” e “poderei eu ensinar a história deles?”.

Ao indagar alguns professores timorenses da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas sobre porque não havia docentes que assumissem a disciplina, obtive várias respostas, entre elas: “não há professores formados em história”; “não tem material disponível”; “a história é muito recente, é difícil de falar”; “as pessoas vão discordar do que eu disser”; “eu prefiro não falar sobre isso”; e “tem de ser alguém de fora para entender melhor”. Respostas próximas a estas também haviam sido identificadas por Michael Leach com professores de história do ensino secundário em Timor-Leste, ocasião em que notou como a grande maioria dos professores ensinam história a partir de sua experiência pessoal, falando aos estudantes “a verdadeira experiência que eles sofreram durante a ocupação”. (LEACH, 2010, p. 125) Seja como for, estes eram posicionamentos perante o ato de ensinar história que demonstravam que abordar o tema era um desafio.

Em busca de orientações, conheci o professor Abraão dos Santos, o único docente na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas que, à época, ministrava o curso de “História de Timor-Leste”. Abraão trabalhava no Ministério da Educação como Diretor Geral do Ensino Superior e, assim como eu, não era formado em história. Devido à falta de professores disponíveis na área, ele dava aulas desta disciplina no tempo livre, sempre no horário de almoço, entre 12:00 e 14:00, e depois do trabalho, a partir de 17:00 em diante. Sua assertividade e seu estilo enérgico me impressionavam. Tornei-me assíduo frequentador de suas aulas de história. Tratava-se de um professor timorense muito respeitado entre os pares, que lecionava com entusiasmo em tétum-praça e que, volta e meia, lançava frases e conceitos em língua portuguesa e indonésia. Gostava de gerar polêmicas e promover debates em sala de aula. Em nossas conversas pessoais, Abraão reconhecia a falta de materiais acadêmicos acessíveis e as dificuldades relacionadas à formação de professores, sobretudo no campo da história. Mas acreditava também haver outros desafios, talvez mais importantes, a serem enfrentados, tais como a própria construção de um ambiente universitário com condições para desenvolver hábitos de leitura, de escrita acadêmica e o gosto pelo pensamento científico e investigativo.

A maioria dos jovens que frequentavam a Faculdade de Ciências Sociais e Políticas não era da capital, vinha do montanhoso interior do país. Nascidos nas aldeias dos *sukus* (as menores circunscrições administrativas do país) e quase sempre criados nas suas línguas maternas locais, aqueles estudantes cresceram em contextos muito pouco ou nada urbanos. Vinculados a linhagens de parentes-co e casas tradicionais (*uma lisan*), com costumes e prescrições específicas, além de uma provável iniciação na Igreja Católica, muitos destes jovens chegavam na capital e reproduziam ali os valores que aprenderam em casa. Para muitos destes estudantes universitários, viver em Díli era um mundo novo. Eles experimen-



Por outro lado, as disciplinas mais próximas ao que seria “História Geral” também apareciam como “História Universal” e “*Istória Mundu*” (História Mundial), enquanto outras tendiam para uma abordagem regional, como “*Pacific Asia History*”, ou temática, como “*Sajarah Dunia Ketiga*” (História do Terceiro Mundo).

No caso dos cursos voltados para a história nacional, os programas da disciplina focavam principalmente no processo de descolonização, iniciando quase sempre a disciplina com o fim do colonialismo português nos anos 1970, passando pela ocupação indonésia e concluindo com a restauração da independência nos anos 2000. Tratava-se, em todo caso, de uma história de “curta duração”, focada na narrativa da “luta de libertação”, por vezes ministrada em tétum, em português, em indonésio ou mais de uma língua. Assim, o conteúdo apresentado nos programas parecia antes narrar o movimento nacionalista timorense que propriamente problematizar o conhecimento histórico sobre o país. Eram abordagens articuladas em função de uma perspectiva naciocêntrica e que destacavam a recente história de formação do Estado timorense como um tipo de realização fundamental e conclusiva. E esta me pareceu ser uma característica presente em diversos programas de história nacional que tive acesso.

Após alguns encontros iniciais com a turma, ajustei e apresentei um programa da disciplina “História de Timor-Leste” que valorizasse as conexões regionais e os processos de longa duração. Iniciava com o debate entre mito e história, oralidade e escrita; passava pelo povoamento do arquipélago e a distribuição dos troncos linguísticos regionais; discutíamos a presença do Império Português no Oriente; as relações entre o chamado “animismo”, o islamismo e o cristianismo; o reestabelecimento do poder colonial português em Timor logo após a invasão japonesa na Segunda Guerra Mundial; e concluía com o fim do Império Português e a ascensão dos nacionalismos. Mais que uma história ordenada cronologicamente, preferi selecionar certos temas específicos transversais para serem analisados num processo histórico mais alargado no tempo e no espaço. O trabalho dos estudantes foi um estudo em grupo de “história oral”, uma atividade que deveria atravessar todo o desenvolvimento do curso. O trabalho deveria ser feito em várias etapas. Primeiro, a preparação das perguntas e a entrevista de um ancião (*katuas*) que deveria ser feita na sua língua materna. Depois, a entrevista deveria ser traduzida para o tétum e apresentada na forma de seminário para a turma, quando todos discutiriam as questões levantadas pelo grupo. Posteriormente o grupo deveria retornar ao entrevistado focando em pontos que não ficaram claros e que foram levantados na aula. Por último, um documento final da entrevista com o ancião (*katuas*) deveria ser entregue ao professor, na forma de texto escrito em língua portuguesa e no formato acadêmico.

Além de lançar questões metodológicas e de reflexividade histórica para os próprios alunos, aquele meu programa de curso também tinha uma segunda di-



menção estratégica: evitar o debate central, conduzido por um recém-chegado, a respeito do violento último quartel do século XX em Timor-Leste. Um tema com o qual não me sentia nada confortável à época, mas que acabei discutindo com esta mesma turma no semestre seguinte. No decorrer das aulas enfrentei algumas dificuldades, sobretudo linguísticas, as minhas próprias, claro, mas também aquelas associadas às habilidades de leitura e escrita da turma. E mesmo sem alcançar o tempo presente, o curso de “História de Timor-Leste” foi bem apreciado pelos estudantes que, na avaliação coletiva final, destacaram terem aprendido mais sobre as relações linguísticas e religiosas com as ilhas vizinhas e, principalmente, valorizaram o fato de terem feito entrevistas e praticado história oral.

**Quadro 1.** Programa da disciplina “História de Timor-Leste” do autor

	Disciplina de “História de Timor-Leste” oferecida no primeiro semestre de 2012
Aula 1	Apresentação e discussão sobre conhecimento histórico. O que é a história de Timor-Leste?
Aula 2	Análise do “mito do crocodilo”. Relações entre mito e história.
Aula 3	Relações entre história oral e escrita. Existe pré-história? Como fazer entrevistas.
Aula 4	A ilha de Timor na região: Ásia e Oceania, as culturas da austronésia e da melanésia. Escolha de ancião timorense para fazer entrevista.
Aula 5	História das línguas de Timor: malaio, português e tétum-praça. Debate sobre a tradução e a transcrição de entrevistas.
Aula 6	Etapas da presença colonial portuguesa: do sândalo às “guerras de pacificação”. Apresentação oral das entrevistas.
Aula 7	Religiões na história regional: debate entre o “animismo”, o cristianismo, o islamismo e o hinduísmo. Apresentação oral das entrevistas.
Aula 8	Representações coloniais de Timor: imagens da antropologia portuguesa. Apresentação oral das entrevistas.
Aula 9	A Segunda Guerra Mundial: holandeses, australianos e japoneses em Timor. Preparação de nova entrevista: seleção de temas.
Aula 10	O pós-guerra e a reconfiguração política regional. Preparação de nova entrevista.
Aula 11	Representações coloniais de Timor: o trabalho de Ruy Cinatti. Apresentação oral das entrevistas.
Aula 12	Revolução dos Cravos, descolonização e nacionalismo. Apresentação oral das entrevistas.
Aula 13	Apresentação oral das entrevistas. Preparação de relatório escrito das entrevistas.
Aula 14	Como relacionar documentos escritos nos estudos de história oral. Preparação de relatório escrito das entrevistas.
Aula 15	Entrega dos relatórios e avaliação coletiva do curso.

Fonte: elaborado pelo autor.

Em várias partes do mundo, a criação de universidades, o surgimento dos departamentos de história e a profissionalização do historiador, ocorreram em momentos decisivos da formação dos Estados nacionais e seu reposicionamento na geopolítica do conhecimento. No Brasil, os anos 1930 e 1940 foram momentos fundamentais na institucionalização da história e de outras ciências sociais como disciplinas científicas, estabelecidas num diálogo aberto com as agendas políticas que faziam parte do projeto de modernização do Estado nacional comandado por Getúlio Vargas. (ZAMBONI, 2005) Também nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), logo após a independência, em 1975, promoveu-se uma profunda renovação do ensino no campo dos estudos históricos que alavancou uma grande ruptura com as tradicionais formas coloniais de se narrar e estudar o passado. Em Moçambique, por exemplo, logo nos primeiros anos da independência, o governo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) investiu na formação de novos quadros docentes de história, um novo currículo de história foi elaborado na universidade da capital e novos livros didáticos foram publicados e distribuídos visando atender os objetivos educacionais propostos pelo partido no poder. (SITOE, 2000)

Vemos então como a história, pensada enquanto um sistema de conhecimento, está firmemente ancorada em práticas de poder que envolvem projetos nacionais e dispositivos pedagógicos específicos. Mas até o ano de 2020, Timor-Leste não possuía nenhuma graduação no ensino superior voltada a esta disciplina, seja na UNTL, seja nas várias universidades privadas que proliferam pelo país. A ausência de formação universitária na área e a presença da disciplina nas escolas desmonta, de antemão, a forte clivagem entre o conhecimento histórico acadêmico e o escolar, uma divisão que estruturou muitos dos debates sobre a educação histórica na segunda metade do século XX. (BITTENCOURT, 2011) No país, são poucos os nacionais formados em história e, pelas informações que obtive em conversas informais, pelo menos até o ano de 2015, existia menos de uma dezena de timorenses graduados nesta disciplina, quase sempre formados nas universidades de Java, Indonésia, para serem professores, e não pesquisadores no campo dos estudos históricos.

Neste capítulo discuto o ensino de história em Timor-Leste e para isso levanto questões ligadas ao sistema de ensino, ao lugar dos livros e sua relação com as práticas de cooperação internacional, sobretudo a partir de minha inserção particular neste universo. O objetivo é compreender os desafios envolvidos no ensino de história como parte de dilemas mais amplos conectados à construção do sistema educacional e do próprio Estado timorense no pós-conflito. Após situar brevemente a trajetória e o contexto das instituições de ensino e da cultura escrita no país, discuto



Vinte e quatro anos depois, com a violenta destruição que acompanhou a desocupação do exército invasor, em 1999, todo o território de Timor-Leste foi impactado: cerca de 75% da infraestrutura do país foi arrasada, assim como 90% das escolas, também 80% dos professores indonésios e administradores escolares deixaram o território. (SCHERL, 2007) Nos anos subsequentes, com a reintrodução da língua portuguesa no país, boa parte daqueles timorenses mais velhos que sabiam falar português tornaram-se professores, independentemente da formação acadêmica. O ensino tornou-se uma pauta urgente, sobretudo o de línguas. E neste período de transição chegou-se a criar “currículos emergenciais” que conviviam com os antigos materiais indonésios e outros programas educacionais que eram propostos pelas cooperações internacionais que chegavam no país. (LEACH, 2009) Em 2002, estimava-se um nível educacional muito precário da população: 25 a 30% dos jovens ainda não tinha acesso à escola, 60% da população adulta era iletrada ou sem um diploma de educação básica, apenas 23% havia frequentado o ensino primário, 18% o ensino secundário, e apenas 1,4% o ensino pós-secundário ou superior. (FREITAS, 2008) Na segunda década do século XXI, o sistema educacional timorense continuava em profunda transformação, mas já estava muito mais estruturado que no início dos anos 2000.

Várias vezes anunciado pelo Ministério da Educação como “o grande inimigo do país”, o chamado “analfabetismo timorense” é estimado em quase metade da população, sendo que os timorenses letrados concentram-se principalmente nas áreas urbanas, enquanto a maior parte dos habitantes vive no meio rural.<sup>2</sup> O antropólogo Jack Goody (2012b) sugere que a categoria “analfabetismo” deva ser entendida como uma classificação etnocêntrica de uma cultura escrita imposta sobre outra, cuja organização social e formas de pensamento se articulam por outros meios e modos, com especial destaque para a oralidade. Nesta perspectiva, o surgimento do analfabetismo é decorrente do próprio processo de letramento que identificaria ausências onde ele não estivesse presente. Para Jack Goody, que estudou contextos africanos, o principal limite do analfabetismo, enquanto forma

---

2 Segundo o censo de 2010, o tétum é a língua mais falada, sendo usada por 84,9% da população com 5 ou mais anos. O indonésio é a segunda língua mais falada, por 44,2% da população. Quase 30% da população com 5 ou mais anos fala português e 15% fala inglês. A alfabetização de adultos – a capacidade de falar, ler e escrever uma frase simples em qualquer língua tétum, indonésio, português ou inglês – é de 63,1% para os homens com 15 anos ou mais, e 52,5% para as mulheres. A alfabetização é muito mais elevada entre os jovens: 80% para o sexo masculino com idade entre 15 e 24 anos, e 78,1% para mulheres. (TIMOR-LESTE, 2011) Um novo censo, feito entre 2014-2015, apontou 46% da população adulta ainda analfabeta, com especial destaque aos grupos de idade avançada, principalmente as mulheres nas áreas rurais.



Todos aqueles livros eram escritos em língua portuguesa e versavam sobre temas heterogêneos como engenharia, física, biologia e filosofia. Muito pouco de história e ciências sociais, praticamente nada sobre Timor. Tratava-se de literatura voltada à educação técnica ou à formação profissional, principalmente nas áreas das ciências naturais e exatas. Ao indagar sobre a origem daquelas obras, uma professora portuguesa que estava organizando a ação respondeu-me que foi uma doação da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) feita em 2009. Segundo ela, que disse estar presente em Díli à época da doação, “estes livros estão aqui, trancados e estragando, há pelo menos dois anos. Desde que cheguei em Timor neste ano estou tentando descobrir onde eles estavam. Foi um funcionário que me falou de uma sala aqui que estava trancada fazendo dos livros prisioneiros”. Argumentou também que aquele aparente “desleixo” com os livros não era algo incomum: “não se espante com a falta de cuidado com os livros. Funcionários e estudantes da UNTL já atearam fogo em pilhas de livros no pátio da Faculdade de Direito só porque estavam ocupando uma sala e eles precisavam de mais espaço”. Aquelas imagens eram fortes. Cenas de pilhas de livros mofando na água ou ardendo no fogo, dentro da universidade, martelaram meu pensamento durante dias. E lembrei-me da conhecida frase do poeta judeu alemão, Heinrich Heine, proferida a respeito do nazismo: “onde se queimam livros, acabam-se queimando pessoas”.

Nos anos da ocupação indonésia o Estado invasor censurava o uso da língua portuguesa, assim como as obras escritas nesta língua, que era entendida como uma ameaça à nova autoridade política e cultural que se impunha. Já no movimento da desocupação, em 1999, as forças indonésias destruíram muitos papéis e livros existentes no território, independente da língua. Era uma “queima de arquivo” em escala nacional. Transpunha-se, então, para o campo documental e literário a violência contida na palavra de ordem nacionalista de então: “Indonésia ou morte”. Mas anos depois, em Timor-Leste independente, as cenas de destruição dos livros, como as relatadas acima, pareciam se repetir. Contudo, no contexto pós-independência, o extermínio dos livros resultava do descuido e da falta de infraestruturas adequadas, e não de alguma “bibliofobia” ou “iconoclastia escritural”. Não havia ali nenhuma perseguição específica aos livros. O problema concreto era a falta de espaço para alocar as obras e, com os recursos limitados, a maior prioridade universitária era manter salas cheias de alunos, não de livros. Os contextos históricos eram distintos e a destruição do patrimônio escrito definitivamente não possuía o mesmo sentido. Como lembra Peter Burke (2012, p. 185), “a destruição do conhecimento às vezes é acidental, às vezes é deliberada e às vezes fica no meio do caminho”.



Como instituições públicas de ensino e pesquisa, espera-se que as universidades nacionais sejam lugares por excelência do debate, da criação de discursos alternativos e de um conhecimento pertinente, principalmente em relação às questões locais e nacionais, e não estrangeiras. No tempo em que trabalhei na UNTL, isso nem sempre ocorria, de modo que muitos programas de curso eram “importados” e “imitados”. Inclusive, por várias vezes, ouvi colegas professores nomearem certos currículos pela própria nacionalidade da cooperação internacional que participou de sua elaboração. Assim, o curso de engenharia seria “japonês”; o de turismo, “coreano”; o de comunicação social, “australiano”; o de direito, “português”; e, ao fim de minha estadia, a faculdade de educação já teria influência “brasileira”. Depois, como fui aprender, a própria UNTL tinha origem estrangeira. Sua estrutura foi montada a partir da antiga Universitas Timor Timur (UNTIM), uma universidade indonésia privada, fundada em 1986, quando Mario Carrascalão era o governador da então província indonésia de *Timor Timur*.

A UNTIM foi a primeira instituição de ensino superior estabelecida no território e deu origem à Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), a mais importante universidade do país, criada no ano de 2000, imediatamente depois da desocupação indonésia. Composta por nove faculdades, cerca de 25 mil estudantes e 600 professores, a UNTL abriga a atual Faculdade de Ciências Sociais e Políticas (FASPOL), onde lecionei entre os anos 2012 e 2014, e que se localiza no bairro de Kaikoli, num antigo prédio da assistência social do período colonial português. Esta faculdade é herdeira da antiga Fakultas Ilmu Social dan Ilmu Politik, também criada no período indonésio como parte integrante da UNTIM. Durante a ocupação, esta faculdade oferecia apenas dois cursos superiores, *Ilmu Politik* (Ciência Política) e *Pemerintah* (Administração).<sup>4</sup> Nos anos noventa a Fakultas Ilmu Social dan Ilmu Politik tornou-se um importante foco para a organização do movimento estudantil timorense contrário ao regime indonésio.

---

4 A criação destes dois cursos ocorreu num período em que as ciências sociais indonésias, fortemente orientadas pela estrutura tecnocrática de um Estado autoritário, eram mais “aplicadas” e organizadas em função de políticas de desenvolvimento, engenharia social e modernização nacional, sendo muito pouco afeitas à investigação reflexiva, à análise das transformações sociais e à construção de conhecimentos alternativos. (HERYANTO, 2005) Quando trabalhei na FASPOL, a faculdade oferecia novos cursos no campo das ciências sociais, mas todos ainda possuíam características mais “aplicadas”: desenvolvimento comunitário, comunicação social, relações internacionais, administração pública, políticas públicas e ciência política. Até o ano de 2020, permaneciam ausentes as graduações de história, antropologia, sociologia e geografia, disciplinas que constam no currículo do ensino secundário timorense, mas que a universidade não oferece formação de professores.





por meio de parcerias com cooperações internacionais que atuam localmente. A cooperação brasileira e principalmente a portuguesa participaram ativamente da construção das políticas educacionais timorenses e, desde a restauração da independência do país, intervêm nestes espaços.

## Cooperação internacional e “lusofonia”

O nascimento do campo da cooperação técnica internacional remete ao processo de descolonização na segunda metade do século XX. Sua institucionalização no pós-guerra é tributária das organizações, valores e saberes gestados durante o colonialismo. Com o fim dos impérios europeus, muitas instituições do “ultramamar” transformaram-se em agências de cooperação técnica criadas para promover o “desenvolvimento dos novos países”. Como demonstrou Arturo Escobar (1995), a hierarquização do mundo entre nações “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas” reproduz uma imagem evolutiva da história mundial que coloca em seu ápice as potências do Norte Global. Com isso, muitas das práticas da cooperação internacional em educação repõem uma antiga divisão imperial do trabalho intelectual. Esta colonialidade do saber, inscrita numa estrutura desigual de longa duração, na qual os centros metropolitanos continuam a impor e exportar línguas, histórias e modelos de ensino-aprendizagem para as periferias consumirem e reproduzirem, foi conceituada por Walter Mignolo (2001) como “geopolítica do conhecimento”. E o procedimento de imitação acrítica das teorias ocidentais e eurocêntricas foi denominado por Syed Hussein Alatas (1972), ao estudar o contexto do Sudeste Asiático, como “mentalidade cativa”.

Na passagem para o século XXI, as instituições portuguesas assumiram papel central na reestruturação do sistema educacional de sua mais distante ex-colônia, apoiando-se no discurso da “lusofonia”.<sup>5</sup> Em Timor-Leste, a oficialização da língua portuguesa após a desocupação indonésia implicou na necessidade de recursos humanos e materiais para viabilizar a (re)inserção do português no

5 A Lei nº 14/2008, de 29 de outubro, que aprovou a Lei de Bases da Educação de Timor-Leste, define a língua portuguesa e o tétum-praça como línguas de escolarização, mas não estabelece diretrizes formais para a prática do “bilinguismo” ou mesmo “plurilinguismo”, modelos que não estão substanciados em documentos estatais, mas que são praticados e evocados publicamente como modelos de ensino desejados. As duas línguas oficiais transformaram-se em objetos de curso universitário em momentos distintos. Enquanto um departamento de língua portuguesa foi rapidamente instalado na Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), com o apoio da cooperação portuguesa, no ano 2000, um departamento especializado em língua tétum foi criado, na mesma universidade, apenas quinze anos depois, em 2015.



se reproduziria ao longo do tempo nos diversos espaços do globo. (CASTELO, 1999; THOMAZ, O., 2007)<sup>6</sup> Hegemônica no debate público português, tal proposição, contudo, não deixa de encontrar por lá críticos ferozes. (MARGARIDO, 2000; SANTOS, 1995)

No Brasil, o maior país do mundo em número de falantes da língua portuguesa, o debate sobre a lusofonia praticamente não tem ressonância. A história do Império Português, após 1822, quase não aparece nos livros didáticos brasileiros. Com a exceção de algumas breves menções ao regime salazarista e à Revolução dos Cravos, “é como se Portugal tivesse deixado de ter importância para o Brasil após o rompimento dos vínculos políticos entre a ex-colônia e sua antiga metrópole”. (FREIXO, 2010, p. 65) Em eventos nacionais mais específicos, como em 2000, nas comemorações do quinto centenário do “descobrimento do Brasil”, e em 2008, nas celebrações dos duzentos anos da “chegada da família real” ao Rio de Janeiro, o tema dos laços culturais entre os dois países alcançou algum destaque nacional, principalmente devido ao forte engajamento do Estado e dos meios de comunicação de massa. Em todo caso, o discurso da lusofonia e a projeção de uma irmandade transnacional imaginária, como a CPLP, que incorporaria, para além de Portugal, outros países, como Timor-Leste e os PALOP, passa despercebido por boa parte da opinião pública brasileira, podendo até se constituir como um tema exótico para certos estratos sociais. E o primeiro contato com tal discurso não deixa de ser desconcertante para vários cooperantes brasileiros que, chegando em Timor-Leste e defrontando-se diariamente com tais questões, muitas vezes oscilam entre a exaltação de uma recém-descoberta “identidade lusófona” ou mesmo a simples acusação desta ser “neocolonialista”. Por isso, mesmo no interior do campo da “cooperação lusófona”, ocorrem desentendimentos, entre professores portugueses e brasileiros, a respeito do significado da língua portuguesa, da educação e da própria cooperação internacional. Tal dissenso é motivado, entre outras coisas, pelos diferentes

---

6 De modo geral, o prefixo “luso” vincula elementos linguísticos, culturais e históricos associados a Portugal, mas tem sua origem em *Lusus*, o mítico fundador da província romana da Lusitânia, território mais ocidental da Península Ibérica. Carregada de conotações neocoloniais, a ideia de “lusofonia” foi gestada num grave momento de crise do Império Português, durante as guerras em África (1961-1974). No momento em que o domínio sobre as populações e os territórios africanos parecia malogar, “a língua de Camões” adquiriu importância geopolítica, sendo valorizada como riqueza que transbordava as fronteiras europeias e devia ser reconhecida como patrimônio civilizacional, num processo muito semelhante ao que ocorreu com a “francofonia”, sua congênere. (MARGARIDO, 2000)



criado um programa permanente de cooperação para educação em Timor-Leste. A educação foi a principal área na cooperação brasileira em Timor-Leste (BRASIL, 2010), sendo que a principal ação nesta área foi encabeçada pelo Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste (PQLP), financiado pela Capes e em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O programa enviava periodicamente educadores e formadores de professores que atuavam em diversas áreas, oferecendo assessoria ao Ministério da Educação, elaborando materiais didáticos, desenvolvendo atividades no ensino infantil, primário, secundário e superior, também na formação de pesquisadores e de professores voltados para a educação inclusiva e especial no país. O PQLP passou por momentos difíceis, como, por exemplo, a crise de 2006, quando devido aos violentos conflitos em curso no território timorense, cooperantes brasileiros tiveram de ser deslocados, em situação de emergência, de Díli para Darwin, Norte da Austrália.

Em junho de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Timor-Leste, quando discutiu as condições da cooperação, visando sua ampliação e aprimoramento. Em 2013, ano em que integrei o PQLP, começamos a organizar cursos formativos e de preparação para os cooperantes recém-chegados, onde estes podiam aprender sobre o contexto institucional do programa e também sobre a realidade de Timor-Leste. Estes encontros foram momentos importantes para a melhor qualificação e ambientação dos profissionais num contexto geográfico, histórico, político, cultural e linguístico radicalmente distinto do brasileiro. Atuei no PQLP apenas durante um ano, entre 2013 e 2014, mas já em 2016, os últimos cooperantes que estavam em Timor-Leste retornaram ao Brasil. Sem maiores justificativas e contrariando expectativas do governo timorense, as renovações do edital do programa foram encerradas. Isso no mesmo ano em que o turbulento afastamento de Dilma Rousseff da presidência da república pôs fim ao ciclo de treze anos de política externa brasileira direcionada ao Sul Global.<sup>8</sup>

---

8 Por cerca de dez anos o PQLP desenvolveu atividades variadas e profissionais brasileiros chegaram a atuar em todas as instâncias do sistema educacional timorense, impactando uma geração de profissionais envolvidos. Alguns relatos sobre as práticas do PQLP foram publicados (GUEDES et al., 2015; SANTOS, M., 2011), mas uma avaliação institucional e orçamentária do programa nunca foi feita. O Estado brasileiro ainda é um ator com pouca tradição no campo da cooperação técnica internacional e suas instituições não possuem longa experiência em procedimentos como planejamento, execução e avaliação de resultados de cooperação técnica que envolvem uma ampla complexidade de atores, recursos e cenários, tal como a desenvolvida em Timor-Leste pelo PQLP. Os dados oficiais sobre o programa permanecem de muito difícil acesso (REIS, 2015) e, considerando seu elevado custo financeiro, é justo indagar se as



micas, políticas e societárias mais amplas, podendo estar associado a diferentes tradições linguísticas e intelectuais, e inserido numa rede de instituições e práticas que determinam sua circulação e distribuição. No caso do livro do ensino secundário de Timor-Leste, ele está inserido numa rede transnacional, que envolve múltiplos profissionais, protocolos e agências financiadoras e de cooperação, e que conecta representações históricas, autores e leitores situados em distintos e distantes contextos geográficos, culturais e linguísticos.

O novo livro didático de história utilizado em Timor-Leste é resultante de um esforço ampliado de construção curricular e foi elaborado em conjunto com outros atores e instituições. Em 2010, o governo timorense solicitou o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) para proceder à reestruturação curricular do Ensino Secundário Geral (ESG). Para tal, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), com o suporte técnico da Universidade de Aveiro, apresentaram ao Fundo da Língua Portuguesa uma proposta que foi aprovada para financiamento. Dois anos depois, em 2012, o Projeto de Reestruturação do Currículo do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste havia sido concluído.<sup>10</sup>

Para a elaboração dos livros didáticos foram convocados especialistas timorenses que, contando com a supervisão e o financiamento parcial do Ministério da Educação timorense, se deslocaram até Portugal. A equipe responsável pela feitura dos livros didáticos de história foi composta por cinco pessoas: três “especialistas”, professoras timorenses aposentadas do ensino secundário; um “coordenador”, professor doutor português da Universidade de Aveiro; e um “consultor científico”, professor catedrático aposentado da Universidade de Nova Lisboa. Este último cargo foi assumido por José Mattoso, autor de uma extensa bibliografia sobre a história medieval em Portugal e que se notabilizou pelo envolvimento com Timor-Leste, sobretudo nos anos imediatos após a ocupação, quando coordenou a coleta e organização dos documentos do Arquivo & Museu da Resistência Timorense e publicou o primeiro livro sobre a Resistência Timorense escrito por um historiador profissional. (MATTOSO, 2005)

---

10 O novo plano curricular possui 14 unidades disciplinares organizadas em três grandes eixos: Componente Geral, Ciências e Tecnologias, e Ciências Sociais e Humanidades. Ao entrarem no ensino secundário os estudantes devem escolher um dos dois últimos eixos para formação, visando a especialização do conhecimento para inserção do aluno no mercado de trabalho ou seu prosseguimento nos estudos superiores. Os livros foram confeccionados em duas versões, um manual do aluno e um guia do professor, e, segundo o projeto, ficou acordado que os livros voltados às disciplinas de Tétum e de Religião seriam desenvolvidas num outro momento, por equipes exclusivamente timorenses. (CABRITA, 2015) Isto excluiu do programa dois componentes normalmente associados à identidade nacional timorense: a língua tétum e o catolicismo.

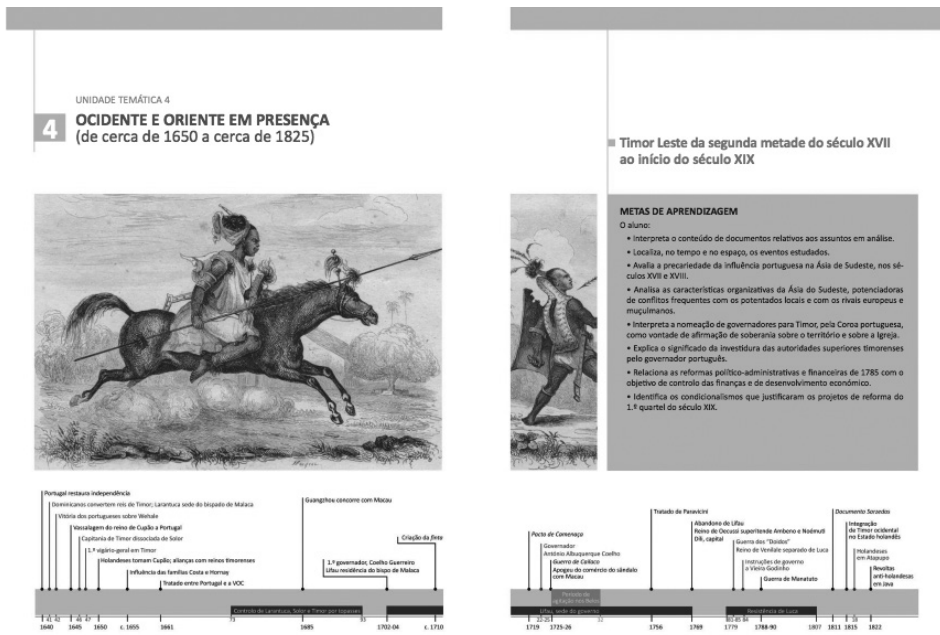




## Timor no livro didático de História

O manual de história possui três volumes, um para cada ano, e cada volume apresenta três unidades temáticas cada, que em conjunto perfazem o total de nove unidades temáticas. Enquanto a primeira unidade do primeiro volume volta-se para os impérios clássicos do espaço euro-asiático, a última unidade do último livro volta-se para Timor-Leste no limiar do século XXI. Desta forma, a narrativa apresentada no conjunto tríplice dos livros incorpora, ao mesmo tempo, matérias relativas à história geral e à história de Timor, sempre a primeira englobando a segunda. O conjunto dos três manuais de história compõem quase 500 páginas, sendo que apenas cerca de 140 delas são dedicadas especificamente a Timor. Neste aspecto, há uma discrepância entre o primeiro e o último livro: enquanto o primeiro possui apenas um pequenino e último subtema voltado a Timor (20 páginas de um total de 160), o terceiro livro possui uma unidade temática inteiramente voltada ao país e constitui o livro com a maior quantidade de informações históricas sobre o país (80 páginas de um total de 173). O conjunto da narrativa vai do geral para o particular, do global ao local, e quanto mais contemporânea a história, mais informações sobre a situação de Timor vão sendo colocadas.

Figura 3. Timorenses representados como guerreiros tradicionais



Fonte: Vieira e demais autores (2013, p. 44-45).



desterro dos próprios autóctones.<sup>13</sup> Também as revoltas locais não são consideradas na complexidade de suas motivações e formas de organização, e a ação timorense é interpretada, quando isso ocorre, na chave da reação. Além disso, o livro afirma que no século XVII a escravidão experimentada em Timor “tinha um estatuto mais conotado com a servidão, bem diferente da prática dos traficantes holandeses, que se tornaram detestados”. (VIEIRA; MENDES; NEVES, 2013, p. 46) Tal citação demonstra uma seletividade estratégica, pois denuncia o tráfico praticado pelo império rival, enquanto o manual silencia sobre o comércio de escravos controlado pelos dominicanos portugueses que, de acordo com Charles Boxer (2002), foi o segundo mercado mais lucrativo na região (depois do sândalo), e já era praticado pelo menos um século antes dos holandeses.

O terceiro e último volume do manual do aluno é aquele que mais se dedica às dinâmicas propriamente timorenses, o que sugere que eles seriam os sujeitos de uma “historicidade tardia” no conjunto dos volumes. O livro dá um interessante destaque aos poucos espaços de desenvolvimento do pensamento nacionalista no período colonial tardio, mas silencia o fato de que muitos dos intelectuais timorenses aí envolvidos foram perseguidos, presos, castigados e deportados pelo Estado salazarista. Com a Revolução do Cravos, Timor figura enredado numa trama histórica menos linear, mais densa e entrelaçada. O livro detalha a invasão e a violência indonésia, a cumplicidade das potências internacionais, a organização da resistência timorense e a articulação da conjuntura global e local que foram necessárias para a conquista da independência. Conclui lembrando dos vínculos de Timor-Leste com os países de língua oficial portuguesa. Tal como no primeiro volume, o início da história de Timor se consubstanciou na presença portuguesa. No último volume, o término de sua história perfaz o laço lusófono.



---

13 É notável o pouco destaque dado à Guerra de Manufahi, o último grande conflito anti-colonial, e à figura de Dom Boaventura, seu principal protagonista e hoje reconhecido como herói nacional de primeira grandeza em Timor-Leste. Este personagem é citado em apenas um parágrafo do livro e, estranhamente, não tem sua fotografia impressa no manual, umas das imagens mais conhecidas e reproduzidas no país, como veremos no terceiro capítulo.

Figura 4. Representação dos timorenses como guerrilheiros nacionalistas

UNIDADE TEMÁTICA 8

**8 A EMERGÊNCIA DO NOVO SISTEMA MUNDIAL NO ÚLTIMO TERÇO DO SÉCULO XX**

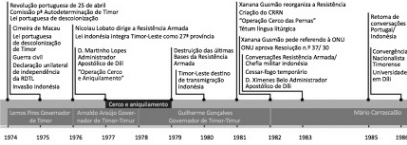




**Timor Leste: a viragem de 1974; os anos de 1975 a 1999**

**METAS DE APRENDIZAGEM**

O aluno:

- Interpreta o conteúdo de documentos relativos aos assuntos em análise.
- Localiza, no tempo e no espaço, os eventos estudados.
- Identifica a orientação ideológica e a base social de apoio das formações políticas surgidas em Timor Leste em 1974.
- Identifica os fatores internos e externos que conduziram à degradação da vida política timorense em 1974 e 1975.
- Explica a confluência dos interesses dos governos da Indonésia, EUA e Austrália que viabilizaram a invasão de Timor-Leste pela Indonésia, em 1975.
- Relaciona a evolução da política do governo indonésio face à questão de Timor, nas décadas de 1970 e 1980, com os problemas internos de separatismo e contestação, e com a alteração do quadro político do Sudeste asiático a partir de 1975.
- Caracteriza a dominação colonialista indonésia, identificando as suas consequências.
- Analisa as fases da Resistência Timorense, identificando objetivos, protagonistas e formas de organização.
- Explica a importância da ação da Igreja Católica de Timor como obstáculo à «javanização cultural» dos timorenses e como alerta para a comunidade internacional.
- Justifica a rejeição do modelo indonésio pela juventude timorense e o seu impacto na libertação de Timor-Leste.
- Explica a importância da ação da Igreja Católica de Timor como obstáculo à «javanização cultural» dos timorenses e como alerta para a comunidade internacional.
- Justifica a rejeição do modelo indonésio pela juventude timorense e o seu impacto na libertação de Timor-Leste.
- Analisa os condicionamentos que tornaram possível, a partir da década de 1990, a alteração dos objetivos políticos internacionais relativamente ao problema de Timor.
- Valoriza, na atuação timorense, os esforços de convergência que viabilizaram o caminho para a autodeterminação.

Fonte: Vieira, Mendes e Neves (2014, p. 118-119).

Ao final da leitura, vemos que os manuais de história são muito mais críticos à presença holandesa, japonesa e indonésia na ilha que à colonial-portuguesa, cujo longo legado de violência e poder é naturalizado e inquestionado, e cuja língua e catolicismo são apresentadas como contribuições indelévels. Chama a atenção, sobretudo no segundo volume, como as dificuldades do controle colonial no território são apresentadas sem problematização alguma, como se estas correspondessem às preocupações dos ilhéus. Destes, pouco se fala a respeito dos modos de atuação, suas formas de vida e concepções de história. Esta marginalização da perspectiva timorense não é pontual, mas integra um sistema de representação global. Ela está inscrita na própria periodização dos livros, cadenciada linearmente pelos grandes eventos mundiais, que apresentam a história de Timor como parte de uma história estrangeira que lhe é anterior, que lhe precede em importância temática, em massa de conteúdo e em termos de agência. Fica evidente aqui o lugar subalterno do país na narrativa didática: tratar-se-ia de um território com uma história periférica em relação ao centro dos acontecimentos relevantes. Um contraponto a esta abordagem pode ser encontrado na obra do geo-historiador Frederic Durand (2010a). No livro escrito para o ensino se-

cundário, mas que não foi incorporado na rede timorense, há um claro esforço em contar a história do país a partir de um ponto de vista mais próximo ao dos habitantes da ilha, no qual a presença portuguesa é figurada apenas como mais uma entre outras tantas turbulentas presenças estrangeiras. O livro de Durand busca abordar Timor não como o lugar onde as forças globais vão desaguar, mas como sítio a partir do qual o mundo se revela e é orquestrado por meio de referências timorenses, não as do exterior.<sup>14</sup>

**Quadro 2.** Organização dos três volumes com as nove unidades temáticas e seus subtemas

Volume 1	Volume 2	Volume 3
1. IMPÉRIOS CLÁSSICOS DO ESPAÇO EURO-ASIÁTICO (SÉC. IV A.C. A IV D.C.)	4. OCIDENTE E ORIENTE EM PRESENÇA (CERCA DE 1650 A CERCA DE 1825)	7. A ORDEM INTERNACIONAL APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL
1.1 A Índia Antiga na época Maurya (séc. IV-II a.c.) 1.2 A China Antiga no período Han (séc. III a.c. até III d.c.) 1.3 O Mundo Romano na viragem para o Baixo Império (séc. II-IV d.c.)	4.1 Rivalidades coloniais e expansão territorial nos séculos XVII e XVIII 4.2 A ideologia liberal e a construção de novas soluções políticas 4.3 Timor-Leste da segunda metade do séc. XVII ao início do século XIX	7.1 A reconstrução num mundo dividido 7.2 A ascensão do “Terceiro Mundo” e o despertar da consciência mundial 7.3 Timor-Leste de 1945 aos inícios da década de 1970
2. EURÁSIA NO SÉCULO XIII	5. EXPANSÃO DA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL E IMPERIALISMOS (INÍCIO DO SÉC. XIX ATÉ 1920)	8. A EMERGÊNCIA DO NOVO SISTEMA MUNDIAL NO ÚLTIMO TERÇO DO SÉCULO XX
2.2 A expansão mongol 2.2 Mundo Muçulmano e Mundo Cristão no “momento mongol”	5.1 A hegemonia europeia e os embates imperialistas 5.2 Timor-Leste no século XIX e inícios do século XX	8.1 Reconfiguração da cena internacional 8.2 Áreas de conflito e novos polos de equilíbrio 8.3 A civilização do século XX 8.4 Timor-Leste: a viragem de 1974; os anos de 1975 a 1999

14 *História de Timor-Leste/Istória Timor-Leste Nian*, de Frederic Durand (2010a), não pretende abarcar a história global e não apresenta atividades didáticas, mas foi escrito para ser utilizado no ensino secundário e se trata de publicação bilíngue (tétum-praça e português), o que facilita muito a leitura pelos nacionais. Reconhecido pelo Ministério da Educação, no entanto, a obra não foi incorporada formalmente no plano curricular, preferindo-se implementar o acordo feito com a cooperação portuguesa.

Volume 1	Volume 2	Volume 3
3. ÁSIA-PACÍFICO E O PRIMEIRO ESTÁDIO DA GLOBALIZAÇÃO (SÉC. XV-XVII)	6. DOS ANOS 1920 À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	9. TIMOR-LESTE NO LIMIAR DO NOVO MILÊNIO
3.1 O Pacífico: arquipélagos e margens 3.2 Do Atlântico ao Pacífico: os europeus em expansão 3.3 Timor nos séculos XVI e XVII	6.1 Confrontos político-ideológicos à escala mundial 6.2 Timor-Leste da década de 1920 a 1945	9.1 A formação do Estado. A opção constitucional 9.2 Unidade e desafios transnacionais

Fonte: adaptado de Vieira e demais autores (2012, 2013, 2014).

De fato, o manual didático de história do Ensino Secundário Geral (ESG) oferece uma narrativa que gravita em torno dos impérios e dos Estados estrangeiros, estes são apresentados como os principais sujeitos da história. Considerando as inovações dos estudos históricos, chama a atenção a pouca dedicação dada ao cotidiano na obra, sobretudo aquela organizada em função das comunidades etnolinguísticas, das formas de trabalho, dos rituais religiosos, da vida familiar e, principalmente, das mulheres e das crianças. Estas duas últimas categorias são especialmente importantes no país, pois, além de constituírem a esmagadora maioria da população, com frequência não encontram referências de identificação na memória oficial produzida pelo Estado, em museus, monumentos e cerimoniais públicos. Com isso, a centralidade dada aos grandes poderes e formas estatais acaba por produzir uma história teleológica e “de cima para baixo”, que tende a encobrir importantes dinâmicas endógenas, encobrindo narrativas multidimensionais e fragilizando as possibilidades de emergirem representações históricas alternativas.

Apesar disso, os livros exibem uma massa organizada de informações, com metas específicas de aprendizagem, uma estrutura bem definida com recursos didáticos disponíveis: imagens, mapas, fotografias, palavras-chaves em negrito e glossários. Atividades práticas são sugeridas e no interior de “caixas coloridas” destacam-se registros documentais a serem trabalhados. Estes materiais fazem o leitor ser lançado para o contato direto com as fontes primárias, obrigando-o a refletir sobre a linguagem, a autoria, a origem e as formas de acesso às fontes. Ainda que estes recursos possibilitem uma relação mais intensa dos estudantes com o passado e sua problematização, o corpo textual é excessivo, em tamanho, para os parâmetros timorenses e, o mais importante, o livro parece ter sido escrito para falantes nativos da língua portuguesa. Como vários estudos têm apontado, em Timor-Leste, a linguagem mais indicada para o ensino em português é aquela classificada como Segunda Língua (L2), ou então como Língua Estrangeira (LE). Estes são dois modos

de uso pedagógico da língua portuguesa que facilitam o acesso dos conteúdos para usuários que não são falantes maternos e que, em Timor-Leste, compõem a quase totalidade de sua população. (DEUS, 2009) Este emprego da língua portuguesa não ocorre nos manuais didáticos do ensino secundário que, além de serem monolíngues, foram escritos por autores portugueses que imaginaram leitores dotados de habilidades linguísticas próximas às suas.

## Manual de Portugal, manuseio timorense

Estudos contemporâneos sobre os manuais escolares têm insistido sobre a importância de se voltar para as formas de recepção e apropriação da literatura didática, compreendendo melhor as condições concretas sob as quais estes materiais são mobilizados, adquirem sentido e uso, e como são estabelecidas as relações entre o livro, os professores, os alunos e a escola. (BITTENCOURT, 2011) Esta abordagem evita uma perigosa concepção determinista que fetichiza o livro didático e se ilude a respeito de seus efeitos, tratando seus intérpretes como seres passivos e ignorando a presença de outras tradições de conhecimento, forjadas tanto no ambiente escolar quanto fora dele. (SILVA, A., 2012) Este deslocamento analítico sobre o estudo do manual valoriza o contexto social de recepção, mais que o texto e sua produção, e justifica a importância de uma etnografia dos usos do livro, da leitura (BOYARIN, 1993) e do letramento (STREET, 2014), revelando os relacionamentos íntimos entre as práticas da cultura escrita e oral. (GOODY, 1987)

Tive contato com o manual de história no contexto da Escola 5 de Maio, localizada no bairro de Becora, na periferia de Díli, construída no período indonésio e depois queimada com a saída do exército em 1999. Suas edificações foram parcialmente reabilitadas no momento posterior à desocupação. Mas logo depois, na crise de 2006, algumas construções foram novamente queimadas até o espaço tornar-se um campo de refugiados para timorenses que ali buscaram abrigo. Desde então as instalações não passaram por requalificação, isso até o ano de 2015, quando uma reforma estrutural teve início na escola, obrigando professores e estudantes se deslocarem para outro bairro.

No ano de 2013, a Escola 5 de Maio era um dos equipamentos de ensino mais precários da capital e seus professores contavam como a FRETILIN (Frente Revolucionária Timor-Leste Independente), então principal partido de oposição ao governo, projetava fotografias daquela escola no Parlamento Nacional, como evidência crítica de que “as políticas educacionais do governo são más”. As salas eram abertas, muitas não possuíam janelas, algumas não tinham partes do teto, e permanentemente precisavam ser varridas devido à terra que entrava de





Como formador da cooperação brasileira, entre os anos de 2013 e 2014, acompanhei de perto o trabalho de um professor de história daquela escola. Integrante de uma família extensa, o professor Pedro Pinto foi meu principal interlocutor em conversas que transitavam do tétum-praça ao português, num diálogo em “tetunguês”. Formado em economia, na Universidade Cristal, no sistema de ensino superior privado, ele afirmava estar disposto a fazer um curso de história caso houvesse algum disponível no país. Começou a lecionar gratuitamente na escola logo após a desocupação indonésia e, depois de três anos, conseguiu ser efetivado tendo direito a um salário de menos de trezentos dólares por mês. Afirmou que no começo não queria lecionar história, mas não havia ninguém para dar aulas nesta matéria: “era uma disciplina sem professores. Precisavam, então peguei”.

Como ainda não haviam distribuído os livros didáticos ali, utilizávamos uma fotocópia, feita em folhas preto e branco, do manual do aluno disponibilizada pelo Ministério da Educação. Para o professor, falante de tétum e escolarizado no sistema indonésio, a leitura do livro não era algo fácil. Interessante era o modo como o conteúdo era mobilizado em classe. O professor não seguia a organização nem a cronologia proposta pelo livro, estudava em casa e selecionava as seções que mais lhe interessavam, quase sempre relativas a Timor. Copiava trechos em seu caderno de notas e, em aula, os transcrevia no quadro em língua portuguesa para os alunos copiarem. Tal como os professores daquela escola, os estudantes também não possuíam o material didático em mãos e anotavam em seus cadernos o texto escrito em português no quadro. Depois a leitura do trecho era feita em voz alta e, a depender, os alunos acompanhavam o professor numa espécie de recitação coletiva. As classes eram cheias, lotadas, e a sonoridade ganhava corpo, muitas vezes em descompasso. Os alunos achavam graça naquele empenho de decodificação e vocalização das palavras em português. Esta era uma das poucas situações em que o português era falado na sala. Como toda a aula era em tétum-praça, o trecho do livro didático também era explicado nesta língua. Neste momento é que o professor expressava, junto com a turma, um esforço maior na tradução e compreensão do texto. E, por vezes, os estudantes demonstravam mais domínio da língua portuguesa que o próprio professor.

No ano de 2014, com a chegada dos materiais didáticos na escola, o procedimento de uso foi um pouco modificado. O professor ia até a estante da diretoria, onde estavam guardados, pegava um grande número de livros e distribuía para os alunos consultarem durante a aula. Contudo, a explicação continuava centrada em alguma seção previamente escolhida. Pedia para os estudantes localizarem o trecho selecionado para o estudo em aula, lia-se coletivamente em voz alta, copiava-se e, terminado o período, os livros eram recolhidos e devolvidos à diretoria.



quando se refletia sobre alguns dos conteúdos mais sensíveis apresentados pelo livro de história. Se é verdade que os usuários “gostavam” do manual, nem por isso o professor Pedro deixava de ter uma posição particularmente crítica em relação a este. Afirmava que “o manual de história não conta toda a história”.

*O problema não são as datas, que estão certas, mas é que o manual foi feito em Portugal e por isso ele só conta as coisas boas do colonialismo português, e não as más. [...] Ele fala que os portugueses trouxeram o café e a Igreja, mas não fala da guerra. Não fala de como os colonialistas batiam nos timorenses, na tortura, no trabalho forçado. [Não conta] que os portugueses não deixavam Timor se desenvolver. Não fala de como no tempo português timorenses foram presos e mandados para longe, para a África, Angola e Moçambique, por resistirem ao poder português. [...] Falta muita história.*

As críticas ao material didático produzido na Universidade de Aveiro não eram uma prerrogativa individual. Senhor Pedro também disse que várias discussões foram feitas sobre o mesmo material no sindicato dos professores de Díli, o primeiro sindicato de trabalhadores criado no país após a desocupação indonésia. Havia debates frequentes sobre a escassez de material didático disponível nas escolas, sobre a língua e a linguagem utilizadas serem demasiado exigentes e sobre como os educadores timorenses deveriam se colocar perante aquela situação. E as controvérsias também giravam em torno do próprio conteúdo disposto. Numa matéria do semanário *The Dili Weekly*, de outubro de 2011, justamente logo depois do primeiro volume dos materiais didáticos chegar a Timor-Leste, o secretário-geral do sindicato dos professores criticou publicamente o conjunto dos livros de ciências sociais que, segundo ele, omitem aspectos importantes da história do país, e também chegou a questionar a falta de conhecimento dos estrangeiros a respeito da história, da cultura e do sistema de ensino de Timor-Leste.<sup>15</sup>

Os comentários do professor Pedro sobre o manual de história me intrigavam. “Como é que o senhor sabe desta história que não está escrita no manual? Onde foi que o senhor a aprendeu?” Havia aprendido nos manuais indonésios. O professor Pedro fora escolarizado durante a ocupação indonésia, em língua indonésia e seguindo o currículo indonésio. Ele conhecia a perspectiva histórica contada pelos professores indonésios, uma narrativa que enfatizava justamente a violência colonial europeia no arquipélago, a resistência nativa dos ilhéus e as lutas pela libertação nacional. Entretanto, eram livros didáticos que não descreviam

15 Ver matéria “Ministru Dr. Freitas tenke resolve problema edukasaun”, disponível em: <http://www.thediliweekly.com/tl/noticias/edukasaun/387-ministru-dr-freitas-tenke-rezolve-problema-edukasaun>.



Em conversa com o professor Pedro, aprendi muito sobre o currículo indonésio. Compreendi também que era sobretudo de uma perspectiva mais nativista, nacionalista e anticolonial que o professor Pedro sentia falta no novo manual de história vindo de Portugal. Antes do “manual de Portugal” chegar na Escola 5 de Maio, o professor Pedro utilizava-se de um antigo “manual da Indonésia”, que ele também incorporava seletiva e criticamente nas suas aulas. Ficava transitando entre um manual e outro. Pegando um pouco daqui e um pouco dali. Em verdade, ele utilizava-se de quase todo material de história que lhe caía em mãos e disso tirava aquilo que lhe parecia mais importante para levar à sala de aula. Pensava, no entanto, que um novo manual de história deveria ser “escrito por timorenses” e “não por portugueses e indonésios”. Acreditava que com a “autoria timorense” os problemas da representação da história estariam resolvidos, ou, pelo menos, seriam menos problemáticos.

Num primeiro momento, o que chamou minha atenção foi a leitura crítica do professor em relação à parcialidade das narrativas dos materiais didáticos disponíveis. Depois me dei conta também da parcialidade do próprio olhar do professor. Para estabelecer a crítica de um material, apoiava-se noutro. E não podendo controlar o conteúdo dos livros que lhe caíam em mãos, apropriava-se estrategicamente das representações históricas de Timor produzidas pelas duas antigas potências. Cada versão revelava e escondia algo e nenhuma lhe satisfazia plenamente. Eram saberes parcelares que demonstravam não apenas limites, mas também uma divergência conflitante entre perspectivas históricas. Num movimento pendular o professor Pedro oscilava ora para uma versão, ora para outra, de modo a tecer sua própria leitura do passado. Esta navegação inventiva entre os distintos pontos de vista apresentados pelos manuais didáticos expunha como os modos metropolitanos de representação da história podiam ser trabalhados e descolonizados no ambiente escolar. Eram saberes parcelares que demonstravam não apenas limites, mas também uma divergência conflitante entre perspectivas históricas distintas. Em todo caso, o manual feito por Portugal e encaminhado pelo Ministério da Educação podia até ser “colonialista”, como o professor Pedro por vezes chegou a acusar, mas, em sala de aula, seu manuseio era definitivamente timorense.

## Colonialidade do currículo, descolonização da história

As questões analisadas neste capítulo quiseram revelar alguns dos principais dilemas vividos na educação histórica no ensino superior e secundário em Timor-Leste. No país, as instituições de ensino são lugares particularmente especiais de



ção da política educacional. Como fica evidente num estudo sobre a “monitorização da reestruturação curricular do Ensino Secundário Geral”, que, desenvolvido por pesquisadoras ligadas à Universidade de Aveiro, identificou nos constrangimentos à implementação dos livros didáticos basicamente razões de natureza local: “[...] a falta de domínio dos conteúdos científicos a lecionar, as limitações relativas ao domínio da língua portuguesa e o elevado número de alunos por turma, fruto da não existência de infra-estrutura”. (FERREIRA et al., 2017, p. 132) A avaliação não problematiza a origem dos manuais, responsabiliza os usuários das obras por seu possível mau uso e conclui que os problemas vinculados à implementação do novo currículo seriam decorrentes das limitações dos conhecimentos, das línguas, dos agentes e dos materiais timorenses. Ao propor uma abordagem completamente cega e acrítica em relação à inadequação do conteúdo dos livros e seu processo de confecção, este tipo de avaliação reforça ainda mais a colonialidade do saber (MIGNOLO, 2001), afirmando a subalternidade e o subdesenvolvimento timorense no mesmo ato em que invisibiliza completamente a autoridade da ex-metrópole, sob o argumento de ser uma avaliação “objetiva” e “neutra”.

Outros estudos já criticaram a falta de contextualização e as dimensões de colonialidade que permeiam os manuais didáticos de literatura (GUEDES et al., 2015) e geografia (DINIZ, 2019) do Ensino Secundário Geral, mas particularmente nos livros de história este aspecto parece assumir feições ainda mais profundas. O livro didático de história integra uma proposta curricular que se apresenta como “internacional”, mas cuja análise revela uma matriz discursiva específica que replica leituras coloniais do passado. O provincialismo desta narrativa está associado a uma historiografia nacionalista portuguesa que tende a ser acrítica em relação ao colonialismo e que prefere destacar aspectos de sua benevolência e cordialidade, e não as consequências dramáticas e estruturais de sua violência histórica. E este elogio à tolerância e à convivialidade afetiva entre os portugueses e as diferentes gentes e terras dos trópicos é uma das características essenciais do mito do *lustrotropicalismo*. (CASTELO, 1999) Tal matriz curricular lusocêntrica sugere formas particulares de “imperialismo intelectual” (ALATAS, 2000) e “violência epistêmica” (SPIVAK, 2010), visto que nega significados importantes atribuídos ao conhecimento histórico em Timor-Leste e impõem ideias metropolitanas sobre o que é história, sobre como se deve ensiná-la e em que língua.

Contudo, o estudo etnográfico da recepção dos manuais permitiu complexificar esta geopolítica do conhecimento que, na estruturação do sistema de ensino secundário, posiciona desigualmente os agentes da cooperação internacional, portuguesa e brasileira, o governo timorense, suas instituições educacionais e escolas, bem como os sujeitos mais diretamente atingidos, os estudantes e professores.







## »»» A NARRAÇÃO DO DESPERTAR DA NAÇÃO: Abílio Araújo e a escrita da história

### Tempo de despertar

*É legítimo afirmar que, na minha geração, os poucos jovens universitários timorenses em Lisboa, corresponderam, 20 a 30 anos mais tarde, à vaga de saída de personalidades como Amílcar Cabral e Agostinho Neto, entre outros líderes das colônias ultramarinas, que iam para a Metrópole em busca de formação académica. Ao analisar o desenvolvimento do processo histórico de Timor em comparação com o dos outros territórios portugueses ultramarinos, ou mesmo de outras regiões no Sudeste Asiático, pode-se constatar que em Timor, seja pela longa distância ou pelo nível de desenvolvimento do território, o despertar da consciência de identidade nacional começou tarde, apenas nos anos 70. (ARAÚJO, 2012, p. 95)*

Abílio Araújo assim descreve, quarenta anos depois, em sua autobiografia, a situação de uma geração da qual se vê como parte. A citação é reveladora sobretudo de uma percepção do nacionalismo timorense como algo que “começou tarde”. Em sua reflexão sobre a temporalidade do nacionalismo, o antropólogo indiano Akhil Gupta (2007) descreveu como as primeiras gerações de líderes nacionalistas do chamado Terceiro Mundo encontraram grandes dificuldades em se imaginar ocupando o mesmo tempo histórico que o Ocidente metropolitano. Segundo Gupta (2007), tal percepção do tempo histórico estaria diretamente associada, entre outras coisas, à noção de “desenvolvimento”, que ganhara força após a

Segunda Guerra Mundial e que funcionara, desde então, como referência central para classificar e hierarquizar os Estados nacionais como “subdesenvolvidos” e em diferentes “níveis de desenvolvimento”.

Em Timor-Leste, o caráter tardio do “início da política”, como ainda por lá se ouve dizer, é comumente associado ao próprio colonialismo português, ele mesmo por vezes interpretado como “subdesenvolvido” e dotado de uma temporalidade própria. José Ramos-Horta, também um integrante da mesma geração que Abílio Araújo, em seu livro de memórias e análise política, descreve uma percepção singular a respeito da passagem do tempo no Timor colonial:

O tempo parecia não ter passado por ali. O ponteiro do relógio do progresso não avançara um minuto. Durante séculos Timor-Leste fora negligenciado. Era mantido apenas como símbolo do império. Símbolos e mitos estavam imbuídos no salazarismo. No entanto, apesar do abandono, negligência, talvez a maior virtude do colonialismo português tenha sido precisamente a sua inoperância que o levava a deixar em paz, intacto, o sistema tradicional. O povo vivia em paz nas suas ‘knuas’, nas suas terras ancestrais. (RAMOS-HORTA, 1990, p. 62)

Nesta chave de interpretação, a negligência da administração colonial, que segura o “relógio do progresso”, teria seu lado positivo: ela deixaria “em paz” o movimento da vida ancestral que, segundo Ramos-Horta (1990), permaneceria “intacto”. A integridade desta paz seria chacoalhada na década de 1970, momento de insurgência do “povo timorense”, um novo sujeito que, a partir de então, passa a ser representado como dotado de uma história própria e externa à do colonizador. Esta nova forma de autoconsciência histórica é reconhecida pelo próprio Xanana Gusmão (2012, p. 267) que, não obstante, identifica sua emergência como consequência imediata da Revolução dos Cravos na metrópole: “os antropólogos terão um trabalho imenso de pesquisa, a fim de se evitar que caiamos na desgraça de só nos conhecermos, como povo, a partir do 25 de abril de 1974”.

Mas se o sentido de “atraso temporal” moldou em grande medida as visões dos movimentos terceiro-mundistas, como disse Akhil Gupta (2007), aquela primeira reflexão de Abílio Araújo parece apontar para uma maior especificidade no caso de Timor-Leste. Ali, a sensação de lapso não é articulada em função da metrópole e da Europa, mas sobretudo da relação com outras colônias. Diferentemente das províncias africanas e de outros territórios do Sudeste Asiático, apenas nos últimos momentos do colonialismo português é que o “despertar da consciência da identidade nacional” teria adquirido lugar em Timor. Neste capítulo gostaria de examinar alguns sentidos deste “despertar” através da produção de



na porcentagem da população”, de que fala Anderson, envolve a própria geração de jovens timorenses letrados da qual Abílio Araújo faz parte. A década de 1970 foi, portanto, um momento decisivo, não só pelas rupturas políticas promovidas pela Revolução do Cravos em Portugal, proclamação da independência de Timor-Leste e invasão indonésia, mas também devido aos desenvolvimentos das ideias timorenses, pois este foi o ambiente no qual se formou uma “tradição intelectual nacional”. Mesmo que muitas das interpretações produzidas neste período não tenham sido incorporadas em massa pela população à época, restringindo-se apenas a um grupo reduzido, como fala Anderson, muitos dos debates posteriores sobre a questão nacional, dentro ou fora do território, tiveram necessariamente que lidar com as ideias e as propostas urdidas por esta *intelligentsia*.

Diferentemente do que ocorreu, por exemplo, em Cabo Verde, Angola e Moçambique, Timor não foi palco de um movimento literário de peso durante o período colonial. A própria guerra vivida em África, e que esteve diretamente vinculada à produção escrita naquele continente, era algo muito distante da província do Sudeste Asiático, sobretudo pelo controle de informações promovido pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). A distante ilha era vista com bons olhos por muitos oficiais do exército português como uma espécie de refúgio frente à terrível guerra em curso. (SOUZA, 2001) No Timor colonial, o investimento educacional do Estado sempre foi muito precário, o que dificultou durante muito tempo a formação de uma camada timorense alfabetizada e crítica. E nos anos 1970, o letramento na província não chegava aos 10% da população.<sup>1</sup>

Em 1974, com a criação da FRETILIN (Frente Revolucionária Timor-Leste Independente), partido cujas ideias iniciais desenharam os primeiros contornos da imaginação nacional do país, a importância do ensino e das letras no território foi reconhecida e definida como eixo de atuação. O programa político do partido, preparado em português e tétum por Abílio Araújo e Guilhermina, sua esposa, e lançado logo após sua fundação, destaca a importância do letramento na construção da independência.

O Povo tem de estar esclarecido para decidir a sua vida. Não pode continuar ignorante para que ninguém possa aproveitar-se desta

---

1 Luiz Filipe Thomaz (2002, p. 143), estudioso de Timor e que nos anos 1970 lá prestou serviço militar, descreve a situação linguística e da cultura escrita da província no período: “O português é, alias, a única língua normalmente escrita, pois a despeito da impressão de alguns dicionários, métodos, catecismos, livros de orações e resumos da Bíblia em tétum e em galoli, nunca se impôs o uso escrito das línguas vernáculas. [...] O português nunca chegou a tornar-se a língua de comunicação oral [...], é naturalmente a língua materna dos raros europeus criados no território, bem como da maior parte dos mestiços”.



e escrita, constituía a mais importante fonte de poder e hierarquização social, definindo status, privilégios e direitos na província. No período colonial tardio, o “lusotropicalismo” integrava a ideologia oficial do Estado português e o gradualismo foi o traço mais saliente deste discurso. (CASTELO, 1999) É preciso “um século para fazer um cidadão”, como dizia Salazar em seus discursos. (MACAGNO, 2014, p. 41) Mas era desta posição mutante e ambígua, entre a “modernidade” que Portugal dizia oferecer e a “tradição” atribuída à província, que novas ideias e conceitos foram forjados para explicar e dar sentido à experiência timorense. Inseridos neste espaço fronteiriço de produção discursiva, nem totalmente dentro e nem totalmente fora da experiência europeia e timorense, os integrantes desta primeira geração foram intérpretes originais de Timor. A duplicidade desta consciência expressou um mal-estar diante do discurso colonial e da dificuldade em reconciliar duas identificações disponíveis, as locais e as do ultramar.

Os nascidos na província que passaram a se utilizar da palavra escrita como forma de politização do pensamento eram, assim, intelectuais polígrafos e políglotas, escreviam sobre temas variados e dominavam não apenas o português, mas outras línguas locais. No Timor colonial inexistia a autonomização dos campos da produção artística, política e científica, tal como argumentou Pierre Bourdieu (2002) a respeito do contexto europeu. E não só esta especialização era ausente, qualquer forma de autonomia do mundo intelectual também era inviável no período. Políticas e letras necessariamente se misturavam. Na ilha, a escrita timorense começou a ser experimentada como arma argumentativa, sobretudo, através da publicação de pequenos artigos assinados nos únicos três periódicos ali existentes: a revista *Seara*, fundada em 1948 pela Diocese de Díli, que buscava conectar as missões e missionários espalhados pelo interior; *A Província de Timor*, de responsabilidade da instituição militar local, o Comando Territorial Independente de Timor (CTIT), que disseminava informações pertinentes ao exército; e a *Voz de Timor*, utilizada pelo governo da província para divulgar suas atividades mais administrativas. (PIRES, 2001) Estes periódicos também adquiriram outros usos e se transformaram nos primeiros espaços discursivos a acolher vozes timorenses impressas no papel.

Discutindo problemas locais e questões vinculadas à vida social da colônia, e não da metrópole, estes veículos de comunicação constituíram palco para o desenvolvimento das primeiras ideias e sentimentos nacionalistas. Um importante exemplo foi a polêmica, impressa nas páginas destes periódicos, que ficou conhecida como a “guerra do *barlake*”. Oriunda do malaio, a palavra *bere-laki* quer dizer: “tomar homem”, “ter um rapaz”, “se casar”. Um ato que em língua tétum também é associado à palavra *hafoli*: “valorizar”, “dar valor”, “dar dote”. Em Timor, a troca de bens e animais, que acompanha os ritos matrimoniais, estabelece alianças entre diferentes casas e constituem dádivas e dívidas entre as famílias do noivo





vidades consideradas subversivas. Em suas memórias, José Ramos-Horta descreve o conteúdo do texto.

[...] a carta referia-se à labuta árdua do maubere, trabalho duro, regado com seu suor e a masca cor de sangue que ele mastiga para enganar a fome; ao arroz que o Maubere produzia, mas que era para o ‘malae’, etc. E concluía: ‘Maubere, meu irmão, o sol já vai alto. Os seus raios também são para ti. Levanta-te, meu irmão, são horas’.  
(RAMOS-HORTA, 1990, p. 77)

Manifesta em linguagem poética, o pequeno texto causou grande consternação no governo da província e reações no seio do exército. Seu autor foi repreendido, aquela edição da revista *Seara* foi confiscada pela PIDE e o periódico foi encerrado, nunca mais voltando a publicar. O impacto da carta, no entanto, foi muito maior do que uma simples contestação ao regime. Ela permitiu a reconfiguração da palavra, tornada agora um objeto de autoidentificação positiva. Neste processo de transformação semântica, o termo passou a ser tratado como sinônimo de “povo de Timor-Leste”. O povo, figurado desde então como sujeito, adquiria então um nome próprio a ser lançado ao mundo. Já bem conhecida e difundida entre os timorenses devido ao discurso colonial local, a palavra, com seu sentido alterado, ganhava cada vez mais aderência popular, sobretudo no meio rural. A palavra ficou atrelada a um clamor pelo despertar do povo: *maubere*, levanta-te. O termo foi incorporado oficialmente pela FRETILIN em seu programa político, nos discursos públicos, nas campanhas de alfabetização e também nos meios de comunicação que posteriormente foram criados, tais como o *Jornal do Povo Maubere* e a Rádio Maubere. Nos anos seguintes, durante o período da ocupação indonésia, *maubere* também foi uma palavra intensamente mobilizada pela resistência timorense armada e diplomática. Xanana Gusmão a utilizava em seus discursos e em suas negociações com os generais indonésios durante os breves períodos de cessar-fogo. Ela também foi utilizada fora do território, nas redes transnacionais de solidariedade à luta pela de libertação timorense, tal como na importante Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM).

Mas se a elaboração deste conceito apontava para uma unidade nacional de caráter popular, críticos do conceito, sobretudo timorenses assimilados que tinham conseguido ter uma profissão e posição respeitável durante o período colonial, questionaram seu uso político. Por um lado, reclamavam que o termo *maubere* não representava todos timorenses, já que dele eram excluídos os poucos assimilados e letrados. Por outro lado, entendiam seu uso político como uma forma de valorização do analfabetismo, da ignorância, da pobreza e da renúncia



A palavra *maubere* transformou-se num poderoso símbolo da identidade nacional, transbordando as fronteiras étnicas e linguísticas do mambae, da província de Timor e do ultramar português. Justamente por ter sido mobilizada pela resistência diplomática, viajado por vários fóruns internacionais, sendo inserida sem tradução em diversos idiomas, ganhou incrível força e reconhecimento, tornando-se a única palavra de origem timorense que alcançou pretensões universais, para além da ilha e da própria língua portuguesa. Assim, a trajetória do conceito *maubere* parece se aproximar do itinerário de outras “palavra especiais” das quais nos fala Norbert Elias. Palavras que surgem em contextos muito delimitados como expressão de grupos específicos, assumem a forma de experiências comuns, crescem, modificam-se e passam a portar não o selo de famílias, castas ou partidos, mas de povos inteiros. (ELIAS, 1994, p. 26) De um signo colonial negativo, um trabalho de reversão simbólica do estigma foi ali operado, fazendo com que a palavra fosse agora entendida como signo da dignidade e da unidade nacional de um povo.

O conceito *maubere* é uma das mais importantes criações gestadas na geração intelectual de 1970. Nas sessões seguintes percorro o campo intelectual e político desta década, tomando a escrita de Abílio Araújo como fio condutor. Considerando a singularidade de sua trajetória e de suas ideias, seu trabalho será utilizado como linha de força para interrogar o modo como o movimento nacionalista timorense explorou o passado e se representou através da escrita da história. Para tal, analiso três textos, produzidos nos anos 1970, em que Abílio Araújo sugere uma interpretação original da política e da história timorense. Mas ao tratar da produção intelectual de Abílio Araújo, estou considerando-o autor. Esta noção carrega consigo a ideia de um sujeito individual, criador e que marca seu registro singular no objeto, reivindicando-o como seu, sua posse. A própria palavra “autor” é autorreflexiva e deriva da mesma raiz etimológica de “autoridade”, sendo acompanhada por fortes noções de domínio e propriedade. Por isso, antes de abordar a produção de Abílio Araújo na década de 1970, é necessário apresentar um pouco do próprio autor e seu percurso. E farei isso examinando o modo como ele mesmo o faz.

### *Autobiografia de Abílio Araújo*

Em 2012, Abílio Araújo publicou um livro sobre si. *Autobiografia de Abílio Araújo – Dato Siri Loe II* é um trabalho no qual seu personagem principal apresenta-se simultaneamente como um autor e ator da história do país. Com isso, o modo narrativo do livro é inseparável de seus objetivos sociais e políticos. O primeiro capítulo introduz, tal qual uma boa novela, uma cena de tensão. Tudo se passa em 1974, num momento em que o protagonista vai representar a FRETILIN em Ainaro-Suro, região com



A narrativa do livro tende a seguir uma cronologia sucessiva, mas cerca da metade da obra é voltada para episódios da juventude. Ingressando no liceu de Díli, ápice máximo do sistema de ensino da colônia, Abílio também integrou a “tropa”, onde participa de caravanas artístico-militares que circulavam pelas aldeias do interior montanhoso, adquirindo, assim, uma visão mais ampla a respeito da condição geral da colônia. Tornou-se um dos primeiros timorenses a conseguir uma bolsa do governo português para desenvolver estudos universitários na metrópole. Lá conheceu Guilhermina, com quem se casou. Na universidade, teve contato com estudantes oriundos de outras províncias ultramarinas, sendo apresentado ao pensamento marxista e aos movimentos de libertação dos territórios africanos. Com formação em música, Abílio compôs importantes canções nacionalistas, conhecidas até hoje, como *Kdadalak Sulik Mutuk* e *Foho Ramelau*, transformadas em verdadeiros hinos da luta pela independência e que passaram a integrar parte do repertório popular e do patrimônio cultural timorense.

Abílio foi um dos membros fundadores da FRETILIN, em 1974, mas já havia retornado a Portugal quando ocorreu a invasão indonésia. Integrando a resistência diplomática timorense, ele circula em inúmeros fóruns internacionais militando pela “questão de Timor”, mas entra em conflito com o Comitê Central da FRETILIN e vai se distanciando de seus camaradas. É “demitido” da presidência e, devido a discórdias políticas, sai do partido. Vai à Indonésia, por conta própria, negociar diretamente com as autoridades. Esta aproximação com a potência ocupante faz com que ele seja acusado de “traidor” e “integracionista”.<sup>5</sup> Muitas passagens finais do livro são tentativas de esclarecer tais desentendimentos. Uma ferida aberta no corpo do relato aparece quando, em 1992, Xanana Gusmão é capturado pelo exército indonésio na casa da família de Abílio Araújo, em Díli. Junto com o líder da guerrilha, a mãe e os irmãos do autobiografado também são presos e ele passa a ser responsabilizado politicamente pelo ocorrido.

Cerca de metade do livro volta-se para um período que vai até a década de 1970. Esta primeira parte é a mais rica e envolvente, adquirindo tonalidades literárias, sobretudo na descrição íntima da vida rural e dos arranjos políticos e familiares timorenses, bem como da experiência de aprendizado num mundo colonial

---

5 Setores timorenses que apoiaram ou se relacionaram com o governo indonésio tendem a ser mal vistos em Timor-Leste. Douglas Kammen (2003) argumentou que, com o fim do colonialismo português, a metáfora central da política timorense se deslocou de “mestres” e “escravos”, para “traidores” e “nacionalistas” nos anos da ocupação indonésia, sendo que com a desocupação e a chegada de novas organizações internacionais, os “oportunistas” e os “oprimidos” seriam as novas metáforas políticas para lidar com os estrangeiros no país. Contudo, Kammen afirma que, para os timorenses mais velhos, como Abílio Araújo, os rótulos de “traidores” e “nacionalistas” permanecem poderosamente vivos.



Assunção Gonçalves, médico português amigo da família que, a partir de conversas, entrevistas e recolha de relatos orais do biografado, transcreveu as informações e deu corpo ao texto. Não é explícito o modo como se operou o jogo da escrita e das intervenções editoriais, mas tal informação já complica o próprio título da obra, pois o compartilhamento da escrita rompe com o famoso “pacto autobiográfico” que demanda uma identidade entre o “eu” falante, a personagem principal da narrativa e seu autor.<sup>6</sup> No prólogo do livro, Abílio Araújo explica que as dificuldades da escrita autorreferencial foram superadas pela proposta do amigo de família que, “aliada à convicção de que em Timor, por fidelidade à tradição oral milenar, as histórias variam de um contador para outro, encorajaram-me e convenceram-me a avançar”. (ARAÚJO, 2012, p. 15) A própria oralidade aparece como justificativa para a autoria compartilhada que, no entanto, é assinada individualmente, sendo a participação externa ali definida em termos de “coordenação”. Vê-se, então, como a tensão entre “aquilo que o sujeito quer ser” e “aquilo que ele é”, característica em toda narrativa autobiográfica, é transportada aqui para a própria obra, que quer ser uma autobiografia, mas que se confunde com uma biografia escrita por outra pessoa.

A autobiografia, como gênero literário, possui características próprias. Ela assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante da linguagem, construindo sobre ela sua verdade. A escrita de si insiste que aquele que a exerce é único, não só pela história pessoal, mas pela capacidade de expor sua intimidade profunda no corpo do texto, tornando-a disponível para a leitura de outros.<sup>7</sup> A autobiografia pressupõe uma cultura em que o indivíduo possa se destacar do coletivo e, deste modo, conceba sua vida como uma aventura a ser inventada, e não como um destino predeterminado a ser cumprido. Além disso, se é certo que sempre se escreveram histórias de vida, a ideia de que a vida é uma história surgiu

---

6 Em estudo clássico, Philippe Lejeune (2014) definiu o discurso autobiográfico por um “pacto” estabelecido pelo autor que deve convencer o leitor de que quem diz “eu” no texto é a mesma pessoa que assina na capa e que se responsabiliza pela escrita narrativa. Seria o “princípio de identidade” definidor da autobiografia e que estabelece que autor, protagonista e narrador são a mesma pessoa.

7 Na história do Ocidente a autobiografia foi associada à ideia de autoidentidade expressa na própria assinatura e na ideia de uma aventura heroica da mente. Um trabalho paradigmático é *Confissões*, escrito por Rousseau, entre 1764 e 1770, no qual, pela primeira vez, o “eu” diz falar na intimidade e se pôr a nu para livre julgamento dos leitores. O surgimento da autobiografia na Europa também foi resultado da expansão e afirmação dos direitos individuais, bem representado no ideário da Revolução Francesa. É neste sentido que Walter Benjamin (1994) associou o nascimento do romance à imagem do indivíduo segregado na sua solidão, sugerindo que a escrita autorreflexiva é um fenômeno do desenvolvimento da imprensa comercial e do individualismo burguês.





tes destas relações. Articulado de modo original nacionalismo e individualismo, política e subjetividade, estas obras constituem importantes signos da modernidade timorense, apresentam uma nação que pode ser figurada simultaneamente como um indivíduo coletivo e como uma coleção de indivíduos.

Como a crítica especializada tem demonstrado, os gêneros biográfico e autobiográfico podem assumir múltiplas variações. Contudo, eles nunca são simplesmente fenômenos individuais, íntimos. *Autobiografia de Abílio Araújo* é um evento público. Além de estar voltada para uma coletividade ampliada de leitores em língua portuguesa, sobretudo em Timor e na ex-metrópole, o início e o final da obra revelam inscrições de outros sujeitos com seus discursos. São “paratextos” que margeiam e dão contorno à publicação: prefácio, testemunhos e depoimento. Ali assinam nomes de peso que também aparecem na contracapa do livro: Dom Basílio do Nascimento (Bispo de Baucau e presidente da Conferência Episcopal Timorense), José Ramos-Horta (laureado com o Prêmio Nobel da Paz e ex-primeiro-ministro), Luís Filipe dos Reis Thomaz (estudioso de Timor, filho do ex-presidente de Portugal e padrinho do casamento de Abílio), além do próprio Xanana Gusmão (ex-presidente e ex-primeiro-ministro).

Interessante é que estes “paratextos” posicionam-se em relação ao texto central e seu protagonista. No prefácio, Dom Basílio descreve vários rótulos que já foram etiquetados junto ao nome de Abílio: “começou como o ‘grupo de estudantes comunistas’ que vieram de Portugal, do qual o autor foi líder, terminando no ‘Abílio empresário capitalista’, passando por ‘Abílio, o expulso da FRETILIN’, ‘Abílio, o criador da 3ª via’, ‘Abílio, o agente comercial indonésio’, ‘O fundador do PNT – Partido Nacional Timorense’”. (NASCIMENTO, 2012, p. 7) José Ramos-Horta (2012, p. 208), que apreciou mais os relatos de infância de Abílio, afirmou que a “parte política das suas memórias vai gerar alguma polémica ou, se não polémica, certamente alguma corrigenda”. Por sua vez, os comentários de Xanana Gusmão, mais ásperos, passam pelos desentendimentos de quando Abílio foi deposto da presidência da FRETILIN e terminam num tom de crítica. Tratar-se-ia de um homem que, do seu ponto de vista, “se sente incompleto. De herdeiro de uma linha monárquica, foi activista, revolucionário, cursado em economia, homem de negócios, mas que não encontrou ainda o lugar certo na sociedade timorense”. (GUSMÃO, 2012, p. 276) Esta marcação paratextual múltipla, que cerca e circunscreve o início e o fim da obra, pode ser associada também ao discurso de apresentação do livro, em Portugal, feito na ocasião de seu lançamento por Luís Cardoso, romancista timorense, que apresentou Abílio como um alter-ego com quem se reconcilia. (CARDOSO, 2012)

Importa que a presença destas outras autorias e autoridades no livro, ratificando-o ou tensionando-o, além de exporem a multiplicidade de leituras que



A primeira geração da elite é representada pelas camadas nativas de *liurais* (reis e régulos) e *datos* (nobres), que, após serem derrotadas nas últimas revoltas anticoloniais, durante as “guerras de pacificação”, na passagem do século XIX para o século XX, começam a serem incorporadas no sistema colonial. Antes “rebeldes” e “infiéis” à Igreja e à coroa portuguesa, estes nobres locais teriam sido gradativamente introduzidos à catequese e ao alfabeto através das poucas instituições de ensino ali criadas e as quais seus filhos agora começam a frequentar. Detentora do poder político local, mas sentindo-se incapaz de tramar lutas contra o invasor europeu, “esta elite vem a ser um elo de ligação entre o colonizador e a maioria colonizada”. (ARAÚJO, 1973, p. 4)

Das missões religiosas, e posteriormente dos colégios militares, saíam os primeiros letrados de Timor, “respeitados e admirados porque sabem ler e escrever”. Esta nova nobreza goza de privilégios entre os locais e os estrangeiros, submete os primeiros, mas é submissa aos segundos. Segundo Abílio, esta é a segunda geração da elite timorense que, a partir de então, começa a assumir cargos nos quadros do poder colonial, no exército, na missão, na educação e no baixo funcionalismo administrativo.

A terceira e última geração de elites ali discutida é aquela da qual o próprio autor faz parte. Diz respeito aos timorenses filhos de famílias assimiladas que nos anos 1970 começavam a ir para a metrópole seguir os estudos universitários. A “criação desta nova forma de elite é uma necessidade para a sobrevivência do colonialismo”, diz Abílio, que busca “inculcar nas populações de Timor uma falsa consciência”, propagando a ideia de que os estudantes precisam retornar a Timor para servir aos quadros da administração. Neste momento conclusivo da narrativa insurge a imagem de um presente contestado. A “elite futura” estaria assim dividida em pelo menos dois caminhos futuros possíveis. Haveriam aqueles que querem apenas o “canudo”, no “sonho egoísta” de conseguir um bom “tacho” na administração portuguesa, sendo “aceites pelo povo quando o mesmo deveria, sim, chamá-lo de traidores e vendedores da sua pátria”.

Há, porém, o caso dos estudantes ‘mediócras’, aqueles que ‘em vez de estudarem andam metidos em política’ e se recusam a fazer parte da nova elite. Ora, para o colonialismo, o comportamento destes estudantes ‘vai contra o fim para que foram destinados’. Com certeza!!! Desta vez o colonialismo fala a verdade! Pois vendo-se perante a sua própria derrocada, tem de procurar por todos os meios desacreditar a acção destes perante as populações e assim isolá-los. Mas o POVO, tarde ou cedo, há-de distinguir quais são os seus filhos e verdadeiros amigos. (ARAÚJO, 1973, p. 9)



Dom Boaventura na capa constituiu um fator importante na difusão do livreto. Mas nem todos gostaram do trabalho.

*A recepção não foi boa, tinha muita gente favorável ao sistema colonial. Hoje, passados 40 anos, achamos que todas as pessoas eram pela independência. Mas não. Independência não é um dado adquirido. Defender a demarcação da nova intelectualidade do sistema colonial era, na altura, um gesto de grande ousadia. Eu fui ameaçado de ser deportado para Angola, ainda era um estudante. [...] A PIDE teve acesso a As Elites. Alguém denunciou e [eu] já tinha antecedentes pela 'Guerra do Barlake', quando defendi a cultura de Timor. [...] O texto era quase um panfleto, para as pessoas lerem. Para pensar sobre quem elas eram, o que sua geração estava fazendo.[...] Fazia parte do nosso trabalho como embrião do movimento nacionalista, em Portugal. Chamávamos de Grupo de Apoio aos Estudantes de Timor-Leste [GAETL], mas como não se podia falar em Timor-Leste, falávamos que era o Grupo de Apoio aos Estudantes de Timor em Lisboa. A sigla era a mesma.*

Resultado de um esforço de reflexão crítica a respeito da própria geração em que estava inserido, *As Elites em Timor* e seu autor foram censurados pelo regime português. Mas o livreto também gerou interesse e ganhou vida própria. Do trabalho foram efetuadas fotocópias que foram levadas para Timor. Na província, o texto se difundiu e foi traduzido na Austrália como *Timorese Elites*, numa versão mais conhecida e citada que aquela em língua portuguesa.

### Discurso na *Tricontinental*

Em 1976, uma delegação da FRETILIN vai a Cuba e Abílio Araújo é convidado para falar sobre a situação de Timor-Leste. O momento político era outro, radicalmente distinto daquele em que escrevera *As Elites em Timor*. A Revolução dos Cravos já havia desmontado o regime ditatorial português e a armadura colonial do ultramar havia se despedaçado. Em Timor, a província fora palco de uma guerra civil, cujo partido vitorioso, a FRETILIN, assumiu o governo e proclamou unilateralmente a independência, mas logo a seguir o exército indonésio invadiu o território. Abílio Araújo já não podia visitar sua terra natal, que deixara de ser uma pacata província ultramarina para se tornar um território em estado de guerra. Além disso, ele já não era mais o mesmo estudante de outrora, desembarcava em Havana como um membro do Comitê Central da Frente Revolucionária Timor-Leste Independente (CCF-FRETILIN), no posto de Ministro de Estado para Assuntos Econômicos e Sociais do primeiro governo da República Democrática de Timor-Leste (RDTL). O governo, recém-formado, estava fraturado:



nos de suas nações, subvertendo, deste modo, o critério tradicional nas relações internacionais que se volta prioritariamente para as representações formais dos Estados. (GENEROSO, 2018) Nesta revista, a luta pela libertação de Timor-Leste tornou-se tema de capa, numa imagem que apresentava a ilha enrolada em arame farpado e atada à bandeira indonésia.<sup>9</sup>

Figura 8. Timor prisioneiro da Indonésia



Fonte: Araújo (1977).

No discurso publicado na revista, Abílio se preocupou em apresentar a história do país explicando os recentes fenômenos que determinaram a situação crítica de então. Interpretou a guerra civil, de três semanas, entre UDT e FRETILIN, como uma expressão da luta de classes e da ação imperialista no território. A própria Indonésia, com sua política externa agressiva e expansionista, foi retratada como uma marionete financiada pelos “representantes do capitalismo internacional”. Com isso, os acontecimentos de Timor-Leste foram enquadrados numa linguagem política típica do pensamento revolucionário e terceiro-mundista da época, e o conflito foi conectado e comparado a outras lutas internacionais: à

9 Agradeço à pesquisadora Lúcia Generoso por disponibilizar o exemplar digitalizado que, de outra forma, estaria disponível apenas nos arquivo cubanos.





Diferentemente d’*As Elites em Timor*, onde Abílio propôs uma história das sucessivas gerações das elites timorenses, seu texto na revista *Tricontinental* permite uma outra leitura temporal na qual a organização dos períodos históricos está articulada em função dos diferentes ciclos econômicos. A intercalação temporal destes ciclos segue ritmos diferentes dos geracionais, e sua determinação não se dá em Timor, mas no campo da economia política internacional. Ainda que não aprofunde o terceiro ciclo voltado à exploração mineral, as críticas do autor a respeito da dependência econômica nacional e de um único produto primário de exportação – que apontam para o risco da instabilidade dos mercados externos, do enfraquecimento do mercado interno e a atrofia de outras formas de produção local – continuam válidas e atuais.

### *Os loricos voltaram a cantar*

Com um longo título, *Timor-Leste – Os loricos voltaram a cantar – das guerras independentistas à revolução do povo maubere* pode ser considerado o primeiro livro de autoria timorense que possui a história da nação como objeto de análise. Não se tratando apenas de um livro de história, a obra também é um elogio ao nacionalismo timorense, além de consistir numa espécie de “análise de conjuntura”, tal como nos textos anteriores de Abílio. Escrito e publicado em Lisboa, em 1977, o trabalho se apresentava como um exame da formação da nacionalidade forjada na luta contra o colonialismo português, e que buscava compreender “em última instância, a resistência do Povo de Timor pela via das armas contra o novo colonialismo indonésio”. (ARAÚJO, 1977, p. 12)

*Quando escrevi, queria que os timorenses lessem, os apoiantes também, queria que conhecessem a história. Porque tudo o que se escreveu até agora sobre Timor está escrito na perspectiva do colonizador, do vencedor. Como naquele livro Timor na história de Portugal, faltava ver outra perspectiva. Faltava ver ‘Portugal na história de Timor’,<sup>10</sup> Esta que é a perspectiva do livro. Eu que não sou historiador, nem tinha bases, mas fui lendo alguma coisa. Hoje considero que é um texto base. Muitas pessoas falam que é um manual do nacionalismo timorense. [...] queria mostrar que a luta que vivíamos naquele momento [contra a Indonésia] não iria terminar como a luta dos nosso antepassados, marcados pela derrota. Por isso fiz uma análise de Timor sob a presença portuguesa. (Abílio Araújo)*

---

10 Autor refere-se à obra de Luna de Oliveira, *Timor na História de Portugal*, publicado em três volumes pela Agência Geral das Colônias, em 1949, e fartamente citado n’*Os loricos voltaram a cantar*.



poder, a obra se fez nesse complicado quebra-cabeça geopolítico: foi incentivada e bem recebida em Portugal, censurada em Moçambique e tornou-se clandestina em Timor ocupado pela Indonésia. Era uma obra escrita por um indivíduo e não pelo partido, mas que tratava da história e do nacionalismo timorense, e que clamava pela revolução *maubere*. Este último conceito figurava no título e também na capa do livro. No frontispício destacam-se duas bandeiras coloridas em vermelho, a do partido e a do país, a FRETILIN e a RDTL. Em primeiro plano, aparece um jovem soldado das FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste) com o punho cerrado. Atrás dele, outros soldados, além de uma figura trajando vestes e acessórios tradicionais. As armas da luta, lanças e metralhadoras, associam o tradicional ao moderno na mobilização das massas. A capa retrata o povo *maubere* fazendo sua própria história. É a revolução em cena.

Figura 9. A revolução do povo *maubere* em cena



Fonte: Araújo (1977).



no território”. Invertendo as perspectivas dos protagonistas históricos, que agora passam a ser os *liurais* (reis) e *datos* (nobres) contrários à presença portuguesa na ilha, Abílio Araújo propõe então uma outra periodização da história de Timor:

[...] o primeiro período, que vai de 1642 a 1912, e o segundo período, que compreende ao intervalo medido entre 1912 e 1975. O 1º período corresponde às duras ‘guerras independentistas’ travadas pelos Povos Timores que queriam continuar a escrever livremente a sua História. O 2º período corresponde à fase de resistência passiva generalizada quebrada por insurreições contra o colonialismo português. (ARAÚJO, 1977, p. 66)

Este segundo período corresponde à terceira parte do livro: “Colonizados para sempre?”. Mais breve que a anterior, a narrativa histórica rapidamente acelera-se no capítulo até encontrar as condições educacionais e políticas necessárias para o surgimento de uma “classe dirigente”. Esta, da qual o próprio autor se reconhece como parte, é oriunda da “pequena e média burguesia” da colônia e necessariamente teria de cometer um posterior “suicídio de classe” (um conceito de Amílcar Cabral) ao tomar o poder político, condição necessária para a libertação nacional do povo *maubere*. Comparações com outras colônias africanas são ali efetuadas, assim como o contraponto com o processo de descolonização da Indonésia. Conclui que, devido ao “abandono” praticado pelo colonialismo português na ilha, o fenômeno de libertação nacional “apenas se registrou em Timor-Leste muito mais tarde”. (ARAÚJO, 1977, p. 180)

Aspecto notável em todo conjunto da obra é a centralidade dada à experiência da Guerra da Manufahi, ocorrida em 1912. Além da detalhada descrição da batalha ocupar um grande número de páginas, muito maior se comparado aos outros conflitos e guerras ali descritas, o evento é exposto como o grande marco temporal, o corte divisório entre os dois períodos da história timorense. A partir da derrota de Dom Boaventura, o território teria sido “pacificado”, dando início a um novo momento histórico. Abílio considera que os dois conflitos posteriores, tanto a inserção de Timor na Segunda Guerra Mundial (1942-1945) quanto a Revolta de Viqueque (1959), seriam lutas que preconizariam o movimento revolucionário nacionalista, mas que não chegaram a romper a caracterização geral deste segundo período, chamado por ele de “resistência passiva”. Mas se no trabalho a Guerra de Manufahi e seu líder, Dom Boaventura, encontram-se na dobra central da periodização proposta pelo autor, outros referências do *liurai* insubmisso também estão presentes nas extremidades do livro, em seu prólogo e epílogo.



## Da Revolução *Maubere* à Resistência Timorense

Diferentemente de Xanana Gusmão, José Ramos-Horta e Mari Alkatiri, figuras vivas e de maior destaque na história e política nacional timorense, Abílio Araújo nunca assumiu nenhum cargo no Estado após a restauração da independência em 2002. Isso se deve também aos próprios conflitos que teve no decorrer de sua vida com estes personagens e com a própria FRETILIN. Mas esta sua pouca projeção no mundo político e na história pública e contemporânea do país contrasta com sua posição como primeiro nacional a propor uma escrita timorense da história e a destacar-se na produção de obras que contribuíram para a imaginação nacional timorense. Isso pode ser identificado na escrita de artigos em periódicos de contestação a respeito dos “usos e costumes”, na preparação do manual e programa partidário da FRETILIN e nas composições de canções nacionalistas. Estes foram trabalhos elaborados no contexto de emergência da intelectualidade timorense dos anos 1970 e que buscavam imaginar a nação, reconstruindo seu passado e projetando seu futuro. Assim como outros personagens integrantes desta mesma geração, Abílio Araújo estava intelectualmente orientado para a construção do Estado nacional.

Nos anos 1970, marxismo, maoísmo e anticolonialismo africano foram matrizes discursivas importantes para os nacionalistas ligados à FRETILIN. (HILL, 1975; JOLLIFFE, 1989; TAYLOR, 1993) Em conversa com Abílio Araújo, ele comentou algumas de suas principais referências à época: “*não sou historiador, mas escrevi tudo aquilo com base no materialismo histórico. Também já tinha lido Amílcar Cabral, Frantz Fanon e Aimé Césaire. Lembro que a leitura de Discours sur le colonialism foi importante*”. O texto d’*Os loricos* inclusive cita o libelo fanoniano de que “a descolonização é verdadeiramente criação de homens novos. Mas esta criação não recebe a sua legitimidade de qualquer força sobrenatural: a “coisa” colonizada torna-se homem no próprio processo pelo qual ela se liberta”. (FANON, 2002, p. 40)

Não por acaso, Abílio Araújo terminava o livro refletindo sobre os eventos ocorridos em meados da década de 1970 e, tal qual seus colegas de partido, nomeava aquele momento vivido em termos de revolução *maubere*. Como já discutido, a palavra “*maubere*” referia-se ao povo de Timor-Leste, seu caráter nacional, nativista, popular e não europeu. Já a palavra “revolução” apontava para o caráter moderno, de recomeço e intensa transformação da experiência timorense. Buscava-se a edificação do “homem novo”, uma “nova sociedade”, um “novo Timor”. Esta revisão da sociedade possuía, portanto, um conteúdo local, era *maubere*. O historiador dos conceitos, Reinhart Koselleck (2012, p. 62), lembra que “o con-





como saudação. Francisco Xavier do Amaral, proclamador da independência e primeiro presidente do país, em depoimento contou que, no início, estes estudantes animaram e deram grande ajuda à luta pela independência, mas, depois, o caráter doutrinário de algumas posturas (o anticlericalismo, a intolerância a posições ideológicas distintas e a incapacidade de pensar em outras formas de luta) tornaram o ambiente político mais duro e extremado, sobretudo com a guerra civil e a posterior invasão indonésia. O próprio Francisco Xavier do Amaral foi acusado de “traidor” e destituído da presidência. Julgado e condenado por um tribunal do Comitê Central da FRETILIN (CCF), foi preso e sofreu maus-tratos no cativeiro. (AMARAL, 2014) Sua história de vida aproxima-se da de outros timorenses, que também foram vitimados pela “violência revolucionária” da época e puderam dar seu testemunho, anos depois, na Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação. (CAVR, 2005b)

Em todo caso, revolução *maubere* era um conceito que apontava para a uma ruptura: a própria insurgência da consciência nacional timorense. Era uma forma específica de autorepresentação através da história. Na ilha, o conceito também era um “acelerador do tempo”, como sugere Hanna Arendt (2011), que buscava levar o povo “para frente”. Era uma concepção de tempo que contrastava muito com as representações articuladas sobre o Timor colonial de até então, um lugar do “tempo teimoso” (SYLVAN, 1978) onde o “ponteiro do relógio do progresso não avançara um minuto”. (RAMOS-HORTA, 1990, p. 62) Revolução *maubere* é, portanto, um conceito político e prático que flagra a emergência disruptiva do “povo timorense”, espécie de aparição violenta que estoura, nos anos 1970, a experiência daquele “tempo vazio e homogêneo” de que nos fala Walter Benjamin (1994). Um acontecimento anunciado, segundo Abílio Araújo, pelo messiânico retorno do cantar dos loricos.

Mas se é verdade que o conceito de revolução *maubere* foi central para o modo como o pensamento timorense passou a representar a nação como um sujeito na e da história, a passagem para década seguinte sugere algumas modificações. Em Timor-Leste, os anos de 1978 e 1979 são caracterizados pela avassaladora destruição empreendida pelas forças militares indonésias. É o momento da mais intensa mortandade no território. Ali, a quase totalidade do Comitê Central da FRETILIN em terreno foi dizimada, assim como boa parte da *intelligentsia* timorense, como Nicolau Lobato, à época, presidente em exercício. Só posteriormente é que uma lenta reestruturação das forças antagônicas ao exército invasor passa a ser protagonizada por Xanana Gusmão. Enquanto isso, a terceira presidência formal da RDTL é delegada a um intelectual situado no exterior, Abílio Araújo. Considerado por Xanana Gusmão como “cérebro da ideologia da FRETILIN”



e experimentar o tempo histórico passa a ser articulado em torno da noção de “resistência timorense”. Esta agora protagonizada principalmente pelos homens em armas nas montanhas, mas também pensada como parte de uma estratégia mais ampliada, incorporando, junto à resistência externa, a atuação clandestina mais efetiva da população civil na ilha. Diferentemente da palavra “*maubere*”, sempre fonte de alguma controvérsia por afirmar uma identidade popular e de classe, a palavra “timorense” era menos polêmica e foi cada vez mais utilizada, sobretudo nos anos 1990, para integrar setores nacionais que não se identificavam ou mesmo viam com maus olhos o esquerdismo da FRETILIN. Evidência explícita desta luta por classificações é a mudança de nome das instâncias máximas de representação do nacionalismo timorense. O CRRN (Conselho Revolucionário de Resistência Nacional), criado em 1981, torna-se CNRM (Conselho Nacional de Resistência Maubere) em 1988, para, finalmente, e depois de muita discussão, em 1998, transformar-se em CNRT (Conselho Nacional de Resistência Timorense). (NINER, 2001) Se a primeira modificação promove a exclusão da palavra “revolução”, a segunda modificação destituiu o próprio termo “*maubere*”. Na história dos nomes deste importante Conselho, “revolução”, foi assim, o primeiro termo a cair, “*maubere*”, o último.

Mas se o deslocamento do “*maubere*” para o “timorense” informa um modo determinado pelo qual a nação escolheu ser nomeada, afirmando uma identidade sem divisionismos de classe, o deslocamento da “revolução” para a “resistência” assinala uma mudança na forma de representação da própria história. Originalmente estes dois conceitos provêm da física, do estudo dos deslocamentos e das forças entre os corpos, e só posteriormente foram introduzidos ao campo da história e das ciências sociais. Em Timor-Leste estes conceitos sugerem imagens distintas a respeito do tempo e da temporalidade histórica. Enquanto a noção de “revolução *maubere*” aponta para uma renovação e aceleração da própria história, fazendo a nação figurar como protagonista desta, por sua vez, o conceito de “resistência timorense” aponta para uma força nacional que se opõe e persiste contra a um movimento que lhe quer determinar. Enquanto o primeiro conceito sugere uma brusca indução da transformação histórica, o segundo indica uma teimosia e relutância em relação a esta.

Com o exército indonésio ocupando todo o território nacional, apenas restava aos timorenses usar o tempo. Desterrada em casa ou exilada no exterior, a resistência tinha de acompanhar o movimento das coisas, na espera e no aguardo. Era necessário uma paciente atenção às modificações do conflito para identificar a melhor oportunidade para desferir golpes no adversário. A resistência timorense assumia, assim, uma atitude tática, nos termos dados por Michel de Certeau



público.<sup>11</sup> Nem todos em Timor-Leste o consideram um “instaurador de discursividades”. Xanana Gusmão, por sua vez, é referenciado como um herói vivo, seus discursos e textos são amplamente divulgados, suas poesias publicadas na forma de livro e suas pinturas exibidas em museus. A própria imagem de seu rosto é estampada em calendários e relógios de parede em todo país, enquadrando o tempo burocrático das repartições públicas e dando rosto ao ritmo das atividades nacionais, seus dias e horários. O reconhecimento público de Xanana, como autor e ator da história timorense, é incomparavelmente maior que o de Abílio. As desavenças entre os dois personagens é forte e permanece ativa, mesmo depois da restauração da independência. Em todo caso, as duas trajetórias exemplificam bem os desafios, ambiguidades e paradoxos colocados para os intelectuais do Sul Global diretamente envolvidos com as lutas de seu povo e, no caso, situados na periferia colonial de potências também periféricas, como Portugal e Indonésia. Para estes personagens a relação entre a vida intelectual, a prática política e a organização da cultura na esfera pública definitivamente não apresenta os mesmos contornos que caracterizaram as sociedades civis e liberais do Ocidente.

Este capítulo jogou luz sobre a produção de Abílio Araújo, seu pensamento político e sua escrita da história. Após tratar da geração dos intelectuais formados na educação colonial dos anos 1970 e situar o modo como o autor se apresenta, examinei seus escritos, destacando pelo menos três diferentes chaves de leitura da história timorense: uma geracional, outra econômica e uma terceira marcada pela experiência das guerras. Por fim, confrontei este autor com outro importante personagem da política e intelectualidade timorense, Xanana Gusmão, e cotejei os conceitos de revolução *maubere* e resistência timorense. Hoje pouco se fala sobre revolução em Timor-Leste, mas a palavra pode ser ouvida aqui e ali, como no canto do hino nacional, *Pátria Pátria*, escrito pelo poeta Borja da Costa. Por outro lado, o conceito de resistência é absolutamente central na memória pública timorense, projetado como estrela reluzente na representação oficial e popular da história nacional. Isso não é por acaso, afinal, foi a resistência timorense, e não a revolução *maubere*, que conseguiu permanecer ao longo dos anos, agregando e fornecendo sentido coletivo, de modo a conduzir o país à conquista da independência.

---

11 Abílio Araújo compôs o arranjo destas duas canções, sendo que a letra, em língua tétum, é criação de Borja da Costa, poeta e jornalista timorense, assassinado no dia do desembarque indonésio em Díli. Borja da Costa também é autor da letra do hino nacional timorense, *Pátria Pátria*, escrito em língua portuguesa, com o arranjo de Afonso de Araújo, irmão de Abílio.

## »»» OBSERVANDO DOM BOAVENTURA: nação e história nas imagens de um rei timorense

### Visões de Manufahi

Neste capítulo examino o campo da produção visual associada à figura de Dom Boaventura Sottomayor, conectando a construção de sua imagem pública a diferentes narrativas nacionais incorporadas em Timor-Leste. Reconhecido como principal líder da “Grande Revolta” de Manufahi, ocorrida entre 1911 e 1912, Dom Boaventura transformou-se num personagem icônico das lutas anticoloniais. Sua figura foi mobilizada pelo nacionalismo timorense no início da década de 1970, tornando-se um herói nacional de primeira grandeza a ser inserido no panteão cívico da República Democrática de Timor-Leste. No entanto, antes de discutir os usos de sua imagem é necessário situar as condições históricas de emergência deste personagem.

A Revolta de Manufahi pode ser compreendida como um desdobramento tardio das movimentações imperiais que seguiram os princípios da “Conferência de Berlim” (1884-1885), ocasião em que se desenharam os parâmetros nos quais a legitimação das possessões coloniais ocorreria, mediante a subjugação bélica dos povos nativos. (HOBBSAWM, 1988) Neste contexto, o Império Português empreendeu inúmeras “guerras de pacificação” na África continental, na Índia Ocidental e em Timor Oriental. A Guerra de Manufahi representa a última, a maior e a mais sangrenta destas campanhas portuguesas na ilha. Houve três guerras protagonizadas pelos reinos de Manufahi, as duas primeiras lideradas por Dom Duarte e a terceira conduzida por seu filho, Dom Boaventura, que incorporou

outros reinos locais na luta contra o poder colonial português. Foi este último e maior evento que acabou por ficar consagrado como “a” Guerra de Manufahi.

Inserido no contexto de definição das fronteiras entre Timor Português e Holandês, o conflito encontra-se no rescaldo das grandes campanhas punitivas empreendidas por José Celestino, “homem-charneira” e governador “mão de ferro” (PÉLISSIER, 2007) cuja ação é considerada determinante para a inserção compulsória do território no sistema colonial português moderno. Celestino da Silva foi o primeiro governador a dispor, de forma regular, de armamento moderno, o que lhe permitiu, durante catorze anos (1894-1908), conduzir mais de vinte sanguinárias campanhas militares em todas as regiões da colônia contra chefes e *liurais*<sup>1</sup> timorenses insubmissos. Da capital deu início a uma colonização planificada: começou o enxugo dos pântanos e criou um serviço de água em Díli, concluiu a edificação de um hospital, também a instalação de missões católicas em Soibada e a construção de cerca de 300 km de linhas telefônicas no território. (DURAND, 2010a, p. 83) A saída de Celestino ocorreu um pouco antes do advento da república portuguesa, “proclamada a 5 de Outubro de 1910 na metrópole, mas reconhecida apenas a 30 de Outubro em Timor”. (PÉLISSIER, 2007, p. 340) Foi, no entanto, um dos sucessores de José Celestino, o governador Filomeno da Câmara (1911-1917), que teve de enfrentar a maior revolta dos manufaiístas.

Um relato frequente, e que fundamenta o início do conflito, sugere um caso de violação sexual, de um oficial português sobre uma das esposas de Dom Boaventura, uma versão presente tanto em narrativas orais quanto literárias. (RUAS, 2009) Em todo caso, as causas do conflito são complexas. René Péliissier foi provavelmente o historiador que mais se debruçou criticamente sobre as fontes a respeito da Guerra de Manufahi. Ele apresenta várias razões para o levante. Entre elas a de que a Revolta de Manufahi teria claramente uma origem anticolonial com feições nacionalistas ou protonacionalistas, tendo em vista a possível participação de alguns indivíduos assimilados (funcionários nativos e mestiços), influenciados por ideias estrangeiras que começavam a circular na praça: as novas ideias que surgiram com a república portuguesa, a ação calculada de holandeses que buscariam desestabilizar o poder lusitano, a crescente presença da comunidade chinesa, que introduzia novas concepções de organização política, ou mesmo pela Loja Maçônica “Oceania”, criada em Díli no fatídico ano de 1911. A possibilidade de existência de um pensamento nacionalista

---

1 O título de *liurai*, por vezes, é utilizado como sinônimo de “régulo”, nomenclatura colonial também aplicada pelos portugueses nas colônias africanas. Segundo o *Dicionário tétum-português* de Luís Costa (2001, p. 231), *Liurai*: “Chefe (tradicional de um reino); monarca soberano (*lit.* acima da terra); chefe de um suco independente; *liurai feto*: rainha, esposa do *liurai*. \\O *liurai* é o *dato* que, por direito de sucessão ou eleição, governa um reino”.



em Timor, no início do século XX, é um ponto recorrente neste debate. Sobre este tópico, o historiador asianista e neomarxista, Geoffrey Gunn (1999), refuta a possibilidade dos chefes tradicionais terem como projeto político a “independência”. Duvidando da hipótese do protonacionalismo timorense, René Pélissier faz, no entanto, questão de marcar uma especificidade na última Guerra de Manufahi. Enquanto as duas anteriores, comandadas por Dom Duarte, seu pai, buscariam apenas “resistir”, aquela liderada pelo filho era uma “revolta”, pois pretendia expulsar definitivamente os *malae mutin* (estrangeiros brancos) da ilha. (PÉLISSIER, 2007)

As razões levantadas para o levante associam-se, também, ao descontentamento dos *liurais* face às recentes transformações e o maior controle econômico da administração colonial: ampliação do imposto de capitação; monetarização do fisco em “Patacas”; obrigatoriedade do trabalho “indígena” em obras públicas; recenseamento compulsório da população, do gado e das culturas; e a mudança do regime político na metrópole. Este último aspecto é interessante, pois a bandeira monárquica é assinalada por parte da literatura como símbolo da aliança entre as camadas de nobres locais (*dato*) e a coroa lusa. Assim, muitas bandeiras portuguesas foram consideradas relíquias, sendo abrigadas em casas sagradas (*uma lulik*). Mas com a instauração do novo regime, o símbolo foi modificado: de uma bandeira real, azul e branca, ela tornava-se republicana, verde e rubra. Assim, régulos temiam perder privilégios com o novo regime, ou mesmo podem ter interpretado portugueses republicanos como traidores da coroa. (ROQUE, 2010; THOMAZ, L., 1994) Importa que a insatisfação generalizada entre inúmeros chefes timorenses teria feito Dom Boaventura alçar destaque. Visto como descendente de um grande líder guerreiro, sua figura passara a aglutinar acordos de aliança militar contra a administração colonial.

A Guerra de Manufahi tomou grandes proporções para o diminuto território e o terror produziu efeitos para ambos os lados do conflito. Sucessivos levantes nativos tiveram lugar não apenas na região de Manufahi, mas alastraram-se em outros reinos da ponta Leste até o enclave de Oecusse, localizado a Oeste. E Díli, com fraca guarnição militar, encontrou-se devastada pelo medo. Na praça temiam a irrupção dos bandos que poderiam descer das montanhas e usar da selvageria correntemente atribuída aos *aswain* (guerreiros) cortadores de cabeça. A administração local foi vitoriosa principalmente devido à chegada de ajuda militar de fora, com equipamentos modernos, munições, também soldados goeses e moçambicanos (*landins*), além de uma canhoneira, a Pátria, vinda diretamente de Macau e que atuou na costa Sul. O conflito levou à morte de cerca de 15.000 a 25.000 timorenses, numa população provincial estimada em torno de 300 mil habitantes. Posteriormente, o então governador, Filomeno da Câmara, permitiu a festa do “corte de cabeças” do manufaiístas, na praça da capital, como forma de celebração da vitória. Uma vitória do império, mas cujas tropas eram formadas, em sua esmagadora maioria, por nativos da ilha,

integrados nas “companhias de moradores”. A truculência do conflito provocou ecos fora da ilha. Na Batávia, Austrália, Macau e mesmo na metrópole, o morticínio chegou a ser impresso nos periódicos como um dos primeiros massacres promovidos pela nova república portuguesa. (GUNN, 1999; PÉLISSIER, 2007)

A derrota de Manufahi pode ser entendida como o fim do sistema político dos reinos nativos e o início de uma “administração direta”. (PÉLISSIER, 2007, p. 428) A partir de então o governador vitorioso “iniciou a agricultura compulsiva em Timor numa escala nunca antes vista”. (GUNN, 1999, p. 205) Muito regulados desapareceram ou foram integrados noutros. Ainda que modificado, o novo sistema de administrativos manteve certas continuidades com o sistema político anterior organizado em *sukus* (ROQUE, 2010), mas *liurais* e *datos* revoltosos perderam imediatamente seus direitos de terra. Seus poucos búfalos e cavalos, ainda vivos, foram tomados pelo pesado fisco estabelecido. O medo, a fome e as doenças promoveram a morte e o deslocamento das populações. Muitas famílias foram levadas como *atan* (escravos de guerra) para outras regiões de Timor e homens foram coagidos a prestar serviço gratuito como auxiliares, sobretudo devido à nova codificação da legislação local feita pelo governador que impunha, a partir de então, a obrigação moral e legal de trabalhar. Imediatamente após a Guerra de Manufahi, a economia capitalista ganhou novo impulso na ilha, com a instalação, no mesmo ano, de uma sede do Banco Nacional Ultramarino (BNU), que tinha como objetivo promover empréstimos e fazer circular a moeda corrente, a Pataca de Macau. Muitas das terras tomadas dos *liurais* rebeldes se transformariam, a partir de então, em propriedade do Estado colonial, instituição que historicamente sempre se viu de mãos atadas face à excessiva posse de terras dos *datos*. Também a monocultura do café tornou-se hegemônica na província, isso até a crise econômica de 1930, quando seu valor caiu, sendo o preço do café determinado pelo mercado das Índias Orientais Holandesas. (FIGUEIREDO, 2004) Seja como for, após a Guerra de Manufahi, a *Pax Lusitana* se consolidou no então “Timor Português”.

Sobre o líder da revolta, sabemos que Dom Boaventura estudou na escola da Missão Católica de Lahane, próxima a Díli, sabia ler e escrever em português, uma habilidade que lhe foi útil nas negociações travadas durante o conflito que protagonizou. (PÉLISSIER, 2007) Seu próprio nome manifesta a influência da cultura ibérica. Tal como Dom Boaventura, os títulos de “dom” e “rei” atribuídos a muitos *liurais* de Timor eram consagrados pela aliança destes com portugueses. Por ter estudado em missão católica e seu nome gentil ser completamente desconhecido, é possível aventar que o *liurai* tenha passado pelo sacramento do batismo.

Segundo a documentação de Lahane, na qual se baseia o ex-bispo de Díli, Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, em seu pequeno livro, *A Guerra de Manufahi*, Dom Boaventura “entrou no colégio da missão de Lahane em 1895, e foi raptado

pelo povo de Manufahi em 1898, por ocasião da revolta daquele reino”. Teria sido “raptado” a mando do próprio pai, Dom Duarte, que o havia enviado para os estudos, mas que depois requisitou sua ajuda na rebelião contra a administração do governador José Celestino. Mas anos depois, Dom Boaventura teria sido “eleito régulo, em reunião de chefes presidida pelo governador José Celestino da Silva” (BELO, 2012, p. 23), a mesma figura política contra a qual seu pai teria lutado anos antes. O fim de sua vida é fonte de controvérsia. Após escapar do cerco militar que o exército colonial lhe tinha imposto no monte Cblaque, e se refugiado nos pântanos costeiros, a documentação disponível perde seus rastros. (PÉLISSIER, 2007) Segundo Ximenes Belo (2012, p. 24-25):

Derrotado na guerra de Manufahi, Dom Boaventura rendeu-se no dia 26 de Outubro de 1912. Foi preso e levado a Díli, onde as autoridades o conduziram a um destino desconhecido. Não sabemos se foi mandado para a cadeia de Aipelo (Bazartete), para o presídio de Balibó, de Batugaté ou para a ilha de Ataúro. Em 1913 foi destituído de todas as dignidades: de régulo de Manufahi e da patente de coronel. Também se desconhece o dia da morte e o local onde foi enterrado. Alguns timorenses, entre os quais o antigo Bupati de Baucau, Abel Belo, contam que o seu corpo ficou enterrado à entrada do cemitério da Santa Cruz, em Díli.

Em Díli escutei com frequência este relato, de que o corpo de Dom Boaventura havia sido enterrado na entrada do cemitério de Santa Cruz para ser pisado pelos passantes. Ximenes Belo também aponta que outras versões contam que o *liurai* teria conseguido ultrapassar a fronteira com o Timor Holandês, lá estabelecendo família e vindo a falecer. (BELO, 2012, p. 26) Mais recentemente, por ocasião do centenário da Guerra de Manufahi, familiares do *liurai* reclamaram ao governo português, e não obtiveram resposta, a localização exata da campa do antepassado. Desejava-se um ritual fúnebre adequado. Interessa notar que a imprecisão de seu destino e a indeterminação de seu fim oferecem aberturas propícias para aproximações entre mito e história, fomentando ainda mais a imaginação coletiva a respeito do personagem como herói, uma figura viva na memória das gerações posteriores e, ainda hoje, muito associada às ideias de “luta”, “resistência”, “liberdade” e “independência” em Timor-Leste.

Fonte de controvérsias, alvo de cruzamentos narrativos, objeto de respeito e reflexão, Dom Boaventura é um poderoso personagem conceitual timorense. Por ser uma importante referência de identificação coletiva, o tomo aqui como posto de observação privilegiado para perspectivar os deslocamentos da imaginação nacional timorense. Imagens podem ganhar corpo em artefatos variados: foto-

grafias, livros, cópias, cartazes, monumentos e outros suportes. Além de constituir documento para registro arquivístico, as imagens também são um importante objeto de estudo em si mesmas. Elas constituem argumentos não linguísticos que saltam aos olhos, dirigem nossa visão de mundo para aquilo que deve ser visto e apreciado, valorizado e exaltado, oferecendo acesso a aspectos do passado que outras fontes não alcançam. Por isso é importante atentar aos detalhes e sinais, identificando o que as imagens revelam e omitem. Sobre isso, Peter Burke chegou a argumentar que o desafio do historiador visual é descobrir algo que os contemporâneos da imagem não sabem que sabem. (BURKE, 2004) Elaborando visões de mundo e narrando histórias, imagens estão, elas mesmas, inseridas em processos históricos e oferecem uma visão alternativa da história, espécie de “realidades paralelas”. Elas agenciam afetos e sentimentos. Por isso, ao produzir terror e reverência, suscitar medo e desejo, as imagens constituem importantes mecanismos de poder e de controle social. (GINZBURG, 2019; SONTAG, 2003)

Estudos antropológicos sobre Timor destacaram a importância do culto de imagens e a reciprocidade cerimonial existente entre as pessoas e as coisas na ilha. O valor ritual dos objetos em Timor – presente na adoração (*hamulak*) de estátuas, pedras e outras imagens – chegou a ser rotulado como “animista” pelo saber colonial. A própria Igreja Católica, na ânsia da missão, reconheceu o poder das imagens e desenvolveu práticas iconoclastas, perseguindo e destruindo artefatos e figuras consideradas *lulik* (rituais, sagradas) pelos ilhéus. (ROSA, 2012) As primeiras fotografias da colônia do “Timor Português” datam do fim do século XIX, quase sempre relacionadas às atividades militares de portugueses em campo ou à confecção de postais para a divulgação e propaganda da colonização. (SOUSA, L., 2016, 2018) Posteriormente, outras tecnologias imagéticas foram incorporadas na ilha como forma de dar visibilidade à distante colônia portuguesa. A fotografia de Dom Boaventura é, no entanto, uma das imagens que permaneceram vivas, adquirindo grande durabilidade e atualidade, sendo amplamente difundida no século XX e entrando no XXI com reconhecido destaque.<sup>2</sup>

---

2 Nas eleições de 2012, um enorme banner no bairro de Becora chamou-me a atenção. Ele retratava Dom Boaventura ao lado do então candidato presidencial, José Ramos-Horta, que, trajando o *tais*, *kaebauk* e *belak*, também se colocava encostado à uma imagem de Francisco Xavier do Amaral vestindo uma farda verde. A montagem das fotografias apresentava o candidato entre dois heróis nacionais, um associado aos antigos reinos da ilha e outro, proclamador da República, recém-imortalizado pelo falecimento (e luto nacional) ocorrido naquele mesmo ano. Foi aquela coabitação de personalidades e temporalidades num mesmo suporte visual que me alertou, pela primeira vez, para os usos políticos da imagem de Dom Boaventura.

Proponho, a seguir, uma leitura serial e de contraponto às imagens atribuídas ao rei de Manufahi, de modo a identificar continuidades e variações na construção visual deste personagem num processo histórico de longa duração. Apresento sucessivos contextos de encenação e reprodução de sua imagem, atravessando diferentes regimes de poder. Destaco quatro diferentes momentos históricos:

1. o colonialismo português dos anos 1940;
2. o ambiente formativo do nacionalismo timorense nos anos 1970;
3. o período da ocupação indonésia; e
4. a celebração do centenário da Guerra de Manufahi no contexto pós-independência.

Meu objetivo é articular as políticas da representação visual com as políticas da representação do passado, observando como estas imagens estão implicadas em usos coloniais, nacionais e pós-coloniais de uma história que pode ser vista e imaginada. Começemos então com a imagem mais difundida do *liurai*.

## Imagens do Império

A figura se apresenta sentada, com os olhos nos mirando frontalmente. A claridade do grande e redondo *belak* sob o peito contrasta com o fundo escuro da veste que cobre seu torso. A forma circular do objeto atrai a atenção do observador para as proximidades de sua face. Sob o perfil do fotografado, uma longa espingarda pederneira (*kilat fatuk*) se escora verticalmente, inclinando-se até o ombro direito. A extremidade do cano da arma alcança a altura do topo de sua cabeça, coberta por tecidos, enquanto a coronha apoia-se na base do chão, entre os pés. Adornados com tornozeleiras, os dois membros inferiores se abrem para as laterais. Com os dedos a mostra, os pés tocam o solo. Estão descalços. As amarrações dos panos em sua cintura encontram-se no centro da imagem. Do meio da faixa de tecidos na horizontal, a ponta de uma banda cai verticalmente, por entre suas pernas. Paralelamente à cintura se vê uma espada (*surik*) sob o colo. Dois punhos adornados com braceletes (*kekes*) a mantêm. A mão direita, fechada, segura firme a bainha, enquanto a esquerda, com os dedos entreabertos, apoia a base do cabo. Uma leitura estrutural da imagem revela que as duas alongadas armas se cruzam e fornecem alguma simetria à composição. Linhas retas que se encontram mas não chegam a formar quadrantes perfeitos. Tanto a espingarda, na vertical, quanto a espada, na horizontal, projetam-se mais para a direita da figura que as domina. É o braço direito, quase completamente coberto por tecidos (*tais*), que tem o maior controle sobre os artefatos de guerra exibidos na imagem.

Figura 10. Foto “original” de Dom Boaventura no Álbum Álvaro Fontoura (1939)



Fonte: arquivo de História Social (2020).

O enquadramento do fotografado, seu olhar e seus gestos, bem como a disposição dos objetos, revelam um retrato. O retratado está em pose para a câmera, tem consciência de sua presença, compõe com ela, a performa. A fotografia expressa cumplicidade entre retratado e retratista, um acordo que ritualiza a cena, monta o quadro e constrói o personagem em pose suntuosa e guerreira. Os tons de branco e preto e as falhas da imagem chamam a atenção do observador contemporâneo, sobretudo para a antiguidade da cena, deixando interrogações sobre a data, as circunstâncias materiais e os procedimentos técnicos envolvidos na produção da fotografia. Quais equipamentos foram utilizados? Quanto tempo demorou o processo todo? Como e onde a fotografia foi revelada? Além disso, os assessorios retratados evidenciam não apenas uma distância temporal, mas sobretudo cultural, na medida em que apresentam convenções simbólicas de prestígio e poder, artefatos da tradição que revelam identidade, ancestralidade e autoridade na ilha de Timor. E outras questões permanecem. Teria o fotógrafo dirigido a cena e o nobre guerreiro fotografado obedecido cegamente suas indicações? Ou teria sido o contrário? Como esta alteridade foi negociada? Em que medida o fotógrafo era estranho à cultura do fotografado? Quis ele retratar aquilo que é típico ou aquilo que é específico no personagem? A fotografia em questão é atribuída a Dom Boaventura Sottomayor, sendo que a autoria da foto e as condições de sua feitura permanecem, por enquanto, completamente desconhecidas.

Esta imagem encontra-se no célebre Álbum Álvaro Fontoura, uma coleção de 522 fotografias produzida no “Timor Português” e que hoje constitui o mais precioso acervo visual da colônia, que retrata o período anterior ao ciclo de destruição que marcou a invasão japonesa (1942-1945). Feita pela Missão Geográfica e Geológica de Timor, entre os anos de 1936 e 1939, o conjunto das fotografias que compõem o álbum foi levado para Portugal por Álvaro Fontoura, governador de Timor à época. O objetivo era exibí-las na Exposição do Mundo Português, em 1940, um evento voltado para a educação e propaganda política do império, onde europeus poderiam ver e apreciar as colônias com seus próprios olhos. Apresentada publicamente com outro título de capa – *Colônia Portuguesa de Timor* –, a coleção acabou se tornando mais conhecida pelo nome do governador que a levou à metrópole. (OLIVEIRA, 2006)

Durante muitos anos este álbum permaneceu desconhecido. Mas em 2003, um ano após a restauração da independência de Timor-Leste, ele foi “redescoberto” em Lisboa. Revisitadas sessenta anos depois, as imagens coloniais provocaram constrangimento entre os profissionais da ex-metrópole que se debruçaram sobre o processo de restauração. O característico olhar da antropologia colonial

portuguesa da década de 1930, que teve no médico Mendes Correia seu principal expoente (ROQUE, 2010), está presente em cerca de metade das imagens do álbum. Com cenários montados ao fundo e retratos frontais e de perfil, marcando os tipos físicos, muitos fotografados estavam nus da cintura para cima, frequentemente aos pares, e suas imagens foram organizadas em função de classificações étnico-linguísticas. A exposição íntima dos corpos timorenses, o excesso de objetividade expresso nas imagens e, principalmente, a exibição fria das mulheres com seios à mostra, foram percebidas com estranhamento e certa indignação pelos profissionais da recuperação.

Uma notícia do jornal *Público* – “Álbum de Timor colonial dos anos 30 doado a Xanana Gusmão” – anunciou o “achado” do pesadíssimo documento com 208 páginas. (SALEMA, 2003) Ali, técnicos e pesquisadores portugueses manifestaram seus questionamentos a respeito dos sentidos daquelas fotografias e demonstraram certo incômodo na “devolução” das imagens. Fátima Patriarca, historiadora que trabalha no arquivo do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, confessou em matéria do *Público* nada saber das origens do documento, “como foi feito, quando, onde e com que fim”. E perguntou: “por que é que estas mulheres aparecem nuas?”.<sup>3</sup> A historiadora cogitou a possibilidade de que a forte carga colonial das imagens pudesse gerar algum “melindre político”, mas afirmou: “já é tempo de assumirmos que nós fomos colonizadores e eles colonizados”. (SALEMA, 2003) O mal-estar pós-colonial com as imagens não alçou voo e, recuperadas, foram entregues à então embaixadora de Timor-Leste em Portugal, numa cerimônia performada como ritual de repartriamento. Restaurado e digitalizado, hoje o álbum se encontra completamente disponível na internet.<sup>4</sup>

---

3 Luís Cardoso, em seu romance *O ano em que Piagafetta completou a circum-navegação*, discute o significado da nudez nas fotos do álbum. Na ficção, uma anciã se recorda de um *malae boot* (grande/importante estrangeiro) “que andava a tirar o retrato a toda gente. Pretendia realizar uma exposição em Portugal sobre povos de Timor. Algumas moças tiveram de baixar as *lipas* que lhes cobriam os seios. Para mostrar como viviam nas suas aldeias. Embora andassem cobertas havia muito. Batizadas. Algumas estudavam nos colégios das Clarissas”. (CARDOSO, 2013, p. 31) Lembro que a produção colonial de corpos sexualizados e racializados era uma prática recorrente à época das fotografias, sobretudo no contexto das exposições coloniais, quando corpos nus de mulheres não europeias eram disponibilizados ao olhar do público como estratégia para atrair metropolitanos para as colônias, edificando assim “o império como objeto de desejo”. (VICENTE, 2013)

4 Ver em: <http://www.ahsocial.ics.ulisboa.pt/atom/album-fontoura>.



Alexandre Oliveira (2006), em estudo detalhado sobre esta coleção de fotos, atentou para o particular lugar da imagem de Dom Boaventura no álbum. Inserida na seção intitulada “trajos, ornamentos, pertences e armas”, a foto não acompanha nenhuma especificação do personagem, mas apenas a legenda “régulo Dom Boaventura de Manufai”.<sup>5</sup> Próximo ao *liurai* revoltoso, nesta mesma página, encontra-se a suntuosa fotografia do “régulo D. Carlos de Alas”, entretanto, elas estão separadas por mais de 25 anos. Alexandre Oliveira interpreta “[...] a pose de D. Carlos como uma emulação da autoridade de D. Boaventura legitimada pela herança do reino de Manufai; o que é mais difícil de entender é a ausência da indicação no álbum sobre o historial de D. Boaventura, apresentando-o como apenas mais um entre os muitos régulos leais de 1939”. (OLIVEIRA, 2006, p. 331)

Ao que tudo indica, a foto é a única do álbum que não foi efetuada na década de 1930. Além disso, a presença das fotos de Dom Carlos de Alas e, também, de Dom Aleixo Corte-Real, ao lado de Dom Boaventura, na mesma página, sugere alguma conexão entre estes *datos* (nobres) timorenses. De fato, aqueles régulos se relacionaram historicamente. O dois primeiros *liurais*, respectivamente, o rei de Alas e o de Ainaro, combateram as forças de Dom Boaventura pela bandeira de Portugal na grande Guerra de Manufahi. Inclusive, parte das terras do reino derrotado foi passada para os reinos vizinhos de Ainaro e Alas. Após a revolta, Dom Aleixo Corte-Real, personagem de destaque e com mais retratos no Álbum Álvaro Fontoura, granjeou simpatia e respeito entre portugueses, tornando-se em Timor a “menina dos olhos do império”. Posteriormente, seus familiares estiveram presentes em duas exposições coloniais organizadas na metrópole, sendo que, na Exposição Colonial do Porto de 1934, o filho de Dom Aleixo Corte-Real pronunciou um discurso expressando a identificação dos timorenses com a nação portuguesa. Na aldeia cenográfica timorense, e perante o presidente português, Óscar Carmona, Adriano Corte-Real lembrou e exaltou o esforço de seu próprio pai, que “cumpriu o dever de fidelidade que o liga à Mãe-Pátria”, combatendo o *liurai* de Manufahi. (ANTUNES, 2011) Dom Aleixo Corte-Real foi morto na Segunda Guerra Mundial, durante a invasão japonesa à ilha, e, ao fim do conflito, o Estado Novo tornou sua figura um mártir do império, um objeto de promoção colonial. Em 1946 ele foi

---

5 Em língua tétum, a palavra *manu* pode ser traduzida como “galo”, enquanto *fahi* refere-se a “porco”. De modo que a toponímia “Manufahi” sugere uma aliança “galo-porco” a ser investigada na genealogia das casas locais. Na documentação histórica, estas grafias se alteram e, no Álbum Álvaro Fontoura, o lugar é referenciado sem “h”, como “Manufai”.

condecorado com título póstumo de “Comendador da Ordem Honorífica portuguesa Torre e Espada” e um monumento foi edificado em sua homenagem no distrito de Ainaro. Além disso, ganhou uma biografia própria, (MARTINHO, 1947) sua figura foi introduzida nos livros escolares utilizados no ensino colonial e acabou por tornar-se, posteriormente, o primeiro indivíduo timorense a ser representado em papel moeda.<sup>6</sup>

Figura 11. Dom Aleixo Corte-Real em nota de cem escudos, 1963



Fonte: Lifau... (2018).

Dom Aleixo Corte-Real era mais que um régulo exemplar e fiel à bandeira portuguesa. Ele passou a ser tratado como um herói português de Timor. Neste sentido, Dom Boaventura representava seu justo oposto: um *liurai* traidor da metrópole. Ele era o indígena selvagem, o rebelde a ser civilizado. Se ambos os reis timorenses haviam lutado em frentes antagônicas nos campos de batalha em 1912, as imagens do Álbum Álvaro Fontoura expressavam, de algum modo, esta íntima relação no plano das representações visuais. Notavelmente, a rivalidade de ambos os régulos seria colocada mais uma vez à prova na Segunda Guerra Mundial, quando os antigos manufaxistas lutaram como “colunas negras” ao lado dos japoneses, enquanto Dom Aleixo e seus guerreiros o fizeram ao lado dos aliados. (PÉLISSIER, 2007, p. 378) Os dois régulos timorenses encarnavam figuras situadas em posições simetricamente opostas, articulando valores antinômicos. Mas a polaridade destes termos seria invertida nos anos

6 Agradeço a Gonçalo Antunes pelas indicações a respeito de Dom Aleixo Corte-Real.

1970, momento em que a imagem de Dom Boaventura passou a ser construída como um novo objeto de apreciação, respeito e homenagem em Timor.

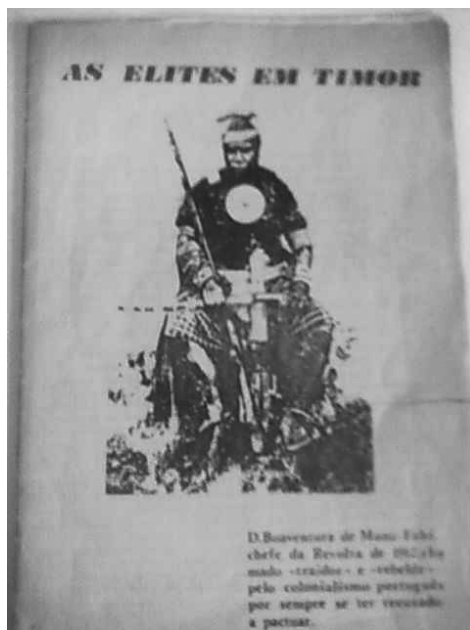
## Imagens do nacionalismo timorense

Na década de 1970, Dom Boaventura emergiu como uma figura-chave do nacionalismo timorense. Até porque, como argumentou o historiador René Pélissier, as opções disponíveis para a consagração de heróis não eram tantas assim.<sup>7</sup> Um primeiro uso da fotografia, associando Dom Boaventura ao nacionalismo timorense, encontra-se na capa do livreto *As Elites em Timor*. Espécie de manifesto-panfleto, escrito e publicado por Abílio Araújo, no ano de 1973, quando o autor ainda era um jovem estudante de economia na metrópole. Além da reprodução da antiga fotografia colonial, o livreto também possuía duas breves passagens que evocavam o nome de Dom Boaventura. Uma situada logo na capa, junto à foto, dizendo: “D. Boaventura de Manu-Fahi, chefe da revolta de 1912, chamado de ‘traidor’ e ‘rebelde’ pelo colonialismo português por sempre se ter recusado a pactuar”. (ARAÚJO, 1973, p. 1) Em outra breve passagem localizada numa nota de rodapé, se pode ler: “D. Boaventura foi *liurai* de Manufahi e chefe da maior revolta contra o colonialismo português em 1912. Através do pacto e juramento de sangue, conseguiu a aliança de todos os *liurais* de Timor. Mas quando desencadeou a revolta, alguns deles traíram-no”. (ARAÚJO, 1973, p. 4) Os dois trechos explicitam a inversão simbólica da figura na narrativa histórica. Enquanto a primeira citação descreve o régulo como “traidor”, a segunda o coloca como “traído”, agora sob o ponto de vista dos reinos timorenses. De inimigo do colonialismo, o *liurai* passa então a ser apresentado numa história que o coloca como protagonista na luta pela independência, um líder que defende os interesses dos timorenses unidos. Ao perguntar ao Abílio Araújo sobre a figura do régulo, ele conta:

---

7 “Podemos debater infinitamente e, nos anos posteriores a 1974, D. Boaventura foi, muito naturalmente, reivindicado por alguns timorenses como a principal figura do seu nacionalismo, uma espécie de Vercingétorix ou de Viriato local. Os seus concorrentes apresentáveis não abundavam, aliás, em matérias de anticolonialismo original”. (PÉLISSIER, 2007, p. 427)

Figura 12. Fotografia reproduzida em livreto



Fonte: Araújo (1973, p. 1).

*Penso que eu que desenterrei Dom Boaventura, ninguém falava sobre ele. Ninguém conhecia a foto de Dom Boaventura. Eu que trouxe para cá [Timor] pela publicação d'As Elites. [...] Os colonialistas conheciam a foto, mas nenhum timorense conhecia. Coloquei na capa para marcar a primeira geração da elite. Teve um efeito grande. Ajudou na divulgação do texto [...] Lembro que encontrei a foto num alfarrábio em Lisboa, mas o homem não me deixou levar. Ele desconfiou de mim. Era na época do fascismo. Então fiz uma fotocópia da foto. Ia lá varias vezes a procura de livros e quando encontrei a foto de Boaventura, nossa... nunca tinha visto aquela imagem. Ela estava ali, separada, quase solta no livro. [...] Não foi no álbum [Álvaro Fontoura]. Não sei que livro era. Não lembro, mas ela estava lá [...].*

Nas conversas que tive com Abílio Araújo, ele afirmou ter sido o principal responsável por tornar a imagem de Dom Boaventura acessível aos timorenses, ajudando a projetar o personagem como herói nacional. Segundo conta, quando voltou a Díli, em 1974, após o 25 de abril, no contexto político de transformação da ASDT (Associação Social Democrata de Timor-Leste) em FRETILIN (Frente Revolucionária Timor-Leste Independente), encontrou cópias d'As *Elites em Timor* que já estavam na cidade circulando nas mãos de outras pessoas. Segundo

ele, “a imagem da capa ajudou na divulgação do texto”. A aparição da imagem fornecia visualidade a um personagem que já era objeto de histórias orais contadas pelos mais velhos na ilha. A memória da Guerra de Manufahi permanecera viva na ilha, mesmo com a censura promovida pelo Estado colonial. Algo evidenciado nos relatos de outros timorenses contemporâneos de Abílio Araújo.

Em seu romance de características autobiográficas, o escritor Luis Cardoso descreveu a importância das histórias sobre Dom Boaventura em sua infância. À época, seu pai, “descendente de famílias de Manufahi, uma terra cujo nome soava terror e traição”, o confidenciava que os rumores que corriam de boca em boca sobre o *liurai* eram muitos distintos daqueles enredos contados pelos historiadores oficiais do colonialismo. (CARDOSO, 1997, p. 17-18) José Ramos-Horta, em seu livro de memórias, também destaca o enorme poder que Dom Boaventura exercia na imaginação nacionalista timorense ao contar como seus colegas consideravam importante averiguar sua possível ascendência, por parte de mãe, a Manufahi. (RAMOS-HORTA, 1990) Já Mari Alkatiri,<sup>8</sup> outro integrante desta geração intelectual dos anos 1970, em entrevista, recordou sobre as histórias de Dom Boaventura que ouvira na infância.

*Mas vivia na nossa casa um homem mais ou menos com a mesma idade do meu pai. Um senhor que era sobrevivente da Guerra de Manufahi, que foi soldado de Dom Boaventura. Ele viveu conosco até morrer nas nossas mãos. E, no fim da tarde, estávamos todos reunidos, começava a contar as histórias da Guerra de Manufahi... e depois, quando tive acesso a alguns livros sobre a guerra, pensei: ‘onde é que já tinha visto isso?’. E eram as histórias desse senhor, que tinha como nome timorense ‘Maunleke’, e depois de converter-se ao islamismo ficou com o nome de ‘Ramadā’. Portanto, era esse o sentimento, de que deve haver uma luta contra o colonialismo português.*

Estes fragmentos da memória mostram como Dom Boaventura encontrava-se vivo na oralidade timorense antes mesmo da fotografia lá chegar. Pode-se dizer que as contações de histórias prepararam um contexto de recepção adequado para a acolhida da imagem. Um personagem que até então era sobretudo verbo, reapareceu como objeto visual, passando a ocupar um lugar chave na imaginação nacionalista timorense. A capa d’*As Elites em Timor* permitiu a construção de um personagem audiovisual, articulando a narratividade difusa com a visibilidade impressa no livreto. Num movimento histórico de fluxo e contrafluxo, a fotografia que primeiramente foi deslocada à metrópole pelos desígnios do império, no

---

8 Entrevista concedida ao autor em 2013.



única figura sentada. É uma anciã, antiga rainha de Manufahi, viúva de Dom Boaventura e principal foco de atenção da visita e da fotografia. José Ramos-Horta, em seu livro de memórias, fornece algumas informações a respeito da visita que ocasionou a foto:

Foi nessa altura que fizemos uma romagem ao local onde Dom Boaventura viveu sua vida heróica. A sua viúva, a velha rainha, ainda viva, aparentava estar na casa dos 90, mas surpreendentemente lúcida, lembrando-se vividamente do falecido marido. [...] A rainha viúva declarou o seu apoio à ASDT. Ao ver a viúva de Dom Boaventura e o local dos sangrentos combates de Manufahi, tentei reconstruir mentalmente, como em filme, a gloriosa epopéia daquele chefe 'nativo', cuja altivez, dignidade e astúcia fizeram estremecer a colonização branca naquelas paragens. (RAMOS-HORTA, 1990, p. 95)

A fotografia foi inserida em outro livro de Abílio Araújo (1977), autor que não esteve presente no evento da foto, mas, naquele mesmo ano, também acabou por visitar a ex-rainha de Manufahi. Em entrevista, Abílio Araújo forneceu mais algumas informações a respeito da imagem.

*Aquela foto é da ASDT antes de virar FRETILIN. Foi a primeira viagem [a Manufahi] pela divulgação que eu tinha feito de Dom Boaventura com As Elites em Timor. Eu estava em Lisboa, mas nós estávamos em contato. Acharam que era um dever prestar homenagem à rainha, então foram lá e tiraram a fotografia. Que depois eu utilizei no livro. Porque quem está naquela foto é Olímpio Branco, ele foi para Portugal em 1974 e me ajudou na escrita do livro. Ele também é de Manufahi. [...] Não sei quem tirou a foto. Ele levou a foto para Portugal e quando vi, disse: 'quero ficar com esta foto para publicar no meu livro'. [...] Então nós, quando fomos [visitar a viúva], esta primeira delegação já tinha ido. Nós éramos uma segunda*

A foto com a viúva de Dom Boaventura, e seu relato, evidenciam que não só as histórias e as imagens de Dom Boaventura transformaram-se num capital mobilizado pelas lideranças timorenses, mas como o antigo reino de Manufahi também tornou-se um importante lugar de “romagem” e “peregrinação” para os nacionalistas. Naquele contexto, ir a Manufahi também era encontrar-se com as lutas do passado, aproximar-se do *liurai aswain* (rei guerreiro), colocar-se próximo de uma fonte ancestral de saber e poder. A associação entre o nacionalismo timorense e a viúva de Manufahi torna visível uma conexão entre um passado anticolonial, respeitado e glorificado, e um presente pleno de desejos de emancipação. O herói de Manufahi transformava-se em testemunho da existência histórica de um povo que resistia ao estrangeiro. O recém-nascido nacionalismo emoldurava para

si um espelho no qual poderia se vislumbrar no passado através de Dom Boaventura. Mas com a invasão indonésia este espelho foi deslocado e a imagem do herói assumiu outras feições estéticas e novas funções políticas.

## Imagens da ocupação

Nos anos da ocupação indonésia (1975-1999), a imagem de Dom Boaventura foi mobilizada estrategicamente como manobra de aproximação entre a narrativa nacionalista do invasor e aquela gestada pelos quadros da FRETILIN. Indonésios afirmavam então a existência de um passado comum com Timor-Leste. Nesta narrativa, os dois territórios haviam sido objeto de exploração do colonialismo europeu e contra ele os reinos locais haviam lutado. Além disso, a historiografia oficial indonésia associava a origem do país à glória do império *Majapahit*, o último reino hindu do arquipélago, centrado na parte oriental de Java e que antecedeu a presença colonial holandesa.<sup>9</sup> E neste caso, uma ligação ancestral com Timor se impunha, visto que *Naqarakertagama*, as crônicas da história javanesa, escritas em 1365 d.C., descreviam a ilha como politicamente integrada ao reino de *Majapahit*. Com isso, a propaganda indonésia afirmava que “a chegada dos colonizadores dividiu a unidade e a unificação Indonésia, um resultado disto foi o isolamento de Timor-Leste da Indonésia”. Assim, laços anticoloniais e pré-coloniais foram os aspectos mais destacados pelo Estado ocupante. Este anunciava nas escolas do agora *Timor Timur*, e também em fóruns internacionais, que a anexação do território vizinho “era como o retorno de um irmão perdido há muito tempo”. (REPUBLIC OF INDONESIA, 1980, p. 7-8)

Neste ambiente, a imagem de Dom Boaventura foi mobilizada pelo Estado indonésio, sobretudo através da construção de monumentos edificadas em Timor ocupado. O historiador Jacques Le Goff lembra que a palavra latina *monumentum* associa-se ao verbo *monere*, que significa “fazer recordar”, “avisar”, “iluminar”, “instruir”. Segundo ele, “monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação” (LE GOFF, 2013, p. 486), ele é mais que um sinal do passado, é um documento carregado de intencionalidade, uma testemunha imponente e material deste passado. A seguir, apresento três monumentos atribuídos a Dom Boaventura

---

9 Reino indianizado que exerceu forte influência regional entre os anos de 1293 e 1527. O auge do império de *Majapahit* foi no reinado de Hayam Wuruk, entre 1350 e 1389, quando estabeleceu o controle sobre portos e ilhas que hoje constituem o Sudeste Asiático, incluindo parte dos territórios da atual Malásia, Bornéu, Filipinas e “Indonésia Oriental”. Ainda que sua real extensão seja controversa, sua importância é exaltada pela historiografia nacionalista indonésia, que o reconhece como um antecessor do poder estatal pós-colonial centralizado em Jacarta. (ANDERSON, 1998)



e os trata como expressão imagética do poder indonésio em perpetuar e celebrar um passado específico. Proponho ler a estatuária, principalmente, naquilo que ela pode nos oferecer em termos de suas convenções, disposições espaciais e resignificações.

Figura 14. Monumentu integrasaun



Fonte: Ozoutback (2015).

Localizado numa centralidade urbana da capital, na pequena praça que hoje encontra-se entre o Hotel Timor e o porto de Díli, o monumento performa um rei guerreiro, trajando características vestes tradicionais, com *tais* (tecido), *kaebauk* (meia-lua de metal) na cabeça, *belak* (disco) pendurado ao peito e segurando uma *surik* (espada) na mão esquerda. O personagem porta uma bandeira na mão direita, mas não é possível identificar o emblema, pois a bandeira não existe mais. Importa que sua postura é aparentemente de fúria. Sugere movimento, ato de gritar, ao mesmo tempo em que rompe e arrasta as correntes que prendiam seus punhos e pés. Correntes quebradas que podem ser interpretadas como um gesto de libertação do domínio colonial. Um documento indonésio assinala a existência desta estátua no ano de 1980 e a descreve como “simbolizando a integração de Timor Leste na República da Indonésia”. (REPUBLIC OF INDONESIA, 1980, p. 1) Erguido logo nos primeiros anos da invasão, o artefato evidencia um esforço urgente de invenção do passado pela potência ocupante, um rápido empenho na produção material e visual de uma história comum.

O pesquisador Michael Leach (2009) afirma que esta obra seria uma representação de Dom Boaventura articulada intencionalmente pelo governo indonésio de modo a se apropriar de imagens-chaves do nascente nacionalismo timorense, mas não apresenta suas fontes. Em minha pesquisa não encontrei nenhuma referência documental que confirmasse isso, contudo, indaguei inúmeras vezes aos passantes do entorno sobre o significado da estátua e obtive pelo menos três tipos de respostas: sim, ele seria Dom Boaventura; outros afirmaram que a figura representava Dom Aleixo Corte-Real, o já citado *liurai* fiel aos portugueses; e também obtive respostas que apontavam para algum *liurai aswain* (rei guerreiro) genérico, ou mesmo um “*Dom la iha naran*” (Dom sem nome). O artefato é usualmente conhecido como *monumentu integrasaun*, uma imagem de celebração da anexação indonésia e nem por isso é desvalorizado em Timor-Leste independente. A praça onde ele se situa foi reformada e inaugurada no ano de 2009, e recebeu o título de “Jardim 5 de maio”, data em que foi feito o acordo entre Indonésia e Portugal, no ano de 1999, para o estabelecimento do referendo que decidiu o futuro do país. Atualmente este dia integra o calendário oficial do país como feriado nacional e compõe parte das marcações de um tempo especificamente timorense. Observemos uma segunda imagem.

Figura 15. Monumento da entrada de Same



Fonte: Família... (2012).

Este é o monumento do qual menos obtive informações. Situada na entrada de Same, distrito de Manufahi, é possível identificar na estátua, já muito danificada, elementos que caracterizam uma particular imagem do *liurai*. Sob um chafariz que não mais funciona, mas cujo estilo arquitetônico dialoga com outras construções indonésias, a figura carrega uma lança e um escudo no braço esquerdo; além disso, apresenta o tronco nu, sua cabeça esta coberta por algo semelhante a um capacete e sua cintura está forrada por tecidos também presentes no ombro direito. O artefato é frequentemente referenciado como representando Dom Boaventura. O que mais se destaca no monumento é uma possível aproximação com a cultura lusitana, manifesta na barba e bigode do personagem, mas também no escudo com brasão. O escudo é da monarquia portuguesa, o que demonstra uma representação única na qual o *liurai* estaria combatendo não exatamente o colonialismo português, mas especificamente a recém-instaurada República de Portugal, de 1910, e que, segundo algumas interpretações, teria sido uma das causas para a Guerra de Manufahi. Curiosamente, a feição da personagem assemelha-se mais a Dom Quixote que aos reis tradicionais de Timor. São convenções visuais que mais parecem ibéricas, não as da ilha.

*Figura 16.* Monumento de Fatuhada



Fonte: acervo pessoal do autor.

Um terceiro monumento atribuído a Dom Boaventura, feito durante o *tempu indonézia*, encontra-se próximo à mesquita de Fatuhada, bairro situado na Zona Oeste da capital. Localizado em ambiente sem nenhum destaque, atrás da embaixada australiana, o artefato encontra-se disposto num pequeno cruzamento de três pequenas ruas de terra. De todas as estátuas do *liurai* analisadas até aqui, é a única que apresenta o nome “Dom Boaventura” inscrito na própria materialidade do objeto. Também é a única que está desarmada, apesar de estar apontando para frente o indicador esquerdo, sugerindo poder, comando e determinação. É um artefato que interpela diretamente o observador, que é observado pela estátua de cima para baixo, com um dedo apunhalado em sua direção. Um ato de hierarquia que, visto por baixo, parece demandar obediência. A mão direita, no entanto, encontra-se abaixada, com o punho fechado, e apresenta um pequeno sulco, o que indica que talvez ali fosse um receptáculo para alguma arma ou utensílio. Trajando tecidos na cintura e em torno do braço esquerdo, sua cabeça esta coberta por panos e possui um *kaebauk* na testa. Neste adorno é que se pode ler o nome do personagem. Vestindo um colete sobre o peito nu, ele não deixa de lembrar a figura de marujos do arquipélago malaio.<sup>10</sup>

Conversei com os vizinhos da estátua e ouvi uma história curiosa. Segundo me foi narrado, o monumento teria sido encomendado pelo governo de *Timor Timur* no ano de 1998 e o artista responsável por sua feitura era um indonésio que vivia ali mesmo, no bairro de Fatuhada. O planejado era, depois de pronto, alocar o artefato no meio da rotatória (ou rotunda) que dá para o aeroporto da capital, onde hoje se encontra outro monumento, o de Nicolau Lobato. No entanto, terminada a construção da imagem, no ano de 1999, a capital já se encontrava em ebulição devido ao referendo popular organizado pela ONU. Com os tumultos, o criador da peça abandonou o território, voltou para a Indonésia e deixou-a lá, no quintal de sua casa. Moradores do bairro encontraram a estátua abandonada e decidiram que iriam levá-la a um local onde pudesse ser melhor apreciada e valorizada.

*Maun* Antônio, cuja casa situa-se em frente ao monumento, contou que foi o principal responsável pela organização coletiva do trabalho de instalação do artefato. Ele teria juntado seu próprio dinheiro e pediu contribuição para várias famílias do bairro que, com o recurso, construíram uma base de concreto no centro do pequeno cruzamento. Num final de semana reuniram vários homens fortes que carregaram e instalaram o monumento. “Foi um trabalho em comunidade”.

---

10 Lembra especialmente a figura de *Sandokan*, o *Tigre da Malásia*, personagem de série televisiva criada no final dos anos 1970 que narrava as aventuras de um pirata que lutava com o império inglês nos mares do arquipélago malaio. Baseada no personagem criado pelo escritor italiano Emilio Salgari, quase cem anos antes, Sandokan encarnava o herói anti-imperial que combatia as Companhias da Índias Orientais e era acompanhado, veja só, por um português aventureiro, seu parceiro inseparável.

*Maun* António afirma ter “orgulho de viver próximo do herói” e contou que muitas pessoas passam por ali para ver a imagem de Dom Boaventura e isso tem dado fama ao bairro. Segundo ele, as pessoas que passam perguntam sobre a estátua, demonstram interesse e curiosidade. Uma vez chegaram a lhe oferecer uma grande quantia de dinheiro para levarem a imagem do *liurai* para o distrito de Viqueque. *Maun* António afirma que “Dom Boaventura é de Fatuhada, não sai de Fatuhada”. Perguntei então se a estátua, por ter sido feita sob propósitos indonésios, não seria a valorização da memória do invasor. Respondeu que “não importa quem fez, é um herói de Timor, patrimônio de Timor, é importante para a história de Timor”. Das conversas que tive com os vizinhos do monumento, fiquei com a impressão de que aquele artefato constituía mais um patrimônio comunitário que propriamente nacional. Com pouca acessibilidade urbana e visibilidade pública, a imagem do herói era sobretudo motivo de valorização local. Contudo, nem por isso deixava de encarnar um símbolo nacional, apropriado por poucos, mas querido por muitos outros timorenses que por ali passavam e observavam ali um objeto de apreciação.

As três estátuas relacionadas a Dom Boaventura erguidas no período da ocupação indonésia e aqui discutidas são muito distintas umas das outras, mas possuem em comum o fato de nenhuma delas ser inspirada na antiga fotografia colonial. Particularmente, na segunda obra, localizada em Manufahi, é difícil identificar acessórios locais. Ela não porta *belak*, tampouco *kaebauk*, ornamentos centrais para a identificação dos notáveis e das camadas nobres (*dato*) em Timor. O escudo da monarquia portuguesa destoa mais ainda, deixando a interrogação sobre as intenções e condições de produção do artefato. Já na última representação de Dom Boaventura, aparentemente há um esforço de aproximação do personagem timorense com outras manifestações e experiências históricas ligadas ao mundo malaio. Um universo de valores e tradições privilegiado na afirmação de um passado pré-colonial regional, portanto não apenas indonésio, mas também vinculado a outras nações insulares do Sudeste Asiático: Malásia, Singapura, Filipinas e Brunei Darussalam.<sup>11</sup>

---

11 O discurso nativista pan-malaio teve origem em certas correntes intelectuais filipinas no início do século XX. Logo após a Segunda Guerra Mundial, o movimento pan-malaísta ganhou força no contexto de formação da Malásia, quando a Indonésia tentou impedir a criação de um terceiro Estado-nação forte no arquipélago. Nos anos 1960, conversações diplomáticas foram estabelecidas em Manila buscando formar uma confederação de nações regionais que receberia a designação de *Maphilindo*, um acrônimo formado a partir dos nomes: *Malaya*, *Philippines* e *Indonesia*. Mas com o endurecimento da Guerra Fria, a aproximação Indonésia-China tensionou com as alianças pró-ocidentais, da Malásia e das Filipinas, dificultando qualquer projeto nesta direção. Hoje, a ASEAN (Association of Southeast Asian Nations) recupera parcialmente alguns dos valores do pan-malaísmo. (OWEN, 2010)

No contexto da ocupação indonésia, a figura de Dom Boaventura já não parecia corresponder mais às necessidades e aspirações coletivas do nacionalismo timorense. Talvez isso explique o fato de seu nome e sua figura não terem sido tão mobilizados pela resistência timorense no período. Seu poder como símbolo da unidade nacional não exercia a mesma eficácia, tal como no contexto do colonialismo português, pois mesclava-se com a narrativa do inimigo invasor, produzindo, em relação ao discurso indonésio, mais semelhança que propriamente diferença.

## Imagens pós-independência

Com a restauração da independência, em 2002, Dom Boaventura retomou seu lugar de destaque como primeiro herói no panteão nacional de Timor-Leste. E neste processo a primeira fotografia colonial reapareceu como referência principal nas representações imagéticas articuladas em torno do *liurai*. No ano de 2012, a República Democrática de Timor-Leste comemorou o centenário da Guerra de Manufahi. Este grande ritual de Estado também foi um momento especial para Dom Boaventura ser projetado politicamente como figura-chave da imaginação nacional timorense. Em todo o país, grupos de pessoas se deslocaram a Manufahi para participar da celebração. Eram novas peregrinações à terra do *liurai* revoltoso, estabelecendo formas contemporâneas de culto e propagação da imagem. No ápice do cerimonial público, programado para coincidir com a solenidade de uma década de restauração da independência, estava a inauguração de um novíssimo monumento do herói. O Estado pós-colonial propunha, assim, uma política da memória que sincronizava distintos tempos da história nacional. Duas datas do calendário eram sobrepostas: os cem anos da Guerra de Manufahi e os dez anos da restauração da independência.

Para o cerimonial em Manufahi, foi inaugurado um novo Parque Dom Boaventura, onde localizava-se o monumento. Nos arredores deste foi criada uma exposição com peças e objetos da cultura material timorense em um também nomeado Espaço Dom Boaventura. Além disso, o grupo musical All Star havia composto uma canção intitulada “Dom Boaventura”, que frequentemente se podia ouvir na rádio. À época dos acontecimentos, encontrava-me trabalhando em Díli como professor da UNTL e recordo que meus estudantes queriam discutir sobre o rei de Manufahi, sendo que muitos deles abandonaram as aulas para participar das festividades no interior do país. Em classe, chegaram a afirmar que o rei era o “fundador da nação”, o que gerava muito debate. Sávio Ma’averu, historiador timorense contratado pelo governo do país para escrever um texto oficial para ser divulgado no evento, em conversa pessoal contou-me que não lhe parecia adequado o título de “fundador da nação”. Também achava estranho “fazerem uma comemoração histórica sem a par-

ticipação de nenhum historiador”. Disse que teve apenas uma semana para preparar o texto encomendado: “a organização só percebeu que precisava de um historiador para escrever a história de Dom Boaventura quando estava tudo já pronto”.

As celebrações centenárias também foram acompanhadas por um ritual *nahe bit boot*, literalmente “estender o grande tapete”. Segundo o discurso oficial, a cerimônia buscava reconciliar o passado de conflito, quando cem anos atrás lideranças timorenses guerrearam umas contra as outras na Guerra de Manufahi. Neste sentido, foram lançados 13 fogos de artifício que simbolizavam a união dos 13 distritos ali presentes. Em torno da monumental imagem de Dom Boaventura celebrava-se a unidade nacional e seu passado, inclusive autoridades aproveitaram a oportunidade para lembrar não apenas a Guerra de Manufahi, mas também aquele encontro dos líderes políticos com a viúva do *liurai*, como o fez Taur Matan Ruak, então presidente da república recém-empossado. Mas nem tudo era consenso. João Noronha, que se apresentava publicamente como sobrinho-neto de Dom Boaventura, defendeu na televisão uma versão própria a respeito da cerimônia do centenário. Seu objetivo seria “pedir desculpas aos descendentes de Boaventura por não terem apoiado sua luta”. Além disso, aproveitou a oportunidade para reivindicar a localização da campa de seu avô, reclamando que apenas o governo português sabia do paradeiro do corpo do *liurai*.

Figuras 17 e 18. Monumento em Manufahi



Fonte: 100 anos... (2012).

Um ponto alto do cerimonial foi a inauguração do monumento claramente inspirado na fotografia colonial. Seu enquadramento, sua pose e os ornamentos dispostos revelam continuidade em relação à primeira imagem reproduzida do *liurai*. Além disso, a nova figura era muito maior que as estátuas indonésias anteriores. Em escala ampliada, Dom Boaventura era ainda mais monumental. A despeito de sua proximidade com a fotografia colonial, uma diferença ganhava destaque: a disposição de seu rosto, que se encontra virado para o lado e não mirando frontalmente. Tal detalhe não passou incólume e fez toda diferença para alguns timorenses críticos. Estes chegaram a reclamar não ser aquela a “imagem original”. Houve quem afirmasse que se trataria de uma tentativa de aproximação do símbolo nacional timorense com o do vizinho: a *Garuda Indonésia*.<sup>12</sup> Tal desconfiança se devia ao fato de que o novíssimo monumento nacional fora confeccionado por uma empresa indonésia, localizada em Bandung. Encomendado e financiado pela RDTL para brilhar como novo símbolo nacional, o artefato da história timorense viera, no entanto, do antigo Estado ocupante.

Outra importante reprodução da imagem do *liurai*, desenvolvida em função do centenário da Guerra de Manufahi, encontra-se na moeda metálica equivalente a 1 dólar. A economia timorense é dolarizada e o dinheiro norte-americano é a única moeda legal, mas desde 2003 passaram a circular também moedas metálicas confeccionadas com temas locais cujo valor são subunidades de 5, 10, 25 e 50 centavos do dólar americano. Em 2012, como parte integrante das celebrações do centenário, foi lançada a nova moeda de “100 centavos”. Num território quente e úmido, as notas de grande circulação, como as de 1 dólar, se deterioram facilmente. A nova moeda metálica de “100 centavos”, onde a imagem do *liurai* aparece incrustada, apareceu também como um modo fornecer maior durabilidade a uma unidade de valor que frequentemente é manuseada em “frangalhos” no país. Um suporte de troca cujo valor ainda é visto, por alguns, como instável, devido à traumática experiência monetária timorense.<sup>13</sup>

12 Trata-se da “Águia Indonésia”, símbolo nacional que sintetiza em seu corpo o *Pancasila*, conjunto das doutrinas fundadoras do Estado vizinho e criadas nos anos 1950. Contudo, o único ponto em comum entre o referido monumento de Dom Boaventura e a *Garuda Indonésia* é que ambas figuras olham para o lado, contudo, para direções opostas.

13 Em 1975, a moeda colonial circulante, o escudo timorense, foi considerada sem valor pelo Estado invasor que não autorizou conversões para a rúpia indonésia. Com a crise econômica no Sudeste Asiático, no final dos anos 1990, a rúpia perdeu três quartos do seu valor face às moedas internacionais e a inflação comeu parte do poder aquisitivo da população. A destruição que se seguiu à desocupação, em 1999, por sua vez, fez com



Figura 19. Dom Boaventura na moeda de 100 centavos



Fonte: Albuquerque (2014).

Tal como o grande monumento do *liurai*, a moeda também não foi feita em Timor-Leste, mas produzida pela Casa da Moeda de Portugal. Vê-se então que os dois mais importantes suportes contemporâneos feitos para a representação nacional da imagem de Dom Boaventura – a moeda, que circula por todo território, e a estátua, fixada em Manufahi – foram produzidos fora de casa. E, com isso, a figura que serve de importante referência para a autoapreciação da soberania nacional não deixa de ser também um artigo importado das duas ex-metrópoles. Criados em contextos diferentes, estes dois gêneros de objeto podem se opor em tamanho e proveniência, mas analisados em Timor eles estabelecem uma composição. A retórica da monumentalidade, explícita de modo evidente na estátua de Manufahi, não é elaborada apenas em função de seu tamanho. Ela também se evidencia pelo contraste com o pequeno que a agiganta. Daí o efeito promovido pelas inúmeras imagens minúsculas incrustadas nas moedas distribuídas pelo país. Sobre isso, Néstor García Canclini (2006, p. 181) argumentou que a monumentalização e a miniaturização são oscilações complementares: a “reunião de miniaturas, quando a estratégia discursiva engrandece o significado, pode ser um modo de monumentalizar”. Assim, a singularidade da grande estátua erguida para a peregrinação e contemplação em Manufahi parece se completar na multiplicidade espalhada dos incontáveis pequeninos Dom Boaventura que são passados de mão em mão, circulando na capilaridade das trocas microeconômicas e participando da tessitura do cotidiano na reciprocidade popular da vida nacional.

---

que muitos timorenses perdessem suas poupanças nos bancos indonésios que deixaram o território. (QUINTANEIRO, 2007)

## Modulações do herói

Imagens são argumentos não linguísticos dotados de força e sentido. São formas de pensamento que dialogam entre si e podem integrar mitologias nacionais. Por vezes elas também são agentes históricos e políticos na medida em que influenciam a maneira como os observadores enxergam e se veem em determinada época. A produção e reprodução das imagens de Dom Boaventura articularam representações do passado em diferentes momentos históricos e em função de projetos políticos específicos. No período colonial, Dom Boaventura foi apresentado como um régulo revoltoso, enquanto em Timor permaneceu como um nome vivo na tradição oral. Nos anos 1970, o personagem adquiriu visibilidade na ilha, através da reprodução de uma foto colonial na capa de um panfleto timorense vindo de Lisboa, e fomentou a peregrinação de jovens lideranças nacionalistas a Manufahi. O personagem foi utilizado com grande eficácia na sensibilização nacionalista popular. Ele representava a antítese do império e seu timorense preferido, Dom Aleixo Corte-Real. Com isso, o *liurai* revoltoso tornou-se a personificação máxima do nacionalismo anticolonial. Ele havia liderado a última e maior guerra contra os europeus e, segundo alguns, quase a ganhara. Era, assim, a manifestação exemplar do antilusitanismo na ilha, mesmo portando um nome ibérico, sendo católico e dominando o idioma de Camões.

Já no contexto da ocupação indonésia, a figura do *liurai* adquiriu corpo em ferro e bronze, encarnando os sentidos da luta anticolonial por meio de monumentos planejados, pelo Estado invasor, para estarem em localidades estratégicas. Neste contexto, a imagem de Dom Boaventura deixou de ser mobilizada centralmente pela resistência que lutava contra a ocupação. Diferentemente do discurso inaugural do nacionalismo timorense, que exaltava a revolta popular, a frontalidade radical e a luta anticolonial, aspectos bem representados pela figura de Dom Boaventura, no decorrer dos anos 1980 a narrativa nacionalista timorense teve de se reinventar, elaborando um discurso de afirmação e busca pela paz, e não pelo conflito. Só assim poderia erguer uma narrativa anti-indonésia dotada de maior alcance capaz de envolver mais timorenses e outros aliados externos. Nesta nova configuração, a figura de Dom Boaventura já não parecia corresponder mais às necessidades e aspirações coletivas do nacionalismo timorense. Com a independência do país, as representações indonésias foram ressignificadas e a antiga fotografia foi reafirmada como imagem oficial do *liurai* pelo Estado timorense. Este reposicionamento da imagem colonial indica uma forte vinculação simbólica da nação com as representações coloniais produzidas pela antiga metrópole.

Este vínculo é evidenciado na relação entre as homenagens prestadas a Dom Aleixo Corte-Real, pelo Estado colonial português, e aquelas ofertadas a Dom Boaventura, pelo Estado pós-colonial timorense. Para ambos *liurais* foram construídos memoriais públicos em seus respectivos reinos de origem: o monumento a Dom Aleixo Corte-Real, em Ainaro (obra que, todavia, não assumiu características antropomórficas), e o mais recente monumento de Dom Boaventura, em Manufahi. Além disso, os dois *liurais* tiveram suas imagens estampadas na moeda local. Dom Aleixo Corte-Real figurou na nota colonial e Dom Boaventura encontra-se hoje representado na moeda nacional. Também, se o primeiro foi introduzido no material didático português, no período pós-guerra, o segundo encontra-se presente no material didático infantil de Timor no período pós-colonial. Enquanto o régulo pró-lusitano teve uma biografia própria publicada, cada dia que passa novas histórias são contadas e escritas sobre os feitos do *liurai* de Manufahi. Também, no ano de 2016, anunciou-se em Díli a mudança do nome de algumas importantes ruas da cidade, e a via que até então chamava-se Dom Aleixo Corte-Real foi rebatizada como Dom Boaventura. Além disso, Dom Aleixo Corte-Real foi condecorado, após sua morte como combatente, com o título da Ordem Honorífica Torre e Espada, a mais elevada ordem honorífica portuguesa. Hoje, a mais alta ordem honorífica da República Democrática de Timor-Leste recebe o nome de “Dom Boaventura”: é o próprio *liurai* que a titula.

A regularidade das oposições é de fato marcante. Tudo se passa como se estes personagens fossem objeto de práticas rituais quase simétricas, de homenagem e comemoração, cada um tratado como herói pelo respectivo Estado colonial e pós-colonial que teve lugar em Timor. Hoje a imagem de ambos é facilmente identificada por timorenses, ainda que o conhecimento a respeito dos personagens seja muito variável. Importa destacar que as duas figuras estabelecem fortes relações de oposição e complementaridade, o que revela como o *liurai* de Manufahi parece se espelhar inversamente no herói timorense criado e imaginado pelo Estado colonial português. Tanto o imaginário colonial português quanto o nacionalista timorense constituem, portanto, mitos que têm algo de importante a conversar e a pensar entre si.

O helenista francês Jean-Pierre Vernant (1990) tematizou amplamente o herói clássico em sua forma grega. Segundo ele, a oposição entre a “imortalidade dos deuses” e a “mortalidade dos homens” poderia ser mediada pelo acesso humano a uma imortalidade menor. Tal acesso é reservado ao herói cuja memória permanece ao morrer. A proeza heroica seria um dom único, de modo que o herói não realiza o impossível por ser um herói, mas torna-se herói por realizá-lo. Esta especialidade da qual ele goza deixa descendência não pela morte

comum, mas pela morte trágica no campo de batalha. Aí a luta e a travessia são muito mais valorizadas que a vitória ou o fim da jornada. Em suma, para Jean-Pierre Vernant, o herói grego, ao morrer bravamente por algo maior, mesmo sem alcançá-lo, acede a um renome duradouro e se torna imortal graças à memória dos humanos vivos.

Neste capítulo sugeri algumas aproximações desta concepção grega com a forma do herói timorense. Dom Boaventura não morreu em campo de batalha, mas sem dúvida foi imortalizado pela memória popular. Ao discutir sobre a formação do herói nacional, José Murilo de Carvalho (2005, p. 57) explicou:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. [...] Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado.

Ao estabelecer alianças com outros reinos e liderar o combate contra o domínio colonial, Dom Boaventura não apenas respondeu às aspirações coletivas, transformando-se em herói, mas passou a constituir uma espécie de fonte modelar, um parâmetro para a construção de outros heróis. A própria Ordem Honorífica Dom Bom Boaventura adquire tal função. Nicolau Lobato, segundo presidente da RDTL, foi por ela condecorado postumamente no contexto da comemoração centenária em Manufahi. Posteriormente, um enorme monumento de Nicolau Lobato foi erguido justamente na rotunda em frente ao aeroporto nacional que leva seu nome, naquela mesma localização em que seria colocado o terceiro e último monumento indonésio de Dom Boaventura aqui discutido. Passando de Dom Boaventura a Nicolau Lobato, observa-se continuidades e modificações. No monumento, a figura de autoridade e de combate permanecem. Mas há transmutação: de um antigo “rei guerreiro” (*liurai aswain*), temos agora um “líder guerrilheiro” que, não mais portando espada (*surik*) e outras insígnias do poder tradicional, apresenta metralhadora, farda de guerra e bandeira da FRETILIN em mãos.

Figura 20. Monumento de Nicolau Lobato



Fonte: Real (2015).

No ano de 2016, o artista plástico timorense Inu Bere (autor da pintura retratada na capa deste livro) organizou, em Díli, no Xanana Gusmão Reading Room – Museum & Art Gallery, a exposição “Os nomes da liberdade”. Ali exibiu, em aquarela, figuras de grande destaque na política timorense: Mari Alkatiri, José Ramos-Horta, Xanana Gusmão, Nicolau Lobato e, claro, Dom Boaventura. Eram telas que pintavam uma genealogia nacional, estabeleciam uma herança política e fixavam seus protagonistas. Mas foi a imagem de Dom Boaventura que figurou no cartaz de divulgação da exposição, evidenciando sua precedência num evento artístico que colocou em conexão quadros da memória, nomes e convenções imagéticas na conformação de um panteão cívico timorense.

Figura 21. Afresco de Dom Boaventura



Fonte: acervo pessoal de Inu Bere.

O mais notável é que a fotografia colonial de Dom Boaventura é hoje tratada naturalmente como “a imagem original”, mesmo sem se saber nada a respeito de sua “origem”. E talvez este seja o silêncio mais poderoso produzido pela imagem, o apagamento de sua criação. A primeira representação visual, de muitas outras que lhe sucederam e lhe derivaram, foi elaborada num contexto espaço-temporal específico do qual nada se sabe e sobre o qual, de um ponto de vista mais rigoroso, seria necessário ampliar as fontes já pesquisadas para fortalecer o argumento que o retratado corresponde de fato ao *liurai* de Manufahi.

Uma nova versão da fotografia de Dom Boaventura apareceu num site do Banco Central de Timor-Leste.<sup>14</sup> A imagem é um reflexo íntimo da anterior, mas há

14 Agradeço a Lúcio Sousa pela indicação desta fotografia.

diferenças notáveis. Comparada com a do Álbum Álvaro Fontoura, ela apresenta um tom mais “amarronzado”, destaca mais as indumentárias e o ambiente contextual da cena, e, além de apresentar uma figura um pouco mais curva, exibe um segundo e inusitado personagem: uma criança agachada ao canto. Também pode-se apreciar melhor ali o dedo do pé arrebitado e uma paliçada ao fundo, aspectos estes não discerníveis na imagem anterior, mas presentes, respectivamente, no novo monumento de Manufahi e na moeda de 100 centavos. O que sugere que a foto foi o modelo utilizado para as reproduções mais contemporâneas do *liurai*. Mas teria a foto anterior sido “amputada” e “esticada” ou apenas ocorreu uma má reprodução? Seria esta uma alteração da mesma foto ou outra chapa? Quem é esta criança? Qual a origem desta foto? Como ela se relaciona com a fotografia anterior? São algumas questões que deixamos em aberto para os investigadores e historiadores do futuro.

Figura 22. Outra fotografia “original” de Dom Boaventura



Fonte: Banco Central de Timor-Leste (2020).

Contudo, mais importante que a origem da imagem, neste capítulo pretendi refletir sobre o poder de sua disseminação. Em seu ensaio sobre a fotografia, Susan Sontag (2004) argumentou que, além de registrar o passado, a fotografia também serve para moldá-lo, cristalizando um momento único e específico, separando-o de uma série infinita de outros que, por não serem registrados, desvanecer-se-ão nos recessos da memória. Ao criar e rememorar o passado, as fotografias funcionariam como “amuletos” tentando pleitear outra realidade, um tempo que se foi. Neste sentido, as imagens de Dom Boaventura podem ser entendidas como parte de um “mito visual”, tal como definiu Roland Barthes (1982), pois localizadas no interior de uma série de outras imagens, um sistema de signos que revela alterações, recorrências e inversões próprias, considerando tanto seus elementos internos quanto os diferentes contextos sociais em que são lidas.

A foto de Dom Boaventura é uma das imagens do período colonial que permaneceu viva, sendo ressignificada, adquirindo durabilidade, atravessando o século XX e entrando no século XXI com reconhecido destaque. Através da reprodutibilidade técnica, da qual fala Walter Benjamin (1994), a fotografia do *liurai* foi transformada numa imagem-logo cujas diferentes escalas articulam-se em função de diferentes modos de exposição, projeção e uso. Sua produção e recriação visual são sinais tanto da manipulação política, intencional e dependente de mecanismos técnicos e institucionais quanto de uma imagem mítica, inscrita no difuso imaginário coletivo e manifesta nos rituais de exposição e apreciação. Atualmente, sua figura pode ser observada em museus, pinturas, pôsteres, bonés, camisetas e capas de livro. Dom Boaventura transformou-se num ícone, um emblema cuja serialização parece sugerir a própria personificação da nação que, na imagem do herói, se espelha num plano ainda mais difuso e irrefletido, através de projeções dispersas em tamanhos, lugares e suportes variados. A frequente cópia e repetição da imagem colonial a lança para uma dimensão do contínuo que beira o infinito e o imutável. O que torna desnecessária a própria localização de um ponto de origem. Tal como um mito, ela está em todo lugar e, portanto, não partiu de lugar nenhum.



## »»» MUSEUS DE HISTÓRIA EM DÍLI: Memorial de Balide e Museu da Resistência em contraponto

### Duas visões

*Meu dever era conseguir que os interlocutores fossem bastante diferentes para serem dois e bastante parecidos para serem um. (BORGES, 2012, p. 12)*

Começando próxima ao porto de Díli, a estrada de Balide segue na direção oposta ao mar. Passa pelo bairro de Kaikoli e continua apontando para as montanhas. Nesta antiga estrada colonial, hoje a mais movimentada rua do bairro de Balide, distribuem-se inúmeras instituições e equipamentos coletivos da capital timorense, entre elas o Memorial de Balide. Aproximando-se dele, as condições urbanas ficam mais precárias. Seja devido às chuvas que sazonalmente castigam a terra e o asfalto, seja pela violência das britadeiras que parecem nunca cessar a reforma em curso. Daí a poeira subir do chão, dançar com o vento dos veículos, colar na pele e impregnar a roupa. O pó que entra pelas narinas faz os passantes utilizarem máscaras no rosto para caminhar. Naquela zona o trânsito é barulhento e confuso. Calçadas inexistem e os pedestres têm de saber muito bem onde pisar. Sem espaço adequado para circulação, o transeunte tem de entrar em disputa com o nervoso maquinário dos carros, microletes e motos em ziguezague. Atrás do grande portão gradeado e do pátio do estacionamento há uma construção de piso térreo. Um edifício cor bege claro em formato de caixote. Nada de destaque

dá a saber que ali há um centro de memória nacional. Mas o observador atento pode identificar uma pequenina placa dependurada no portão: “Secretariado Técnico Pós-CAVR”. A sigla sequer é explicada. Esta é a marcação que anuncia para o público das ruas a existência do Memorial de Balide.

Do outro lado da cidade, a apenas uma quadra do mar, quase em frente à entrada do Parlamento Nacional, cercado pelo campus da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), encontra-se o Arquivo & Museu da Resistência Timorense (AMRT). O prédio destaca-se na paisagem urbana. Alto, com três andares, branquíssimo. Placas e dizeres colados ao corpo do edifício anunciam sua presença, que não passa despercebida. A rua ali também é movimentada, como todas em Díli, só que bem mais limpa, também mais organizada. Aquele trecho é frequentado, sobretudo, por timorenses engajados no *front* da modernização política e cultural do país. Estes são os principais contextos institucionais dinamizadores do quarteirão: universidade, parlamento e museu. O grande número de papelerias, serviços de fotocópia e impressão atestam a vida ativa das letras e dos papéis na região. No fim da rua há o supermercado português, o Pateo, um dos mais caros da capital. E, colado ao portão do parlamento, uma caixa de banco eletrônico anuncia a atividade bancária do entorno. Na calçada do museu, o acesso dos pedestres se faz por espaços públicos planejados e integrados, com árvores, sombras, bancos e calçamentos alinhados. Numa capital pós-conflito, onde a precariedade e a ausência de serviços urbanos são traços constitutivos da vida cidadina, os melhoramentos urbanísticos que envolvem o edifício do Arquivo & Museu da Resistência Timorense revelam-se como importantes marcadores sociais da diferença para com o resto da cidade. Definitivamente, aquele é um lugar privilegiado e especial, centro vibrante da capital e do país.

Memorial de Balide e Arquivo & Museu da Resistência Timorense (AMRT). A primeira instituição não é sequer reconhecida por este nome na placa de entrada. A segunda possui um título tão longo que, além de precisar de sigla, faz com que seja vulgarmente apelidada de “Museu da Resistência”. Uma se diz memorial; a outra, museu. A primeira é mais periférica; a outra, central. São nomes distintos com paisagens distintas. A visão das duas instituições contrasta e meu objetivo aqui é travar um diálogo entre estes espaços. Por meio de uma “leitura em contraponto”, tal como sugere Edward Said (2011) a respeito das obras culturais, proponho identificar relações de alteridade, estabelecendo conexões com outros lugares, agentes, práticas e linguagens expressivas.

Neste capítulo problematizo especificamente os processos de criação das instituições, a formação de seus acervos e as estratégias de difusão de histórias. No capítulo seguinte proponho uma etnografia das exposições e discuto as políticas da recepção nestes contextos. São dois capítulos onde estabeleço aproximações entre



O Memorial de Balide e o Museu da Resistência, tal como também chamei este último, foram os primeiros espaços de características museológicas criados no país após a independência. Apenas uma destas instituições é propriamente definida como museu, enquanto a outra se apresenta como memorial, o que colocaria problemas para uma comparação imediata. No campo da museologia, há quem diga que esta disciplina não teria colocado “o problema dos memoriais, ou ao menos a pergunta fundamental, ‘O que é um memorial?’, como pauta de investigação”. (BARCELLOS, 1999, p. 1) E uma rápida busca no dicionário de *Conceitos-chave de Museologia*, organizado pelo Comitê Internacional para Museologia (ICM, 2013), revela a ausência da entrada “memorial”. Contudo, uma das especificidades dos memoriais é sua maior articulação com a comunidade local, uma certa dimensão mais aberta e reflexiva com a história, ou mesmo o fato de sua criação ser resultante de algum espólio documental privado. Fato é que o conceito de memorial, enquanto instituição específica, não apresenta consenso evidente, constituindo uma categoria híbrida que estabelece diálogos com a museologia, a arquivologia e a biblioteconomia. No entanto, suas continuidades em relação aos museus são reconhecidas, sobretudo no caso dos memoriais apresentarem tratamento expográfico. É neste sentido que o memorial será entendido aqui como um “gênero de museu” ou então “uma instituição no sistema de museus”. (BARCELLOS, 1999) Em todo caso, estou mais preocupado com as categorias nativas e autorreferenciais da instituição do que conceituações formais. Para os problemas que pretendo aprofundar, importa que tanto o Memorial de Balide quanto o Museu da Resistência são, nas palavras de Pierre Nora (1993), “lugares da memória”, espaços dedicados à representação da história, à preservação dos materiais que registram um passado que se quer nacional e buscam exibi-lo ao público por meio de estratégias específicas.

A criação de museus em Estados recém-independentes quase sempre está implicada em processos mais amplos de construção da nação. Isso faz com que estes projetos museológicos possam ser entendidos também como *nation-building museology* (KAPLAN, 2006), projetos nos quais a administração governamental pretende edificar sua própria autonomia cultural, estabelecendo o maior controle sobre suas próprias imagens, narrativas e artefatos na criação de uma determinada identidade nacional. Tais projetos, contudo, não são uniformes nem ausentes de conflitos. Por isso a análise comparada dos espaços também é pertinente. Com a restauração da independência, as novas instituições timorenses passaram a se relacionar com diferentes cooperações internacionais e tradições intelectuais. Assim, os dois lugares da memória aqui analisados são instituições pós-coloniais amarradas a relações de saber e poder onde significados locais e globais entram em contato, interagem e rivalizam, produzindo conhecimentos e práticas singulares.



calizado próximo à fronteira com Timor-Oeste, ocupa uma antiga construção, hoje reabilitada, onde cinco repórteres australianos foram assassinados com a invasão indonésia, em 1975. Também há o menos conhecido Museu da Memória do Povo de Salamari, localizado no distrito de Baucau, e que possui características comunitárias, apresentando objetos locais e representativos dos anos de conflito com a Indonésia.

Além destes espaços, Timor-Leste possui diferentes instituições arquivísticas. Tal como o Arquivo Nacional, principal responsável pela preservação da memória administrativa do país, e o Centro de Arquivo Audiovisual Max Sthal, criado em função da produção fílmica do jornalista que dá nome ao centro, mas que passou a incorporar documentos de outras proveniências, constituindo hoje o maior acervo audiovisual do país. A primeira instituição é pública; a segunda, definida como “sem fins lucrativos”. Ambas estão situadas na capital.

Como se sabe, nem todos os museus possuem arquivos e nem todos os arquivos apresentam exposições museológicas. Mas o Memorial de Balide e o Museu da Resistência estão entre os poucos do país que possuem tanto características museológicas quanto se apresentam como gestores de arquivos. O que aponta também para a necessidade de uma abordagem mais heterogênea de modo a captar a multidimensionalidade destes dois grandes artefatos da história timorense. Aprendi muito com estas instituições e considero-as obras extraordinárias que expressam um enorme trabalho e esforço coletivo de reelaboração da história de Timor-Leste. Ao contrastá-las quero justamente explorar, no jogo de clivagem entre os espaços, documentos, narrativas e sujeitos, as cisões e complexidades que habitam por trás de termos como “história nacional” e “história timorense”. A assimetria entre ambos os estabelecimentos é grande, em vários níveis e de vários modos. Tomo, no entanto, este aparente desequilíbrio não como limite à interpretação, mas como condição para comparação.

## De Comarca a Memorial

*Eu sempre falo que a Comarca de Balide é um edifício sagrado... Um edifício no qual cada um tinha uma missão – eles foram bons nacionalistas lá, a fim de mostrar à próxima geração que havia um propósito; foi um lugar de coragem para a libertação do povo e do país. [Filomeno da Silva, ex-prisioneiro político]. (COUPLAND, 2008, p. 5)*

A reforma do edifício do Memorial de Balide foi inaugurada em fevereiro de 2003, quando ocorreu a primeira audiência pública nacional da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR). O tema da audiência era “apri-

sionamento político”. Mas dias antes dos trabalhos terem início, o edifício teve de passar por cerimônias de limpeza ritual. Para tal, sacerdotes das duas principais tradições mágico-religiosas existentes no país foram convocados. Um *matan dook*<sup>2</sup> e um padre católico tiveram a incumbência de exorcizar, purificar e abençoar o espaço, traçando ritualmente uma fronteira divisória entre o presente de vida e seu passado de dor e morte. Com o parto da nação, nascia também um novo sentido para o imóvel. Deixava de ser comarca e transformava-se em memorial. Mas alguns nomes podem ser construções tão sólidas quanto as edificações, de modo que ainda hoje muitos timorenses continuam a chamar o prédio de Balide não pelo título de memorial, mas de “comarca” ou então de “prisão”. De fato, o passado impregna o edifício, suas paredes e suas palavras.

No período colonial, o título de “comarca” designava “distrito judicial” e apontava para a existência de uma “prisão local”. Este sentido último foi o que permaneceu mais forte na palavra, sobrepondo-se a outras possíveis atividades da justiça. Construída em 1963 para ser uma cadeia do ultramar, a comarca ganhou outros usos a partir da guerra civil entre FRETILIN e UDT, em 1975. Mas com a posterior invasão indonésia, as práticas de interrogatório, tortura e assassinato foram ali intensificadas. O edifício transformou-se, então, numa importante base para a organização da inteligência policial e militar ocupante. Esta sobreposição temporal dos diferentes regimes carcerários que se responsabilizaram pela gestão da instituição é algo assinalável. Passando pela mão da administração do Estado colonial português, dos partidos timorenses e do Estado de exceção indonésio, a prisão de Balide sempre foi, no entanto, voltada para o encerramento de um público-alvo principal: os naturais do território.

A Comarca de Balide era a única prisão de Díli até o ano de 1986, quando a administração indonésia construiu outra no bairro de Becora, amenizando a superlotação das celas. Em seu estudo a respeito da Comarca de Balide durante o período da ocupação indonésia, a historiadora australiana Emma Coupland (2008) afirmou que muitas das pessoas que iam para lá eram trazidas de outros “centros de detenção provisória”. Estes “centros” não eram nada mais que espaços precários e improvisados de encarceramento. A gestão institucional da comarca no período de ocupação era composta por um arranjo misto. Nos anos 1980 e 1990, a maioria das prisões do arquipélago estava sobre a gestão da “di-

---

2 Segundo o dicionário de tétum-português de Luís Costa (2001, p. 244), “matandók: curandeiro, feiticeiro; adivinho; vidente; médium (lit. olho longe). O curandeiro, geralmente homem, é conhecedor de muitas plantas medicinais. Também significa aquele que denuncia ou confirma a acusação que fazem depois do ‘buan’, depois de consultar as vísceras dos animais”.

retoria de correções” do Estado indonésio e, seguindo este princípio, a comarca era definida pela burocracia de Díli como um “instituto de socialização”. O lugar tinha destaque como centralidade nodal no conjunto das detenções ocorridas no território. Era de lá que se emitiam prisioneiros timorenses para a ilha de Ataúro, que havia se transformado em um grande campo de detenção e desterro, acumulando, em 1983, cerca de 3.800 presos timorenses. (CAVR, 2005b, p. 59) Da Comarca de Balide os presos também eram enviados para outras unidades do arquipélago carcerário indonésio: o presídio de Cipinang, em Jacarta, onde Xanana Gusmão foi confinado nos anos 1990; mas também cadeias em Kupang, capital de Timor-Oeste; e em Semarang, no centro de Java. Esta dispersão era estratégica para o Estado ocupante, pois promovia um maior isolamento dos presos, dificultando mais a comunicação entre os integrantes da resistência. O documento especial da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR, 2005b) produzido sobre os prisioneiros políticos afirma ainda que cerca de 10 mil timorenses passaram pelo cárcere durante a ocupação (1975-1999), no território de Timor-Leste ou na Indonésia, sendo que a maior parte desses prisioneiros sofreu alguma forma de tortura.

A primeira audiência pública nacional da CAVR acolheu naquele edifício os testemunhos dos ex-prisioneiros de Balide. Com isso, antigos objetos da tortura tornaram-se sujeitos de um discurso sobre a violência da qual foram objeto. Estes relatos, que posteriormente foram transcritos, traduzidos, selecionados e publicados em material especial oferecido pela instituição, descrevem com detalhe a permanente situação-limite vivida pelos presos: detenções extrajudiciais; confinamento em celas superpopulosas; má-nutrição e desidratação generalizada; péssimas condições de higiene e saúde; altíssimo índice de mortes por tuberculose; prisioneiros obrigados a beber e comer sua própria urina e excremento; bloqueio de visitas e comunicações com o exterior, inclusive com a Cruz Vermelha Internacional; espancamento institucionalizado com rituais vexatórios e humilhantes; destruição das vestimentas e nudez coagida; práticas de afogamento dos prisioneiros; uso de capacetes de ferro para receberem pancadas com bastões de metal; surras até a perda de consciência ou morte; execuções sumárias; inserções de colheres nos ânus; queimaduras com cigarros e choques elétricos especificamente na região das genitálias; estupros coletivos; mulheres e crianças ocupando as mesmas celas que os homens; crianças sendo utilizadas para torturar suas próprias mães. (CAVR, 2005a, 2005b) Estas práticas foram relatadas pelos ex-prisioneiros e revelaram como Balide não era uma prisão como as outras. “Só os mais fortes e comprometidos sobreviveram nas condições da Comarca”. (COUPLAND, 2008, p. 42) Na narrativa dos ex-prisioneiros, a luta



pela sobrevivência na prisão também foi descrita como parte importante de um combate muito maior: a luta pela libertação nacional.

Ainda que os níveis de violência aplicados sobre os detentos flutuassem muito, a tortura era o modo normal de funcionamento dos interrogatórios. A obtenção de informações a respeito dos focos da resistência armada e clandestina era justificada como uma “necessidade prática” do ponto de vista da inteligência indonésia. Contudo, depoimentos revelam que a violência empregada transbordava em larga medida qualquer justificativa racional. (STANLEY, 2009) Mais do que controle objetivo dos espaços de fala do torturado, os depoimentos dos ex-prisioneiros identificaram na subjetividade dos próprios carcereiros possíveis razões para a violência excessiva empregada: o nacionalismo ufanista indonésio, o despreparo e descontrole emocional dos soldados, a vingança, a raiva e o medo generalizado. Seja como for, apenas em 1999, com a saída do exército indonésio e sua política de terra queimada, é que a prisão de Balide e as práticas que ali ocorriam foram encerradas.

*Figura 25.* Ruínas da comarca antes da reforma



Fonte: *Chega! Exhibition.*

A Comarca parou de funcionar como prisão no início de setembro de 1999. Os últimos prisioneiros escaparam da escalada de violência [...] fugindo do prédio para buscar refúgio nas montanhas imediatamente em frente. O edifício foi subsequentemente queimado, muitos dos acessórios foram removidos, e o terreno do entorno tornou-se área de pastagem para ovelhas e gado. (COUPLAND, 2008, p. 20)

A proposta inicial de reabilitar o espaço surgiu da Associação de Ex-prisioneiros Políticos (ASSEPOL), criada em Timor-Leste logo após a desocupação. Considerada pelos prisioneiros como um lugar sagrado (*fatim lulik*), a comarca foi idealizada pela ASSEPOL como um espaço de memória e reconhecimento das experiências extremas lá vividas. A reforma do edifício se deu com o apoio financeiro e logístico do governo japonês. Também buscou-se que este processo fosse participativo e inclusivo. Com isso, a inserção de ex-prisioneiros envolvidos no trabalho de paisagismo, jardinagem, construção e outras atividades era parte das estratégias terapêuticas de reabilitação dos sujeitos e também do espaço físico. Deste modo, o projeto de requalificação da comarca foi concebido, simultaneamente, como um lugar de redescoberta pessoal e um repositório da memória coletiva. Nas palavras de um ex-prisioneiro, tratava-se de mostrar que “flores podem crescer numa prisão”. Frase que pode ser lida hoje num cartaz disposto logo no início da exposição permanente do memorial.

Mas se, por um lado, a ASSEPOL foi importante mobilizadora para a ressignificação do lugar, por outro lado, sua escolha como sede da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR) foi a pedra fundamental que determinou o sentido do espaço como um memorial para o culto e valorização dos direitos humanos em Timor-Leste. Criada em 2001 pela missão da ONU em Timor-Leste (UNTAET), depois reconhecida pela Constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) para inúmeros mandatos pós-CAVR, que foram sucessivamente prorrogados até o presente, a Comissão representou o esforço nacional de produção da memória coletiva por meio da coleta, organização e análise de depoimentos de cerca de 8 mil timorenses, entre vítimas, testemunhas e peritos. Liderada por representantes do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), também do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a CAVR tinha amplos poderes para investigação e deveria encaminhar o relatório de seus trabalhos para as autoridades nacionais e internacionais.

A CAVR é definida como uma modalidade específica de justiça transicional, dispositivo que busca investigar a violência praticada num regime passado num



depoentes expuseram para seus próximos e familiares eventos que por vezes nunca haviam contado. Relatos de violência e rancor foram enunciados nestas audiências, inclusive atentando para a importância deles ascenderem a instâncias judiciais superiores e não apenas espaços de reconciliação. O relatório final da comissão descreve tais momentos como parte do esforço de se encerrar o ciclo de dor e sofrimento, como se a colocação verbal das experiências tivesse o poder de pôr fim ao trauma.

Entre as 204 recomendações elaboradas pelo relatório final da CAVR, propõe-se que o “arquivo da comissão seja mantido no edifício da antiga Comarca de Balide e seja administrado como fazendo parte do arquivo nacional oficial”, bem como “constitua parte integrante de um centro activo dos direitos humanos [...] cujo objetivo global será recordar, render homenagem e aprender com a história recente dos direitos humanos em Timor-Leste”. (CAVR, 2005a, p. 213) Com isso, o prédio da antiga comarca, com sua história de encarceramento e dor, foi associado ao próprio objetivo da comissão, funcionando “como centro memorial das vítimas e dos direitos humanos”. (CAVR, 2005a, p. 235)

O Memorial de Balide tematiza questões que se assemelham com a de outros lugares da memória, tais como o Auschwitz Memorial, em Birkenau, Polônia; o Tuol Sleng Genocide Museum, em Phnom Penh, Camboja; o Museo de la Memoria, em Rosário, Argentina; ou mesmo o Memorial da Resistência, em São Paulo, Brasil. Todas estas instituições, assim como o próprio Memorial de Balide, fazem parte da International Coalition of Sites of Conscience, uma rede global de locais históricos que se autodefine como voltada “para os direitos humanos e a justiça social”. Por isso, Balide aproxima-se daquilo que Néstor Canclini chamou de “patrimônios da catástrofe”, formas de musealização da dor e do terror que buscam significância global. (GARCÍA CANCLINI, 2014)

Adotado como quartel-general da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação, depois transformado em sede do Secretariado Técnico do Pós-CAVR, e, posteriormente, no ano de 2017, renomeado como “Centro Nacional Chega!”, o estabelecimento é a mais importante instituição da memória da violência em Timor-Leste. Tal é a fusão entre os sentidos do espaço prisional e as atividades da Comissão, que hoje “CAVR”, assim como “comarca” ou “prisão”, também são designações comuns para se referir ao lugar. E este espaço físico,

---

Simião destacou que estes mecanismos locais são normalmente criticados por ONGs internacionais e autoridades políticas, que os caracterizam basicamente pela negativa: “eles *não* garantem o direito de grupos vulneráveis; *não* observam os princípios internacionais dos direitos humanos; *não* possuem padrões impessoais e objetivos; *não* são escritos; etc”. (SIMIÃO, 2011, p. 114) Seu uso nas audiências públicas foram, no entanto, avaliados positivamente entre os participantes. (CAVR, 2005a; WEBSTER, 2008)



A proposta de criação de um Museu da Resistência nasceu como resultado da articulação entre múltiplos atores. Logo após a desocupação indonésia, a recém-criada Associação de Veteranos da Resistência teve papel importante na reivindicação de um museu específico sobre a resistência timorense. Uma funcionária do AMRT contou-me que o interesse pessoal de Xanana Gusmão e de José Ramos-Horta foi de fundamental importância para a construção do museu. Em Lisboa, Gusmão e Horta teriam visitado uma exposição temporária sobre o campo de concentração do Tarrafal, afamada colônia penal de Cabo Verde, criada no período entre guerras, auge do pensamento fascista lusitano. Tratava-se de um grande presídio para onde o regime salazarista enviava seus presos políticos, que no início eram sobretudo metropolitanos, mas após a Segunda Guerra Mundial foram se africanizando cada vez mais em função da repressão à luta de libertação que ocorria nas colônias africanas. Com a independência de Cabo Verde, o campo passara por um processo de patrimonialização, fora rebatizado com o nome de “Museu da Resistência” e tornara-se um importante lugar de memória não só para o país, mas também para outras ex-colônias portuguesas em África. (MENDES, 2012) Segundo a informação da funcionária do AMRT, os dirigentes timorenses “*ficaram impressionados com a exposição em Portugal e desejaram fazer algo semelhante em Timor*”. A experiência de patrimonialização da luta de resistência anticolonial do Atlântico Sul, refletida e exibida na ex-metrópole, de algum modo, encontrou eco na longínqua ex-colônia do Sudeste Asiático.

Um primeiro passo foi dado em 2002, no conjunto das comemorações para a restauração da independência do país, quando as ruínas do antigo tribunal acolheram uma primeira exposição: “A nossa vitória é apenas questão de tempo – memória da resistência do povo de Timor-Leste”. Ainda sem teto e de estrutura precária, foi necessário montar grandes suportes metálicos no edifício para estabelecer coberturas capazes de acolher a exibição. Outro momento-chave ocorreu em fins do ano de 2005, no âmbito das celebrações do 40º aniversário da invasão indonésia, quando o projeto para o Arquivo & Museu da Resistência Timorense ganhou novas bases. Contando com o apoio da Fundação Mário Soares e do Instituto Camões, além do próprio Estado timorense, foi então definido um amplo programa de requalificação do imóvel. Naquela altura, a área central do edifício já havia sido reformada e o espaço foi reinaugurado com uma nova exposição, maior que a anterior, com vídeos, fotografias e artefatos utilizados pelos combatentes da resistência. (AMRT, 2014) Apenas em 2010 as obras de expansão do AMRT foram iniciadas. E o edifício foi uma terceira vez (re)inaugurado, tal como descrevo no início desta seção. Agora o espaço era mais amplo, capaz de acolher e promover diversificadas atividades, com ambientes adequados para a exposição permanente e temporária, um auditório moderno, uma biblioteca, além de uma câmara para pesquisadores.



leta dos documentos que hoje compõem seu acervo se desenrolaram durante quase uma década, sendo que a instituição continua a receber novos documentos. Antes mesmo da restauração da independência, em 2002, a necessidade de coleta dos materiais foi anunciada como urgente, sobretudo porque muitos registros foram destruídos nos tumultos e incêndios de 1999. Neste sentido, alguns dirigentes políticos timorenses atuaram na sensibilização da população para a entrega de documentação de valor histórico. (AMRT, 2014, p. 36) E neste processo de coleta um critério específico de seleção foi aplicado. Tratava-se de privilegiar os materiais relativos à luta de resistência. O próprio sentido do termo “resistência” também estava sendo reinventado no trabalho de recolha, acumulação e interpretação da documentação.

Entre 2002 e 2005, equipes técnicas ligadas à Fundação Mário Soares realizaram extensos deslocamentos no interior do país, buscando, com os participantes da resistência, documentos que pudessem possuir. Vários fatores dificultaram a circulação das equipes por um território cujas infraestruturas, há pouco, haviam sido destruídas pelo exército indonésio e a milícia timorense que o apoiava. Tratava-se, pois, de identificar e coletar materiais pertinentes em meio às ruínas e cinzas do país. Além disso, devido à clandestinidade dos próprios materiais no período da ocupação, a grande maioria dos registros da resistência estava escondida em abrigos, residências ou mesmo enterrados.

Os papéis e objetos que haviam funcionado como suporte material para discursos de contra-inteligência e práticas de combate eram transformados agora em evidências. No contexto pós-ocupação e de construção nacional, tais objetos transformavam-se em “provas documentais” a serem incorporadas como “patrimônio” ao Arquivo da Resistência. O novo contexto implicava, também, na tomada de uma nova posição reflexiva dos sujeitos em relação aos objetos. Com isso, o valor cotidiano do uso dos objetos era hiperbolizado e inscrito na própria coisa. Papéis e artefatos tornavam-se espécies de porta-vozes não humanos das vidas, mortes e lutas de um passado recente. Um dos catálogos do AMRT registrou o apelo de um ex-combatente timorense envolvido nas cerimônias de entrega de documentos: “depois de tanta morte e sangue derramado, cuidem destes documentos! Isto é o nosso sangue, a nossa vida”. (AMRT, 2014, p. 174)<sup>6</sup> A transferência dos objetos foi descrita pelo mesmo catálogo como um momento especial e solene de características rituais. O tom é de heroísmo, luto e sacrifício.

---

6 O AMRT publicou dois catálogos, um em 2005 e outro em 2014. O primeiro concentra-se mais no discurso da conservação e na importância do “resgate dos documentos”. O segundo catálogo, maior e com mais imagens, volta-se centralmente para a apresentação da exposição permanente.



Figura 26. José Mattoso em cerimonial de entrega dos documentos



Fonte: AMRT (2014, p. 167).

Apesar da destruição maciça dos arquivos em Timor, a verdade é que homens e mulheres ousaram desafiar o ocupante, escondendo e conservando os objetos e os documentos dessa memória, pondo em risco as suas próprias vidas [...] As cerimônias de entrega dos documentos para serem preservados e tratados constituíram momentos de dor pelos mortos na luta e de grande emoção. Mas aí esteve sempre presente a confiança na construção de um país livre e cuja memória importa não deixar apagar. (AMRT, 2014, p. 174)

Os materiais coletados pelas equipes foram heterogêneos. Desde cartas e correspondências pessoais, relatórios, testamentos, petições, peças de imprensa, poemas, desenhos e fotografias, até registros sonoros e outros objetos, como bandeiras, metralhadoras, armas feitas artesanalmente, fardas, trajes íntimos, rádios, equipamentos de comunicação e de sobrevivência. A interpretação e decifração dos documentos escritos demandaram, no entanto, a presença de quadros timorenses conhecedores da lógica e dos contextos de produção, tendo em vista a complexidade dos códigos, siglas e pseudônimos utilizados. Além disso, na decodificação dos mesmos colocava-se o problema imediato da língua, já que, diferentemente do que

se costuma afirmar, os documentos mostravam que não só o português foi utilizado pelos agentes da resistência, mas também a língua indonésia, o tétum, o fataluko e outras línguas maternas. Deste modo, os usuários originais dos materiais também foram mobilizados para ajudar na tradução e interpretação, pois o entendimento dos materiais era visto como algo de fundamental importância. (AMRT, 2014, p. 176) Tratava-se, pois, de saber o que estes objetos e documentos tinham a dizer.

O historiador português José Mattoso foi um personagem fundamental nesta primeira etapa. Participou de todos deslocamentos envolvidos na coleta e estabeleceu contato com autoridade civis, militares, religiosas e políticas locais. Entre idas e vindas, permaneceu por 5 anos trabalhando intensivamente no território timorense na coleta e organização do arquivo, além de atuar na curadoria das primeiras exposições que o espaço acolheu. Num texto de ampla divulgação intitulado “O Arquivo da Resistência e a Identidade Nacional”, Mattoso apresenta seu ponto de vista a respeito da importância do referido arquivo. Segundo o historiador, após a conquista da autodeterminação é importante que Timor-Leste “lute agora com a mesma determinação pela consciência cultural da sua identidade”.

Dentre as diversas componentes da consciência de identidade, a história colectiva do povo é, sem dúvida, a mais importante. No caso de Timor, é óbvio que a resistência constitui o facto mais importante da sua curta história. Por outro lado, é também aquela que melhor representa a consciência colectiva. Está na memória de toda a gente, envolveu pessoalmente quase todos os timorenses, traduz-se em muitos episódios que demonstram o seu carácter popular. (MATTOSO, 2005, p. 2)

O historiador afirma, então, que os documentos do AMRT são a “fonte essencial para a história e a identidade de Timor-Leste” (MATTOSO, 2005, p. 2) e chegou a descrever o prédio do AMRT como “imbuído de carácter *lulik*” (sagrado). Seu trabalho na organização e interpretação do arquivo da resistência levou Mattoso a escrever uma obra de fôlego que se tornou o principal estudo sobre a história da resistência timorense: *A Dignidade: Konis Santana e a Resistência Timorense* (2005). O livro, que pode ser comprado logo no saguão principal da entrada do AMRT, é tido como uma história oficial e autorizada da resistência e constitui uma das poucas obras acadêmicas traduzidas para o tétum-praça. Ali, Mattoso parte do claro princípio, nem sempre tão claro em Timor, que distingue história e memória. Segundo ele, os documentos e relatos que compõem o arquivo constituiriam uma memória, enquanto o historiador profissional teria o papel de articulá-los globalmente produzindo, assim, história. (MATTOSO, 2005, p. 17) No entanto, sua narrativa,



da agência Lusa no período, destaca inclusive a recorrente metáfora do confronto entre “David” e “Golias” utilizada para qualificar os adversários. Esta e outras imagens mostram fortes continuidades entre o imaginário veiculado em Portugal, durante a ocupação indonésia em Timor, e aquele mobilizado no AMRT.

Desde a restauração da independência, o tema da valorização dos “combatentes da libertação” constitui pedra angular das políticas de Estado em Timor-Leste. E a importância de reconhecer os combatentes como heróis e lhes prestar homenagens é consagrada pela própria Constituição, sendo que no ano de 2006 o Parlamento Nacional aprovou o Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional, definindo diretrizes para a preservação de sua memória e regulamentações de como e quem deve ser considerado combatente. Várias comissões de veteranos foram criadas para registrar membros da resistência e cadastrá-los como beneficiários do Estado, tais como a Comissão para Assuntos dos Antigos Combatentes (CAAC), a Comissão para os Assuntos dos Veteranos das FALINTL (CAVF) e a Comissão para Assuntos dos Quadros da Resistência (CAQR), esta última empenhada no cadastramento dos membros da frente da resistência clandestina.

No ano de 2012, o pagamento esperado para as pensões dos veteranos e seus familiares alcançava metade de todo o orçamento do Ministério da Solidariedade Social e cerca de um quarto de todo o orçamento do Estado previsto para aquele ano. Um valor agravado com o aumento do número de beneficiários, cujos cadastramentos não param de crescer. Naquele ano, 200 mil timorenses foram registrados como veteranos para conseguir auxílios públicos, um número irreal para um país que, à época, contava com pouco mais de um milhão de habitantes. Ocorrem alegações de que as pessoas estão mentindo sobre seu envolvimento na luta pela libertação e alguns comissários responsáveis pelo registo dos veteranos desconfiam da honestidade dos requerentes, chegando a afirmar que “se tivesse havido assim tantos veteranos, teríamos conseguido a nossa independência em poucos anos”. (GRUPO CRISIS, 2011) A falsificação dos documentos necessários para a identificação de um passado vinculado à resistência ainda hoje é uma questão candente no país, e muitos reclamam que a história foi invertida e as preocupações com a verdade de quem fez o quê durante a ocupação estão diretamente ligadas às lutas pelo reconhecimento.

A formação do arquivo da resistência é contemporânea do nascimento desta nova categoria de beneficiários de recursos públicos, a maior do país hoje, e performa a comprovação pública dos próprios feitos dos combatentes da resistência. Ou seja, há um processo de legitimação mútua entre, de um lado, os sujeitos homenageados e amparados pelo Estado e, de outro lado, os objetos do arquivo valorizados e preservados como patrimônio. São instâncias situadas num mesmo campo de forças em que uma estende seu prestígio à outra. O lugar central que a resistência



sição dos documentos. O formato do arquivo virtual possibilita um maior acesso na medida em que permite ultrapassar barreiras geográficas e linguísticas, mas ele desestabiliza o conceito de arquivo tradicional, até então considerado um repositório material mais constante e seguro. *Links*, atualizações e *uploads* nos lembram que as formas de classificação e preenchimento do arquivo digital são muito mais dinâmicas e transitórias. E do ponto de vista dos timorenses, deve-se considerar que a conectividade virtual ainda é uma realidade vaga. Com exceção da capital, a energia elétrica chega com dificuldade nos rincões do território. Poucos nacionais possuem eletricidade em casa, menos ainda computadores com internet. Então fica a pergunta: este arquivo digital é acessível para quem?

## Arquivo dos Direitos Humanos

*Os crimes estão em aberto, então o arquivo fica fechado.*  
(Alípio Seixas)<sup>10</sup>

O acervo documental que compõe o arquivo existente no Memorial de Balide foi coletado em condições radicalmente distintas do Arquivo da Resistência, o que também faz com que os documentos sejam de outra qualidade e demandem outra forma de acessibilidade, leitura e tratamento. Como sede do Secretariado Técnico pós-CAVR, o arquivo do Memorial de Balide é constituído principalmente pelo registro do trabalho desta comissão. Um trabalho que implicou numa gigantesca força-tarefa para coleta de depoimentos, que se estendeu entre 2002 e 2005, estabeleceu 52 audiências públicas em todos os distritos de Timor-Leste, oito audiências públicas nacionais no edifício da comarca, e que acumulou e analisou o depoimento de cerca de 8000 pessoas. Deste modo, o critério de seletividade aplicado na coleta dos documentos de Balide foi muito distinto do AMRT.

A documentação de Balide foi gestada, sobretudo, pelo interesse em registrar os casos de violação de direitos humanos no território entre os anos de 1974 e 1999. Deste modo, o “método de coleta” dos materiais que compõem o arquivo operou mais como um grande “inquérito judicial”, com interesses para a possível criminalização dos perpetradores, e também como uma grande “terapêutica de grupo”, com a intenção de elaborar narrativas públicas para promover a reconciliação entre timorenses. Além do conjunto bruto das informações recolhidas nas entrevistas individuais, nos testemunhos das audiências públicas e nos depoimentos de peritos, o arquivo também incorporou materiais acumulados por ativistas, organizações

---

10 Timorense funcionário do Memorial de Balide, entrevista concedida em 19 de julho de 2015.



No relatório, as figuras de destaque não são os heróis nem os bandidos, mas aquilo que chamou de “cidadãos comuns”.

Figura 27. Timorense depoente em audiência pública nacional em Balide



Fonte: *Chega! Exhibition*

Os personagens colocados em destaque pelo discurso do CAVR e do Memorial de Balide aproximam-se daquilo que, em outro contexto, Michel Foucault (2006, p. 207) nomeou nos termos da “vida dos homens infames”. Estas seriam vidas sem fama, miúdas, “existências destinadas a passar sem deixar rastro”. Sujeitos que ficariam no silêncio não fosse um saber inquisitorial capaz de colocá-los no âmbito do verbo e da palavra escrita, marcando-os e ordenando este discurso por meio de um dispositivo de poder propriamente arquivístico. No caso do arquivo em questão, o registro destas vidas foi estruturado em função da violação dos direitos humanos. O que fez com que a narrativa histórica que daí surgiu tenha que articular múltiplas narrativas de dor, dando destaque à perspectiva das vítimas e das testemunhas oculares, e deixando opaco o lugar dos combatentes, dos heróis e dos principais líderes da resistência. Neste sentido, a amplitude de pontos de vistas que o relatório almeja deixa aberto espaço para incoerências na verdade que busca alcançar. Em sua procura pela complexidade, pluralidade e



multivocalidade da história, o relatório apresenta, no entanto, um sentido geral que dá forma à massa dos inúmeros relatos individuais.

Uma avaliação global implícita no relatório *Chega!* é de que a luta de Timor teria avançado apenas quando passou a “jogar as regras do sistema internacional”. De modo geral, o movimento da libertação timorense ali narrado é aquele de um gradativo abandono da linguagem anti-imperialista, da guerra e da “revolução *maubere*”, menos aceita na opinião pública internacional e também entre alguns timorenses. No lugar destas ideais-força, uma nova linguagem estratégica teria sido vocalizada, valorizado a paz, os direitos humanos e a convergência nacional. Um discurso mais receptivo e entendido como um valor dificilmente contestável, sobretudo frente às potências ocidentais no ambiente marcado pelo colapso da Guerra Fria. Assim, o tema central da luta e do combate interno teria se deslocado para uma maior intensificação da luta diplomática, sinalizando para a dimensão da negociação e não da confrontação. Neste processo, os Estados nacionais que primeiramente haviam apoiado a libertação timorense, cujos governos se encontravam associados ao socialismo, foram marginalizados. E no centro da estratégia timorense aparecem novos aliados políticos internacionais associados aos valores da liberdade, da paz e dos direitos humanos.

A colocação da “questão de Timor” como uma causa digna de atenção estaria, assim, ligada à aparição destes novos e respeitados aliados: o Papa João Paulo II que visita Díli em 1989; o Dalai Lama, na Índia, quando Ramos-Horta lá revê os planos de paz em 1992; o Nobel da Paz, quando Ramos-Horta e o bispo Ximenes Belo são laureados em 1996; e Nelson Mandela, então presidente da África do Sul pós-*apartheid*, que visita Xanana Gusmão quando este se encontrava na cadeia de Cipinang, em 1997. O CAVR descreve detalhadamente este deslocamento político em direção ao discurso dos direitos humanos. O relatório acompanha este deslocamento, celebra-o e se apresenta como um de seus frutos.

No entanto, como outros críticos, como Webster (2008) e Walsh (2011), já identificaram, um paradoxo reside aí. De um lado, o relatório afirma que a vitória contra a Indonésia foi alcançada quando os timorenses começaram a “jogar as regras do sistema internacional”, o que permitiu que a resistência timorense ganhasse apoio de instituições ocidentais e Estados mais poderosos. De outro lado, foi este mesmo “sistema internacional” que se mostrou completamente incapaz de manter suas normas jurídicas frente à situação de Timor, na medida em que um tribunal internacional não foi criado para julgar os “crimes de guerra” e os “crimes contra a humanidade” ali cometidos. Esta ausência de resposta das instituições internacionais garantiu a total impunidade para as graves violações dos direitos humanos no período analisado pela comissão.

À época da criação da CAVR, uma outra comissão de inquérito das Nações Unidas já havia recomendado a criação de um tribunal internacional para julgar os eventos ocorridos no país. Esta recomendação foi reforçada no relatório final da CAVR. Contudo, este tribunal internacional nunca ganhou vida. No ano de 2012, tive a oportunidade de entrevistar duas importantes lideranças políticas timorenses. Ao perguntar para Mari Alkatiri<sup>11</sup> sobre esta questão, explicou: “*O que se esperava era que a comunidade internacional assumisse essa parte da reposição plena da legalidade. Porque pedir a um país pequeno como Timor-Leste que assumisse tudo, em termos de repor a legalidade, quanto à violação dos direitos humanos, dos crimes de guerra, crimes humanitários... muito difícil*”. Ao colocar a mesma questão para José Ramos-Horta,<sup>12</sup> que ano de 2009 chegara a propor anistia geral para todos crimes cometidos entre 1975 e 1999, respondeu: “*nem vou perder muito tempo com esse tema. Timor-Leste não quis, não quer e não vai querer gastar energias, subverter as relações com a Indonésia com um tribunal internacional e isso só vai satisfazer os juízes e profissionais internacionais que iriam ser muito bem pagos. Hors de question*”. Segundo estas lideranças, a independência política e o estabelecimento de boas relações internacionais constituem prerrogativas mais importantes que a justiça para com os nacionais vitimados.<sup>13</sup>

Desde a restauração da independência, várias organizações de vítimas timorenses foram criadas.<sup>14</sup> Além de reclamarem justiça pelos graves crimes cometidos, estas organizações lutam para conseguir mais informações dos desaparecidos, para obter seus restos mortais e poderem enlutar seus mortos. Rituais fúnebres são questões importantes quando se quer enterrar o passado. Um aspecto central nas reivindicações destes grupos é a própria reparação das vítimas do período. Diferentemente dos veteranos da resistência, que têm lugar-chave na Constituição da RDTL, o lugar das vítimas inexiste na carta constitucional, e a própria CAVR é residualmente citada em seu final.

No ano de 2005 foi criada uma outra comissão, a Comissão de Verdade e Amizade (CVA), mecanismo bilateral entre Indonésia e Timor-Leste para identificar as violações dos direitos humanos ocorridas especificamente no ano de 1999, e não o período maior entre 1974-1999. O relatório final da CVA foi concluído em 2008 e

---

11 Entrevistas realizadas em 12 de setembro de 2012.

12 Entrevista realizada em 22 de novembro de 2012.

13 Camila Tribess (2013) explorou este tema e analisou em detalhe a posição dos líderes timorenses, incluindo Xanana Gusmão.

14 Entre elas a Associação Nacional das Vítimas, a Assosiasaun Chega ba ita (Acbit), o Fórum NGO Timor-Leste e o Comitê 12 de Novembro, cuja sede situa-se num anexo do próprio prédio da comarca e busca representar as vítimas ligadas ao Massacre de Santa Cruz.



direitos humanos não fazia parte do mandato original da CAVR. O problema apareceu apenas no final do mandato, num momento de acelerado declínio de apoio internacional à comissão e de baixa capacidade de capitalizar projetos, apoios e financiamentos. Isto dificultou que o tema fosse mais profundamente debatido e planejado, sendo que os parâmetros para tal foram estabelecidos no processo de efetivação do mandato pós-CAVR. (ROBINSON, 2014)

Geoffrey Robinson, integrante da Anistia Internacional, que em 1999 trabalhou em Díli como funcionário da ONU no registro das violações dos direitos humanos e posteriormente apoiou o trabalho da CAVR na organização do arquivo, ao analisar as dificuldades e os impedimentos colocados por Xanana Gusmão e José Ramos-Horta no projeto de digitalização do arquivo, sugeriu que seu bloqueio relaciona-se diretamente com o interesse das lideranças timorenses. Viria de cima a ordem para manter inacessíveis informações que poderiam não refletir bem a imagem destas autoridades, colocando em cheque o prestígio das organizações políticas às quais estes personagens estão associados. (ROBINSON, 2014, p. 338) Haveria então uma relação direta entre o controle restrito dos documentos arquivados como segredo de Estado e a gestão da narrativa histórica das figuras públicas timorenses no Memorial de Balide.

Numa entrevista com Alípio Seixas, timorense que desde 2007 é funcionário da instituição, ele me ofereceu uma justificativa alternativa para a situação sigilosa do arquivo. Afirmou que “*não pode abrir o arquivo porque ali tem pessoas falando de violências, contando tudo, falando quem fez, como fez, o nome das pessoas que participaram. Acusações graves. [...] Se alguém ler e não concordar, pode querer tirar satisfação e fazer vingança. Os crimes estão em aberto, então o arquivo fica fechado*”. Ao ser perguntado sobre a reparação das violações registradas no arquivo, explicou:

*Quando falamos em reparação de vítimas, temos de considerar todas as vítimas: pessoas civis, que passaram por tortura, e outras também que tiveram sofrimento. Mas as leis de reparação das vítimas não passam no parlamento por causa da tendência política. Quando falamos de direitos humanos não podemos ver apenas pessoa ‘a’ ou ‘b’. Se é vítima de comunidade que agora está refugiada na Indonésia, eles também têm direito de reparação. Mas deputados não aceitam porque não são heróis. Na verdade, são contrários [...], falam que são traidores, lutaram junto com os pró-autonomia da Indonésia. Mas para os direitos humanos todos são iguais. Isso o contexto político não aceita. Nós dos direitos humanos vemos todas vítimas iguais e pedimos reparação para todos. O parlamento não, só quer para alguns. [...] O parlamento aprovou na generalidade as recomendações da CAVR, mas não uma lei específica para a reparação das vítimas. Falam que primeiro tem de ver a situação dos veteranos e depois das vítimas [...] Em Timor nunca houve nenhuma forma de reparação do Estado para as vítimas. Não*



Berlim teve início no imediato momento de sua queda. Algo semelhante ocorreu em Díli após a desocupação. Tanto a antiga Comarca de Balide quanto o antigo Tribunal Colonial sofreram uma espécie de patrimonialização *just in time*. Com isso, as ruínas dos edifícios queimados em 1999 passaram a integrar uma “retórica da perda” e foram reinventadas como artefatos de um passado a ser restaurado, preservado, exibido e lembrado como “valor histórico”.

De todo modo, o lugar e a função dos edifícios não eram originalmente os mesmos. Num caso, tratava-se de um tribunal localizado centralmente na cidade; noutro, o prédio constituía uma prisão, instância do poder judiciário muito menos prestigiada e edificante. Além disso, na criação destas instituições destacam-se agentes nacionais e internacionais. O AMRT foi incentivado pelos ex-guerrilheiros e as lideranças do país, principalmente Xanana Gusmão, enquanto a ideia de criação de um Memorial em Balide foi suscitada inicialmente pelos próprios prisioneiros políticos e posteriormente incorporada como um lugar estratégico das práticas da CAVR. Hoje a primeira instituição responde diretamente ao gabinete do primeiro-ministro. Já a segunda responde ao gabinete da presidência. Assim, as duas instituições da memória não estão vinculadas à Secretaria do Estado da Arte e da Cultura, instância timorense especificamente voltada à regulação das práticas de patrimonialização, mas encontram-se submetidas respectivamente ao chefe de governo e ao chefe de Estado timorense. O que já aponta para um sentido propriamente político atrelado a estas instituições.

Estes dois lugares da memória também adotam diferentes estratégias na legitimação e consagração do valor histórico de seus acervos e dos sujeitos que buscam representar. Enquanto o AMRT buscou recolher e coletar documentos que evidenciam a experiência da resistência timorense, o trabalho de recolha de informações da CAVR propôs identificar evidências da violação dos direitos humanos em Timor-Leste. Distintos critérios de coleta implicam na produção de diferentes registros, o que permite interpretações específicas sobre a documentação histórica. Não por acaso, os personagens destacados em cada uma das instituições são radicalmente distintos. A valorização da história da resistência e de suas fontes como “documentos da identidade nacional” implicou, por sua vez, na consagração dos próprios veteranos. Por outro lado, a valorização da memória do sofrimento e da violação dos direitos humanos colocou os próprios objetos das violações como sujeitos privilegiados no Memorial de Balide.

Os diferentes processos envolvidos na coleta e na constituição dos acervos evidenciam o caráter contingencial e modelável da produção destes arquivos. Coletores e doadores de materiais, agentes cooperantes e técnicos envolvidos na produção dos acervos, bem como os próprios rituais de “entrega” e “audiência”, são importantes instâncias de mediação que participam ativamente como cocria-

doras dos documentos que provam “fatos” históricos apresentados pelas duas instituições. Estas práticas integram a vasta rede de agenciamentos por onde o material escoia e por meio da qual ele chega às instituições.

Ambos arquivos são de natureza pública, cuja tutela pertence ao Estado, mas as políticas de custódia da documentação e seu acesso se mostraram distintas. Ainda que boa parte dos documentos do AMRT tenha sido deslocada para Portugal, situado a mais de 14 mil km de distância de Timor, seu acervo permanece parcialmente acessível pela internet. Por sua vez, o arquivo de Balide continua na capital, mas suas portas permanecem fechadas. Com isso, não só o modo de coleta e o conteúdo dos dois arquivos discutidos é distinto, mas suas formas de acesso também o são. A acessibilidade virtual e pública dos registros sobre a resistência tensiona com a acessibilidade restrita e opaca dos registros sobre as violações dos direitos humanos. Desigualdade de acesso que se desdobra e se sobre põe a outras clivagens, como os diferenciais de prestígio e recurso atribuídos às duas instituições e aos sujeitos por elas representados. Vemos então como distintos acervos documentais fornecem bases para diferentes modos de enquadramento do processo histórico e, por sua vez, estão implicados em formas hierárquicas de acesso a este conhecimento e à valorização dos sujeitos e das vidas ali representadas.

**Quadro 3.** Instituições em contraponto

Memorial de Balide	Arquivo & Museu da Resistência Timorense
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Localização periférica;</li> <li>2. Originalmente instituição penal;</li> <li>3. Apoio financeiro inicial da cooperação japonesa;</li> <li>4. Subordinado ao gabinete da presidência;</li> <li>5. Acervo composto por documentos relativos à violação dos direitos humanos;</li> <li>6. Arquivo material <i>in loco</i> e restrito;</li> <li>7. Discurso de intenção universalista;</li> <li>8. Vítimas, muitas anônimas, são os sujeitos da história.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Localização central;</li> <li>2. Originalmente tribunal;</li> <li>3. Apoio financeiro permanente da cooperação portuguesa;</li> <li>4. Subordinado ao gabinete do primeiro-ministro;</li> <li>5. Acervo composto por documentos relativos à luta da resistência;</li> <li>6. Arquivo fora do território e digitalizado, parcialmente acessível para visualização;</li> <li>7. Discurso nacionalista da resistência;</li> <li>8. Heróis da resistência são os sujeitos da história.</li> </ol>

Fonte: elaborado pelo autor

Outro aspecto importante a ser destacado é que ambas instituições também são centros difusores de suas próprias histórias e possuem diferentes estratégias de disseminação. Como já discutido, a resistência é um valor defendido e homenageado pela própria Constituição da RDTL. Neste sentido, o AMRT apoia a

publicação de diversas obras relativas à resistência. Além disso, seu auditório é um espaço privilegiado para eventos acadêmicos, lançamentos de livros, apresentações artísticas e debates ligados à história, cultura, literatura e língua. Tais práticas estão associadas às estratégias de difusão das narrativas da resistência no território nacional. Em 2005, documentos do arquivo da resistência foram digitalizados em CD e imagens de documentos da resistência foram projetadas em escolas, igrejas, nos *sukus* e aldeias do interior montanhoso do país. (AMRT, 2005) As campanhas de divulgação nos distritos continuam a ser um dos objetivos do AMRT. Nas palavras de Moisés Jesus,<sup>16</sup> funcionário do museu,

*Até a presente data, muitos timorenses não conhecem e não sabem sobre o arquivo e o museu. [...] Estamos a planear para o ano a implementação de um projeto chamado 'arquivo e museu no distrito', vamos filmar a visita guiada, colocamos num CD e levamos para o distrito. Queremos que a história da resistência suba a montanha. Os que não conseguem ir para Díli pelo menos conseguem ver o museu pelo filme. Levamos para o distrito. Muitas pessoas lá nem sabem que há um museu focando a resistência.*

O trabalho de “levar o museu para a montanha” também pode ser interpretado como uma espécie de retorno codificado da história. Como boa parte dos documentos do Arquivo da Resistência foram recolhidos justamente no interior, a aparição da narrativa do AMRT nas diversas localidades de Timor-Leste configura um modo de regresso de conhecimentos anteriormente dispersos, e que agora podem ser expostos a partir do enquadramento feito pela própria instituição, associando experiências locais e individuais com narrativas da resistência e da identidade nacional.

O Memorial de Balide também possui estratégias próprias de divulgação de suas narrativas. Um dos principais objetivos dos mandatos do Secretariado Técnico Pós-CAVR é justamente organizar a difusão dos diversos materiais e publicações produzidos como desdobramentos do relatório final. Com isso, vários livros, cadernos temáticos, versões em histórias em quadrinho, cadernos para crianças colorirem, álbuns de fotografias, vídeos e áudios em quatro línguas, além de 3 traduções completas do relatório, já foram publicadas com a intenção de difundir a mensagem do *Chega!*. E a divulgação desta mensagem adquire para alguns de seus agentes um claro sentido de missão na medida em que se trata de um trabalho associado à propagação de valores como “verdade”, “justiça” e “paz”.

---

16 Entrevista realizada em 17 de julho de 2015.





*fez aqui. [...] Há muitos desentendimentos circulando. De modo genérico, não sabem o que aconteceu aqui. Claro que o governo indonésio não é um grande entusiasta do fortalecimento desta questão.*

É interessante considerar como nos dois casos as histórias da resistência e das violações dos direitos humanos parecem “retornar” para os territórios de seus agentes. De um lado, cidadãos indonésios começam a ter acesso a informações sobre a violenta atuação de seu Estado num passado recente. De outro lado, cidadãos timorenses se informam a respeito da ação de seus próprios conterrâneos num passado também recente. Com isso, as histórias ancoradas nas duas instituições da memória são difundidas tanto para fora quanto para dentro do país.

Fato é que “combatentes” e “vítimas” constituem os principais sujeitos destas narrativas. Sujeitos que são objeto de mecanismos radicalmente assimétricos de “timorização do passado”. Sabe-se que patrimônios podem servir à unificação de passados nacionais e constituem importantes objetos de lutas simbólicas entre distintos segmentos e grupos sociais. (ABREU; CHAGAS, 2003) Em Timor-Leste o Estado privilegia claramente a versão da história difundida pelo AMRT. “Patrimonializar” é uma palavra que também significa “tornar proprietário”. (MOTTA, 2014) Ao apropriar-se da resistência como um valor associado à própria identidade nacional, o Estado legitima-se como representante da própria nação. Não por acaso, os principais líderes políticos do país estão, ou querem estar, associados à história da resistência.

No caso do Memorial de Balide, também financiado pelo Estado, mas com custos muito mais reduzidos, os principais proprietários simbólicos do espaço são aqueles considerados vítimas, figuras mais distantes da elite política. As condições materiais do próprio lugar dão certa impressão de desleixo e desatenção, principalmente se comparadas com o zelo e o brilhantismo que irradia do AMRT. Os funcionários do Memorial de Balide também me contaram que os antigos prisioneiros da comarca visitam cada vez menos o espaço. Durante a pesquisa, o tom de resignação frente ao abandono e esquecimento daquele estabelecimento, presente no relato de alguns de seus funcionários, contrapunha-se ao tom de empolgação que identifiquei nas falas de alguns funcionários do AMRT. A impressão de definhamento de um contrastava com a imagem de expansão do outro. Mas, segundo conversas, a situação mais precária de Balide era decorrente de um processo de gradativa desatenção: dificuldades na validação de projetos e captação de recursos, a redução da presença de doadores das cooperações internacionais, a diminuição da visibilidade pública e, por fim, o desinteresse dos próprios ex-prisioneiros da comarca (ASSEPOL) que ajuda-

ram a construir e levantar o lugar. Sobre isso, Sr. Guilherme Gonçalves Aieru<sup>18</sup> que participou da criação da CAVR e desde 2014 é diretor do Secretariado Técnico Pós-CAVR, contou:

*Até 2006 haviam muitos doadores. Em 2007, começamos a submeter ao orçamento geral do Estado. Recebemos menos dinheiro. América e Japão continuam a ajudar na impressão de livros e outras coisas. [...] Podemos pedir ajuda a embaixadores, mas como agora estamos com o orçamento geral do Estado, então temos de pedir para o Estado. [...] Problema é que no parlamento a preocupação é com os veteranos. Aqui estamos mais com vítimas [...] Também estamos preocupados porque somos contratados. Temos de submeter um novo mandato. De um momento a outro, o governo pode dizer para... [silêncio] Somos funcionários contratados. Não é bem como os funcionários públicos do governo. Nosso salário não é salário, vem como 'bem de serviço'. Isso é preocupante, porque, se parar tudo, 34 pessoas ficam sem emprego aqui. E o arquivo, como é que vai ficar? [...] O Museu da Resistência eu conheci. Há dias fui lá ver, fui convidado, muito bonito. Gostei. Por isso penso que temos de fazer trocas. A experiência que eles têm pode nos ajudar.*

Pat Walsh, ativista já citado, também acredita nesta possibilidade de troca entre as duas instituições, mas é mais reticente pelo fato de que, segundo ele, “os veteranos estão no coração do Estado timorense, as vítimas não”. Em conversa, argumentou que a situação instável da comarca como um centro de memória está diretamente ligada à recusa do governo timorense em lidar com as recomendações da CAVR.

*O governo tem de tomar uma decisão sobre as atividades deste lugar. Basicamente o mandato Pós-CAVR era para ser um acontecimento de curto termo. A CAVR terminou em 2005, entregou o relatório final e o arquivo deveria ficar aqui apenas temporariamente. Xanana e Horta disseram que ficaria aqui até o parlamento decidir. [...] Mas logo em 2006 teve a crise e o parlamento fechou, todos fugiram, foram para a montanha. Em 2007 novas eleições. Os deputados tinham recebido o relatório, mas na confusão ninguém leu, mesmo depois das eleições. O relatório e as recomendações nunca foram discutidas. [...] Estamos indo, talvez, para o quarto mandato do Pós-CAVR e tudo aqui é provisório. Não há nenhuma lei que garanta a memorialização das vítimas, só dos combatentes. Falar das vítimas é abrir uma caixa de Pandora. [...] Fizemos um projeto de lei para memória que inclui programa de reparação para vítimas, não foi aceito. Não foi e não será. [...] Então é difícil fazer um projeto mais cuidadoso, melhorar*

---

18 Entrevista realizada em 2015.

*a exibição, investir no local, com placas. As pessoas vêm e nem sabem que é um centro de memória. Têm medo de entrar e atrapalhar o trabalho dos funcionários [...] Um grande problema é garantir que os documentos fiquem aqui, não sejam destruídos. [...] Isso acontece. Já aconteceu em muitos outros lugares, documentos de direitos humanos, no Afeganistão e Iraque, foram destruídos. Timor é diferente, mas o risco é grande [...].*

Mesmo não obtendo destaque comparável aos “heróis da resistência”, importa destacar que no Memorial de Balide o lugar das vítimas é dramatizado como se elas também tivessem sofrido pela libertação nacional, como se também tivessem feito parte desta luta. Aqui, a teatralização do passado coloca o problema no presente, lembrando que questões sensíveis ainda estão abertas, sendo sentidas e vividas. Em Balide, lembrar das vítimas implica também em lembrar de formas de reparação que foram esquecidas. Combatentes e vítimas são assinalados como figuras-chaves nas respectivas instituições, contudo é importante ressaltar que não necessariamente elas constituem termos antagônicos. Veteranos e seus próximos podem ser apresentados como vítimas e assim obter benefícios públicos como forma de reparação. Também durante a ocupação, muitos timorenses vitimados pelo Estado indonésio acabaram por incorporar alguma das frentes da resistência devido ao ressentimento e ao sofrimento que lhes foi infligido. Por outro lado, e como veremos no próximo capítulo, em alguns casos, combatentes da resistência violaram seus contrerâneos, produzindo vítimas timorenses que nem sempre são consideradas enquanto tais.

Vê-se que as relações entre estes sujeitos não é tão simples. Importa, contudo, que no jogo entre as instituições, é possível identificar a hegemonia narrativa da resistência e a preponderância dos veteranos. Estes, performados como espécie de cânone da memória nacional contemporânea. Com isso, o contraponto entre estas duas instituições evidenciou não apenas uma relação desigual, mas sobretudo um combate entre diferentes projetos sobre a história e sobre o que é o passado nacional. Um passado, ele mesmo, marcado pelo conflito.

## EXIBIÇÕES E POLÍTICAS DA RECEPÇÃO: deslocamentos e efeitos expositivos da história

*Antes de tudo, a experiência do museu é a de deslocar-se  
e andar dentro de um espaço singular.*  
(L'ESTOILE, 2011, p. 3)

### Etnografia das exposições

Neste capítulo proponho uma etnografia das exposições permanentes do Memorial de Balide e do Arquivo & Museu da Resistência Timorense. O projeto exográfico é a principal instância de mediação dos museus. Mais que seus objetos, publicações e catálogos, são principalmente as exposições que legitimam a existência mais tangível do estabelecimento museal. Ali sua identidade institucional é exibida e afirmada publicamente, e com ela o visitante dialoga, reage e produz novos significados.

Já foi dito que o paradigma “oculocêntrico” é preponderante na experiência museal. (ABREU; CHAGAS, 2003) É verdade que as exposições de museus dialogam primariamente com a experiência visual, mas não só, já que outros aparelhos sensoriais também são mobilizados nesta experiência. Por isso a complexidade espacial e material das exposições é algo que importa. Ambientes são mais que suportes da experiência. Na medida em que há um contínuo diálogo entre os meios e os corpos envolvidos, os ambientes também definem as formas da experiência. Se os espaços museais são construções específicas, os sujeitos que os observam

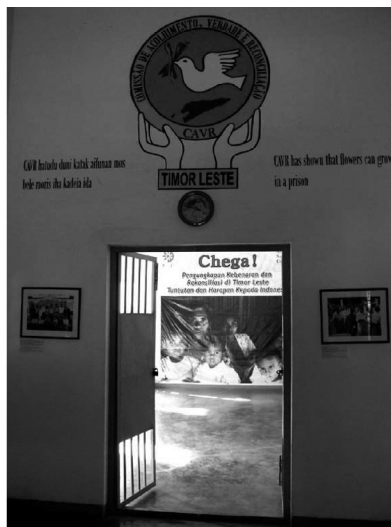
também o são. Uma conhecida sentença, atribuída à Franz Boas (1986), diz que “o olho que vê é o órgão da tradição”, destacando com isso que as formas de observação são inexoravelmente moldadas pela cultura. Também algo semelhante argumentou Marcel Mauss (2003) em relação ao corpo como um artefato forjado pela coletividade. Estas ideias sugerem que os museus não são apenas “bons para pensar”, (APPADURAI; BRECKENRIDGE, 2007) mas também “bons para experimentar”, pois envolvem o visitante num engajamento intelectual, afetivo e corporal. Por isso importa um registro e uma análise de tal experiência.

Assim, as descrições e análises das exposições que proponho também são culturalmente específicas. No entanto, elas são resultantes de uma certa sobreposição de vários olhares e visitas, solitárias e acompanhadas, ocorridas entre os anos de 2012 e 2015. Camadas de interpretações que foram articuladas na escrita, de modo que não esgotam outras leituras possíveis nem excluem visões alternativas. Para valorizar a experiência de deslocamento nas exposições, a linguagem textual empregada será mais íntima e direta. Num momento seguinte analisarei as duas exposições em contraponto, para então concluir discutindo aspectos ligados à recepção e ao público destas instituições, abrindo espaço, assim, para outros pontos de vistas e outras experiências.

### *Chega! Exhibition*

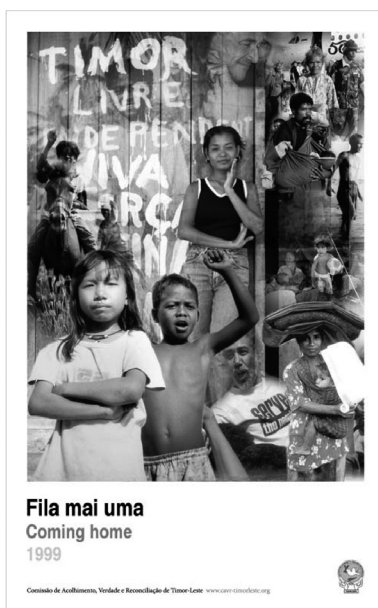
Após passar pelo portão gradeado, atravessar o pátio do estacionamento, aproximando-se da entrada do edifício, ao lado de sua porta, vê-se o desgastado emblema da polícia indonésia. Feito de concreto, o monumento evidencia escombros materiais de um poder que ali teve lugar. Seu significado, hoje outro, contrasta com o de ícones mais novos que despontam no espaço liminar de ingresso ao Memorial de Balide. Na parede externa do imóvel, duas placas: uma em inglês, lembrando que a reabilitação do prédio fora financiada pelo governo do Japão, e outra em tétum, assinada por Xanana Gusmão, atestando a inauguração do lugar para o trabalho da comissão. Logo na primeira antessala, do outro lado da porta, veem-se símbolos da CAVR e, ao fundo, uma grande imagem de uma família timorense. É a mesma figura que estampa a capa do relatório final *Chega!*. A família é a primeira imagem humana forte que surge na passagem para o interior do espaço. Personifica os fundamentos do parentesco e parece surgir evocando os sentidos primordiais enaltecidos pela própria instituição: alegoria da união, da acolhida e da reprodução da vida. Também na entrada do edifício, do lado de dentro, um cartaz anuncia o nome da exposição permanente: *Chega! Exhibition*. O mesmo título do relatório final da CAVR. A semelhança dos discursos já está explicitada.

Figuras 28 e 29. Pórticos de ingresso: emblema indonésio e antessala do memorial



Fonte: produzidas pelo autor.

Figuras 30 e 31. Início e fim de cronologia exibida em Balide



Nota: painel n. 1: *Colonialismo Português em Timor-Leste – 1500s-1974* e painel n. 20: *Voltando para casa – 1999*

Fonte: acervo da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação.

Dentro do edifício, quase nunca são encontrados funcionários prontos a receber o público. Mais difícil ainda é encontrar algum visitante. O ambiente é enigmático para um forasteiro. Como o percurso a ser seguido não é sinalizado, o visitante de primeira viagem é obrigado a uma certa errância, vasculhando imagens, buscando sinais e decifrando o ambiente labiríntico. Logo após passar pela segunda sala, há uma espécie de pequeno jardim interno à esquerda. Próximo a ele há uma longa cronologia – apenas a primeira de outras tantas – que se inicia com um painel retratando um vago colonialismo português, de 1500 a 1974, e conclui com o retorno dos timorenses, em 1999. Aí está colocado o núcleo do período retratado pelo memorial.

Seguindo em frente chega-se ao pátio central. A arquitetura interna é curiosa. Um espaço aberto e sem teto. É o coração da construção, rodeado por salas. No entorno, muitas portas de metal. São pesadas e gradeadas, e assinalam os limites das antigas celas. Toda a construção do edifício é voltada para dentro. Seu interior seria o horizonte máximo de expectativa dos presos. Como se o pátio fosse o centro da vida pública do dispositivo carcerário. Um panóptico em formato retangular. Dali vê-se quase toda dinâmica do lugar. Agora, esta visão é marcada pelo movimento nas salas e a circulação tranquila dos funcionários.

Alguns cômodos do Memorial foram batizados com nomes de lugares de massacre e eventos de morte no país: “sala de Santa Cruz” e “círculo Suai”. Mas como não há placas informativas, apenas os funcionários sabem disso. Do pátio vê-se também uma lojinha onde é possível ao visitante adquirir materiais relativos à CAVR: livros, cartilhas, vídeos e pôsteres. Publicações nas quatro línguas: inglês, indonésio, tétum-praça e português. Ao estrangeiro este material é vendido; aos nacionais, é doado como parte da política institucional de divulgação. Uma pequena biblioteca oferta um grande número de trabalhos relativos a Timor, a maioria dos títulos é em inglês com algumas obras também em *bahasa indonesia*.

Por todo o prédio é possível ver antigos grafites. Estes, quase sempre protegidos por uma tela transparente acompanhada por fichas descritivas ao lado. Tal tratamento museológico explicita a intenção da instituição em reconhecer nestas inscrições na parede um valor patrimonial. Seriam testemunhos materiais do que ali aconteceu, de quem por lá passou, de quem lá viveu e morreu. Os grafites são compostos por textos, imagens e traços que foram riscados tanto por agentes da administração prisional quanto por prisioneiros. Outros foram feitos logo após a desocupação. Pelo que consegui identificar, a maior parte dos textos está em língua indonésia, o que sugere que o ato de marcar a parede da prisão também podia operar como forma de comunicação entre carcereiros e encarcerados. Uma funcionária contou que alguns grafites em *bahasa indonesia* são uma espécie de



“ofensas, piadas de mau gosto” entre timorenses e indonésios. O que mostra como a ironia foi uma boa arma mesmo em condições extremas de coerção. Encontrei alguns grafites em português. Um marcava o fim de uma vida: “5/5/78 aqui jaz Zeca”. Outro explicitava sua passagem ali num português tetumofonizado: “ccc passou nesta sela”. Em inglês é possível identificar uma coisa ou outra, mas estes textos parecem se inscrever num contexto posterior ao encarceramento indonésio. Há também muitos nomes, números, riscos traçando contagens. Seriam nomes de carcereiros, de pessoas que lá foram aprisionadas, que de lá conseguiram sair ou que lá pereceram? E os números e os traços, o que contam? Talvez o tempo, dias, refeições, interrogatórios, mortes.

A dificuldade de ler os testemunhos na parede não ocorre apenas pela distância cultural, histórica e linguística entre o intérprete e quem os traçou. Ela é mais desafiante pelas condições materiais em que se encontram. Em quase todos os casos a conservação dos grafites é precária. Sua compreensão é algo custoso. Muitos desenhos na parede estão desgastados, perdendo cor e nitidez. Alguns são ilegíveis. E aqueles que possuem telas protetoras não estão em melhores condições. De plástico, as telas estão sujas e riscadas, impedindo a visualização daquilo que justamente pretendem realçar e preservar. As próprias fichas que, por vezes, os acompanham não são muito claras e muitas vezes traduzem coisas distintas do que ali está grafado. Interessante também é que muitas fichas apresentam, elas mesmas, dúvidas e indagações sobre o sentido daquilo que deveriam revelar. Não explicam, reabrem questões. Como argumentou James Clifford (2003) a respeito das “fichas museológicas”, elas não são descrições de objetos aos quais se referem, são, antes de tudo, interpretações que servem para abrir uma reflexão sobre o objeto e quem o observa.

Só depois de conhecer alguns funcionários e acompanhá-los em visitas guiadas foi que passei a entender melhor que há uma narrativa expográfica marcada, um percurso específico para ser feito no Memorial. Sem a orientação destes, talvez a deriva continuasse. *Chega! Exhibition* está organizada em quatro setores temáticos que seguem uma ordem predeterminada: começa relatando a experiência da CAVR; depois volta-se especificamente para a história da luta pela autodeterminação do país; um terceiro espaço centra-se no tema da violação dos direitos humanos; e um último constitui a visita às celas de quarentena conservadas. Com exceção deste último, todos os outros setores estão organizados em função de cartazes explicativos, com imagens e textos. Cada um deles ocorre em salas específicas, e sem a visita guiada com o monitor o visitante tem de “caçar” tais ambientes sem saber sua ordem. O trajeto dos quatro setores faz o visitante dar uma volta do pátio central do edifício concluindo no jardim interno localizado próximo à entrada.

A apresentação em painéis sobre o trabalho da CAVR é breve e responde de maneira simples e direta as seguintes questões: “como a CAVR começou?”; “o que a



Em letras grandes, no maior painel, em destaque, há uma canção chamada “Aswain Timor”, entoada pelas milícias timorenses pró-Indonésia. Lembro-me da tradição de longa duração de cantos e artes verbais timorenses mobilizada para enaltecer grandes guerreiros (*aswain*) na ilha. A letra da música é ali exposta como testemunho de um instrumento de guerra e terror. Apenas o texto é disposto. Uma tradução livre da canção poderia ser: “Nós somos guerreiros de Timor. Lutando do topo do Ramelau até a ilha de Jaco. Povo de Timor unido. Integração com Indonésia (4x). Timor será vitorioso”.<sup>2</sup> A vitória anunciada pela canção é a do nacionalismo ocupante. Ali, o povo unido é pela Indonésia. No conflito entre os dois nacionalismos em jogo no território haveria então uma luta musical pela conquista das mentes e corações. Canções eram arma. Mas como seriam entoadas? Qual sua melodia e ritmo? Onde e quando seriam evocadas?

De modo geral, a apresentação dos painéis deste setor segue o argumento da Parte 3 do relatório final da CAVR (*História do Conflito*) e descreve com frieza como a *realpolitik* da diplomacia internacional determinou em boa medida os rumos do território: Guerra Fria, contenção de informações no Conselho de Segurança da ONU, práticas de contrainteligência, venda de armas, interesses no petróleo do Mar de Timor, disputa por hegemonias regionais no Sudeste Asiático etc. Carregada de informações textuais, a exibição dos cartazes exige uma atenção mais detida por parte do visitante. Um pequeno monitor, enferrujado e sem funcionar, acoplado ao maior painel desta seção, não deixa de transmitir um sentido de descuido à exposição.

Se na sala da autodeterminação a exibição volta-se para a trama das relações internacionais, a terceira sala oferece uma visão sobre a experiência da violência e da política desdobrada no interior do território. Compartilhando o mesmo espaço que a biblioteca da instituição, aquele setor trata especificamente do tema dos direitos humanos. Mais uma vez a linguagem empregada é a dos cartazes e painéis explicativos. A sequência de painéis inicia apresentando o problema dos direitos humanos a partir dos marcos regulatórios internacionais. A organização dos tópicos segue de perto os itens trabalhados pela CAVR, identificando formas específicas de violência e padrões de violação dos direitos ocorridos no território: o rapto e o recrutamento forçado de crianças e o estupro de garotas; a restrição à livre circulação, ao plantio agrícola e à comercialização de bens; deslocamento e fome; massacres, assassinatos e desaparecimentos. Especial destaque é dado ao lugar da mulher, tema que ocupa a maior seção de painéis.

---

2 Do tétum: “*Ami aswain Timor. Funu husi Ramelau tuntun To’o ba rai Jaco. Halibur Timor oan sira. Integrasaun ho indonesia. Timor bele manan*”.

As mulheres de Timor-Leste sofreram todas as violações cometidas durante os anos de 1974-1999. Mulheres foram negadas de autodestruição, mortas, desaparecidas, deslocadas, detidas, torturadas e injustamente julgadas. Elas também sofreram violações de seus direitos econômicos e sociais através da privação de comida, abrigo, saúde e educação. Mulheres também sofreram indiretamente. A detenção, injúria ou morte de seu marido ou membros da família também vitimizaram mulheres, aumentando sua vulnerabilidade e seus já pesados fardos de cuidado.

O texto do painel afirma que a CAVR reconheceu a coragem das mulheres que evidenciaram este tipo de violência em seus depoimentos, mas acredita que muitas vítimas escolheram não testemunhar sua experiência pela natureza pessoal e dolorosa vivida. E também devido ao medo da humilhação e rejeição pública. Alguns relatos de mulheres, retirados do relatório final são ali expostos sob anonimato.

Eu tive quatro crianças de soldados indonésios. Uma morreu, deixando-me com três. Porque nós estávamos em guerra para nossa independência, eu aceitei o que aconteceu comigo de braços abertos. Talvez no futuro o Estado irá dar atenção para nós. Se não, bem, não tem problema. O que eu fiz pela luta foi dar eu mesma para os soldados indonésios a fim de salvar outros. Talvez se não houvesse guerra eu poderia ter sido uma boa mulher.

Os relatos nos painéis são fortes, duros. Em Timor-Leste a família é uma instituição central na organização das relações sociais e, em grande medida, a identidade das mulheres é mediada pela relação de casamento. As violações sexuais promovem impactos que ultrapassam o ato, desdobrando-se em outras formas de violência. Vítimas de violações sexuais foram frequentemente abandonadas por seus noivos ou pretendentes, outras, pelos maridos, e suas famílias também as rejeitaram. Houve rompimentos com membros da comunidade e até com a Igreja Católica. O risco do aborto em condições inadequadas seguido de morte também foi registrado, assim como a discriminação de crianças nascidas de estupro. Efetuadas ostensivamente ou perante o público, as violações sexuais são descritas como um instrumento de terror e rebaixamento moral utilizado pelas forças indonésias. Na esmagadora maioria dos casos de violência sexual, os algozes foram associados às forças indonésias. Contudo, relatos identificam a existência de timorenses servindo o exército indonésio, ou mesmo professores indonésios e timorenses como perpetradores de violações sexuais. Os depoimentos revelam que a violência sexual

também foi efetuada por membros da resistência armada, pelas FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Timor-Leste Independente). Mas, neste caso, a CAVR concluiu que tais práticas não foram difundidas ou sistemáticas.

Depois do estupro, o soldado da FALINTIL ameaçou-me a nunca contar para meus pais ou qualquer um; se eu contasse ele viria me matar numa noite. Até agora eu não quero me casar, porque ele me destruiu igual um animal. Eu estou muito envergonhada para me casar. Melhor eu sentar quieta e trabalhar na minha terra para meu sustento.

Os depoimentos são pedaços de histórias quebradas e incompletas. Trauma aberto, dilacerado, transformado em palavra, catado e ali exibido. Fragmentos anônimos de vocalização da dor. Estas pequenas histórias infames apontam para várias direções. Ficamos sabendo de crianças utilizadas como soldados que foram sequestradas e levadas para a Indonésia, sobre a morte de quase um quarto da população timorense logo nos primeiros quatro anos da invasão, sobre a desnutrição imposta, os campos de reassentamento e os grandes eventos de morte coletiva: bombardeios aéreos em todo território, o massacre de Turiscai, em 1980; de Kraras, em 1983; de Santa Cruz, em 1991; e de Liquiça, em 1999.

Mas a seção também mostra que os timorenses não foram apenas vítimas nesta história. A guerra civil entre FRETILIN e UDT, em 1975, é descrita como um momento-chave de violações dos direitos humanos perpetrada pelos próprios nacionais, com detenções sem julgamentos, torturas e homicídios em massa. Estes eventos teriam produzido ódio e ressentimento que se perpetuaria anos mais tarde, funcionando como móvel e justificativa para a participação de timorenses nas forças indonésias. Ou mesmo nos violentos tumultos que ocorreram imediatamente antes e depois do referendo de 1999, quando o exército indonésio equipou e coordenou, drogou e incitou milícias timorenses pró-indonésia a promover o terror generalizado no país, destruindo as infraestruturas, caçando e assassinando timorenses independentistas. A descrição matizada da catástrofe vivida no território permite problematizar a posição dos timorenses e complexificar o próprio lugar, muitas vezes reconhecido como sagrado e intocável, da resistência armada timorense.

Um quadro negro encontra-se ainda nesta terceira sala. Ele está todo escrito, rabiscado e desenhado. Os visitantes deixam mensagens. A maioria dos textos são em inglês e tétum: “aprendi muito com a comarca”, “parabéns pelo trabalho”, “mais pessoas devem conhecer esta história”, “estou muito impressionado com tudo que vocês passaram. Continuem fortes”, “Viva Timor-Leste”. Não há mais

espaço para escrever. O quadro está todo recheado de mensagens. Precisa ser apagado para poder ser reescrito.

O último e quarto setor do percurso da visita intitula-se *Dark cells*, em inglês; *Sela nakukun*, em tétum-praça; ou mesmo *Sela maubutar*, em indonésio. São poucos os painéis dispostos. O mais importante do setor é a própria interação com o espaço prisional preservado. Ali entra-se em contato direto com a substância da história local, do encarceramento, da vida confinada sob a arquitetura penal. Ao adentrar nos corredores da seção, de imediato percebe-se a drástica mudança de luminosidade. De luz, pouco entra, pouco se vê. A visibilidade perde clareza, torna-se incerta. O olhar, que até então fora o sentido fundamental para a apreciação da exposição, é agora colocado em cheque. O corpo adquire nova agência.

Lá dentro ouve-se o silêncio. O cheiro é de mofo. Ar parado. A circulação é restrita. Como o terreno é incerto, o tato é invocado. Ele tenta identificar os limites do caminhar, onde se deve pisar, para onde ir. O toque na parede encontra a dura frieza. É uma superfície não muito plana e ondulada, desgastada e machucada pelo tempo de fricção com corpos outros. A parede porta sulcos, marcas ocasionais e intencionais. Sinais indecifráveis de algo que passou. A falta de clareza e a indeterminação da visão obriga a uma copresença mais íntima com as coisas, grades e muros. Tudo isso faz o visitante sentir na pele a incerteza da vida quando circunscrita pela materialidade muda do prédio. A passagem pelo espaço da *Sela maubutar* é uma experiência desagradável. Impõe uma proximidade visceral com memórias corporais alheias. Poder do terror corporificado na matéria, o ambiente produz desconforto, ansiedade e angústia. O sujeito visitante é então arremessado contra a objetividade da Comarca de Balide. Tem de se curvar a ela para experimentá-la. É submetido a ela, marcado por ela. Torna-se, assim, testemunha de sua história.

Na entrada desta seção e em outros trechos com mais clareza há alguns painéis informativos sobre a experiência prisional em Balide e em outros lugares do país. Falam das detenções sem julgamento e das condições dos prisioneiros. Há testemunhos de prisioneiros e prisioneiras. Relatos arrepiantes que narram a tortura e a cruel subjugação. A *Sela maubutar* era o espaço de maior indeterminação da vida na comarca. Também chamada de “celas da morte” ou “quarentena”, era o lugar para onde os detentos não queriam ir.

Itens e imagens acompanham a montagem do cenário. No fundo do corredor, presa à parede, uma enorme fotografia de um corpo feminino, inerte, com a parte superior desnuda, estirado no chão. O tamanho é real. O efeito é de realismo. A figura humana ali exposta fornece carne e osso à linguagem da morte e violência que até então era expressa fundamentalmente pelo ambiente construtivo.

Numa das celas há um suporte para muitas velas. Todas gastas. É um lugar de reza e luto. Espaço para se velar as perdas e os mortos. Dentro de outra cela próxima há um cartaz listando nomes de pessoas que na comarca pereceram. Ao lado deste cartaz, um outro, de papel, menor e mais improvisado, dá continuidade à lista dos falecidos. Ali, os vivos reescrevem a memória de seus mortos. A lista de nomes impressa no cartaz contrasta com a lista de papel escrita à mão. Uma dá continuidade à outra. Ambas compõem. Nomes de ausentes que ainda hoje estão lá para serem feitos presentes.

Tomo consciência da economia escriturística extremamente fragmentada que compõe todo o ambiente do Memorial de Balide. É uma enorme montagem de retalhos da experiência. A contínua listagem das dores e dos mortos pode ser associada aos desenhos, palavras e grafites distribuídos pelo edifício, nas paredes das celas e no quadro negro disposto completamente preenchido. O ambiente é um grande palimpsesto, artefato parcialmente aberto onde as novas inscrições devem dialogar com as anteriores. Suporte textual onde os que por ali passaram e passam, leem, escrevem e dialogam com antepassados e com o que já passou. Neste sentido, o Memorial de Balide não apenas se impõe ao visitante, ele também é um objeto que se curva perante os sujeitos que difusamente o reescrevem. O percurso da visita acaba, mas o passante minimamente atento percebe que a *Chega! Exhibition*, de longe, não é o único discurso museal proposto. Mais que os painéis, cronologias e relatos, o edifício em si mesmo é o principal artefato para decifração e apreciação museológica.

## Exposição *Resistir é Vencer*

*A Passagem ensaia esta lógica temporal: progresso pelas portas ascendentes, da pré-história primitiva, privada de linguagem e deluz, através dos estágios épicos do colonialismo, pós-colonialismo e hibridez iluminada. (MCCLINTOCK, 2010, p. 28)*

Da calçada chega-se diretamente à escadaria frontal do Museu da Resistência. Sua placa preta destaca-se em meio à brancura do edifício. A porta de entrada é de madeira envernizada com uma fresta de vidro que permite ver o saguão interior. Portal que propõe elegância e transparência. Seguranças uniformizados podem abri-lo. Lá dentro a ambientação muda radicalmente. O ar-condicionado refresca o calor do corpo. A temperatura é outra, o som também. O silêncio ganha voz sobre o burburinho que vem de fora. O cuidado com a limpeza chama atenção. O branco adquire maior dimensão, impondo-se. Atendentes do balcão da recepção em frente à porta podem oferecer uma visita guiada. Isso quase sempre ocorre

quando o grupo de visitantes é maior. Ali o público tem que registrar o nome e pagar a entrada: 1 dólar para adultos, 0,50 dólares para pessoas com mais de 60 anos e 0,25 dólares para estudantes. São descontos que revelam uma política institucional de divulgação da história.

O balcão do saguão da entrada dispõe livros à venda. Quase todos sobre a resistência, quase todos em português. De frente para o balcão, à direita, vê-se uma estante com artigos e *souvenirs* também à venda: camisetas do museu, cartões postais, pequenos crocodilos, estatuetas de madeira, bonecas de Ataúro, miniaturas de *uma lulik* (casas sagradas), bolsas, pastas e carteiras feitas de *tais* (tecidos timorenses). À esquerda, na parede, um monitor de tela plana passa imagens que narram a reconstrução do imóvel e a criação da instituição. É a instituição falando de si mesma. Próximos ao chão, documentos timorenses originais estão dispostos em quadros. Dentre eles, a declaração unilateral da independência de 1975. Seu contorno colorido se destaca do preto e branco das outras imagens que se lhe avizinham. E na parede pode-se ler em grandes letras destacadas: “Resistir é Vencer”. É o anúncio da exposição permanente.

Com a reorganização da resistência a partir dos anos 1980, tornou-se evidente para os combatentes que era impossível vencer militarmente o maior e mais bem equipado exército indonésio. O objetivo principal da resistência no território foi então o de manter-se ativa enquanto tal e esperar o tempo agir a seu favor. Frente à abissal desigualdade militar, o ato de resistir já era em si mesmo uma vitória. Mas, naquele espaço, a palavra de ordem de Xanana Gusmão fora transformada em título de exposição museológica. Logo abaixo, um pequeno texto de Xanana escrito em 1999: “todos deveríamos compreender que a Libertação da Pátria é apenas a metade do objectivo da independência. Porque, depois da independência, a Libertação do Povo constitui a outra metade do objectivo da independência”. A palavra “independência” adquiria, então, duas faces: uma em relação ao antigo invasor e outra em relação ao próprio povo. E o discurso da instituição sugere que o conhecimento, sobretudo histórico, é um caminho possível para a “libertação do povo”.

O percurso da visita é explícito e bem definido. Orientações indicam todo o caminho. Praticamente não há espaço para derivas ou errâncias. Desde a entrada o visitante é conduzido pelo ambiente, seus textos e funcionários. A partir de então se é capturado num caminho cujo serpentear percorre uma história muito bem cadenciada. O aspecto mais evidente da narrativa expográfica do Museu da Resistência talvez seja justamente esta articulação espaço-temporal. O tempo histórico da exibição é todo organizado em função do deslocamento no espaço museal. É um “cronotopo”, para usar um conceito caro a Mikhail



Bakhtin (1981), estruturado em sentido único, linear. Andar para frente é deixar o passado para trás. O presente é onde se está. O futuro precisa ser trilhado adiante. Caminhar é avançar no tempo, seguir a flecha do progresso rumo à libertação nacional. Não há cruzamentos cronológicos, superposições, segregações temáticas, ou toda aquela fragmentação disruptiva e excessiva que se vê no Memorial de Balide. É verdade que a *Chega! Exhibition* também apresenta um trajeto bem proposto, marcado, uno. Mas as conexões entre seu começo, meio e fim são muito mais abertas. No Museu da Resistência a experiência da visita é mais controlada e a causalidade da continuidade temporal é colocada em evidência. Um tempo organizado em função de uma só cronologia, uma única sucessão de eventos. A incoerência e o contraditório são aqui conjurados. A visita transcorre num fluxo no qual o encadeamento das coisas busca a exatidão. É claro e sucessivo. Um tempo depois do outro, uma imagem depois da outra, um passo depois do outro.

Do saguão vê-se a grande imagem que principia a exibição. São guerrilheiros nas montanhas numa cena de aula. Ao lado desta, a foto da paisagem montanhosa da ilha é coberta pelas sombras da névoa. As brumas serranas, em meio à densa cobertura vegetal, sugerem segredos de um suposto tempo anterior, rudimentar e pré-histórico, no qual a natureza da ilha, desprovida de figuras humanas, esconde suas origens. As duas fotografias dialogam. Na imagem dos guerrilheiros ao lado, um personagem de pé dispõe de um papel, enquanto outros, ao redor e sentados no chão, lhe dão atenção. Tudo se passa no mato, entre as pedras do interior do território. Os heróis da libertação são assim associados à paisagem montanhosa, *locus* da ancestralidade, da natureza, do sagrado (*lulik*) e de abrigo nos momentos conturbados e de crise em Timor. São guerreiros (*aswain*) e estão nas montanhas (*foho*), dois importantes ícones da imaginação nacional timorense. Estas tradições são fundidas numa cena de aprendizado que estabelece laços primordiais entre os combatentes, o interior montanhoso e a prática da educação. Índice dos valores que o museu quer celebrar.

O primeiro corredor é menor e parece funcionar como um preâmbulo histórico. A famosa citação do Canto X d'*Os Lusíadas* é inscrita na parte superior dos painéis: “Ali também Timor, que o lenho manda sândalo, salutarífero e cheiroso”. As imagens de uma relação colonial são evocadas. A figura de um barco de junco anuncia, “há 500 anos”, a passagem dos navegantes portugueses, enviados de Malaca, em busca das ilhas Molucas, fazendo a ilha entrar no mapa do império, em 1512. As primeiras figuras do painel sinalizam um encontro colonial que dá sequência à foto do *lurai* de Alas, Dom Carlos, que, sem nenhuma identificação, serve como representação genérica de todos “os antigos reinos

de Timor”, “antes da chegada dos portugueses”. O velho monumento de Lifau, em Oecusse-Ambeno, é outra imagem que chama a atenção para o lugar em que portugueses teriam desembarcado em 1515 e lá estabelecido, a partir de 1702, a “capital da colônia”.

As gravuras deste primeiro painel seguem sendo tituladas por momentos considerados marcantes da “presença portuguesa em Timor”: “a nau Vitória” aportada na ilha após a morte de Fernão de Magalhães nas Filipinas em sua volta ao mundo; a passagem “do sândalo ao café”, que, em meados do século XIX, transformou-se no principal objeto de desejo comercial lusitano na ilha; os “asentados e levantados” distinguindo os reinos nativos submissos daqueles que contestavam a bandeira portuguesa; o especial destaque dado à grande fotografia de Dom Boaventura, líder máximo da última revolta anticolonial de Manufahi; o desembarque de tropas australianas e holandesas, e a posterior invasão nipônica na “II Guerra Mundial”; terminando com o “Estado Novo” e a figuração de Timor no regime ditatorial como um “local de degredo”.

Este último item, “Estado Novo”, é acompanhado de uma fotografia impactante, de 1936, feita no contexto de comemoração de uma década da “Revolução nacional portuguesa”, momento da derrocada do governo liberal na metrópole no início do século XX. Na fotografia, tirada de cima, a composição dos timorenses deitados no chão formam a palavra “Salazar”, ditador cujo poder de nomear se corporificava nos colonizados. Sobre esta imagem, lembro de uma ocasião curiosa. Ao acompanhar estudantes da FASPOL (Faculdade de Ciências Sociais e Políticas) na exposição, estes ficaram intrigados com a foto. Perguntaram ao monitor-guia, que também nos acompanhava, qual o significado de tal palavra representada pelos corpos. Fez-se silêncio e expectativa perante a resposta. Desconheciam-na e queriam saber do que se tratava. “*A palavra ‘Salazar’ não significa uma coisa, mas é o nome de uma pessoa*”, respondeu o funcionário. Surpreendidos e aparentemente satisfeitos com a descoberta, os estudantes anotaram a informação em seus cadernos e seguiram adiante. No momento não interferi. As discussões sobre Salazar ocorreram posteriormente em sala de aula e os alunos se recusavam terminantemente a reconhecer que a composição daqueles corpos retratados era uma homenagem ao ditador e não uma manifestação política contrária a ele. Não compreendiam, ou não queriam compreender, como timorenses poderiam ter se sujeitado a tal situação. Entre muitos, era forte a ideia de que “timorenses sempre combateram estrangeiros”. O mito da resistência mostrava ali seu poder.

Figuras 32. “Ação civilizadora e colonizadora”: Salazar e o poder de nomear



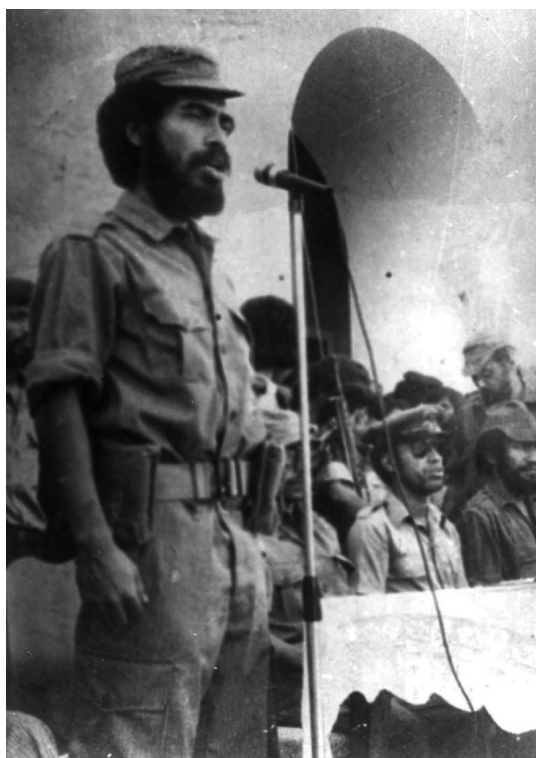
Fonte: arquivo de História Social (2020).

Em cinco passos atravessa-se este primeiro e curto corredor, passando da pré-história à história colonial e sua ruína. Breve, esta seção não é em vão. Figura como base e preparação para os eventos da história nacional timorense. Como se a experiência do império português fosse a incubadora do nascimento da nação, verdadeira função do colonialismo. A sala seguinte se abre para os conflitos políticos inaugurados na colônia com a Revolução dos Cravos. As imagens e os textos que seguem descrevem o surgimento dos partidos políticos, seus programas e o início da mobilização de massas no território. Fala-se do “conflito interno armado” entre UDT e FRETILIN, despoletado pelo golpe de Estado coordenado pelo primeiro partido e respondido pelo contragolpe do segundo. Chama atenção que ali não se fala em “guerra civil”, termo utilizado por grande parte da literatura especializada.

A proclamação unilateral da independência feita pela FRETILIN, vitoriosa no conflito, é representada por fotografias do ato. São imagens em branco e preto, de escala ampliada, nas quais se vislumbram as figuras das principais lideranças do partido em farda. O destaque especial é dado a Nicolau Lobato, cujo perfil

singular se apresenta ao microfone, em porte e prumo, à frente do Palácio do Governo. Lê-se ao lado da foto, em grandes letras, uma sentença de outro herói da resistência, Konis Santana. É um chamado patriótico. Morte, honra e sangue são invocados como matéria compósita na talha de outros símbolos timorenses: as altas montanhas e os *lorikus* a cantar a liberdade. O discurso de um herói (Konis Santana) e a grande imagem da proclamação de outro (Nicolau Lobato) compõem juntos um panteão cívico dos campeões nacionais falecidos em combate.

Figura 33. Nicolau Lobato no contexto da proclamação da independência



Fonte: Casa Comum (2015).

*Acreditamos que não voltareis costas aos sacrifícios consentidos pelos vossos irmãos tombados, não passareis por cima do sangue dos vossos companheiros tombados, que sabereis honrar a heroica morte dos vossos irmãos. Fazamos dos nossos cadáveres altas montanhas azuis onde os lorikus donos da terra continuarão a cantar o hino da liberdade.* (Konis Santana)

Na seção que trata da invasão indonésia uma pequena tela passa um vídeo que retrata repórteres australianos pouco antes de serem assassinados em Balibó.

A luminosidade e a claridade, aspecto onipresente no interior do museu, passa agora a conviver com a polifonia dos sons e ruídos das tecnologias audiovisuais da exposição. O ambiente desta terceira sala é mais amplo, com grandes fotografias que exibem os movimentos da invasão. Aviões, bombardeamentos, paraquedistas e o desembarque naval das máquinas de guerra em Díli. Até dezembro de 1975 já havia 35.000 soldados indonésios no território. Há uma foto retratando crianças e mulheres em treinamento no mato. Uma das poucas imagens na qual o gênero feminino é representado em meio a uma narrativa expositiva essencialmente masculina. Entre Timor e Indonésia, um confronto desproporcional é encenado.

Grandes painéis cronológicos, com luz interior, circundam esta sala, projetando o tempo histórico de Timor ano a ano. Este detalhamento temporal contrasta com a aproximação acelerada dos 500 anos presente no primeiro corredor da exposição. Nesta sala as forças indonésias figuram como protagonistas da história, ocupam o espaço, ganham agência e tomam a narrativa. Timorenses reagem, fogem, sobrevivem e são mortos. Um painel com imagens trágicas de crianças subnutridas, raquíticas e em ossos exibe as consequências humanas da invasão entre os anos de 1978 e 1979. Com o título de “Timor-Leste: algema de lágrimas”, o painel descreve fuzilamentos, evacuações de aldeias e internamentos em campos de concentração. Pessoas que foram deixadas sem alimentos e medicamentos. Diz o cartaz: “segundo números oficiais indonésios, em 1974 viviam em Timor-Leste 652.211 habitantes e esse número baixara, em 1978, para... 498.433”.

Num espaço estreito, esta seção é uma espécie de passagem, interregno para uma nova sala que se abre. Agora é a resistência timorense que conquista espaço e ocupa a narrativa daquele ambiente como sujeito histórico. E seus objetos ganham realce. Do lado direito desta sala vários artefatos utilizados pelos combatentes estão enquadrados na parede. A luz em moldura cria efeito e dá destaque. Ali estão câmeras, bandeira, pistolas, metralhadoras e rádios. Chama a atenção a aparente simplicidade de alguns destes equipamentos. O bocal do rádio é completado com o encaixe de uma latinha enferrujada de molho de tomate. Duas pistolas são feitas com rústicos pedaços de madeira, pregos e canos de metal. Como será seu manuseio? Imagino que o carregamento deve ser laborioso, um projétil de cada vez. São aparelhos de guerra precários, improvisados, montados com restos de coisas. Contudo, ali dispostos, constituem documentos especiais a serem observados e fruídos como artefatos patrimoniais. Mas como não há nenhuma ficha descritiva, ficamos sem saber a história destas coisas: de quem eram, onde operavam, como funcionavam, quais seus nomes. Os objetos permanecem anônimos ao visitante.

No fundo desta quarta sala um monitor passa um vídeo-reportagem feito pela RTP (Rádio e Televisão de Portugal) durante a ocupação. O locutor afirma

que o nacionalismo timorense foi forjado ao longo dos séculos na luta contra os estrangeiros. A câmera foca o uso das práticas mágico-religiosas dos timorenses na luta contra o invasor. O guerrilheiro David Alex usa cascas de árvore para ficar invisível perante o inimigo. Cenas de reza aos espíritos antepassados antecedem a morte ritual de um galo ofertado como sacrifício para a boa fortuna de um assalto. Uma emboscada a tropas indonésias servirá como comemoração do aniversário das FALINTIL. Repórteres em campo estão com medo e os guerrilheiros em armas dizem que vão protegê-los. Depois de 10 horas de espera no mato, a emboscada não corre bem. Trocas de balas e tiros. Houve uma denúncia. Timorenses encontram-se cercados e com dificuldade conseguem bater em retirada. Na fuga, perdem homens. A reportagem encena uma história de guerra na qual a ancestralidade *lulik* dos rituais animistas é performada em meio às investidas e recuos característicos das táticas de guerrilha.

Os painéis ao lado exibem a reorganização da resistência acompanhada de mais cronologias iluminadas. Estamos agora na segunda metade dos anos 1980. Nomes são alterados no tempo: CRRN (Conselho Revolucionário de Resistência Nacional) vira CNRM (Conselho Nacional de Resistência Maubere), que depois transformar-se-á em CNRT (Conselho Nacional de Resistência Timorense). Nomes importam e suas modificações sinalizam para a formação de uma convergência nacionalista capaz de incorporar as diferenças e divergências timorenses. A consagrada divisão da luta de resistência em três frentes também é apresentada: a frente armada, a frente clandestina e a frente externa. Xanana Gusmão figura como principal orquestrador deste movimento.

Um outro monitor apresenta uma tela composta por desenhos coloridos. O toque de sua superfície pode levar a caminhos diferentes. Entre “línguas”, “imagens”, “cronologia” e “histórias que a nossa memória não pode esquecer”, aperto a tela e escolho a última opção. Na paisagem enevoada das montanhas, um ancião fala aos mais novos que o rodeiam. Sentado no chão, com *tais* na cintura, *mortens* e *belak* ao pescoço, ele é um *katuas* em desenho animado. O velho está a contar histórias da resistência para os jovens: a importância de se prestar homenagem aos guerreiros, os talismãs protetores utilizados (*matan-lulik*), as montanhas como quartel-general e lugar sagrado. Garotos e garotas perguntam, o *katuas* responde. Paciência e perseverança foram necessárias para vencer. Ele pede para os jovens contarem estas histórias aos seus filhos. A transmissão geracional é reatualizada num discurso audiovisual. Ao término da história, todos sobem juntos o monte Ramelau. Os elementos da linguagem são didáticos. Os traços dos desenhos, coloridos e infantis, lembram os de histórias em quadrinhos. A mensagem é clara, uma cena ancestral de aprendizado na qual a passagem do conhecimento é feita

oralmente entre diferentes gerações. Na exposição do museu, aquela cena tradicional chega ao visitante pela moderna tecnologia interativa.

Entra-se agora noutro corredor, um quinto ambiente. Nesta passagem, uma visitante leva um susto e grita. O espanto é com um boneco em tamanho real que se encontra preso atrás das grades, incrustado na parede. Segurando as barras ele olha para fora e mira os visitantes. São os filhos da repressão dos anos 1990. A juventude estudantil timorense se levanta e é retaliada. Imagens do Massacre de Santa Cruz ganham o mundo. Xanana Gusmão é preso. Outro boneco de um jovem timorense, também de tamanho real, pula o portão de uma embaixada em Jacarta. Querem ser vistos pelo Ocidente e conseguir asilo. Transgredindo portões e fronteiras, eles agenciam ainda mais o conflito para fora do território. A possibilidade do referendo para consulta popular abre o caminho para a independência. Um pequeno monitor mostra sons e cenas brutais dos confrontos encabeçados pelas milícias pró-indonésia em 1999. Multidões nas ruas de Díli, tumultos, catanãs e mutilamentos. É o preço pela liberdade. O preço pelo fim daquela história.

O final do corredor apresenta “Timor-Leste hoje”. Fala-se ali da “importância dos números”. É mais um monitor, agora exibindo gráficos, pouco inteligíveis, que parecem querer assumir a linguagem dos IDHs, tabelas e outros indicadores que acompanham o discurso internacional do desenvolvimento. Sem sequer citar a experiência da CAVR, a exposição permanente do Museu da Resistência chega ao fim numa escura sala de cinema. Um breve vídeo-resumo dos 24 anos de luta articula elementos levantados pela exposição. Na sala de cinema há uma última maquete em tamanho real. É uma réplica do apertado esconderijo subterrâneo de Konis Santana, que sob o nariz do inimigo nunca fora descoberto. Naquela restrição, num buraco debaixo de um oratório próximo à fronteira indonésia, o líder teria vivido seus últimos seis anos de vida e comandando o movimento das forças timorenses no mato contra o gigante exército invasor. O percurso expositivo é encerrado com esta cenografia da astúcia, a sagacidade do pequeno sobre o grande, Davi vencendo Golias.

## Exposições em contraponto

Anne McClintock argumentou que o museu é um “espaço anacrônico”, pois articula, aproxima e sobrepõe, num mesmo lugar, diferentes representações dos tempos históricos. (MCCLINTOCK, 2010, p. 72) Estou interessado em compreender tais lógicas anacrônicas, ou seja, como estes ambientes estruturam o tempo histórico no espaço de suas exposições formando “cronotopos” (BAKHTIN, 1981) específicos. Os dois discursos expográficos centram-se num período circunscrito

entre os anos de 1974 e 1999, marcos temporais que represam os momentos mais turbulentos da recente história timorense. Ainda que o Museu da Resistência apresente um breve prelúdio da relação colonial, pode-se afirmar que os dois estabelecimentos voltam-se para “exposições de histórias de curta duração”. Contudo, a alegoria da presença colonial portuguesa no Museu da Resistência contrasta com a avaliação crítica presente na exibição do Memorial de Balide. Neste último são destacados três grandes legados coloniais negativos em Timor-Leste que contribuíram para os conflitos posteriores: a ausência de um autogoverno civil; a inexistência de práticas democráticas; e o uso indiscriminado de táticas de “dividir para governar”, dificultando o desenvolvimento de uma maior unidade nacional. A imagem do *liurai* de Manufahi, Dom Boaventura, é outro aspecto comum presente no princípio das cronologias de ambas exposições. O que sugere um imaginário compartilhado a respeito da origem da nação timorense.

As duas instituições apresentam uma história construída *ex post facto*, articulada em função da independência, mas seus sentidos não são os mesmos. Enquanto o Museu da Resistência expõe uma história cuja direção aponta para a vitoriosa luta pela libertação nacional – “Resistir é vencer” –, em Balide a história é orientada para o fim intolerável das violações dos direitos humanos, incluindo próprio direito de autodeterminação. Daí seu título *Chega!*. O percurso temporal de ambas exposições gravita em torno da independência, esta seria sua vocação última. Mas enquanto no Museu da Resistência a independência é exaltada como uma conquista de luta, no Memorial de Balide ela é celebrada como término da violência. Ou seja, as duas histórias apontam e são construídas em função de um mesmo evento central, a libertação, mas os significados e as justificativas que dão para tal evento definitivamente não são os mesmos. É sobretudo uma questão de ênfase. Para um, libertação como celebração gloriosa dos combates; para outro, libertação como cessação das violações. Pode-se argumentar que estes aspectos são faces da mesma moeda, o que parece adequado, mas interessa aqui que o realce dado pelas instituições não é o da dupla face. Elas tendem a tomar partido, cada uma de um dos lados. Ambos sentidos estão articulados, mas há que se reconhecer que aquele que festeja o trunfo da vitória na batalha não o faz exatamente pelo mesmo motivo daquele que comemora o fim do conflito e do derramamento de sangue.

O modo como os espaços da exposição articulam-se com o tempo também é distinto. O Museu da Resistência exibe um tempo histórico cuja continuidade foi reforçada por cronologias sucessivas que definiam o próprio circuito da exposição. Ali a tecnologia interativa e audiovisual interpela o passante colocando-o perante uma história cuja direção parece certa. Em Balide, a cadência do tempo histórico é muito mais quebrada, frágil. A continuidade ali é tênue. Isso se deve



também à própria especificidade do imóvel, cuja reforma não alterou as divisões internas, de modo que o cenário expositivo tem de se arranjar nas antigas celas e cômodos. Muito diferente do Museu da Resistência, cujo espaço interno do antigo tribunal colonial foi drasticamente alterado em função do novo uso. A visita do Memorial dialoga diretamente com a organização espacial da comarca. Relacionar-se com os sentidos da prisão faz parte da experiência da visita, uma experiência inicialmente errática e que, mesmo seguindo suas etapas definidas, mostra-se fraturada e descontínua, inclusive na exibição de cronologias múltiplas, cruzadas e sobrepostas. Seu término também não é marcado por um *grand finale*, tal como aquele que se viu no Museu da Resistência. Em Balide a visita conclui com a embaraçosa experimentação corporal das antigas celas deixadas na penumbra.

A etnografia das exposições mostrou que, enquanto no Museu da Resistência a história exibida é coerente e reforçada pelas imagens e relatos de conhecidos heróis nacionais, no Memorial de Balide a narrativa exposta é mais aberta e sustentada por fragmentos da escrita e relatos de vidas anônimas. A narrativa nuclear da resistência, forte e aguerrida, contrapõe-se, deste modo, àquela mais estilizada e incerta das violações. Por um lado, combatentes são os principais personagens do Museu da Resistência, por outro lado, vítimas e corpos em dor ganham destaque em Balide. Os personagens são distintos, em gênero e estatura. Numa situação, são sobretudo homens e adultos; noutra situação, dá-se especial destaque ao lugar das mulheres e crianças. Os *ema boot* (gente grande) podem ser contrapostos aos *ema kiik* (gente pequena), noção aproximada às “vidas infames” silenciosamente arquivadas de que nos fala Michel Foucault (2006). A narrativa da primeira exposição, mais convergente e centrada, contrasta com a segunda, articulada em função das múltiplas vocalizações da dor, que, por sua vez, descentram o próprio foco narrativo da exibição.

Não deixa de ser desconcertante, mais uma vez, pensar que as duas exposições elaboram seus sujeitos históricos, sobretudo como combatentes e vítimas. Ou seja, a experiência histórica timorense é aí figurada através da ação principal de resistir e sofrer. Há relações de continuidade entre estes termos, mas não necessariamente de identidade. Seja como for, o ato de representar timorenses essencialmente como sujeitos que lutam e são violados deixa aberto um amplo leque de interrogações históricas e etnográficas que transbordam e escapam do discurso bélico e humanitário que gravita em torno destas duas narrativas mestras. Outro ponto importante é a desigual reflexividade de uma instituição em relação a outra. A exposição *Resistir é Vencer* sequer cita a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR) em Timor-Leste, atividade que foi muito importante nos primeiros anos após a independência, constituindo um espaço público privilegiado para a vocali-

zação de amplos setores do país. Muito diferente da *Chega! Exhibition*, que destaca e cita organizações da resistência timorense, mas estas não são figuradas centralmente, inclusive são problematizadas como possíveis agentes da violência.

No caso do Museu da Resistência, heróis e vilões tomam posições mais claras e demarcadas. Ali, a oposição entre timorenses e indonésios dá continuidade a um tipo de tensão presente já no período colonial, representada tanto pelo *liurai* revoltoso, Dom Boaventura, quanto pela repressão salazarista sobre os corpos timorenses. É perceptível aqui as transformações de uma oposição mais alargada, de longa duração, entre timorenses e estrangeiros, *ema timor* e *ema malae*. Sejam estes últimos portugueses, japoneses ou indonésios. No Memorial de Balide, a oposição entre heróis e vilões não é tão nítida, sua definição é embaraçada. E se no AMRT a exposição define a singularidade da nação em função do próprio movimento da resistência, na exposição do Memorial de Balide a identidade nacional é reconhecida, mas não é demarcada. Neste segundo estabelecimento é o sofrimento que aparece como grande parteiro da nação. Mas como o próprio sofrimento é difuso e disperso, assim como a própria violência representada, as fronteiras da identidade nacional não são tão evidentes. No Museu da Resistência, o patriotismo é exaltado como valor e motor do conflito. No Memorial de Balide ele não é elevado como valor máximo e, no limite, desconfia-se do nacionalismo, visto que ele pode insurgir como uma ameaça e risco, tal como se viu na guerra civil de 1975 e nos conflitos em 1999. Em Balide, outros valores elevam-se e sobrepõem-se à ideia de nação, tais como “verdade”, “paz” e “democracia”.

Aqui fica evidente como a linguagem de um se pretende nacional e a de outro mais internacional, pois associada aos direitos humanos. A diferente hierarquia linguística das duas exposições revela, no entanto, o comprometimento dos idiomas e de cosmopolitismos mais específicos. Enquanto a exposição do Museu da Resistência destaca o privilégio do português, depois do tétum, com algum lugar para o inglês, estando o indonésio aí ausente, a hierarquia linguística em Balide configura o tétum em primeiro lugar, seguido do inglês, com escassa presença de indonésio e quase nada de português. Alguns funcionários do Museu da Resistência me relataram que estão buscando formações em língua inglesa. Por sua vez, os funcionários do Memorial de Balide falaram da necessidade de cursos de português. O primeiro, com forte presença portuguesa, quer dinamizar seu diálogo com visitantes anglófonos. Ao segundo, também resultado da presença de agências internacionais, interessa ampliar suas relações com o público lusófono.

Ao tratarem a história de Timor-Leste por meio de enquadramentos temáticos distintos, como a resistência timorense e os direitos humanos, as exposições diferem no modo como modulam a representação do tempo histórico, seus

personagens, motivações, conflitos, línguas e nacionalidades. Elas orquestram uma ampla diversidade de elementos e se utilizam de linguagens museológicas e expográficas distintas. Os recursos, os suportes materiais e as formas expressivas não são as mesmas. Neste aspecto, as grandes imagens, luzes, objetos e tecnologias interativas e audiovisuais do Museu da Resistência constituem dispositivos muito mais atrativos e acessíveis do que os painéis carregados de textos, presentes na *Chega! Exhibition* – principalmente se considerarmos o público nacional e a baixa aderência da escrita na forte tradição oral timorense. Neste sentido, Balide parece ganhar substância e ter algo a dizer justamente por meio de sua edificação, principal objeto da cultura material ali exposto. A exposição permanente do Museu da Resistência possui uma linguagem muito mais direta e explícita que Balide, não só pelas tecnologias e dispositivos eletrônicos, mas também pela clareza e objetividade da mensagem que quer passar. Ali as contradições e incongruências parecem ser conjuradas. Muito diferente da inteligibilidade truncada, do percurso fragmentado e da multivocalidade exposta em Balide.

Nesta seção considere as semelhanças e diferenças entre as exposições. Agora busco colocar estas narrativas expográficas à prova de outros praticantes, incorporando distintos pontos de vista a respeito das exposições e suas histórias. A proposta é refletir sobre algo que me parece mais importante e ao mesmo tempo mais difícil de ser captado. Trata-se justamente de problematizar alguns dos efeitos destas exposições.

## Políticas da recepção

*A maior parte de nós conhece e teme a tortura e a cultura do terror unicamente através das palavras dos outros.*  
(TAUSSIG, 1987, p. 25)

Em nenhum lugar do mundo visitantes de museus chegam como “folhas em branco”, “vazios culturais”. As pessoas adentram nas exposições levando consigo histórias de vida, repertórios próprios e conhecimentos incorporados. Por isso, a relação que os sujeitos estabelecem com estes espaços não é de passividade, mas constitui uma apropriação ativa. Neste sentido, Michel de Certeau argumentou que todo o consumidor é ele mesmo um produtor de segunda ordem, ou seja, ele recria, dobra e inventa algo novo sobre aquilo que está posto. (CERTEAU, 2003) Com isso, usufruir de uma exposição é também uma forma de interagir com ela, respondê-la, contestá-la e reescrevê-la. A experiência de visita é um modo de improvisação que articula o discurso exposto com a memória, as trajetórias e as perspectivas do visitante. E como as histórias das duas instituições são de “curta

duração”, elas tratam de muitos eventos que são contemporâneos da experiência biográfica de parte do público. A visitação promove, então, encontros entre diferentes conhecimentos históricos: o expográfico e o do visitante.

Considerando tais questões, gostaria então de colocar o problema do diálogo entre estes conhecimentos a partir da perspectiva dos funcionários, especificamente dos profissionais da recepção. Eles possuem um saber particular, na medida em que são eles que promovem a abertura da instituição, recebem o público, têm de lidar com ele e interpretá-lo, elaborando visões e estratégias específicas para lidar com a recepção. Néstor García Canclini (2006) sugeriu que museus e instituições patrimoniais também podem ser entendidas como “templos cerimoniais”, “santuários”, “espaços de culto”, aproximando-se assim das representações de sacralidade, por vezes evocadas como *lulik* em Timor-Leste. Se esta analogia religiosa é válida, então buscarei privilegiar o ponto de vista, não dos “fiéis”, mas sobretudo dos “sacerdotes rituais”, os especialistas da mediação entre a instituição e seu público.

O corpo técnico do Arquivo & Museu da Resistência Timorense está dividido em três unidades: “administrativo”, “recursos humanos” e “cultural-educativa”. É esta última unidade que lida diretamente com o público e foi com ela que mais diretamente me relacionei. Minha comunicação com eles se deu basicamente em língua portuguesa, acompanhada, por vezes, pelo tétum-praça. Com exceção do Sr. Álvaro Rosário, nascido no *tempu português*, coordenador da unidade educativa e mais velho na equipe, e de Mara Bernardes, de nacionalidade portuguesa, os outros três funcionários entrevistados são timorenses e jovens, nascidos em meados dos anos 1980, cuja infância se desenrolou no *tempu indonésia* e a adolescência no período pós-independência. Um elemento comum em todas as conversas e entrevistas com eles foi a experiência de aprendizado histórico mesclada de um certo espírito de autodescoberta envolvido em seu trabalho.

*Nunca trabalhei em museu. Trabalhando no museu descobri que gostava. Era a minha história. [...] Quando vi a foto dos aviões voando lembrei [de] quando [era] pequenino. Eu e a família a fugir das bombas no mato. Era muito pequeno e o avião a jogar as coisas do céu. Fazia muito barulho, explodia. Tínhamos de nos esconder. Tinha esquecido disso. A foto ajudou a lembrar. [...] hoje quando vou fazer a visita guiada uso minha memória, minha lembrança. Ela ajuda a explicar a história do museu. (Álvaro Rosário)*

*Nasci em Ataúro [...] o movimento independentista em Ataúro existia apenas escondido, ninguém sabia. [...] Eu mesmo nunca tinha imaginado que Timor iria tornar-se independente. Só ouvi a palavra Timor-Leste em 1999, antes disso nunca tinha ouvido sobre a independência. Era ‘Timor Timur’. Meu avô parti-*

*... cipou da resistência, eu mesmo nem sabia. [...] não conhecia a história de Timor. Depois da independência na escola só falávamos do golpe e da Revolução dos Cravos, pronto. Mas quando eu entrei no museu eu conheci tantas histórias e acontecimentos. Tenho orgulho de trabalhar aqui. (Moisés Jesus)<sup>3</sup>*

*Facilmente se esquece da história. Aqui não. Todo o dia estamos a lembrar, a conhecer gente que sofreu. Pensamos no que aconteceu. Aprendo muito. Sinto-me privilegiada de estar aqui. (Mara Bernardes)<sup>4</sup>*

Questionando-os sobre a recepção dos visitantes estrangeiros, três tipos de públicos internacionais foram caracterizados: portugueses que demonstram familiaridade com a história, indonésios cuja posição não é tão clara, e uma espécie de estrangeiro genérico e sem nacionalidade, mas que se surpreende. Surpresa que pode ser mais impactante se forem “da região”.

*Os portugueses vêm aqui e se identificam com a história. Lá eles ouviam sobre ela. Aqui eles se veem nela. Sabiam do Massacre de Santa Cruz e por causa disso sabiam muito de Timor. A história é familiar para eles. [...] Uma vez apareceu uma comitiva indonésia. Estavam fazendo uma cooperação. Era um oficial do exército indonésio, tinha um comandante. Fiquei insegura. Recebi, mas não sabia o que iria acontecer, o que podia falar ou não. Difícil a situação. Mas ele e outros viram a exposição com atenção. Leram os textos. [...] No final o comandante falou que antes tinham lutado, mas agora eram amigos. [...] Em Portugal a recepção é outra. Lá a Indonésia é ruim, até hoje não se compra mercadoria indonésia. [...] Os estrangeiros ficam impressionados com a força da história. Muita morte e sofrimento. Também ficam admirados com uma história tão recente estar em formato museológico. [...] Todas as visitas oficiais do país passam por aqui, chefes de Estado, presidentes e representações oficiais. É uma passagem obrigatória. (Mara Bernardes)*

*Os portugueses já conhecem um pouco a história. [...] Os estrangeiros em geral têm uma cultura muito diferente dos timorenses. Mas eles ficam muito impressionados. Perguntam como é que Timor-Leste ganhou esta a guerra. Ficam interessados em saber qual era a tática usada pelos guerrilheiros. Ficam sabendo que os guerrilheiros não tiveram armas suficientes para enfrentar esta guerra. Como foi possível ganhar a guerra? Querem entender como conseguimos. (Moisés de Jesus)*

*Internacionais ficam mais emocionados quando olham para as estatísticas. Entre o ano de 1974 e 1978, só no período de quatro anos, perdemos mais de vinte*

3 Entrevista realizada em 17 de julho de 2015.

4 Entrevista realizada em 2015.

porcento da população, aí vem imediatamente o choque, sem ler, só vendo os números. Mas os outros vão lendo pouco a pouco. Entendem e estão a chorar. Se lembram que fizeram mal. [...] Não é só Austrália. São países vizinhos, da região, que não ajudaram, fizeram mal. Dizem: ‘você sofreram e foram esquecidos, embora somos países vizinhos. Esquecemos de vocês’. Ficam emocionados com nossa história. Estes normalmente entram sozinhos ou em casal, alegres, e depois ficam impactados. Depois da visita vão nos procurar. Até compram uma camiseta do museu e falam o que pensam. (Álvaro Rosário)

*Alguns visitantes australianos choram porque lembraram que não conseguiram ajudar os timorenses e na altura a Austrália também ajudou a Indonésia para fazer a invasão.* (Elizabeth Calçona)<sup>5</sup>

O Sr. Álvaro contou que os internacionais ficavam mais impactados na seção que apresentava estatísticas com o número de mortos. Ao indagar sobre qual momento da exibição mais emociona os nacionais, a resposta distanciou-se dos números. E o relato que ofereceu sobre seus conterrâneos misturava-se com sua própria experiência pessoal a respeito do momento histórico ali representado.

*É diferente dos internacionais. Não são os números. Segundo a minha interpretação, as pessoas timorenses ficam mais emocionadas na sala da invasão, que tem aqueles aviões, ataque e guerra, via aérea, via marítima e via terrestre. Quando eles olham, imediatamente se lembram daquela altura. Não precisa explicar. Na época era realmente duro. Comíamos a massa... o que tinha. Quando os aviões lançavam dia e noite as bombas, até que muitos foram mortos por causa da fome, por causa da saúde. Muitos morreram no mar, jogados, iam procurar pessoas à noite nos buracos e caíam e sofriam. Foram levados pelas águas. Isso volta à memória. Ficam tristes. [...] Muitas mães deixaram os filhos nessa altura. [...] Os pais tiveram de abandonar o filhos para continuar a fugir lá para o mato, mas quando voltaram queriam apanhar logo os filhos, mas muitos já estavam desaparecidos e outros estavam mortos. Então entram em choque. As mães se lembram dos filhos abandonados naquela altura e é choque.* (Álvaro Rosário)

Ao questionar sobre as críticas que porventura a exposição recebera de visitantes timorenses, alguns entrevistados evidenciaram como a narrativa exposta pelo museu era controversa. Notável também é como as formas de contestação da história adquiriam dimensões sensíveis e subjetivas. Mais uma vez o sentimento parece aqui ser um importante critério de avaliação das narrativas históricas. Como resposta possível às acusações feitas à exposição, funcionários explicam a

5 Entrevista realizada em 22 de julho de 2015.

importância dos documentos como fonte e prova, registro a partir do qual o museu sustenta seus textos explicativos.

*Pessoas sempre veem e falam que a história não está correta. Muitas dizem que deveria estar escrito sobre esta pessoa ou aquela pessoa. Que falta isso. Tem pessoa que participou da resistência e não está ali. [...] O museu ainda está em processo de recolha, ainda está aberto a todos materiais timorenses. Queremos receber documentos para o melhoramento da história. (Moisés de Jesus)*

*A dificuldade é que muitos vêm aqui a protestar. São timorenses que reclamam porque dizem que estamos apenas falando a história de uma parte e não falamos da outra. É comum isso. Falam que a história não está certa, que só se fala de uma história e não de outra. Por exemplo, teve uma vez que eu atravesssei uma grande dificuldade com os simpatizantes do partido de APODETI [Associação Popular Democrática Timorense]. Reclamaram que o museu só tem a parte do partido da FRETILIN e não da APODETI. Falavam com emoção, mas não estavam preparados para argumentar o protesto. Estavam emocionados, com raiva. Muito nervosos. [...] Foi bem difícil. Tive de dizer que está escrito na exibição sobre a APODETI. Mas não temos mais documentos. Não posso ultrapassar, tenho de falar tudo que está escrito nos painéis. Não posso passar mais do que isso. Se tiver mais documentos, que tragam. Mas a história que temos é muito pequena. Se tiver a história, traga; traga a história que nós colocamos ali. Mas precisamos dos documentos. (Álvaro Rosário)*

*Não tem mulher na exposição. Falta isso. Mulheres vieram e falaram da réplica [do boneco] da prisão. Não gostaram. Disseram que muitas mulheres foram presas e sofreram, não só homens: 'nós mulheres também ficávamos no mesmo sítio'. Mas o museu só fala dos homens e a parte das mulheres não está lá. Também tem mulher que lutou na resistência. É pouca, mas lutou. Precisa melhorar. Precisa de mulher. (Elizabeth Calçona)*

*Teve uma altura que acompanhei uma veterana. [...] Tinha lutado e conhecia muito do passado da resistência. Ela disse que, na altura, as mulheres não tinham direito, que eram consideradas como escravas. Não eram bem tratadas pelos timorenses no mato. Foi difícil... Criticou que isso tinha de estar ali. (Mateus Campo)*

*Timorenses criticam a falta das mulheres e da UDT. A exibição foi feita com base nos materiais. Eles começaram a ser recolhidos em 2001. Na exposição de 2005, mais pequenina, havia espaço para as mulheres, agora não há. [...] A exposição de hoje bebe muito da de 2005, mas sem mulher. Elas reclamam. Também se reclama que não aparecem outras vozes da frente diplomática. Pessoas importantes. Por exemplo, Mari Alkatiri, Abílio Araújo. Falta muita coisa. Cada dia desco-*

*brimos coisa nova. [...] Esta exposição vai ficar permanente durante dez anos, até 2022. Depois temos de melhorar a história.* (Mara Bernardes)

Segundo as conversas com os funcionários da instituição, este movimento crítico de reflexividade histórica era mais evidente entre os timorenses mais velhos. No entanto, certos questionamentos também apareciam entre os mais jovens. Mas, neste caso, as questões colocadas não estavam tão ligadas às versões particulares da história ou sua aparente incompletude exibida. No caso dos jovens, eles questionavam a própria veracidade dos eventos ali retratados. Não vivendo aquela história como memória pessoal, duvidavam de informações contidas na exposição. Parecia ser incrível demais.

*Estudantes vêm e acham que é uma coisa inventada, que criamos aquela história. Isso acontecia quando olhavam o abrigo de Konis Santana. Diziam: ‘não é verdade que ele viveu aí’. Então tínhamos de ir à base de dados. Levava a turma para o computador para concretizar, para mostrar a foto do abrigo em si. Explicar que o abrigo é uma réplica baseada no original. Não é invenção do museu. [...] Muitos achavam que era uma coisa inventada. Aí passam a acreditar. Dizem: ‘então os pais lutaram mesmo’ [...] professores contaram que ensinaram a matéria na escola, mas foi quando trouxeram os alunos que eles sentiram. Quando eles voltam para a escola, na aula, os alunos começam a dar outra importância. Percebendo, reconhecendo que os pais sofreram e morreram, que era mesmo uma guerra. [...] A luta continua, mas com as armas acabou.. estamos lutando pela... ciência, pela consciência... contra a ignorância. Há muitos que são ignorantes, estão desconsiderando, não dão valor. Não tem carinho a Timor [...] muitos não querem aprender com seriedade. Eu quero encorajar os jovens a se dedicar aos estudos, têm de aproveitar agora. Na nossa época não era fácil. Atravessamos muita dificuldade. [...] A nova geração não conhece a história, nem da resistência, nem das pessoas. Perguntam sobre o Nicolau Lobato, quem era, onde foi morto. Não têm conhecimento. [...] Muitos acham que o Xanana foi o primeiro presidente do partido da FRETILIN, uma grande confusão, porque eles não sabem mesmo. Eles conhecem o Xanana e não sabem quem foi Nicolau Lobato.* (Álvaro Rosário)

Sr. Álvaro era particularmente mais reticente em relação ao interesse dos jovens timorenses em conhecer sua própria história. Mas outros funcionários também destacaram o desconhecimento destes e a importância de lhes “ensinar história”.

*Quando faço visita guiada com estudantes, no final é quando eles ficam mais impressionados. Alunos sentem o sofrimento da resistência, da luta. [...] Faço uma conclusão na sala das armas, falo que Timor-Leste é o único país que ganhou a*



*guerra com as nossas próprias forças. Por isso, nós estudantes temos de respeitar e honrar o sacrifício feito pelos nossos resistentes. Temos de agradecer, pois nesta geração só estamos aproveitando. Se não fosse por eles, como estaríamos? Nós timorenses passamos por muitas fases de guerra, mas o povo timorense continuou a resistir e enfrentar esta situação. [...] Ele conseguiu ultrapassar esta situação e conseguiu adquirir a independência pelo sacrifício e pelo sangue. Temos de aproveitar a oportunidade. Acho que os mais jovens não valorizam os veteranos porque não querem conhecer a história. (Moisés Jesus)*

Com Moisés Jesus tentei colocar a questão de forma um pouco mais precisa: “os jovens não querem conhecer a história ou não querem conhecer o museu?”

*O que entendi até a data é que eles não têm interesse em conhecer o museu. Porque não tem pessoa para explicar e trazê-los para o museu. Eles não têm facilidade para ir. Por exemplo, em Díli, nas escolas, só uma ou duas escolas que anualmente ou mensalmente visitam o museu. São quase sempre privadas, escolas católicas. As outras escolas não. Esta iniciativa vai nascer dos professores. Estudantes geralmente não fazem isso. Eles só têm aula. [...] as escolas no distrito, alguns sabem que existe um museu, mas como eles podem vir, se não têm facilidade, se não têm pessoa para organizar a visita? [...] E quando chegam aqui ficam surpreendidos: nós temos um museu contando a história da resistência. E gostam [...] Os timorenses ainda não têm interesse no museu, são muito diferentes dos estrangeiros [...]. É um hábito dos timorenses desde a infância, eles não costumam ir a um jardim, a um museu, uma praça, um lugar onde se diverte. Um estrangeiro, desde a sua infância, os pais os levam para um museu, um jardim onde divertem-se com seus filhos. Nós timorenses só conhecemos o museu agora, quando já estávamos grandes. [...].*

Moisés e outros funcionários do AMRT me explicaram que a história da resistência tinha de circular mais, ser mais divulgada. Por isso o arquivo tinha ido até Portugal, para ficar digital e acessível para todos. Também por isso é que se planejavam exposições itinerantes nos distritos, na montanha. Perguntei então se eles conheciam o Memorial de Balide, se já tinham visitado a exposição, se por acaso a história do AMRT já tinha circulado por lá.

*Sim, já fui em Balide. Ele foca na ocupação, mas fala basicamente sobre a prisão. [...] Fui na altura da formação, quando entramos aqui no museu, em 2012, eu, Mateus e outros colegas. Visitamos Balide, fazia parte da formação. Lá conheci a sala da prisão, tinha sangue escrito com nomes na parede. Dizia que podiam morrer, mas para os vivos não esquecerem os seguintes nomes.... Escreveram o nome com sangue na parede. Lutaram pela independência e sofreram. [...] O Memorial de Balide é diferente do Museu da Resistência. Quando entrei lá percebi*

*que falava especificamente sobre a prisão e sentimos que os timorenses passaram verdadeiramente.... mal, por esta situação. [...] A história é a mesma, mas é muito diferente do Museu, que guarda a memória dos 24 anos, não é apenas da prisão. Aqui falamos de muitas coisas, muitas fases. É uma história maior, não é só prisão. (Moisés Jesus)*

*CAVR é diferente. Ali eles têm livros próprios sobre a história de Timor detalhadamente. Livros muito bons. [...] Não li. Mas se lermos aprendemos sobre a história [...] Eles também têm a comarca, onde os militares indonésios torturaram as pessoas dentro e as mulheres sofreram violência sexual. Quando entrei lá fiquei arrepiado. Tive medo. Acho que ainda tem o espírito das pessoas lá dentro, antepassados... Tudo escuro... Quando entramos dentro da comarca, sentimos. As pessoas sofreram lá dentro. Foram torturadas. Fiquei com muito medo. Meus colegas também. (Mateus Campos)*

Com exceção do Sr. Álvaro Rosário, todos os funcionários da unidade educativa do AMRT contaram que tinham visitado o Memorial de Balide. Inclusive a visita fazia do processo de formação destes funcionários. No entanto, a recíproca não é verdadeira. Na antiga comarca, com exceção de seu diretor, Sr. Guilherme Gonçalves Caiery, todos os funcionários com os quais tinha conversado afirmaram nunca terem entrado no Museu da Resistência. Sabiam de sua existência, ouviram falar, mas nunca lá estiveram. Ali, não houve um processo de formação preparatória tal como ocorreu no AMRT.

O público atendido pelo Memorial de Balide é muito mais reduzido que o do Museu da Resistência. E sua localização periférica contribui para tal. O que era para mim uma impressão, tornou-se evidente quando, em julho de 2015, comparei os controles de frequência de ambas instituições. Enquanto na lista de presença do Memorial de Balide constava o número de 730 visitas ocorridas entre janeiro e julho, a tabela do AMRT apresentava uma média de um pouco mais de 700 visitas por mês. Pode-se questionar a precisão destes controles, mas eles apontam para uma importante desigualdade de frequência.

Os trechos transcritos a seguir são de quatro técnicos vinculados ao setor de “divulgação e socialização”, divisão voltada especificamente ao público do Memorial de Balide. Todos nasceram nos anos 1980, sendo criados no *tempu indonézia* e educados no ensino secundário e superior no período de transição, entre os anos de 1999 e 2002. Nossa conversa transcorreu em língua tétum, com auxílio do inglês. Os funcionários de Balide afirmam ser mais comum estrangeiros visitarem a exibição, sendo que a presença de nacionais é menor. Ao perguntar para Eugênia

Lopes,<sup>6</sup> principal guia da exposição, sobre a nacionalidade dos estrangeiros que visitam o espaço, contou que “*portugueses não visitam a comarca*”. Posteriormente, o diretor da instituição precisou melhor: “*portugueses vêm, mas são poucos*”. Entre os visitantes estrangeiros, os funcionários afirmaram que os australianos são os que mais lá aparecem.

*Os estrangeiros não conhecem a história. Ficam felizes e se surpreendem. Principalmente no começo, na parte que conta do processo da CAVR. Eles gostam, acham bonito. Mas, depois, nas outras salas eles se sentem tristes quando começam a ler. Principalmente na segunda sala. Americanos, japoneses, [todos] se sentem tristes porque a comunidade internacional falhou em apoiar Timor. Alguns choram. Entram em colapso. [...] É mais forte com os australianos que vêm aqui. Na altura que eles veem a sala da autodeterminação, ficam espantados. Não sabiam daquela história. Falam que não sabiam que a Austrália tinha apoiado a Indonésia. Depois, na sala dos direitos humanos, veem que as mulheres sofreram violação sexual, que as crianças foram levadas para a Indonésia. Alguns choram. Passam mal. Acho que sentem culpa. Ficam muito tristes. (Eugênia Lopes)*

Eugênia e outros funcionários afirmaram que é na seção da luta pela autodeterminação que a expectativa do público começa a se modificar, “*visitantes começam a ficar tristes*”, sobretudo os australianos, que supostamente desconhecem a história da política externa de seu país frente à questão de Timor. Naquela sala, um dia encontrei uma visitante neozelandesa discutindo com Eugênia, que tentava explicar que não podia mudar o que estava no painel. Perguntei então se havia alguma informação incorreta ali. A visitante disse: “*Incorreta, não, incompleta. O governo da Nova Zelândia também treinou o exército indonésio, além de fornecer apoio financeiro para a compra de armamentos. Isto deveria ser dito aí*”. Perguntei por que para ela isso era importante. “*Bem, porque agora o governo da Nova Zelândia vem fazendo boa figura para ajudar Timor. Registrar este passado mostra que as coisas são mais complicadas*”. Segundo Eugênia Lopes, a história da autodeterminação de Timor ali exposta encarnava para visitantes australianos uma dolorosa forma de descoberta da história internacional de seu país. Por sua vez, para a neozelandesa que visitava a instituição, a exposição podia figurar como um instrumento para a contestação da política externa de seu próprio país.

No Memorial de Balide, quando visitantes em grupo são timorenses, é de praxe, após o percurso, haver um momento de conversa e reflexão coletiva. Este momento ocorre logo após a saída da *sela maubutar*. Sentam no *jardim reflesaun*,

6 Entrevista realizada em 9 de julho de 2012 e 18 de julho de 2015.

ambiente com grama, arejado e mais agradável, no interior da comarca. Ali conversam. Alípio Seixas é responsável pela condução do diálogo e explicou que trabalha com os conceitos de *kuda domin* (plantar amor) e *tesi violensia* (cortar violência).

*A reflexão é só com timorenses em grupo, não com estrangeiros. Para timorenses, a história é mais importante. [...] Então eu pergunto sobre sentimento. Peço para explicar sentimento. Eles estão tristes com a visita? [...] Depois, peço para falar sobre direitos humanos. O que é isso? Falam o que aprenderam. Eles sabem que a Indonésia praticou violação de direitos humanos. Mas questionam não haver julgamento. Por que indonésios estão livres? Ficam incomodados. [...] Mas a visita não pode acabar triste. Pergunto o que é criar paz em termos de ação concreta. Tem que ter ação concreta. O importante é respeitar o outro. Considerar o outro. Importante é 'plantar amor' [kuda domin] nos bairros, postos administrativos, cidade, nação. Tem que 'cortar a violência' [tesi violensia], 'pôr fim à violência' [hakotu violensia]. A pergunta importante é: o que é mais fácil, fazer conflito ou criar paz? Exemplo: se pessoas, andando ou no trânsito, se batem no caminho por não verem uma à outra, qual é a ação? Ofender ou desculpar? Bater mais ou pedir desculpa? Esta palavra cria paz, estabilidade. Em Timor, as pessoas ainda brigam. Temos de aprender a falar com o outro. [...] Pense na crise de 2006. A lição é essa: quando a pessoa não conhece história, não olha para a história para aprender com ela, repete história, tropeça e cai. Acontece várias vezes. Por isso o momento da reflexão é importante, para não repetir. Aprender a lição. (Alípio Seixas)*

Ao questionar sobre as críticas que os visitantes porventura fazem ao memorial, funcionários relataram que elas se dirigem sobretudo para as condições materiais da exibição, suas linguagens ou mesmo para a pouca divulgação a respeito da instituição: “precisa cuidar melhor”, “tem muito texto para ler”, “pode-se colocar música na sela maubutar”, “precisa ter vídeos” e “precisa ter placas informativas”. A questão da língua também é um foco de críticas. Maria Virgínia, funcionária na instituição e que não domina a língua portuguesa, contou que “um português reclamou que a exibição não está em sua língua”. Ela concordou, dizendo: “ele está certo, porque esta é uma língua oficial de Timor”.

Diferentemente do Museu da Resistência, em Balide a crítica ao conteúdo da história exposta não é algo frequente e quando ocorre volta-se principalmente para sua forma expositiva. Assim, a leitura decorrente da visita dos timorenses não aponta tanto para a contestação da história exibida, mas, sobretudo, para um certo espírito de assombro e incompreensão frente ao retratado. Parece haver certa dificuldade de se identificar com aquela história, de aceitar os níveis de

violência e sofrimento apresentados. O Memorial de Balide expõe uma história que parece mais abrir questões do que resolvê-las. A certeza e a clareza não são ali dimensões privilegiadas. Alípio Seixas dizia que por isso a conversa final no jardim reflesaun é importante: “Não entendemos tudo, mas precisamos saber o que não queremos. Não queremos mais conflito, mais violência”. Ainda sobre a presença de timorenses no memorial, afirmaram:

*Quando vêm, são grupos de escolas e cursos. Não vêm sozinhos. Ficam impressionados. Não compreendem e fazem muitas perguntas. É difícil responder. [...] Perguntam por que a Indonésia invadiu Timor. Querem saber por que foram tão violentos, torturaram, mataram. Por que os pais não falam disso? [...] Por que os outros países deixaram eles fazerem isso? Por que não se faz justiça e prende-se os culpados? [...] Falam que é injusto, não esta certo. Eles não compreendem. (Eugênia Lopes)*

*Quando timorenses vêm, ficam muito tristes. Querem compreender por que aquilo aconteceu. Perguntam, choram. Muitos choram. Um dia uma estudante desmaiou na sela maubutar. [...] É impacto pelo sofrimento. Perguntam da justiça, o que a justiça faz para os que sofrem. [...] Os ex-prisioneiros da ASSEPOL [Associação dos Ex-Prisioneiros Políticos] antes vinham mais, participavam. Faziam atividades, coisas. Agora, não. [...] Antes era diferente, porque tinha mais visitantes, entre 2011 e 2013, havia muito mais pessoas, agora tem menos. [...] Não sei se é por causa do Museu da Resistência. Eles contam a mesma história lá. Dizem. Nunca fui. É a mesma história, mas é diferente. [...] Diferente porque aqui é sobre um lugar de interrogatório e tortura. Aqui o lugar é original, porque os líderes decidiram preservar o memorial para todos. Mesmo depois de queimado. (Maria Virgínia)*

*São poucos timorenses que vêm. Recebemos estudantes de escola e de universidade. Alguns professores brasileiros com alunos, como o senhor. Semana passada vieram jovens organizados [do bairro] de Tasitolu que queriam conhecer Balide. Veio gente do Institute Of Business. Também do Centro de Formação Judiciária. Com eles foi bom, muito importante, são advogados, trabalham a justiça e não conheciam o memorial. Nunca tinham entrado na sala, não conheciam a sala, nem o lugar. Acharam o lugar triste e concordaram que precisava ser guardado, preservado para o futuro. [...] Os jovens não sabem o que foi a dor para a independência. Quando vêm, ficam surpresos. Não entendem. ‘Por que não contaram isso para nós antes?’, ‘Como isso aconteceu?’. Fazem perguntas, querem respostas. Eu tento dar respostas, mas é difícil. (Alípio Seixas)*

## Itinerários de reconhecimento, afetos da história

O Museu da Resistência e o Memorial de Balide são importantes pontos de visitação turística no país e estão em destaque na *Lonely Planet Timor-Leste*. Mas, segundo os relatos, enquanto a principal nacionalidade estrangeira visitante do AMRT é a portuguesa, no Memorial de Balide é a australiana. E se os primeiros encontram ali certa familiaridade, o mesmo não ocorre com os segundos. Australianos estranham o conhecimento exposto em Balide, sobretudo devido ao papel que a política externa de seu país desempenhou na história recente de Timor-Leste. Por outro lado, se os portugueses não parecem ser grandes frequentadores da comarca, eles identificam-se com a história exibida pelo AMRT, ela converge com as narrativas construídas na esfera pública portuguesa sobre a ocupação indonésia.

Mais interessante, no entanto, é a própria relação dos nacionais com as instituições. Durante o período da pesquisa, a visita às duas instituições situava-se num campo de práticas não difundidas entre timorenses. A reflexão do educador Moisés Jesus, de que é “hábito dos timorenses” não frequentar espaços públicos, como “um jardim, um museu, uma praça”, e de que, quando o fazem, são acompanhados por professores, parece significativa. A reflexão também faz eco ao já clássico argumento de Pierre Bourdieu e Alain Darbel (2003), de que a visitação aos museus é um privilégio dos “já iniciados”, aqueles dotados da faculdade de se apropriarem das obras culturais, visto que as condições sociais de acesso a estes ambientes pressupõe certas disposições que envolvem interesse, dedicação, tempo, habilidades corporais, linguísticas e de letramento. Neste sentido, ambos espaços estão abertos a todos, mas interditados à maioria dos nacionais, pois os meios de apropriação de seus bens culturais não são amplamente disponíveis. De fato, pode-se aventar que, à época da pesquisa, havia em Timor-Leste uma relativa ausência de setores de classe média urbana dispostos a consumir o passado na forma de visitas a museus e memoriais. Dos professores e estudantes universitários timorenses com quem trabalhei, entre os anos de 2012 e 2014, poucos haviam visitado o AMRT e o Memorial de Balide. A frequência a estes espaços parece aumentar à medida em que se eleva o nível de instrução do público nacional: escolas católicas e privadas, tidas como melhores que as públicas; jovens universitários, quase sempre acompanhados por professores; associações e categorias profissionais mais específicas; além de outros membros da elite da capital.

Na percepção dos funcionários de ambas as instituições, um outro aspecto comum também parece perpassar a experiência do público visitante. Como as exibições referem-se sobretudo a histórias de conflito, guerra, violência e sofrimento, a apreciação destes temas provoca fortes sentimentos no público, evocando

lembranças, revelações, dúvidas e induzindo modos de subjetividade específicos. O antropólogo Arthur Kleinman (1992), ao propor uma etnografia da experiência da dor e da resistência, argumentou que o sofrimento constitui um itinerário em que os sujeitos elaboram perspectivas de sentido, culturalmente informadas por suas biografias e mundos locais particulares, nas quais o corpo, os valores e a autoreflexividade se encontram gerando novas formas de subjetividade. Neste sentido, considero que as passagens pelas exposições são itinerários de reconhecimento, percursos de descoberta e autodescoberta, individuais e coletivos. E tal aspecto ganha maior intensidade quanto mais interatividade há entre os saberes da exposição e os do público.

Assim, as duas instituições discutidas podem ser interpretadas “zonas de contato” (CLIFFORD, 1993), espaços de intercâmbios de discursos, pressões e confrontos mútuos, bons lugares para se brigar pela ordem das coisas. No caso, uma briga pela própria narrativa da história nacional. Isto ficou evidente nas críticas endereçadas à exposição permanente do Museu da Resistência. A história ali exibida foi contestada como privilegiando certa personalidade, partido ou gênero. Como uma instituição que se diz guardiã da identidade da nação, os visitantes que se viram aliados desta identidade e desta história denunciaram o caráter excludente, seletivo, sexista e partidário da narrativa. Objeções são feitas em relação à marginalização das mulheres, de outros partidos timorenses e de outras figuras importantes envolvidas na resistência diplomática. Por outro lado, a exibição fragmentada, aberta e até paradoxal de Balide, promoveu outros afetos no público visitante. Ambas exposições tematizam a violência e o conflito vivido no território, mas o modo como o fazem é distinto. Enquanto a história coerente e objetiva da exposição *Resistir é Vencer* produz incômodos entre aqueles que ali não se viam representados, a visitação à *Chega! Exhibition* constitui uma experiência desconcertante para muitos timorenses. A incerteza, o desconforto e a busca por maior compreensão eram sensações comuns mobilizadas no decorrer do percurso em Balide.

Esta diferença qualitativa no tipo de recepção também foi observada quando tive oportunidade de levar meus estudantes para as duas instituições. A história exibida em Balide se mostrou provocadora de dúvidas e sentimentos de incomformidade: “*como foi que deixaram isso acontecer?*”; “*não é justo*”; “*o que aconteceu com estas pessoas?*”; “*por que não contam essa história?*”. Tais foram algumas das questões levantadas ao final da visita, e, posteriormente, aproximei estes relatos à recusa deliberada de alguns colegas professores timorenses em visitar o Memorial de Balide, sob a justificativa de ser “*muito triste*” ou de “*ainda não estarem suficientemente preparados*”. Por sua vez, no AMRT, um sentimento dubio surgiu por

parte desta mesma turma de estudantes. Eles estavam empolgados com o aprendizado ofertado pela visita e pareciam ter descoberto a força de seu país. Mas o orgulho de se entenderem como “guerreiros patriotas”, “bravos resistentes”, por vezes tensionava com a desconfiança de alguns outros alunos que questionavam: teriam de fato os heróis feito aquilo tudo? A prática de contestação ao Museu da Resistência coloca-se ali justamente pelo fato de a instituição reivindicar para si a definição da própria nacionalidade, o valor máximo de “ser timorense”. Daí a frase que ouvi de um de seus funcionários: “*timorense que não conhece a história da resistência não é timorense*”. A consagração de tal história como fundamento da nacionalidade leva a uma acirrada disputa sobre seu valor, sobre quem é seu proprietário simbólico, quem é digno de tal glória, quem pode colher seus frutos.

Em contraponto, o Memorial de Balide não propõe definir quem são os timorenses, não se reivindica como demarcador ou guardião da identidade nacional. Esta não é a ênfase dada pela instituição. O conhecimento e a história que Balide exhibe têm como objetivo principal estabelecer uma diferença entre o passado de luta e dor e o presente que se vive. Ele busca o “caminho para a paz” (*dalan badame*) e reforça um mantra institucional, repetido ritualmente por seus funcionários: “preservar para prevenir”. A história aqui é uma “lição”, fonte exemplar para se saber o que não fazer no presente. Ela ensina que o futuro não pode repetir o passado. Enquanto o AMRT propõe estabelecer uma continuidade temporal na trajetória timorense, reforçando a identidade histórica da resistência, Balide quer criar uma descontinuidade histórica, busca marcar uma ruptura.

Ambas as instituições dão soluções muito distintas à mesma pergunta: por que narrar a história? Enquanto o AMRT dá ênfase à resposta: “para saber quem nós somos”; Balide assinala: “para não viver de novo o que já vivemos”. Perante o público nacional é notável como o incômodo maior, na primeira instituição, é justamente a falta de referências. Mulheres, partidos e personalidades reclamam ali sua inclusão, sua presença como “ser timorense”. Na segunda, é justamente a possibilidade de identificação que parece se colocar como problema e incômodo. É mais difícil identificar-se com a história do Memorial de Balide e, como ali se tem notado, os próprios ex-prisioneiros da comarca, que deram início ao seu trabalho de preservação, estão deixando de frequentá-lo. O lugar expõe uma ferida aberta e o faz de forma muito explícita. Na antiga prisão, o ambiente é marcado pelo luto e pesar, rodeado por imagens de escuridão, clausura, fissuras e faltas. Muito diferente da retórica da resistência, que enfatiza a astúcia do combate, a luz vibrante das batalhas, as glórias das armas e louros ofertados aos heróis. Em ambos os espaços o público se envolve emocionalmente com tais imagens. Elas produzem efeitos e o afetam. Por isso também a hegemonia e a preponderância



do Museu da Resistência na esfera pública timorense: ele projeta uma imagem positiva da nação.

O problema aqui situa-se num plano muito mais alargado, e também muito mais delicado, que é o debate sobre a “correta” forma de representação do outro e sua história, seja ele “resistente” ou “vítima”. A relação temporal com a violência condiciona o modo como aprendemos e respondemos a uma ampla variedade de flagelos sociais. Por isso, transpor o conflito e a brutalidade vivida para ambientes e exposições museológicas definitivamente não é algo fácil. Como a antropóloga indiana Veena Das (2007) argumentou, a respeito da “incorporação de eventos de violência”, a experiência destas narrativas, imagens e símbolos do passado sempre pode penetrar no tempo presente como um “conhecimento envenenado”. A oportunidade de aprender com os funcionários e saber um pouco mais sobre as interações dos timorenses com estas exposições me afetaram e evocaram a força descritiva daquilo que Rob Nixon (2011) chamou de “violência lenta”. Com este conceito o autor buscou definir uma violência que não é imediata nem espetacular, mas gradual e cumulativa, uma relação com o trauma da destruição que é estabelecida numa temporalidade mais difusa, informe e diferencial, cujas repercussões atravessam diversas escalas temporais e espaciais.

E o olhar atento à recepção do público timorense revelou efeitos distintos. No Museu da Resistência, o espírito do combate e do nacionalismo timorense valorizou aqueles visitantes que se identificavam com a história da exposição. No Memorial de Balide, eram os sentimentos da tristeza, do mal-estar e da angústia pela injustiça que envolviam os visitantes. A experiência da visita e o deslocamento pelos espaços expositivos não se limita aos sentidos do olhar. É uma experiência que mobiliza o corpo, agencia sentimentos, alegrias e lágrimas. Não por acaso, Veena Das (2007, p. 62) sugeriu identificar o olho “não como o órgão que vê, mas como o órgão que chora”. Oferecendo narrativas que eram não apenas “boas para pensar”, mas também “boas para experimentar”, a visita às exposições revelou-se como um “ritual de passagem” (TURNER, 2013) no qual os visitantes atravessam itinerários e são induzidos a certas transformações subjetivas e corporais, encarnando em si os acontecimentos e os dramas da história.

Vemos, então, como algumas histórias exibidas são mais lamentáveis que outras. Qualquer luta por reconhecimento teria de considerar tal aspecto: as narrativas que se querem reconhecidas, por mais precisas e adequadas que possam ser, podem constituir dolorosas formas de identificação. Uma coisa é ser patrono da memória de violências e violações. Coisa muito diferente é incorporar para si tal significado como valor máximo da imaginação nacional. Para o Estado timorense, que deseja e precisa se colocar como protagonista em suas relações, a figuração



## »»» FICÇÕES HISTÓRICAS DE TIMOR-LESTE: tempo, violência e gênero na produção fílmica pós-independência

### Geopolíticas do audiovisual

No ano de 2017, o seriado norte-americano *Madam Secretary* iniciou sua quarta temporada com um episódio cujo enredo gravita em torno de Timor-Leste. Ambientada em meios às questões da política internacional norte-americana, a série conta a história de Elizabeth McCord, loira, esposa, mãe de três filhos e secretária de Estado dos EUA. As ações da protagonista articulam os interesses de Washington para conter a presença chinesa na Ásia e no Pacífico, e a série sugere que a paz vivida em casa é garantida graças aos conflitos e negociações que ocorrem no exterior. O capítulo que abriu a quarta temporada retratou Timor-Leste como um país controlado por um cartel mexicano de drogas que usa o território como um centro de distribuição. No episódio, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste busca ajuda da protagonista, mas é assassinado no prédio da Assembleia Geral da ONU. A família do vice-ministro se refugia na Austrália devido ao risco de represálias. O presidente de Timor-Leste confessa para a secretária de Estado que seu governo foi forçado a vender atóis e ilhas do país para uso dos traficantes. Os únicos três personagens timorenses que aparecem no episódio são extremamente frágeis: um presidente que chora num encontro entre representantes de Estado; um vice-ministro que mal consegue se pronunciar sem tombar; e

sua esposa, que deve ser protegida a todo custo, mas ignora completamente o que se passa ao redor. Ao fim, a secretária de Estado recorre à China para deter o líder do cartel de drogas, evitando que Timor-Leste se torne um “narco-Estado”. O episódio produz uma particular visão de mundo e faz seus espectadores observarem como o império branco norte-americano lida com mexicanos criminosos e chineses ardilosos para salvar timorenses vitimados. Já no plano dos condicionantes de produção, circulação e consumo, a obra expressa uma geopolítica audiovisual assimétrica: os Estados Unidos podem criar ficções de grande impacto que promovam o estereótipo de países não ocidentais, mas o gesto contrário é mais difícil.

Em Timor-Leste o episódio em questão foi alvo de críticas e indignou José Ramos-Horta, laureado com o Prêmio Nobel da Paz, ex-primeiro ministro e ex-presidente da República. “É uma difamação contra um país que só mostra ignorância e racismo”, afirmou em entrevista. O capítulo teria apresentado temas relevantes, como a negociação sobre as fronteiras marítimas com a Austrália, mas os fundiu num imaginário geográfico informe, situando essa disputa no Mar do Sul da China. A obra é uma ficção, mas segundo Ramos-Horta, apresenta um retrato “abusivo”, distorcendo a própria localização do país: “Isto só revela a cambada de ignorantes que prevalecem nos Estados Unidos. Timor-Leste está bem longe da China, não tem sequer fronteira de qualquer espécie com a China”. O líder político timorense afirmou que seria feita uma “reclamação formal”. (LUSA, 2017) Mesmo sem explicitar para onde tal reclamação seria encaminhada, as duras palavras de Ramos-Horta revelam que a obra foi recebida como uma espécie de insulto, evidenciando como o audiovisual é capaz de atuar na política das nações, construindo formas de reconhecimento e imagens públicas, podendo servir, inclusive, como um eficaz instrumento de *soft power* nas relações internacionais contemporâneas.<sup>1</sup>

Neste capítulo discuto a produção fílmica sobre Timor-Leste em conexão direta com sua história política. Devido ao poder da indústria cultural ocidental, muito daquilo que foi produzido no cinema do século XX tendeu a formar um público acostumado a olhar o mundo a partir de imagens e referências eurocêntricas, com narrativas e convenções estilísticas gestadas no espaço norte-atlântico, nas quais o corpo branco, masculino e falante de línguas europeias adquiriam

---

1 Podendo ser traduzido como “poder brando” ou “suave”, o *soft power* descreve a habilidade de determinada entidade política de persuadir, convencer e influenciar indiretamente a conduta de outras entidades sem o uso da força e coerção. Ao destacar aspectos políticos da cultura e da ideologia, este conceito se aproxima da noção gramscianiana de “hegemonia”, mas destaca sobretudo a construção das reputações internacionais dos Estados por meio do uso da comunicação e do fluxo de informações. (NYE, 2004)



No século XXI, a linguagem privilegiada para se representar e difundir histórias é a audiovisual e timorenses apenas começaram a produzir suas próprias narrativas fílmicas neste novo milênio. Assim, antes de refletir sobre as ficções históricas produzidas após a independência, apresento uma breve história audiovisual de Timor-Leste, considerando esta nova linguagem na qual os timorenses foram historicamente representados e apenas mais recentemente começaram a representar a si mesmos.

## Uma brevíssima história audiovisual

Comparada a outros contextos do Sul Global, e mesmo em relação a outras colônias portuguesas em África e no Oriente, pode se afirmar que a história audiovisual de Timor-Leste começou tarde. Ao que tudo indica, os primeiros trabalhos de filmagem foram feitos por europeus não portugueses. No ano de 1935, o etnógrafo suíço Alfred Bühler esteve na região de Baguia, no então “Timor Português”, e ali coletou objetos e registrou fotos e filmes da colônia, levando-os para a Suíça. Este material permanece pouco conhecido, mas constitui uma possível indicação da mais antiga filmagem feita no território. (BARRKMAN, 2018; PALAZÓN, 2018) Por sua vez, Maria do Carmo Piçarra (2017), em um detalhado estudo sobre a filmografia da colônia, afirma que as primeiras filmagens de Timor conhecidas em Portugal foram captadas durante a invasão nipônica à ilha, entre 1942 e 1945. Segundo a pesquisadora, o primeiro projeto audiovisual de ficção que se tem notícia sobre a colônia, *Tragédia em Timor*, seria um drama histórico que buscaria reconstituir o que se passou no contexto da Segunda Guerra Mundial. A tragédia envolveria um romance e o protagonismo da trama seria encabeçado por um casal de portugueses, “símbolo de toda a população branca de Timor”. Com a guerra, a família lusitana seria fraturada e desmembrada: ela, “frágil”, e ele, “continuidor dos varões do século XVI”. O projeto não chegou a termo, mas a ficção utilizaria trechos filmados pelos agressores, “pedaços de película impressionados pelos próprios japoneses, quando da invasão”. (PIÇARRA, 2017, p. 136)

O interesse português em filmar Timor ganhou destaque sobretudo no pós-guerra, momento este marcado pela saída das forças nipônicas e pela preocupação da metrópole em propagandear imagens de progresso e afirmar a soberania lusitana em tempos de intensa descolonização asiática. (MATOS-CRUZ, 2001) Exemplar desta preocupação é o documentário *A Reconstrução de Timor* (1954), realizado pelo antropólogo António Almeida.<sup>2</sup> A peça inicia lembrando a narra-

2 *A Reconstrução de Timor* pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=IEIg-DuA4lJo&t=239s>.



a língua e a cultura do Estado ocupante, através da escolarização compulsória e dos modernos meios de comunicação de massa, o rádio e a televisão, tecnologias escassas no período colonial. A forte censura e a regulação do campo linguístico, narrativo e audiovisual atuava, então, diretamente no enquadramento dos modos de se ver e imaginar Timor. Junto à guerra de guerrilha, nas montanhas, e à guerra diplomática, nos fóruns internacionais, desdobrava-se também uma guerra de imagens. Como o governo indonésio almejava forjar novos sujeitos nacionais, os registros visuais eram do interesse do regime invasor, que queria que suas ações fossem vistas com bons olhos, mas eram também do interesse da resistência timorense, que então elaborava uma contranarrativa que buscava atuar nos modos visuais de participação da guerra. Na perspectiva destes últimos, os registros do genocídio tinham uma função-chave: eram provas de um crime em curso e sua difusão externa podia mobilizar a opinião pública e as instituições internacionais para a dimensão humanitária da “questão de Timor”. Pode-se afirmar, inclusive, que a origem dos interesses timorenses pela produção fílmica situa-se nesta guerra visual, entendida como parte integrante do esforço liberacionista. Vídeos e fotos de massacres, cadáveres dilacerados, corpos amontoados, torturados, machucados, esqueléticos, em fome e dor, eram valorizadas nas redes clandestinas da resistência timorense. Não raro, “imagens tristes” foram compradas das mãos dos próprios soldados indonésios, autores das imagens e, por vezes, das próprias violações retratadas. Quando vivi em Díli, escutei de colegas timorenses o triste relato resignado de que, naqueles anos da resistência, “as piores imagens eram as melhores”.

A luta de libertação do país esteve enredada nesta política da representação da dor, sendo que alguns registros audiovisuais tiveram papel preponderante no combate. No esforço de levar informações ao exterior, sobre o que ocorria na ilha, houve uma verdadeira diáspora imagética e audiovisual timorense. Jornalistas estrangeiros tiveram aí papel fundamental, tornando visível aquilo que o regime de Suharto impedia que se visse lá fora. Do conjunto de imagens que se produziu sobre Timor ocupado, o vídeo que mais causou impacto foi a célebre gravação do “Massacre de Santa Cruz”, feita por Max Stahl em 12 de novembro de 1991. Este jornalista inglês, que testemunhou e sobreviveu à matança, conseguiu esconder a película nas ruínas do cemitério de Santa Cruz e fez o registro chegar às televisões europeias alguns dias depois. As imagens de soldados indonésios abrindo fogo contra uma multidão desarmada de timorenses em cortejo fúnebre, no maior cemitério da capital, causou profunda comoção internacional e grandes dificuldades a Suharto, cujo governo, até a divulgação do vídeo, negava oficialmente a violência que então se encontrava em curso. Tal foi o efeito político produzido pelas























lam, sobrepõem e dinamizam toda trama: a história dos cinco jovens jornalistas da televisão australiana que pretendem registrar nas câmeras o momento em que o exército vizinho invade, violando o Direito Internacional, e a história de Roger East em busca daqueles.

Os cinco australianos foram executados sob as ordens do coronel Dading Kalbuadi, responsável pela invasão na fronteira. Contudo, sua presença no filme, utilizando sua própria pistola para matar um dos jornalistas, chegou a ser apontada como um “erro”, segundo uma crítica indonésia, visto que o coronel não estava em Balibó naquele evento. (TEMBY, 2009) Mais interessante que a dimensão factual, ou não, do drama, é o ambiente de pressentimento criado pelo filme no contexto pré-invasão, sobretudo quando focalizado pela perspectiva dos cinco jovens. Nestes momentos a câmera utiliza outra lente, alterando a coloração e mobilizando um recurso visual como forma de inserir a diferença narrativa e temporal na própria linguagem cinematográfica. Algumas cenas de *Balibo* são fortemente inspiradas nos registros audiovisuais originais feitos pelos cinco jornalistas em campo. Tal como o episódio em que o jornalista Greg Shakleton, representado por Damon Gameau, reproduz de modo dramático as perguntas que os próprios timorenses fizeram a eles numa aldeia: “por que os indonésios nos invadem?”; “por que os portugueses não nos ajudam?”; “por que os australianos não nos ajudam?”; “quem irá pagar pelos terríveis danos causados aos nossos lares?”.

Figura 37. Os “cinco de Balibó” fogem das tropas invasoras na região da fronteira com a Indonésia. *Balibo*, 2009



Fonte: *Balibo* (2018).

Diferentemente do que ocorreu em *Answered by Fire*, a montagem do set em terreno permitiu criar um forte senso de lugar para *Balibo*: aproveitando melhor os atores timorenses, filmando nos espaços reais dos eventos registrados e fornecen-



Mas além das duas narrativas temporais que se entrelaçam, a dos 5 jornalistas e a de Roger East, há também uma terceira, marginal, feminina e timorense. Trata-se de uma narrativa liminar que ganha destaque justamente nos extremos da obra, seu início e final, assumindo assim um lugar-chave, pois fornece moldura e forma ao núcleo central da trama. A cena de abertura do filme se passa no ano de 2008, período posterior à desocupação indonésia, com a tomada do registro testemunhal, em tétum, de uma sobrevivente, Juliana da Costa, representada pela atriz timorense Bea Viegas. Já as fortes cenas finais, momento que traz o ápice e desenlace da narrativa, apresentam Juliana da Costa criança, com 8 anos de idade, presenciando o desembarque das tropas indonésias em Díli, com jipes, armas e soldados tomando a cena. Estes ocupam a cidade, aprisionam, fazem a triagem e executam pessoas em praça pública. Enquanto isso, Juliana criança espreita atentamente as movimentações ao seu redor e observa Roger East ser arrastado pela ponte-cais. No momento em que é brutalmente assassinado, o jornalista volta, mais uma vez, a marcar a diferença racial, vociferando aos seus carrascos: “macacos, sou australiano!”

*Figura 38.* Juliana da Costa (Bea Viegas) em cena de depoimento que evoca as práticas de testemunho da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR).

*Balibo (2009).*



Fonte: Balibo (2018).



O filme ganhou inúmeros prêmios, sobretudo na Austrália, além de um prêmio na Mostra Internacional de São Paulo, em 2010, e outro no Festival Internacional de Cinema e Política de Buenos Aires, em 2011. Na Indonésia o filme foi banido e proibido de passar nas salas de cinema. Segundo o Ministro das Relações Exteriores daquele país, a interdição buscava evitar uma negativa “percepção global da Indonésia”. (AUSTRALIAN..., 2009) Também um porta-voz dos militares indonésios afirmou que o filme poderia prejudicar as relações do país com Timor-Leste e Austrália, e aproveitou a ocasião para repetir a “versão oficial” dos eventos, ou seja, que os jornalistas foram “mortos em fogo cruzado”, e não pelas tropas indonésias. (BALIBO..., 2009) Com isso, o filme acabou por adquirir alguma visibilidade na Indonésia devido à própria censura que o lançou no debate público, fazendo-o circular em redes informais e clandestinas, sobretudo entre universitários e ativistas dos direitos humanos.

No ano de 2012, quando organizei uma exibição do filme na Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), utilizando projetor e caixa de som, a sala de aula lotou. Novas cadeiras apareceram, vieram assistir alunos de outras turmas e até mesmo funcionários da faculdade. Parte do público não achou assento e ficou em pé, alguns observando pela janela, do lado de fora da sala. Quase todos nunca tinham visto *Balibo*. Lembro de estudantes e funcionários chorarem e gritarem indignados com a violência das imagens. Gesticulavam e batiam nas mesas, sobretudo nas tomadas finais da invasão em Díli, a mesma cidade que todos eles viviam e conheciam tão bem. Aquela exibição produziu poderosos efeitos e afetos na audiência. E também em mim, então professor-visitante, pois deu-me a noção da importância da linguagem audiovisual no país.

### *A Guerra da Beatriz*

Lançado em 2013, *A guerra da Beatriz* é um importante marco na história do cinema timorense. Filmado em campo, com um elenco nacional e em língua tétum, é um trabalho feito em Timor, por timorenses e para timorenses. Além disso, a obra coloca em primeiro plano o particular lugar das mulheres na história de libertação, reconhecendo sua importância na luta cotidiana pela vida, através de um olhar muito mais sensível e delicado que aqueles presentes nos dois filmes anteriores e nos discursos oficiais veiculados pelo Estado. Além do protagonismo na trama, as mulheres timorenses também tiveram papel de destaque como coprodutoras e codiretoras na construção da obra. O filme foi codirigido por Bety Reis, uma das mais experientes atrizes de teatro no país, e o roteiro foi escrito em língua tétum por Irim Tolentino, atriz integrante do grupo de teatro timorense

Bulak Bibi e que representou Beatriz, a principal personagem da história, uma menina que se faz mulher no decorrer da trama. Ambas receberam apoio e assistência técnica do diretor Luigi Acquisto, da produtora Stella Zammarato, e de outros “cineastas voluntários” de Melbourne. Assim, o filme é uma coprodução entre duas empresas, a timorense Díli Film Works e a australiana Fair Trade Films, sendo que esta segunda anunciou que entregaria seus lucros à primeira como forma de financiar a formação e o desenvolvimento de novas produções no país. Também lançado com o título inglês de *Beatriz's War* e divulgado pela publicidade como *Timor-Leste's first feature film*, a obra não deixa de ser resultado de uma particular cooperação internacional, prática frequente em várias dinâmicas institucionais no país. Com o orçamento limitado, o filme foi financiado pelos próprios cineastas e outros investidores australianos, e contou com o patrocínio de setores do Estado timorense, sendo que as Forças de Defesa de Timor-Leste (FDTL) forneceram as armas, uniformes e caminhões utilizados em cenas.

*Figura 39.* Beatriz (Irim Tolentino) e Teresa (Augusta Soares), cunhadas e guerrilheiras assumem protagonismo nas telas. *A Guerra da Beatriz* (2013)



Fonte: FairTrade Films (2018).

Assim como *Answered by Fire* e *Balibo*, *A Guerra da Beatriz* também foi motivado por uma história anterior. Contudo, diferentemente dos primeiros dois filmes, a história que serviu como base não provém de um testemunho de experiência

local, mas de fora. Irim Tolentino, ao elaborar o roteiro, inspirou-se numa célebre narrativa francesa do século XVI: o caso de amor entre Martin Guerre e Bertrande de Rols.<sup>7</sup> No filme, a relação do casal foi representada por Beatriz e Tomás, no contexto da recente história timorense. A trama tem início dias antes da invasão indonésia, em 1975, e sua conclusão se dá após a restauração da independência, em 2002. Deste modo, a versão timorense daquela história pode ser associada às inúmeras interpretações e releituras já produzidas em função do episódio francês: na historiografia, na literatura, no teatro e no cinema ocidental. Observa-se aqui a adaptação de uma estrutura narrativa amplamente difundida, quase mítica, o que sugere algum esforço do roteiro em estabelecer conexões entre o cânone europeu e a experiência timorense, desenhando caminhos e formas de diálogo entre a pretensa universalidade do humanismo ocidental e a potência dramática e histórica dos acontecimentos em Timor-Leste.

Quase todo filmado na região de Kraras, distrito de Viqueque, o filme, mais que produzir um forte senso de lugar, personifica e dá vida aos próprios espaços que busca retratar. A fotografia é sensível e a câmera abusa de tomadas abertas que evidenciam uma estética própria à paisagem. O horizonte atua nas telas, chamando a atenção para suas linhas, formas e cores. Assim, pode-se afirmar que o próprio cenário de Kraras, na costa Sul da ilha, é ele mesmo uma importante personagem conceitual. Em 1983, a região foi palco de fuzilamentos e grande morticínio no país. Uma figura acusada de ter desempenhado papel-chave no teatro de operações foi Prabowo Subianto, genro do então presidente indonésio Suharto e capitão das terríveis forças especiais Kopassus, que se gabava publicamente de ter conseguido matar o então presidente timorense Nicolau Lobato.<sup>8</sup> Diversamente do Massacre de Santa Cruz, que foi internacionalmente difundido nas telas graças ao registro

---

7 Episódio no qual a identidade do camponês Martin Guerre teria sido fraudada e o impostor enganado sua esposa, Bertrande de Rols. Um longo e complexo processo judicial foi concluído em 1560 e atraiu grande interesse público, fomentando canções e narrativas populares. Em 1561, um dos magistrados, Jean de Coras, publicou uma história do caso, *Arrest Memorable*, e em 1846 Alexandre Dumas inseriu a figura de Martin Guerre em seu romance histórico, *Les Deux Diane*. No século XX, a história ganhou notoriedade nas telas com o filme *O retorno de Martin Guerre* (1982), estrelado por Gérard Depardieu e Nathalie Baye, e baseado no livro, com o mesmo nome, da historiadora Natalie Zemon Davis. Uma versão no cinema estadunidense apareceu em 1993, com o drama *Sommersby – o retorno de um estranho*, estrelado por Richard Gere e Jodie Foster, mas ambientado na Guerra Civil Americana.

8 Testemunhas contam que Prabowo Subianto estava em Viqueque quando da matança, em 1983, ano em que também foi promovido de capitão para major, um posto considerado alto para um militar de apenas 32 anos. A carreira de Prabowo foi manchada em 1998, no fim da era Suharto, acusado de sequestrar 24 ativistas estudantis indonésios.



de Max Stahl, o Massacre de Kraras não foi registrado pelas câmeras no calor da hora, ganhando projeção fílmica, pela primeira vez, com a encenação d'A *Guerra da Beatriz*. Em verdade, a história da matança de Kraras “é contestada mesmo dentro de Kraras, e o filme cristalizaria apenas uma versão específica de uma história muito complicada e controversa”. (ROTHSCHILD, 2017, p. 233) Com a escalada da violência local, uma série de chacinas teve lugar nos arredores de Kraras. A mais famosa, conhecida como o Massacre de Tahu Bein, que registrou 141 vítimas (CAVR, 2005b, p. 171-172), ocorreu em 17 de setembro de 1983 e foi a escolhida pelo filme.

O filme se inicia com o casamento de Beatriz e Tomás ainda crianças, num ritual de aliança entre as principais casas da aldeia. Com a invasão indonésia, eles fogem e integram a resistência armada nas montanhas. Ali, uma inversão dos papéis convencionais se realiza: Tomás planta e cozinha, enquanto Beatriz e Teresa, sua cunhada, interpretada pela atriz Augusta Soares, pegam em armas. Após serem capturados, permanecem no aldeamento controlado de Kraras, onde Beatriz dá à luz um filho. Neste contexto, as mulheres são objetos de desejo e abuso por parte dos homens indonésios. Algo intolerável, sobretudo para os timorenses, pois as mulheres não eram apenas objeto de violações, mas meios preferenciais pelos quais indonésios podiam atingir seus principais inimigos: os homens da resistência.<sup>9</sup> À época, vigorava um acordo de cessar-fogo entre os militares indonésios e o comando da resistência, e o intenso assédio sobre as mulheres locais constituía uma forma de desestabilizar as tentativas de diálogo e pacificação. A tensão chega ao limite na aldeia e os timorenses respondem com fogo, matando vários indonésios. Com isso, aquela paz de baixa intensidade é suspensa, requerendo o conflito e incitando a vingança dos militares, que respondem com mais terror e carnificina, promovendo a execução, à beira de uma ribeira, de mais de duas centenas de homens e rapazes timorenses. O chamado Massacre de Kraras converte, então, aquele acampamento numa “aldeia de viúvas”, termo pelo qual o assentamento passa a ser conhecido.

Tomás, que havia sido preso, desaparece. Incapaz de encontrar o corpo, Beatriz acredita que ele escapou e não formaliza ritualmente a morte do marido con-

---

Sobre sua trajetória, ver Gerry van Klinken (2014). Seu envolvimento no Massacre de Kraras também foi destacado nas memórias de Mario Carrascalão (2006).

- 9 Segundo depoimentos da CAVR, “existia um tipo determinado de mulher que constituía alvo de abuso: as esposas e filhas de combatentes da resistência ou de ex-presos políticos”. (CAVR, 2005c, p. 48-49) Testemunhos da CAVR também relatam que as mulheres foram utilizadas pelas forças da ocupação indonésia com o objetivo de limitar a população timorense. O abuso de mulheres pelos militares indonésios chegava a ser sistemático, as patentes inferiores tentavam avançar nas suas carreiras através da disponibilização de jovens mulheres aos militares de patente superior.

forme os costumes, o que causa tensão com a cunhada e outras mulheres da aldeia. O trabalho do luto e do desluto constitui aqui uma importante atividade cosmopolítica que permite criar ritualmente um novo lugar para o falecido, expressando a diferença entre uma “boa morte” e uma “morte ruim”.<sup>10</sup> Talvez o eurocentrismo de algumas plateias possa ofuscar o entendimento sobre os sentidos ligados aos cerimoniais fúnebres na ilha, além de supor como demasiadamente melodramáticas tais cenas, mas elas constituem um dos corações pulsantes d’*A Guerra da Beatriz*. Carregados de densidade cênica e plástica, tais episódios expressam de modo vívido o lugar atribuído às mulheres na divisão sexual do trabalho do luto que fez parte da ocupação: homens guerreiam, matam e morrem; mulheres enlutam, engravidam e tentam (re)fazer a vida.

Figura 40. Aldeia de viúvas em ritual de desluto (*koremotan*) após o Massacre de Kraras. *A Guerra da Beatriz* (2013)



Fonte: Dili Films Works (2012).

10 A morte possui um lugar de destaque nas culturas de Timor e o feriado católico mais importante do país é o Dia de Finados. O equilíbrio entre os antepassados e os vivos é um tema comum em toda ilha, mas os modos de lidar com ele variam muito. Segundo Janet Gunter (2016), que analisou as práticas fúnebres de Timor na Segunda Guerra Mundial, a dificuldade para a realização dos cerimoniais de enterro, nos contextos de violência extremada, pode ampliar o trauma do mundo dos vivos àquele dos “mortos inquietos”, pois não foram adequadamente honrados e sepultados.



Mas diferentemente das duas produções anteriores, que encenaram os dois mais importantes eventos críticos da história timorense contemporânea, em 1975 e 1999, retratando respectivamente a invasão e a desocupação indonésia, *A Guerra da Beatriz* atravessa estes momentos de ruptura como movimentos ininterruptos que se desdobram num espaço interior. O filme não focaliza nem a capital, nem a zona de fronteira. Também não aborda o lugar da ONU nem dos jornalistas estrangeiros, todos estes elos privilegiados de comunicação com a cena política internacional. A narrativa fílmica focaliza, em vez disso, outra zona de contato – o mundo doméstico e feminino timorense –, fazendo da invasão e da desocupação não as urgências maiores, mas uma entre outras tantas dificuldades enfrentadas pelas mulheres.

Contra o congelamento, instaurado pelo trauma da violência, as personagens fazem o tempo andar, se mover. Atravessando eventos de morte e dor, o filme constrói uma temporalidade outra, mais lenta, vagarosa e que permite manter a integridade das protagonistas. Essa experiência temporal se aproxima daquilo que a antropóloga indiana Veena Das, ao estudar o itinerário de mulheres sobreviventes da Partição na Índia, chamou de “trabalho do tempo”. (DAS, 2007) É o tempo da recomposição da vida e da reabitação do mundo. Um mundo em ruínas e marcado pelo signo da violência brutal. Este movimento temporal pode ser associado ao ritmo cotidiano das montanhas, o tempo cíclico dos ritos comunais e do preparo dos alimentos. É um tempo no qual a heroica luta pela libertação nacional desce à vida ordinária, abandonando assim seu caráter épico e extraordinário.

No filme, a ligação entre algumas cenas é articulada em função da imagem de um filhote de veado amarrado a uma pedra. A rocha dificulta a mobilidade do animal. A câmera mostra o pequeno veado arrastando a pedra consigo para se mover, um ato de vida que demanda paciência, lentidão e empenho. Estas cenas tomadas na paisagem de Kraras operam como boas metáforas do “trabalho do tempo” de que nos fala Veena Das: uma atividade que envolve a ativa autoformação dos sujeitos no pesado arrastar dos dias, das semanas e dos anos. É uma história que não é grandiosa, mas tomada desde uma perspectiva recôndita e subalterna. Ela incorpora a luta pela sobrevivência feminina numa densa rede de afetos, tradições e lealdades de parentesco.

A obra ganhou o Pavão de Ouro na categoria de Melhor Filme no Festival Internacional de Cinema da Índia e dois prêmios na Sociedade Cinematográfica Australiana. Segundo informações fornecidas pela produção, estima-se que mais de 100 mil pessoas assistiram o filme em Timor-Leste, ou seja, cerca de uma em cada doze pessoas no país. Em Díli, *A Guerra da Beatriz* estreou em 17 de setembro de 2013, na data do trigésimo aniversário do maior massacre ocorrido em



É possível que a exibição d'*A Guerra da Beatriz* no período das eleições presidenciais indonésias também tenha contribuído para seus cidadãos se lembrarem do envolvimento de Prabowo Subianto no terror da era Suharto. Prabowo foi candidato à presidência e logo após o lançamento do filme em Jacarta foram publicados artigos acusando o militar pelo Massacre de Kraras e outros crimes de lesa humanidade. Sua resposta foi a recusa, alegando que estes seriam ataques infundados e que buscavam difamar sua reputação. A controvérsia ganhou força e uma resposta pública a Prabowo citou inclusive *A Guerra da Beatriz*.<sup>13</sup> Seja como for, o filme timorense forneceu mais visibilidade às violações dos direitos humanos, além de poder ter auxiliado na derrota eleitoral do ex-oficial da Kopassus, um candidato que esteve muito próximo de se tornar presidente da antiga potência invasora de Timor-Leste.

## Imagem e (n)ação em Timor-Leste

Poderíamos especular se o questionamento de Prabowo Subianto sobre os eventos retratados n'*A Guerra da Beatriz* e a reclamação de José Ramos-Horta sobre a imagem de seu país em *Madam Secretary*, com a qual iniciei este capítulo, possuem aspectos comuns. Em todo caso, as duas polêmicas evidenciam que Timor-Leste adentrou de vez no campo dos discursos audiovisuais e suas controvérsias públicas. Esse fato possui implicações geopolíticas, pois as produções aqui discutidas não contam apenas a história de Timor-Leste, mas também constroem e projetam a imagem de outras nações e nacionalidades, posicionando-as num espaço global mais ampliado. Sobre isso, é de se destacar a forte presença australiana na produção dos três filmes aqui analisados, que pode ser entendida como um sinal de como a Austrália tem se afirmado enquanto uma poderosa referência na fabricação de histórias audiovisuais sobre Timor-Leste independente. E não é desprezível o fato de que cineastas australianos tenham se envolvido com poderosas histórias de violência e sofrimento de um país pós-conflito e pobre, onde os custos da mão de obra timorense são mais baratos e apresentam menos margem de barganha se comparados às produções de países tidos como “desenvolvidos”.

Nos dois primeiros filmes analisados, *Aswered by Fire* e *Balibo*, os cidadãos do continente austral assumiram papéis positivos, encarnando os principais “mocinhos” da história, o que sugere alguma política da representação visual em curso, na medida em que estas produções ajudam a limpar a suja imagem do longo histórico de interferências australianas no pequeno país limítrofe. No caso do

---

13 Ver, por exemplo: Aboeprijadi Santoso (2013a, 2013b) e Subianto (2013).



uma escala progressiva dos problemas políticos globais aos mais locais, uma graduação que parte de uma visão ocidental para outra mais bem situada no interior do país. No último filme a perspectiva estrangeira é radicalmente subvertida e proscrita, emergindo aí um outro ponto de vista, nativo, tetumófono e cotidiano. Uma focalização não eurocêntrica, não dilicêntrica e também não falocêntrica, na qual as mulheres do mundo rural nos são apresentadas não pelos temas da insuficiência e da ausência, mas como seres plenos de integridade e agência.

Esta gradativa inversão do olhar pode ser associada a um movimento em direção a um “cinema pós-colonial”. Contudo, é importante considerar que a referência à antiga metrópole europeia praticamente inexistente nos três filmes analisados. Apesar de um de seus títulos oficiais ser na língua do antigo colonizador, *A Guerra da Beatriz* não foi divulgada com legendas em português, sendo a legenda em inglês, por enquanto, o único recurso para o público não falante de tétum-praça. Ou seja, nestes três filmes, Portugal não apareceu como uma referência forte, nem como público idealizado. O que deixa em suspenso outra pergunta: qual o legado da filmografia colonial do então “Timor Português” na produção audiovisual contemporânea? Sabemos que em Timor-Leste se passa um movimento muito diferente, por exemplo, daquele que se viu no nascimento do cinema moçambicano, quando o Estado pós-colonial africano buscou, por meio de uma intensa cooperação internacional fundada em “amizades socialistas”, construir uma narrativa fílmica revolucionária, anti-imperialista e oposta àquela até então prescrita pelo colonialismo português. (GRAY, 2016) No cinema que emergiu após a libertação das antigas colônias portuguesas em África, a metrópole assumia um lugar importante, seja em sua proposta estética, à qual se buscava contrapor, seja como figura antagonista no interior das histórias filmadas. (ARENAS, 2010) Mas nas três ficções históricas aqui analisadas, foi a Indonésia que despontou como alteridade imperial à qual se buscava contrapor nas narrativas, enquanto a Austrália surgiu como um importante lugar de cooperação técnica, formação e produção audiovisual. Vemos, então, como a presença das potências regionais tem adquirido mais importância, dentro e fora dos filmes, que a da antiga metrópole europeia. Ainda é cedo para se fazer grandes balanços, mas algumas tendências podem ser identificadas.

A criação audiovisual timorense está se iniciando e neste processo um elenco de atores vem se formando e adquirindo mais experiência. Muitos profissionais envolvidos nos filmes aqui discutidos tiveram suas vidas diretamente atingidas pelos eventos históricos retratados nas obras. Durante a filmagem de *Flores Amargas*, em Portugal, e de *Answered by Fire*, na Austrália, atores timorenses ainda se encontravam forçosamente longe de casa, em situação de refúgio e diáspora. Também, alguns profissionais que trabalharam na produção d’*A Guerra da Bea-*





é uma obra, ao mesmo tempo, forte e delicada. Ela permite que os espectadores percebam como o ato de narrar histórias é politicamente relevante. Hoje, José da Costa é um dos mais importantes atores do país e tem contribuído ativamente para a criação, encenação e difusão de novas histórias sobre Timor-Leste.<sup>15</sup>

Figura 41. A infância de José da Costa nas ruas de Díli. *Jose's Story* (2013)



Fonte: Perigos... (1983).

De fato, uma das características mais marcantes do emergente campo de produção audiovisual no país é que nele observamos a participação dos timorenses como criadores e fruidores de suas próprias obras, pois além de abordarem temas localmente pertinentes, eles também se constituem como os principais protagonistas das narrativas. Outras histórias estão sendo criadas e exibidas. Aos poucos surgem filmes experimentais, de terror, aventura e comédia. São novos temas e motivos audiovisuais que começam a deslocar a centralidade narrativa do sofrimento, do sangue e da morte que tanto marcou a história audiovisual timorense. E nesta produção podemos ouvir não apenas as vozes de Timor, mas também seu particular modo de falar, sua língua. Historicamente, os povos colonizados foram coa-

15 Em abril de 2018, José da Costa estreou, em Sydney, em um novo drama de cunho político. *Greater Sunrise*, um espetáculo teatral que aborda o escândalo da espionagem australiana durante as negociações da fronteira e do petróleo no Mar de Timor, um evento que prejudicou a reputação internacional da Austrália e fez Timor-Leste levar o gigante vizinho ao Tribunal de Haia.



gênero dominante e meu maior interesse se voltou para a ficção, em especial o drama histórico, considerando não as produções realizadas exclusivamente por timorenses, mas aquelas narrativas cuja feitura revelou intercâmbios e comprometimentos com agências e agentes internacionais, o que também lhes permitiu adquirir maior trânsito e visibilidade em circuitos fora do país. Pude, então, indagar sobre os desafios e as implicações de se transformar a história da luta de libertação em filmes de ficção. Contudo, os temas do gênero, da violência e do tempo não são questões que se limitam às construções sobre o passado histórico do país, mas também encontram-se no centro dos projetos de futuro, uma questão com a qual arremato o capítulo.

Anne McClintock argumentou que frequentemente as narrativas nacionais são expressas pela iconografia do espaço familiar, do lar e da casa, de modo que as mulheres são inseridas em genealogias domésticas que costumam ser imaginadas como um componente organizador da história das nações e, paradoxalmente, como elemento natural pré ou mesmo a-histórico, pois ligado à ideia de reprodução orgânica e biológica da vida familiar. (MCCLINTOCK, 2010) Nos filmes aqui discutidos observamos expressões plurais da figura da mulher na história de Timor-Leste: não só as personagens da parentela, a filha, a irmã, a mãe, a esposa e a viúva; mas também a informante, a testemunha, a trabalhadora, a guerrilheira, a que sofre violência e a que luta por justiça. Elas são personagens da vida familiar e também agentes da política nacional. De fato, esta pluralidade de figurações insere-se num movimento atual mais amplo, em que a mulher adquire maior visibilidade no país, tornando-se também um importante objeto de atenção, discurso e poder.

Após a desocupação indonésia, organizações da cooperação internacional passaram a cobrar mais insistentemente *gender equality*, financiando programas locais de “empoderamento de mulheres” e anunciando sua necessária participação na construção de um Estado-nação democrático menos desigual. Assim, as mulheres timorenses tornaram-se alvo de preocupação específica, objeto de cuidado e atenção por parte de agências internacionais, de organizações civis timorenses e do próprio Estado-nação. Novas políticas e instituições públicas foram criadas para tratar da questão, também grupos de mulheres e coletivos feministas se mobilizaram. Formou-se uma Rede *Feto* (Rede Mulher) responsável por conectar as diversas organizações nacionais que buscam discutir o tema, trocar experiências, desenvolver projetos que dialoguem mais com a realidade local, levando em conta suas próprias situações e necessidades. Neste processo, as mulheres timorenses disputam, constroem e propõem modelos alternativos aos projetos e visões estrangeiras sobre gênero e nação que ali chegam. (NINER, 2017; SIMIÃO, 2015)



Figura 42. Mane Matenek e Feto Fantastiku <sup>17</sup>



Fonte: Feto... (2015).

Tal como em Timor-Leste, em muitos Estados pós-coloniais é comum que séries e dramas televisivos sejam entendidos como instrumentos eficazes para o desenvolvimento, modernização e consolidação nacional. (ABU-LUGHOD, 2003) A produção de *Feto Fantastiku ba Dame* conta com o auxílio da *Ba Futuru*, organização timorense que busca mitigar a violência e a desigualdade de gênero e que tem realizado outros filmes educativos sobre o tema. Um exemplo é *Domin Nakloke* (Amor Aberto), série iniciada em 2017 que busca incentivar o diálogo entre jovens, apresentando informações sobre a prevenção da gravidez e modelos de relacionamentos saudáveis. As narrativas audiovisuais promovidas pela *Ba Futuro* visam ensinar os espectadores a respeito da “construção da paz em Timor-Leste” e fornecem padrões de comportamento a serem seguidos por meio da televisão. Este dispositivo tecnológico moderno e de massa atua como uma poderosa engrenagem moral dentro de casa, introduzindo e negociando os valores do parentesco, curto-circuitando as diferenças geracionais e de gênero, e tomando o âmbito privado como um objeto público de intervenção. Operando no interior dos lares, o audiovisual faz ver um cotidiano nacional idealizado,

17 *Mane Matenek* (Jose Antonio Carvalho Martins) e *Feto Fantastiku* (Jacinta de Sousa Pereira), o super-casal pacificador da vida cotidiana, ensinam que o homem também pode pendurar a roupa no varal. *Feto Fantastiku: Stopping Gender Based Violence* (2015).







## ▶▶▶ OUTROS QUINHENTOS: o quinto centenário de Timor-Leste e o pós-colonialismo em português

### Viagens pós-coloniais

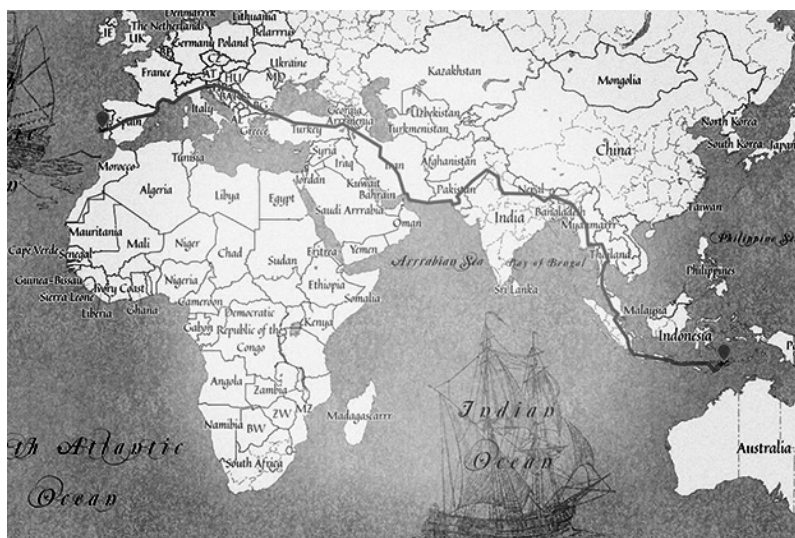
No ano de 2015, o português Rui Correia propôs inaugurar um novo percurso de viagem de Portugal para a ilha de Timor, chamado por ele de “nova rota do sândalo”. O *site Lisboa-Díli*, criado para divulgar o projeto e angariar doações e patrocínios, apresentava o novo viajante como uma figura que “desde muito novo ouviu as histórias de aventura de Serpa Pinto, explorador que mapeara o *hinterland* africano ligando as costas do Atlântico ao Índico, lendo todos os seus relatos e literatura de viagens e descobertas”. Diz ainda que ele tinha “ansiedade de partir e conhecer outros povos, outras gentes e o fascínio da aventura e das grandes viagens”. Inspirado nas explorações do império português oitocentista, este expedicionário do século XXI propunha então um novo desafio: “a primeira ligação terrestre entre Lisboa e Díli, usando como meio de transporte uma moto”. Antes de partir, diz ter confidenciado orações no Mosteiro dos Jerônimos, tal qual um navegante português, e assim explicou os motivos e os sentidos da expedição.

Timor-Leste, a primeira nação do 3º milênio, é um Estado insular que desde sempre viveu em grande isolamento, resultante da sua condição geográfica. Este isolamento foi reforçado pela imposição de obstáculos à livre circulação durante os 24 anos de ocupação indonésia. [...] A viagem pretende vencer o mito do isolamento de Timor que

muitos consideram longe de tudo, perdido nos confins de mundo, espaço insular de difícil acesso e ligação aos restantes territórios e países do mundo que não seja por via aérea ou marítima. Para vencer este mito, o trajecto proposto pretende fazer a ligação por terra, atravessando o continente asiático e a Europa desde o seu extremo ocidental com recurso apenas a travessias relativamente curtas de ferry-boat. A viagem será a primeira ligação direta entre Portugal e a parte mais longínqua do mundo lusófono. (LISBOA-DÍLI, 2015a)

Romper barreiras, vencer mitos, acessar o longínquo isolado, ir do centro do mundo lusófono à sua mais distante periferia: tal era o desafio colocado pelo projeto. O percurso, programado para durar 3 meses e atravessar 18 países, buscava também associar dois tempos históricos: o ano de 1515 e o de 2015. A chegada do viajante lusitano “aos confins do mundo” coincidia intencionalmente com o momento-ápice das comemorações oficiais dos “500 anos da chegada do portugueses” à ilha de Timor. Com isso, a expedição não era apenas um deslocamento no espaço, mas também uma forma de regressar no tempo. A empreitada transcontinental era a atualização de um evento ocorrido meio milênio antes, também um modo de redescobrir um passado glorioso de aventuras e, mais que isso, uma forma de recontá-lo através de uma nova história de viagem.

Figura 43. Viagem feita de moto por Rui Correia, em 2015, e divulgada no site Lisboa-Díli. No mapa, alegorias às navegações marítimas em verde dialogam com a rota terrestre traçada em vermelho



Fonte: Lisboa-Díli (2015b).

Neste capítulo apresento uma análise das celebrações dos “500 anos” de Timor-Leste a partir de narrativas e imagens oficiais veiculadas em função da efeméride. Proponho, então, um mapeamento das práticas e discursos oficiais produzidos em função das comemorações, considerando depoimentos, materiais e documentos que circularam na mídia, *sites* e *blogs*. O objetivo é lançar um olhar antropológico para esta produção, de modo a tratá-la em conjunto, como faces de um único evento ritual. Ao final do capítulo, estabeleço um contraponto entre as celebrações dos “500 anos” de Timor-Leste e do Brasil. As celebrações centenárias são rituais públicos transnacionais e que podem estabelecer interações variadas, alcançando dimensões temporais e espaciais de longo alcance. Ao tratar estes eventos como postos de observação privilegiados, estou preocupado em interrogar tanto os processos de formação do Estado-nação timorense quanto as configurações que podem emergir deste pós-colonialismo “em português”. (ALMEIDA, 1999, 2007) Com esta intenção, abordo o chamado “espaço lusófono” de forma não essencialista, abrindo a possibilidade de se questionar a repetição ritual dos “descobrimientos” numa perspectiva descentrada, diaspórica e multissituada.

Os estudos ligados ao pós-colonialismo nasceram originalmente nos contextos acadêmicos anglófonos e chegaram tarde nos meios intelectuais lusófonos.<sup>1</sup> No campo das Ciências Sociais em língua portuguesa, a crítica pós-colonial tendeu a destacar: 1) o caráter periférico e subalterno do império colonial português no Ocidente; 2) a centralidade política e geo-histórica da modernidade atlântica; 3) e a experiência racial e escravocrata que atravessa este mundo. (ALMEIDA; MIGLIEVICH-RIBEIRO; GOMES, 2017; BASTOS; ALMEIDA; FELDMAN-BIANCO, 2007; SANSONE; FURTADO, 2014) Particularmente estes dois últimos aspectos integram aquilo que o antropólogo Miguel Vale de Almeida (2007) chamou de “Atlântico Pardo”, uma expressão irônica e provocativa que alude ao *Black Atlantic* de Paul Gilroy (2000), mas que busca caracterizar de modo crítico a narrativa apologética do projeto de “miscigenação lusotropical” que foi hegemônico em parte do século XX. Ainda que a ideia de um “mundo que o português criou” não tenha sido uma invenção de Gilberto Freyre, sendo há muito tempo discutida entre intelectuais e políticos portugueses, seu nome e sua obra possuem

---

1 Estes estudos, nascidos no fim dos anos 1970, inicialmente se concentraram na análise da produção metropolitana sobre as colônias, tal como o clássico trabalho de Edward Said (2007), e posteriormente se detiveram nas formas discursivas dos colonizados e/ou descolonizados, tal como o trabalho dos indianos Homi Bhabha (1998) e Gayatri Spivak (2010). Sintomaticamente, o *Orientalismo* de Said, um clássico no campo, publicado originalmente em 1978 e imediatamente seguido por inúmeras traduções em diferentes línguas, foi publicado pela primeira vez no Brasil em 1990 e, em Portugal, apenas em 2004.

grande destaque, sendo incorporada na ideologia oficial do Estado colonial português, que, entre 1951 e 1952, financiou a viagem do sociólogo brasileiro às “províncias ultramarinas” de África e Índia, sendo que Macau e Timor ficaram fora do circuito.<sup>2</sup> (CASTELO, 1999) Apesar do privilégio afro-atlântico presente no debate pós-colonial em língua portuguesa, a Ásia e o “orientalismo português” também têm se revelado como um crescente campo de estudos. (PEREZ, 2006)

De maneira muito geral, o pós-colonialismo tende a ser tratado numa dupla acepção não excludente: histórica e teórica. (HALL, 2003; MCCLINTOCK, 2010) Na primeira chave, destaca-se a reconfiguração global de poder decorrente do fim do colonialismo, a construção dos Estados independentes, as crises nacionais e a rearticulação de alianças regionais. Na segunda acepção, acentua-se seu caráter crítico, na exegese textual e performática das histórias coloniais e nacionais, bem como na problematização dos processos de subalternização, silenciamento e insurgência envolvidos na constituição das identidades. Sem desconsiderar as contribuições colocadas por esta segunda linha, dou especial atenção aos significados propriamente históricos do termo. Considero então a dupla face do conceito de “história”: como processo e evento, de um lado, e como narrativa e representação, de outro lado. Com isso, compartilho com o antropólogo e historiador haitiano Michel-Rolph Trouillot (1995, p. 3) a ideia de que há “uma distinção irreduzível e uma interseção igualmente irreduzível entre o que aconteceu e o que se diz que aconteceu”. Para fazer emergir tais distinções, proponho uma articulação entre três camadas de processos históricos que se superpõem, se interpelam e foram referenciadas nos “500 anos” de Timor-Leste: o início do século XVI, marco histórico do “contato” lembrado e comemorado; as três últimas décadas do século XX, importante momento de desenvolvimento do nacionalismo timorense, intensificado pela ocupação indonésia; e o próprio contexto pós-independência, no qual as celebrações foram realizadas.

O fim do século XIX constitui uma quarta camada histórica relevante para o entendimento dos “500 anos” de Timor-Leste. Entretanto, com exceção das explorações oitocentistas que inspiraram a expedição de moto Lisboa-Dili acima comentada, este período não foi destacado no desenrolar das comemorações. É

---

2 As ideias sobre “raça”, “nação” e “miscigenação”, presentes na obra de Freyre, foram inicialmente gestadas tendo por referência seu próprio país e apenas depois foram generalizadas a respeito da “integração portuguesa nos trópicos”. No contexto do pós-guerra, estas ideias ganharam ampla repercussão internacional, atraindo a atenção não só de Salazar, mas também dos EUA, da África do Sul e da França (em guerra na Argélia), potências que, por meio da obra de Freyre, passaram a ver no Brasil um modelo virtuoso, multirracial e integrador. (THOMAZ, 2007)

neste período histórico que as celebrações centenárias dos “descobrimientos” foram inventadas globalmente como espetáculos públicos, mobilizando aparelhos de Estado, intelectuais, meios de comunicação e o consumo das massas. Tal modelo ritual, de tradição colonial, apresenta inúmeras semelhanças com as comemorações que tiveram lugar em Timor-Leste no ano de 2015. Daí a importância em se puxar os fios desta genealogia.

## O culto aos descobrimientos

Filhas da “era dos impérios” (HOBSBAWM, 1988), as comemorações dos “descobrimientos” constituíram um gênero particular de festividade no qual os antigos impérios europeus e os novos Estados americanos reivindicaram e contestaram posições geopolíticas e pertencimentos civilizacionais a partir da encenação e afirmação pública de uma história colonial comum. (MONTEIRO, 1996) Tais práticas mostraram-se cruciais para a formação da própria ideia de Europa moderna, cristalizando o discurso do expansionismo europeu como história única e inaugural. Impondo aos não europeus os rótulos de “povos sem história” ou mesmo “pré-históricos”, a violência epistêmica ocidental não só “roubou a história dos outros” (GOODY, 2013) como também encobriu o próprio agenciamento geográfico destes outros. Desprezou-se, assim, o fato de que no século XV “africanos chegaram à Ásia, os indianos à África, os árabes à China. Navegantes indianos passam pelo Cabo da Boa Esperança e adentram o Atlântico por volta de 1420”. (SHOHAT; STAM, 2006, p. 99) Deste modo, a narrativa do euro-expansionismo reforçou sua hegemonia como sujeito formador do espaço geográfico e do tempo histórico global, destituindo o protagonismo do mundo extraeuropeu e colocando-o numa “sala de espera”: primeiro a Europa, depois o resto. Como bem definiu o filósofo argentino Henrique Dussel (1994), o discurso dos “descobrimientos” encerra um “encobrimento” muito maior, o do outro.

Mas se os “descobrimientos” desempenharam um papel central nas representações da modernidade ocidental, Portugal teve aí uma participação singular, na medida em que foi a primeira potência europeia a lançar-se na expansão e também a última a ruir, na medida em que manteve por mais tempo seu império. Mas seu declínio, iniciado em fins do século XVI e aprofundado com a perda do Brasil, em 1822, promoveu mudanças de localização do império português na economia política mundial, assinalando “uma progressiva transformação do primeiro grande império mercantil em poder subalterno”. (BASTOS; ALMEIDA; FELDMAN-BIANCO, 2007, p. 16) Esta sua posição o levará ao paradoxo do “excesso de colonialismo e déficit de capitalismo” (SANTOS, 2003, p. 25), visto que no contexto

da Conferência de Berlim, a economia portuguesa mal sustentava a nova política colonial de inserção do Estado e do racismo científico em territórios até então mantidos por frágeis alianças locais e pela dependência dos poderes autóctones.

Em Portugal, a narrativa dos “descobrimientos” condensa significados cuja gênese de sua estrutura mítica pode ser encontrada na obra de Camões. Tal matriz discursiva foi impulsionada pela euforia nacional-imperialista do republicanismo finissecular do oitocentos, período de crise da monarquia frente ao “ultimato britânico” e da perda de territórios no coração da África Austral – um sonho geográfico de anexação das terras interiores entre Angola e Moçambique e que ficou conhecido à época como “mapa cor-de-rosa”. E na luta pela expansão e afirmação espacial do império, “guerras de pacificação” foram travadas contra poderes africanos e asiáticos, fazendo avançar a presença colonial portuguesa, até então mais circunscrita às margens costeiras de seus domínios, em direção ao maior controle sobre as terras interiores e as autoridades locais. Assim, apenas na segunda metade do século XIX é que o “Timor Português”, um território periférico de um império europeu secundário, passou a ser objeto de alguma colonização organizada, podendo antes disso ser melhor caracterizado como um “entrepósito comercial” ou mesmo um “protetorado”. (GUNN, 1999; PÉLISSIER, 1996; THOMAZ, L., 2001) Dada a distância, a pobreza e o prejuízo atribuído ao território insular à época, foram formuladas inúmeras propostas de “venda” e “troca” das então “possessões portuguesas da Oceania”. Contudo, “os portugueses não queriam Timor por causa de seu presente. Eles estavam lá por causa do passado”. (ROQUE, 2010, p. 5) O passado mítico das “grandes navegações” fornecia legitimidade e sentido à presença portuguesa em Timor, pois, como vestígio daquele tempo glorioso e redentor, reforçava o princípio sagrado que dominava a política portuguesa de então: o caráter inalienável dos territórios do império cujo “direito histórico” deveria remontar à “era dos descobrimientos”.<sup>3</sup>

No decorrer do século XX, a ideologia do Estado Novo reforçou o projeto imperial e o mito da predestinação portuguesa de “dar novos mundos ao mundo”. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início dos tempos de descolonização, o conceito de “Império Colonial Português” foi abolido da legislação e do discurs-

---

3 Teórico da nacionalidade, Ernest Renan, em sua famosa conferência de 1882, *Qu'est-ce qu'une nation?*, já advertia que as identidades nacionais são compostas por uma grande dose de “esquecimentos” e “erros históricos”. (SILVA, G., 2015, p. 5) Neste sentido, o historiador Marc Ferro analisou como a narrativa das “Grandes Navegações” omitia a violência das “Cruzadas” e da “Guerra Santa”, que animou o espírito do expansionismo nos Quinhentos: “a glorificação dos grandes descobrimientos portugueses teve a função de desviar o país da luta frontal contra os mouros, uma terapia de esquecimento que durou vários séculos”. (FERRO, 1996, p. 22)

so oficial em favor da exaltação do “Ultramar”, caracterizado por ser um “Portugal uno, do Minho ao Timor”, cujos diversos espaços configurariam uma só nação “multirracial e pluricontinental”. (THOMAZ, O., 2002) A propaganda salazarista criou novos discursos, intensificando e reinventando velhas práticas, como as comemorações do descobrimento. Isso foi visto, por exemplo, em 1946, no “quinto centenário da descoberta da Guiné” celebrado naquele território africano e que resultou na organização de cerimônias públicas, com catálogo comemorativo e material filatélico próprio. Mas com a Revolução dos Cravos e o desmonte do “Ultramar”, em 1974, o tema dos “descobrimientos” foi temporariamente silenciado para voltar com energia total em 1986, ano que foi criada a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP).<sup>4</sup>

Em Portugal, as atividades organizadas pela CNCDP incluíram inúmeras práticas, como incentivos à investigação científica sobre o período, conferências e encontros acadêmicos, com traduções, publicações e reedições de fontes e novas bibliografias, também a emissão de moedas e selos comemorativos, manifestações desportivas e espectáculos, além de exposições de obras de arte, artefatos históricos, religiosos e etnográficos dispostos em ciclos expositivos. A cultura de massa foi afetada, com programas de televisão tematizando os descobrimientos, outros criados especificamente para abordá-los e até bandas de rock cantando a história, numa versão “mais próxima da celebração nacionalista do que de uma releitura crítica”. (CARDÃO, 2019, p. 25) Esta produção conduziu à criação, atualização e reforço de imagens alegóricas do evento, como o mar, a bússola, a caravela, o descobridor e a arquetípica cena do “contato de civilizações”. Nestas performances celebrava-se o pioneirismo português, sobretudo no campo científico, e seu papel na “abertura do mundo”, naturalizando uma imagem de benignidade imperial. Contudo, fora de casa, o imperativo eurocêntrico, inscrito nas práticas rituais da referida comissão, chegou a promover constrangimentos notáveis.

Um destes constrangimentos ocorreu em 1988, num dos primeiros atos da CNCDP, por ocasião da celebração dos “500 anos” da passagem de Bartolomeu Dias pelo Cabo da Boa Esperança. Com apoio oficial do *apartheid*, a performance da chegada da caravela numa praia *whites-only*, contracenada por atores brancos

---

4 O fim do ultramar português abriu novos caminhos para a redefinição identitária do país. A integração de Portugal à Comunidade Econômica Europeia (CEE) acentuou a divisão e a separação entre uma história portuguesa, doméstica e metropolitana, e outra extraterritorial, colonial e não europeia, entendida como excrescência colonial. A história da expansão imperial, diretamente associada aos desenvolvimentos do espaço europeu, só voltou a ser contemplada enquanto disciplina autônoma em meados da década de 1980, momento de criação da CNCDP. (XAVIER, 2000)

que representavam “indígenas africanos” por meio do *blackface*, foi boicotada por ativistas e intelectuais sul-africanos que eram críticos ao regime racista e que transformaram aquele evento, intitulado “Festival Dias 88”, numa questão nacional. (PINTO, 2013) Já no ano de 2000, a CNCDP integrou, num de seus últimos atos, as celebrações dos “500 anos do descobrimento do Brasil”. Concentradas no litoral Sul da Bahia, na região batizada como “Costa dos Descobrimentos”, as comemorações brasileiras foram fortemente contestadas pelos movimentos indígena, negro e sem-terra. E, como discutiremos no fim do capítulo, a resposta imediata do governo foi o aparato policial armado, reprimindo violentamente as manifestações contrárias ao ritual brasileiro e manchando de sangue a festividade. (SILVA, K., 2003)

Mesmo com a desmobilização da CNCDP em Portugal, em 2002, o tema dos “descobrimentos” continuou vivo século XXI adentro. Em 2009, o livro de um jornalista australiano, Peter Trickett, foi traduzido para o português e se tornou alvo de grande atenção pública e midiática em Portugal. Com pouco rigor documental, a obra reforçava a mitologia lusíada, defendendo a tese de que “a Austrália foi descoberta pelos portugueses”, entre 1521 e 1522, alguns anos depois de Timor e cerca de 250 anos antes de James Cook mapear o continente austral. Na ocasião, seu autor foi alvo de honrarias acadêmicas, chegando a receber do governo português a condecoração da Comenda da Ordem do Mérito. (PINTO, 2014) O livro de Trickett retomava ideias já presentes em obras anteriores, mas chamou a atenção da calorosa recepção do público português. Bem acolhido em Portugal, este “descobrimento” já era celebrado na Austrália desde o final do século XX, no Festival Português de Warrnambool, no estado da Vitória, local onde se diz terem sido encontrados destroços de uma antiga caravela de mogno portuguesa. Transformada em espaço turístico, polo de atração de portugueses da diáspora e visitantes lusófilos, a cidade adquiriu bustos de bronze com personagens da “expansão” e um padrão doado pelo governo português. Um episódio televisivo sobre o tema feito em 2013, pelo programa português *Contacto*,<sup>5</sup> narra inclusive a história de um australiano de Warrnambool que, durante dez anos, se empenhou na construção de uma caravela de mogno, em tamanho real, com a intenção de fazer uma outra viagem pós-colonial, navegando da Austrália até Portugal.

Considerando os três contextos meridionais referidos nestes últimos cerimoniais – África do Sul, Brasil e Austrália –, vê-se como é redundante a primazia narrativa do “fardo do homem branco lusitano” em relação às perspectivas dos outros “encobertos”: africanos, ameríndios e aborígenes. Ainda hoje o debate público português tende a apresentar uma avaliação positiva da expansão, dos des-

5 Ver *Contacto Austrália*, em <https://www.youtube.com/watch?v=-2jEqBl7ETA>.



cobrimentos e mesmo do colonialismo.<sup>6</sup> Esta continuidade institucional, cíclica e acrítica do culto aos descobrimentos foi nomeada por Silvia Maeso (2016) como “*loop* pós-colonial”, um conceito derivado da linguagem de programação de computadores que evidencia uma “estrutura de repetição”, cujas instruções, sob certas condições, são executadas indeterminadamente. Em Portugal, a pedagogia dos descobrimentos continua a se manifestar em livros didáticos, monumentos e cerimoniais que ritualizam o momento genético de formação do império em detrimento de uma reflexão crítica sobre o “Terceiro Império Colonial”. Trata-se, portanto, de uma memória pública que idealiza o início do império e não considera os eventos dramáticos que levaram à sua ruína e à divisória pós-colonial: o uso do trabalho forçado nas colônias, o racismo do Estado assimilacionista, a pobreza, o analfabetismo e falta de democracia na metrópole, a permanente emigração de jovens e trabalhadores portugueses sem perspectiva de futuro em seu próprio país, os treze anos de guerra colonial em África e o trauma dos colonos retornados. (CASTELO, 2006)

No ano de 2015, a viagem de Rui Correia, com a qual iniciei este capítulo, adquiriu visibilidade não só Portugal, mas também em Timor-Leste, conquistando o apoio de figuras públicas, como Xanana Gusmão e Ramos-Horta, e sendo acolhida numa exposição temporária no Arquivo & Museu da Resistência Timorense. No ano de 2017, o expedicionário planejou regressar por outro caminho. O trajeto Díli-Lisboa deveria continuar indo a Leste, rumo ao sol nascente, *lorosa’e*. Atravessaria o Pacífico, percorreria as Américas de Norte a Sul, e depois de se deslocaria para a Europa, cruzando o Atlântico: “circum-navegar o mundo de moto tem as suas dificuldades, em especial em arquipélagos, sendo a água um território onde uma moto se sente ‘fora-de-pé’”, escreveu para uma revista de

---

6 Mas isso pode estar mudando. A crítica ao racismo em Portugal tem gerado impacto público nos significados nacionais atribuídos aos “descobrimientos”. Um exemplo foi a ampla polêmica em torno da criação do Museu das Descobertas, em Lisboa, que trouxe para o primeiro plano, no ano de 2018, a reflexão sobre o revisionismo histórico português, começando pelo próprio modo de denominar aquela instituição. O projeto museológico e seus pressupostos colocaram na ordem do dia o debate público sobre a história nacional e da expansão marítima portuguesa, revelando não só seu etnocentrismo, mas também o forte conteúdo racial embutido na glorificação das “realizações” europeias. O *site* português do ICOM (International Council of Museums) possui um levantamento a respeito das várias intervenções e textos produzidos sobre a questão. Contudo, a musealização dos “descobrimientos” permanece ativa no país, como se vê no Museu Interativo & Parque Temático World of Discoveries, na cidade do Porto, no Museu de Cera dos Descobrimientos, em Lagos, e o mais antigo, Portugal dos Pequenitos, criado no auge do fascismo europeu (1940), localizado na cidade de Coimbra, onde o expansionismo é tratado como “brincadeira de criança”.

motociclistas. (CORREIA, 2018, p. 67) Com esta viagem, além de performar a aproximação entre os dois países, Rui Correia tinha outro propósito: queria sensibilizar o público mais amplo para a urgência das condições de vida das crianças de Díli, sobretudo através dos projetos da ONG da qual é presidente. Como relata em seu *site*, o objetivo era vincular, numa mesma peregrinação global, dois grandes interesses pessoais: as explorações portuguesas e a ajuda humanitária. Era um sinal de que aquela volta ao mundo também era uma forma de ritualizar o imaginário do império como tábua de salvação para o outro.

A importância dos rituais na construção dos impérios e das nações já foi sublinhada por diversos autores e particularmente se encontra no centro de algumas teorizações antropológicas sobre as formas do poder e do Estado no Sudeste Asiático. (GEERTZ, 1991; SCOTT, 1976; TAMBIAH, 1985) Também os estudos etnológicos sobre Timor-Leste, que o localizam na área cultural da “Indonésia Oriental” (*Eastern Indonesia*), destacaram a relevância da produção ritual de laços sociais e simbólicos com os antepassados. (FOX, 1980; ROQUE, 2010; TRAUBE, 1986) A partir de agora meu desejo é explorar as formas nas quais a narrativa ritual dos “descobrimentos” foi apropriada e mimetizada nos “500 anos” de Timor-Leste como uma estratégia para reafirmar sua posição na esfera nacional e internacional. Isto pois o momento ápice das comemorações foi programado para coincidir com o aniversário de 40 anos da proclamação da independência da República Democrática de Timor-Leste (RDTL). Assim, o ritual de Estado buscava lembrar, num único gesto, dois momentos aparentemente contraditórios: a gênese do laço colonial e sua ruptura. Como então compreender uma cerimônia que festeja a independência ao mesmo tempo que comemora o início da presença colonizadora? Como interpretar a vinculação festiva da libertação política com o advento da dominação europeia na ilha?

## Certidão de nascimento

A documentação sobre a presença portuguesa em Timor no início do século XVI é frágil. (PINTO, 2017) A data exata do desembarque português na ilha não é clara e, inclusive, não há registros que confirmem com precisão o desembarque no ano de 1515. (GUNN, 1999; THOMAZ, L., 1994) Uma primeira representação da ilha, na cartografia ocidental, data de 1512 e breves citações sobre Timor podem ser identificadas em importantes obras da literatura de viagem seiscentista portuguesa: a *Suma Oriental*, de Tomé Pires; o *Livro*, de Duarte da Costa; e *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, trabalhos que sempre referenciam a ilha em função do sândalo, componente nativo de interesse comercial. Na literatura ocidental, a primei-

ra descrição da vida na ilha é do italiano António Piagafetta que, lá chegando em expedição espanhola, no ano de 1522, faz alusão à existência da *maladie portugaise*, “doença venérea que apenas poderia ter sido transmitida por viajantes vindos do ‘Novo Mundo’, ou noutras palavras, por marinheiros ibéricos”. (GUNN, 1999, p. 61) Importa que o primeiro desembarque em Timor não foi alvo de um grande relato da literatura de viagens, tal qual a “certidão de nascimento” do Brasil, atribuída à “Carta de Pero Vaz de Caminha” pela historiografia nacionalista brasileira. (NOVAIS, 2005) Assim, a chegada portuguesa na ilha não foi anunciada, à época, nos termos grandiloquentes da “conquista”, tampouco do “achamento”.

Mary Louise Pratt (1999, p. 341), em seu livro sobre relatos de viagem, argumentou que o “descobrimento” de certos lugares quase sempre envolvia

[...] alcançar aquela região e perguntar aos habitantes locais se eles sabiam de algum grande lago – ou o que quer que se estivesse procurando – na área, e, então, contratá-lo para que o levassem até lá, a partir do que, com sua direção e apoio, proceder-se-ia à descoberta do que eles já conheciam.

Algo semelhante ocorreu em Timor, pois a ilha era conhecida e já se encontrava muito bem integrada em redes de troca regionais antes do advento europeu. Foi a conquista de Malaca, em 1511, e o contato com as comunidades mercantis asiáticas que frequentavam o porto daquele sultanato que permitiram aos portugueses terem acesso às rotas de navegação para as “ilhas das especiarias”. (PINTO, 2006) Como comprovam escritos não europeus, navegantes chineses, javaneses e árabes, também mercadores guzerates e macaçaes, traficavam intensamente nas pequenas ilhas situadas a Leste de Bali. Timor irá aparecer nas fontes escritas chinesas a partir de meados do século XIII. Aquela região era nomeada pelas culturas viajantes asiáticas como *Timur*, palavra que em malaio significa “Leste” ou “Oriente”, uma designação vinda de fora da ilha, exógena, portanto. Cabe destacar que, até onde se sabe, povos da ilha não eram construtores de juncos, nem tinham grande tradição marítima. (THOMAZ, L., 1994) De todo modo, as conexões com o exterior ficavam a cargo dos mercadores estrangeiros (*malae*), principalmente por duas rotas: pela ligação com a China ao Norte, via Bornéu e Sulu; e com Malaca e os portos javaneses pelo Oeste, cruzando as ilhas que levam a Samatra. (PINTO, 2017)

Seja como for, as comemorações de “500 anos” de Timor-Leste foram performadas como um ritual de origem e nascimento. Com ampla divulgação nacional e internacional, as celebrações adquiriram descritores diversos, destacando a “chegada dos portugueses”, o “início da evangelização” e o “encontro de civilizações”.



(CHOMSKY, 1999) A língua portuguesa, que nos últimos anos do colonialismo português era acessível a menos de 10% da população (THOMAZ, L., 2002), foi proibida, e o aprendizado do *bahasa indonesia* tornou-se obrigatório mediante um aparato escolar que se ampliou rapidamente. A ocupação acelerou o desenvolvimento da consciência nacional timorense, criando formas inéditas de resistência e solidariedade. Neste contexto, a língua portuguesa chegou a transformar-se numa “arma dos fracos”. Como indonésios a desconheciam, seu uso possibilitava a comunicação secreta entre os líderes da resistência que haviam sido escolarizados no período colonial. (LUTZ, 1995)

O presidente da comissão buscava vincular, em seu discurso, a formação da identidade nacional timorense, gestada sobretudo no último quartel do século XX, com o momento mítico de contato dos portugueses, ocorrido quase cinco séculos antes. E foi deste modo que o quinto centenário foi abordado formalmente pelo Estado: em termos identitários. Os materiais oficiais produzidos pelo governo falavam em “afirmação”, “reafirmação” ou mesmo “afirmação da nova identidade timorense”, tal como anunciado no próprio título da comissão. Provavelmente esta não clareza sobre o caráter fundador ou refundador da identidade afirmada seja um reflexo das próprias críticas que o evento sofreu.

Chama a atenção que a definição oficial das comemorações contrapunha-se à historiografia nacionalista timorense, surgida nos anos 1970 e 1980, escrita por intelectuais envolvidos na resistência à ocupação indonésia, como Abílio Araújo (1977), José Ramos-Horta (1987) e Xanana Gusmão (1994). Estes imaginaram a nação através do conceito *maubere*, um termo originário da língua *mambae*, significando “meu irmão”, que se transformou num símbolo político e também num modo de enfatizar o caráter popular, nativista e tradicional da identidade timorense. Nesta tradição historiográfica, o acento anticolonial era forte e a história do país era narrada através das guerras e das lutas de resistência ao estrangeiro, e não em função da aliança com estes. (LEACH, 2008, 2009, 2010) Esta é uma posição compartilhada por Abílio Araújo, intelectual timorense que não foi convidado a integrar a organização dos “500 anos” e que em entrevista reiterou:

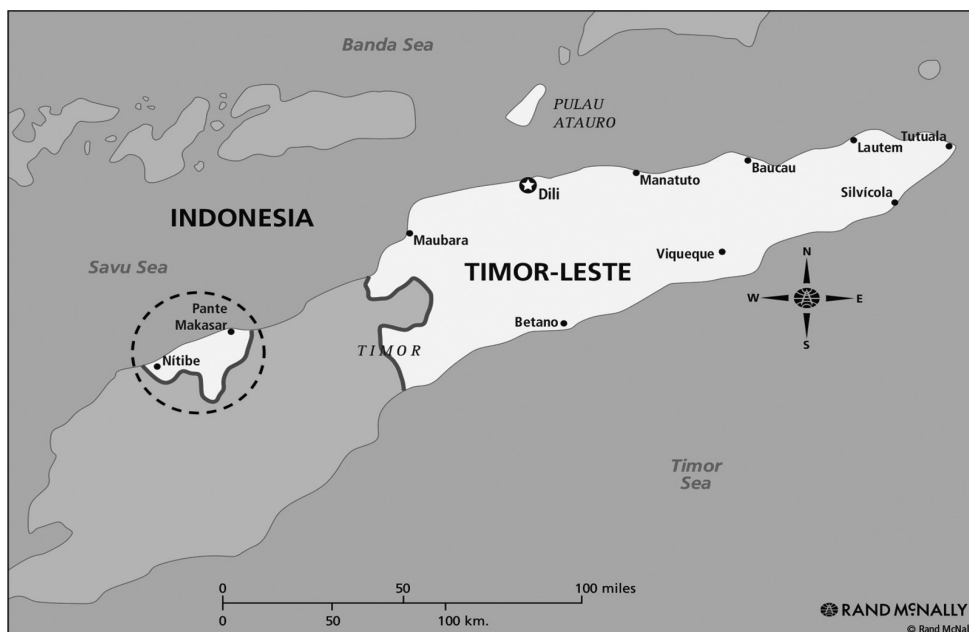
*Esta história que está sendo contada me parece um equívoco, a identidade timorense precede a presença portuguesa. Já sabíamos muito bem quem éramos antes dos europeus para cá virem. O governo de um país deveria perceber, ter visão mais larga, para não transmitir equívocos às gerações futuras.*

Outras críticas também foram expressas em função do evento, quase sempre em língua tétum. Como aquelas lançadas pelo periódico *Suara Timor Lorosae*, que declarou que o governo celebrava o “dia da exploração”, o “início da escravidão”



um “enclave”, pois possui uma saída para o Mar de Savu, ao Norte, não estando completamente envolvida pelo espaço terrestre do Estado indonésio. A história deste lugar é, de fato, singular em relação ao resto do país. A definição territorial de Oecusse foi resultado de uma longa negociação colonial sobre a fronteira luso-holandesa na ilha, iniciada em meados do século XIX e concluída apenas no início do século XX. (PÉLISSIER, 2007) O primeiro governador português nomeado para Timor tomou lugar em Lifau, região de Oecusse, no ano de 1702, sendo que em 1769 a praça teve de ser abandonada devido ao cerco dos chefes locais, forçando o deslocamento da presença portuguesa para o Leste, na baía de Díli, capital que se manteve desde então. (GUNN, 1999, p. 110) Oecusse também teve precedência na invasão indonésia, sendo o primeiro território leste-timorense a ser ocupado pelo exército vizinho. Contudo, logo após o referendo e sua desocupação (1999-2002), a viabilidade do exclave como parte integrante de Timor-Leste independente foi muito questionada, sobretudo por observadores internacionais. Como notou-se depois, esta postura subestimava o forte nacionalismo leste-timorense existente em Oecusse, um sentimento atrelado à memória da dor e do trauma imposto pelo Estado vizinho. (CRISIS GROUP, 2010)

Figura 44. Mapa com distrito de Oecusse em destaque na parte Oeste da ilha de Timor



Fonte: adaptada de Portugal Digital (2021).

Hoje, presume-se que a região foi o lugar em que os portugueses primeiro se estabeleceram na ilha e, nas praias de Lifau, um pequeno monumento reforça esta narrativa. Em frente ao Mar de Savu, uma coluna feita de pedras suporta um brasão português com uma cruz acima. Uma placa de pedra traz a inscrição “aqui desembarcaram portugueses em 18 de agosto de 1515”. E no piso que circunda o padrão pode-se ler a afirmação “aqui também é Portugal”. Objeto de atenção pública e atração turística, a origem do monumento é incerta, mas alguns habitantes de Oecusse narram a estranha história de que aquele artefato não foi construído por portugueses, mas pelos próprios timorenses durante a invasão indonésia. Tal qual me foi explicado pessoalmente, quando visitei Oecusse em 2012, no período da ocupação a afirmação do vínculo com a antiga potência colonial significava também uma recusa ao novo ocupante, de modo que a construção do monumento era expressão de uma das formas da resistência cultural praticadas no exclave.

Transformada em uma zona estratégica de mercado, Oecusse hoje tem recebido grandes investimentos públicos para a edificação de infraestruturas, como estradas, um novo porto e aeroporto internacional. O projeto também favorece o próprio investimento privado que tem aquecido o mercado local, com a maior presença de novos estabelecimentos comerciais, pequenos empresários timorenses e portugueses, além do capital chinês. Deste modo, as intenções das comemorações, ao dar visibilidade nacional e internacional a Oecusse, foram somadas ao plano do Estado de transformar o exclave num dinâmico polo econômico e turístico. Como afirmou Mari Alkatiri, à época presidente da Região Administrativa Especial de Oecusse (RAEO): “a escolha de Oecusse é um pouco como voltar à história”, “assim como Timor-Leste começou em Oecusse, o desenvolvimento de Timor-Leste vai começar em Oecusse para se estender ao resto do país.” (DESENVOLVIMENTO..., 2014) A ideia era que o fortalecimento econômico deveria se iniciar no mesmo lugar em que o país nasceu. E, neste processo, o objetivo da celebração era então ampliado, de modo que lembrar do passado associava-se também ao projeto de vender a imagem daquele lugar no presente.

Devido à dificuldade de acesso ao exclave, foram estabelecidas negociações com a Indonésia no sentido de facilitar o trânsito de funcionários e convidados pelas fronteiras. Inclusive, a Comissão da Organização das Comemorações dos 500 anos da Afirmação da Nova Identidade Timorense anunciou a participação indonésia nas atividades, com a realização de jogos entre as populações da zona fronteira, a apresentação de performances musicais de *kercong*<sup>7</sup> e também o

---

7 Também chamado de *kroncong*, o termo nomeia um estilo de música indonésio considerado tradicional no país, que envolve cantos e danças e é executado coletivamente em grupos ou orquestras. O principal instrumento do *kercong* tem o mesmo nome,



intercâmbio de experiências entre as comunidades católicas de Flores, Larantuka e Maluku, ilhas indonésias de maioria cristã situadas nas proximidades de Timor. A antiga potência ocupante fora então integrada ao evento, mas apenas na medida em que contribuía para os interesses deste: na facilitação das fronteiras, na valorização da herança cultural portuguesa no arquipélago e no reforço dos laços católicos com as ilhas da região.

Na praia de Lifau, um grande palco foi montado especialmente para apresentações artísticas e musicais, entre elas a performance do português Tony Carreiras e do cabo-verdiano Tito Paris. Mas o ponto alto foi a noite do dia 27 de novembro, quando seria inaugurado um novo monumento em homenagem aos “500 anos”. O presidente são-tomense, o primeiro-ministro cabo-verdiano e o príncipe de Mônaco confirmaram presença na cerimônia. Convidado à celebração, o então presidente português, Cavaco Silva, não pôde ir a Timor-Leste, pois se encontrava em curso na mesma data, na ex-metrópole, a formação de um novo governo constitucional. A recusa do chefe de Estado português foi sentida na ex-colônia e o então primeiro-ministro timorense, Rui Araújo, chegou a afirmar que “seria desleal Portugal não enviar representante”. O mal-estar diplomático foi resolvido com a presença do presidente do Tribunal Constitucional do Estado Português e, apesar da produção de moedas e selos comemorativos confeccionados naquele país, artigos de opinião foram publicados em Portugal denunciando a pouca feita do Estado e seus representantes oficiais em relação ao quinto centenário de Timor. (SERIA..., 2015) Mais distante do espírito republicano português esteve presente também Dom Duarte Pio de Bragança. O principal pretendente ao trono lusitano, que afirmava valorizar a “tradição monárquica timorense”, apoiou a luta pela independência do país durante a ocupação indonésia e fora premiado, dois anos antes da efeméride, com a nacionalidade timorense pelos “altos e relevantes serviços prestados a Timor-Leste”. Frente a estas e outras autoridades internacionais, o então presidente da RDTL, Taur Matan Ruak, disse:

O mar é a realidade física e geográfica que permitiu nosso encontro entre timorenses e portugueses, asiáticos e europeus. Este encontro foi importante porque representou a abertura de Timor ao mundo exterior. Abertura ao mundo que começou em Lifau e nunca mais parou [...] a língua portuguesa foi a língua da resistência, pois foi a língua que os combatentes compreendiam, mas nossos adversários não. (TAUR..., 2017)

---

assemelha-se ao *ukulele* havaiano e, tal como este último, constitui uma apropriação local dos pequenos instrumentos de cordas ibéricos trazidos por viajantes portugueses aos arquipélagos.

Já no discurso do jantar oferecido após a inauguração do monumento, o então primeiro-ministro, Rui Maria de Araújo, mais uma vez reforçou a narrativa da aventura marítima e a importância da língua portuguesa:

Remonta ao princípio do século XV, após a conquista de Ceuta, o início da expansão marítima portuguesa que promoveu sucessivas descobertas no grande continente africano, permitindo a Vasco da Gama percorrer a sua rota até alcançar as Índias e a Pedro Álvares Cabral, na procura do comércio com o Oriente, desviar-se da sua rota para encontrar o Brasil. Continuando a odisseia marítima e atraídos pela riqueza do Oriente, a tomada de Malaca possibilitou uma profunda presença portuguesa nesta região, potenciando toda uma nova lógica empreendedora, estreitando relações comerciais com a Ásia Oriental e chegando a Solor e Flores, e, mais tarde, atraídos pelo nosso valioso sândalo, a Timor. Os portugueses e os missionários trouxeram e deixaram, de vários cantos do mundo, muitos traços linguísticos e históricos, conhecimentos, valores e sentimentos que se foram enraizando e permanecem até hoje na nossa cultura, moldaram e influenciaram a nossa formação e a nossa educação e constituem um património único de Timor-Leste. A coabitação destes traços trazidos pelos portugueses veio enriquecer ainda mais a identidade autóctone timorense, o que faz de nós um povo com características únicas na região. [...] Hoje somos nós os navegadores de Timor-Leste e, tal como os navegadores que chegaram na caravela que hoje acabámos de inaugurar, somos nós, timorenses, ‘os homens do leme’! (TIMOR-LESTE, 2015, p. 2-3)

Os discursos dos chefes de Estado e de governo de Timor-Leste referiam-se com orgulho à chegada dos navegadores portugueses, como principais agentes da gestação da nação: trouxeram a língua, estabeleceram a cruz, colocaram Timor no mapa colonial e na história d’*Os Lusíadas*. Assim apresentaram o país ao mundo exterior. Essas performances do poder nacional incorporavam o próprio discurso imperial dos “descobrimientos”, sugerindo que antes do advento europeu os ilhéus estariam fechados num mundo interior, desprovidos deste bem maior que é o evangelho e destituídos de uma língua que os permitiu resistir contra a ocupação estrangeira. A longa e penosa viagem marítima teria levado, assim, a um necessário enriquecimento cultural dos autóctones. As duas evocações do encontro colonial destacaram sobretudo uma interação unidirecional: portugueses contribuíram para a formação da nacionalidade timorense, mas o movimento reverso sequer foi interrogado.

Importa que tais discursos não foram apenas verbalizados pelas figuras timorenses de proeminência política. Seus sentidos também estavam inscritos no monumento recém-inaugurado, um forte argumento visual e material, confeccionado especialmente para a ocasião e que foi consagrado no coração do ritual.

*Figura 45.* Detalhe do novo monumento de Lifau<sup>8</sup>



Fonte: Observatório da Língua Portuguesa (2015).

Pesando oito toneladas e medindo 4,3 metros de altura e 3,2 metros de largura, o novo monumento de Lifau é composto por uma caravela e oito figuras feitas em bronze de lei. O conjunto global da cena apresenta dois marinheiros menores que se encontram no interior da embarcação, três timorenses que recebem os recém-chegados e, saindo da embarcação, três figuras europeias que se voltam aos ilhéus. As figuras não possuem nomes. Mas diferentemente dos marinheiros e dos timorenses, sem maiores caracteres distintivos, os europeus em solo possuem um maior detalhamento na indumentária. Joaquim de Brito, português e projetista do monumento, afirmou em entrevista que os três portugueses representariam

---

8 Padre catequista e porta-estandarte em primeiro plano. Ao fundo, caravela com dois marinheiros.



tando uma viagem de Malaca a Timor: “deixaram uma terra em tumulto, dado que os portugueses espancaram mercadores da terra”.

O novo monumento integra parte de um projeto arquitetônico mais amplo, intitulado Complexo Museológico de Lifau, e que ainda permanece no papel. Mas a produção do artefato já estabelecido parece ter sido alvo de algum debate e ingerência por parte de autoridades do Estado timorense, instituição financiadora da obra. Mari Alkatiri, presidente da Região Administrativa Especial de Oecusse (RAEO), relatou que “*no desenho original da caravela estava escrito ‘Vasco da Gama’. Era uma coisa dos portugueses que não podíamos deixar passar. Vasco da Gama nunca pisou em Timor*”.<sup>9</sup> Mesmo com alterações, o resultado final parece não ter agradado a todos. Quando estive em Timor, em 2015, uma funcionária da RAEO contou-me que a representação dos timorenses no monumento incomodou alguns moradores de Oecusse. Segundo ela, a estatuária apresentava nativos com indumentária tradicional característica da ponta Leste da ilha, e não do exclave de Oecusse. Aqueles que viviam na parte Oeste da ilha e que tinham o *baiqueno* como língua materna questionavam, assim, não tanto uma interpretação incorreta do primeiro contato, mas a própria dificuldade em se identificarem com os personagens que ali deviam representá-los.

## Entre a cruz e a espada

Além da participação de inúmeras entidades do Estado timorense, a organização dos “500 anos” contou com o apoio de instituições portuguesas atuantes no território, como a Fundação Mário Soares, o Instituto Camões, a Fundação Oriente e a própria embaixada de Portugal. Para a comunicação e publicidade do evento, o governo da RDTL confeccionou um logo. Já um outro logo foi feito pela Fundação Mário Soares. Até onde pude saber, não houve concorrência entre as imagens. A primeira foi divulgada nos órgãos do Estado timorense. A segunda circulou nos espaços com maior presença da cooperação internacional portuguesa e serviu como capa do catálogo preparado para a exposição. Em todo caso, ambas as imagens tiveram difusão restrita, concentrada sobretudo em Díli e Oecusse, além da própria internet. Suas diferenças, no entanto, me parecem instrutivas sobre o modo como dois estilos de imaginação nacional podem projetar, sintetizar e visualizar os “500 anos” de Timor-Leste.

---

9 Entrevista com Alkatiri feita em abril de 2014.



Numa aproximação imediata, ambos os logos exibem aspectos comuns. Destacam o numeral “500”, apresentam palavras em tétum-praça e expõem a imagem de uma embarcação que traz consigo a narrativa das navegações. Mas as semelhanças entre os documentos visuais sugerem pontos interessantes. De fundo branco, a imagem oficial do governo apresenta em primeiro plano o sustentáculo da Cruz. Abaixo da coluna é que surgem números e palavras descrevendo o evento: *500 re-afirma sua identidade Timor-Leste 1515-2015*. A embarcação encontra-se apenas atrás do pilar, no desenho avermelhado de um veleiro cujos traços não parecem ser exatamente aqueles das caravelas ibéricas quinhentistas.

Por sua vez, o logo criado pela Fundação Mário Soares, em parceria com o Arquivo & Museu da Resistência Timorense (AMRT), destaca a figura de um barco acima de tudo. Abaixo seguem outras informações inscritas: *“Tinan 500 anos years Portugal-Timor”*. A palavra em tétum é conectada às traduções em português e inglês, impulsionando o evento para o marco transnacional e plurilíngue. Aqui a referência a Timor é antecedida por Portugal, sugerindo precedência deste. Chama a atenção que o desenho da embarcação representada possui elementos orientais, o que é visível pelo formato das velas que se assemelham às das naus de junco características do mundo marítimo sul-asiático. A cor de fundo da imagem é azul escuro com tons de verde e, abaixo, à direita, nota-se uma marca d’água com traços que remetem à bússola ou rosa dos ventos, cores e instrumentos de orientação que são índices da vida no mar. Os dois logos apresentam artefatos marítimos e insinuam, assim, que os “500 anos de Timor-Leste” só foram possíveis pois, à época, existiam embarcações que permitiram “grandes navegações”. Talvez a diferença mais evidente seja que, enquanto no segundo logo a caravela e o vínculo com Portugal é explícito, sugerindo primazia sobre outros elementos, no primeiro, a cruz é a principal marca, instaurando ordem e simetria à imagem, e colocando-se como ícone preponderante e de fundamento na proposta visual. No logo confeccionado pelo governo timorense, a sugestão maior que fica é de que Timor-Leste só foi possível graças ao advento da cruz. Ainda que apoiada na sombra de um possível padrão português, ali a omissão do nome de Portugal dá espaço à presença de um símbolo religioso que secundariza o lugar da embarcação.

De fato, “o início da evangelização” foi o motivo de maior sensibilização popular para a celebração dos “500 anos”, muito mais impactante, por exemplo, que a alegada “chegada dos portugueses”. Isso não por acaso, já que a história recente da Igreja no país é central para a compreensão do nacionalismo timorense. No Timor colonial de 1952, os católicos constituíam 13% da população; em 1973 alcançavam 29%. (CAREY, 1999, p. 79) Com a ocupação indonésia, a adesão ao catolicismo aumentou, chegando a 90%, como resultado das “conversões em





efetuadas. E nestes momentos atrelava-se a alegada presença de meio milênio da Igreja na ilha ao seu importante papel na acolhida do sofrimento do povo. Mais uma vez, o evento era ritualizado como forma de conectar um tempo de longuíssima duração ao breve tempo histórico de desenvolvimento do nacionalismo e difusão do catolicismo.

Um ano antes das comemorações, em março de 2014, o presidente da Conferência Episcopal de Timor-Leste e também bispo de Baucau, Dom Basílio do Nascimento, juntamente com outros dois bispos, foram à Santa Sé. Num encontro pessoal com o Papa Francisco, os sacerdotes timorenses convidaram o pontífice para as celebrações dos “500 anos”. Com uma viagem previamente programada para a Ásia, a expectativa era de que ele pudesse participar do evento. Se somada à breve e conturbada visita do Papa João Paulo II, ocorrida em 1989, num evento que colaborou para a virada da opinião pública internacional a respeito da ocupação indonésia, esta seria a segunda vinda de um Santo Padre ao território.

A viagem do pontífice pela Ásia ocorreu em janeiro de 2015. Ele passou pelo Sri Lanka, onde canonizou o primeiro santo daquele país de minoria católica, e fomentou o diálogo inter-religioso, considerando o longo conflito civil entre o povo tâmil e cingaleses. Também visitou as Filipinas, o maior país asiático de maioria católica, buscando confortar os atingidos pelo tufão Yolanda. Timor-Leste acabou por ficar fora do circuito papal, mas a Santa Sé deu sinais de apoio e reconhecimento. O cardeal Pietro Parolin, representante diplomático e Secretário de Estado do Vaticano, foi enviado com dois objetivos principais: promover uma concordata e participar da festa de Assunção de Nossa Senhora em Timor-Leste, que, naquele ano, foi dedicada exclusivamente aos “500 anos da evangelização”. O acordo diplomático buscava estreitar a cooperação entre o Vaticano e a RDTL, reforçando um claro entendimento da separação entre Estado e Igreja como forma de evitar futuros conflitos político-eclesiásticos<sup>11</sup>. Por sua vez, a missa solene, presidida pelo próprio delegado do pontífice, adensou boa parte dos sentidos católicos dos “500 anos” e ocorreu no dia 15 de agosto, em Taci Tolu, Díli, no mesmo lugar visitado pelo Papa João Paulo II em 1989. Perante

---

11 Em 2005, o primeiro governo da República Democrática de Timor-Leste enfrentou a primeira grande crise política depois da restauração da independência. Sob organização da Igreja Católica, durante 19 dias, cerca de 5 mil habitantes de diferentes regiões deslocaram-se a Díli para protestar contra a alteração curricular sugerida pelo governo para o ensino primário. A proposta piloto era de que a disciplina de “Ensino Religioso” fosse, entre outras coisas, optativa e de responsabilidade das instituições confessionais. O conflito atingiu outros setores e levou à queda do então primeiro-ministro Mari Alkatiri, que chegou a ser acusado de “profanação” por afirmar que “a constituição era sua Bíblia”. (SILVA, K., 2007)

uma multidão de centenas de pessoas, com a presença de vários bispos timorenses, também sacerdotes católicos oriundos da Austrália, Singapura e Indonésia, além do presidente e do primeiro-ministro de Timor-Leste, o cardeal leu uma carta enviada pelo Papa Francisco. A mensagem assinalava o reconhecimento da efeméride, a “coragem” e as “incontáveis dificuldades” que os “empreendedores missionários” tiveram ao levar o evangelho à região de Timor. (PAPA..., 2015)

Mas se as celebrações católicas foram concentradas em agosto na parte Leste da ilha, na parte Oeste a dimensão religiosa não foi excluída das comemorações oficiais. No mês de novembro, o maior movimento de massas em Timor-Leste contemporâneo, a *Cruz Joven*, após uma grande peregrinação por paróquias de todo território timorense, chegou ao exclave de Oecusse.<sup>12</sup> Uma colega que esteve presente nas comemorações de Lifau me relatou que vários membros da *Cruz Joven* chegavam à praia utilizando uma mesma camiseta preta. Nesta podia-se ler a frase estampada: “Esta terra não foi conquistada pela espada, mas pela água e pelo sal”. Este argumento, repetido com certa frequência no país, constitui uma afirmação que exclui a selvageria da hostilidade colonial em privilégio de uma narrativa de pureza atribuída à evangelização. Trata-se, pois, de uma afirmação que silencia inúmeras experiências nas quais a espada esteve umbilicalmente associada à cruz: o negócio dos padres comerciantes de sândalos e escravos na região de Flores-Timor, no fim do século XVI (BOXER, 2002); o papel das missões católicas nas guerras contra o “paganismo” e o “barbarismo” na ilha, bem como na preparação e no envio de cabeças decapitadas para os estudos de antropologia física na metrópole (ROQUE, 2010); ou mesmo no início do século XX, com a destruição, o saque e a perseguição às casas sagradas timorenses (*uma lulik*), “um dos principais pontos de mira da atuação missionária, se não o principal”. (ROSA, 2012, p. 18) No entanto, não foram estas as experiências lembradas nas cerimônias dos “500 anos de evangelização”. Disso esqueceu-se ou não se falou. Ali, o que foi produzido como história é que a conquista de Timor,

---

12 A Cruz Joven foi estabelecida em Timor-Leste no início da década de 1990 como forma de elevar a conversão e o entusiasmo dos jovens por Jesus Cristo, num momento de crescente engajamento dos setores da igreja na luta pela independência. Seu símbolo maior é uma grande cruz de madeira, exibida e transportada entre os lo-cais de culto, e ornada com insígnias lisan (tradição), como belak (disco de metal) e tais (tecido). Esta simbologia mista evidencia a articulação dual das crenças e rituais que lhe acompanham, com componentes da fé ca-tólica e da tradição timorense. No ano de 2015, por ocasião das celebrações do “início da evangelização” em Timor-Leste, a Cruz Joven desenvolveu atividades públicas, atuando como movimento dinamizador da Igreja, mas também desenvolvendo estratégias de reconciliação e gestão da violência entre grupos de jovens timorenses. (UEDA, 2019)

seu ritual de nascimento e purificação, não se fez pelo estrondoso golpe da lâmina, mas pelo imaculado ato do batismo.

## Geopolítica dos 500 anos

Num ensaio “sobre o conceito ibérico de tempo”, Gilberto Freyre (1975) contrapôs a noção de tempo da Europa setentrional àquela herdeira dos valores espanhóis e portugueses. Enquanto a primeira, associada a uma ética protestante, seria glorificadora do progresso, do contínuo trabalho humano e seus rendimentos; a segunda estava implicada no ócio criativo, na alternância cíclica de atividades, com momentos de lazer e festa, fundindo passado, presente e futuro num quadro temporal fluido e infenso à linearidade. Diferentemente dos ingleses, zelosos do tempo cumulativo e do *time is money*, os ibéricos teriam desenvolvido ideias muito mais sofisticadas a respeito do espaço, expressas nas técnicas de navegação oceânica mobilizadas nos séculos XV e XVI: caravela, bússola, astrolábio e cartografia. O privilégio de um melhor conhecimento sobre o espaço em detrimento do tempo seria uma componente da cultura ibero-tropical que, segundo Freyre, também teria promovido entendimentos excepcionais com povos de outros continentes: americanos, africanos e asiáticos. Esta suposta aptidão dos ibéricos para se relacionarem com as terras e gentes tropicais seria uma das características mais marcantes da chamada “civilização lusotropical”.

Poder-se-ia argumentar que esta concepção ibérica de um tempo cíclico e não linear ajuda a compreender a repetição ritual do culto aos descobrimentos em Portugal, aquilo que Silvia Maeso (2016), numa linguagem mais contemporânea e como discutido anteriormente, chamou ironicamente de “*loop* pós-colonial”. Contudo, o maior risco aí seria a simplificação e generalização, impedindo o entendimento sobre os contextos e condições que permitem a construção de certas temporalidades específicas em detrimento de outras. Já abordamos o lugar diferencial dos “descobrimentos” em Portugal e dos “500 anos” de Timor-Leste. Considerando a dimensão pública e transnacional destas comemorações, gostaria de terminar este capítulo inserindo a experiência brasileira como um contraponto triangular nesta discussão. A ideia é situar estas práticas comemorativas no interior de uma paisagem global mais ampliada, de modo a localizar melhor a posição de Timor-Leste e descentrar a própria concepção de um “mundo português”. As celebrações do advento europeu são um campo profícuo para análise empírica e comparativa internacional, evitando homogeneizações e permitindo interrogar concretamente os modos pelos quais os Estados-nação se relacionam diferentemente com o tempo histórico e o legado colonial a partir de eventos

rituais precisos. As efemérides centenárias possuem significados distintos que dependem, entre outras coisas, da posição regional dos Estados-nação, de suas trajetórias coloniais e pós-coloniais, bem como do relacionamento governamental estabelecido com as diferentes categorias étnico-raciais da população. Nesse sentido é que a chamada “lusofonia”, variante pós-imperial do antigo “lusotropicalismo” freyreano, pode ser tomada de forma crítica, considerando sua especificidade sem aceitar sua excepcionalidade, ou seja, reconhecendo as relações, tensões e assimetrias ali existentes, mas rejeitando o culturalismo essencialista que lhe deu origem.

Desde o século XIX o tema do “descobrimento” foi referência importante na produção intelectual e cultural brasileira, mas nas comemorações oficiais dos “500 anos de descobrimento do Brasil”, em 2000, a produção sobre o tema explodiu, com a organização de grandes ciclos expositivos, programas televisivos, publicações, debates acadêmicos e grandes eventos públicos que retomaram, e também contestaram, elementos de uma tradição nacional gestada há mais de um século.<sup>13</sup> As comemorações brasileiras, além de reiterar o protagonismo português, também destacaram aspectos específicos da formação da nação, associados sobretudo ao “mito das três raças”, no qual o encontro entre europeus, ameríndios e africanos teria gestado no país um particular padrão de sociabilidade, ausente de conflitos sociais e raciais, pautado por relações amistosas e cordiais. Uma das respostas mais contundentes a este discurso oficial da “democracia racial” foi a articulação dos movimentos indígenas, negro, sem-terra e sem-teto, que recusaram esta narrativa e anunciaram outra, centrada na noção de conflito e que buscava “revelar a verdade histórica vivida pelos povos indígenas, pelos povos negros escravizados, pelas classes sociais e setores populares explorados e excluídos”. (CONSELHO INDÍGENA MISSIONÁRIO et al., 2000, p. 344) Para

13 Nomes de destaque na historiografia do Brasil oitocentista, como Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, escreveram sobre o “descobrimento” e a “Carta de Caminha”. Na criação pictórica destacam-se os quadros A primeira missa do Brasil (1860), de Victor Meirelles, e A elevação da cruz (1879), de Pedro Perez. Muitas outras pinturas retratando o caráter épico do advento português foram produzidas no contexto da cele-bração dos “400 anos de descobrimento do Brasil”, em 1900. No século XX esta rica iconografia seria inserida nos materiais didáticos e apropriada pelo cinema nacional: no pioneiro Os Guaranis (1908); n’O descobrimento do Brasil (1937), de Humberto Mauro; também em visões cinematográficas mais críticas, como Terra em Transe (1967), de Glauber Rocha, e Como era bonito meu francês (1971), de Nelson Pereira dos Santos. Lilia Moritz Schwarcz (1995) discute como, na passagem para o século XX, a imaginação nacional da elite brasileira deslocou o tema romântico do “indigenismo” para o problema científico da “mestiçagem”, sendo que a partir dos anos 1930 o discurso freyreano da “democracia racial” assumiria grande protagonismo.

isso foi organizada uma grande marcha nacional dos “excluídos”, intitulada “Brasil Outros 500”, em direção ao local das cerimônias oficiais, onde a “chegada dos portugueses” e a “primeira missa no Brasil” seriam reencenadas para um público seletivo, com a presença de autoridades, além dos presidentes do Brasil e Portugal, Fernando Henrique Cardoso e Jorge Sampaio.

Fechado e fortificado pela Polícia Militar, o ambiente da festividade transformou-se num território de estado de sítio. O próprio isolamento da cidade de Porto Seguro foi denunciado por parlamentares como inconstitucional. A violência estatal utilizada contra os manifestantes em protesto manchou a imagem da celebração, sobretudo ao serem impressas nas primeiras páginas dos jornais fotografias de indígenas espancados e jovens estudantes em sangue. Tudo isso num momento em que as cenas idealizadas da aliança de europeus com indígenas propagandeavam a fantasia de uma próspera nova geração por vir. Também a réplica da caravela portuguesa, construída especialmente para a comemoração e que deveria fazer uma viagem de Salvador a Santa Cruz de Cabrália, apresentou muitos problemas. Financiada pelo governo federal brasileiro no valor de 4 milhões reais, a Nau Capitânia teve de ficar fora das comemorações e por muito pouco não afundou. O então ministro da Cultura, um dos responsáveis pela organização do evento, foi demitido e o presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio) deixou a instituição em protesto contra as agressões aos indígenas. Periódicos utilizaram as palavras “vexame” e “fiasco” para descrever o momento ápice da comemoração.

Os “500 anos do descobrimento do Brasil” também deixaram perplexos os observadores internacionais. Estes se perguntaram se os organizadores da celebração não tomaram conhecimento dos debates ocorridos em 1992, apenas oito anos antes. À época, vozes de todo o mundo atacaram o vocábulo dos “descobrimientos” e impediram que o heroísmo de Colombo nas Américas fosse cantado nos mesmos termos que o foram cem anos antes, nas celebrações quarto centenárias de 1892. (CARVALHO, 2003) De fato, as discussões sobre os “500 anos da descoberta da América”, renomeados pelos críticos nos termos da “conquista” e “dominação”, praticamente não tiveram impacto no Brasil, que se manteve bastante distante das cerimônias continentais e praticamente não acolheu o tema no debate público doméstico. (MONTEIRO, 1996) O gigante sul-americano preferiu comemorar seu aniversário de 500 anos de forma separada e exclusiva, oito anos depois, numa festa em que os países vizinhos não foram convidados e que a ex-metrópole foi V.I.P. Ali, a grande narrativa euro-americana dos “descobrimientos” assumiu uma modulação própria, segregando Cristóvão Colombo da celebração e exaltando Pedro Álvares Cabral como ícone brasileiro do pós-colonialismo português.



Tal como no Brasil, a chegada dos portugueses na ilha de Timor foi abordada pelo discurso oficial como fundadora da nação, inaugurando a cronologia de um novo tempo. Em ambas as celebrações, as técnicas de encenação do passado produziram uma trivialização dos eventos históricos, na medida em que não foram disponibilizados ao grande público elementos para elaborar uma visão crítica das relações de poder que permearam o contexto retratado. Também nos dois “500 anos”, certos tópicos comuns apresentaram redundância temática: a identidade nacional, o vínculo com Portugal e a Igreja Católica. Se é certo que no Brasil o ano de 1900 fora marcado por uma primeira celebração centenária do “descobrimento”, em Timor-Leste isso nunca ocorrera antes.<sup>14</sup> Não havendo uma tradição nacional da ritualização do encontro colonial, os sentidos históricos, geográficos e culturais do evento tiveram de ser inventados a partir dos materiais e interesses existentes.

Em Timor-Leste não falou-se muito em “descobrimento”. Ainda que esta palavra não tenha sido oficialmente utilizada, muito da lógica que lhe subjaz se fez presente. “Colonização” foi outra categoria pouco mobilizada nos “500 anos de Timor-Leste”, sendo evocada apenas como uma forma de exaltar sua excepcionalidade. Tal como fez José Ramos-Horta, ex-presidente e ex-primeiro-ministro do país, que em artigo amplamente difundido declarou: “facto inédito no mundo em que um povo colonizado toma a iniciativa em celebrar a chegada dos colonizadores nas suas praias e o início de séculos de colonização”. O laureado Prêmio Nobel da Paz não só esquecia da efeméride brasileira, ocorrida apenas quinze anos antes, mas parecia ter assumido um discurso presente naquela, afirmando uma “relação exemplar”, “sem preconceitos nem complexos em relação a Portugal”. (LUSA, 2015) Também é de se destacar a semelhança do lugar atribuído à Igreja Católica em Timor-Leste e no Brasil. A benignidade do advento do cristianismo, expressa no primeiro país por meio da repetida afirmação “esta terra não foi conquistada pela espada, mas pela água e pelo sal”, pode ser aproximada da icônica imagem d’*A primeira missa do Brasil*, pintura de Victor Meirelles dramatizada em inúmeras situações, inclusive no ápice das celebrações de 2000. Ambos argumentos apresentam retóricas que imaginam os povos originários da terra como selvagens dóceis e completamente domesticados pelo sacramento religioso. Nos dois países as comemorações quinto centenária-

---

14 As celebrações quarto centenárias do “descobrimento do Brasil”, em 1900, ocorreram num momento de tensões políticas com Portugal. À época, as disputas entre monarquistas e republicanos se desenrolavam no Brasil e na ex-metrópole, ainda regida pela coroa. Na nova república brasileira, a imagem do português colonizador e explorador agora se acoplava, aos olhos da população, à do estrangeiro, monarquista e conspirador antirrepublicano. Em Portugal, país que chegou a romper relações diplomáticas com o Brasil em 1893, interpretava-se na proximidade com a jovem república sul-americana uma real ameaça à crise monárquica que, por fim, chegaria a termo em 1910. (OLIVEIRA, 2000)





Em vários aspectos, os “500 anos” de Timor-Leste se aproximaram de outras celebrações centenárias do advento europeu, na medida em que divulgaram uma história espetacular e estabelecida pela perspectiva das elites dirigentes vinculadas ao legado colonial. Tais comemorações são inusuais na Ásia do Sul e do Sudeste, região na qual as diferentes tradições nacionalistas são fortemente marcadas pela resistência anticolonial e pela intolerância a qualquer forma de nostalgia ao colonialismo. Contudo, em Timor-Leste, o nacionalismo não se desenvolveu na luta contra o colonizador, tal qual o percurso de outras nações asiáticas, mas principalmente no combate à ocupação neocolonial indonésia, mobilizando para isso a cultura do ex-colonizador como forma de contestar o invasor vizinho. É isso que permite compreender como, na noite de 27 de novembro de 2015, o monumental artefato encenando a chegada dos colonizadores foi inaugurado para logo na manhã do dia seguinte, no aniversário de 40 anos da proclamação da independência, o hino nacional timorense ser entoado com os revolucionários versos de Borja da Costa (2009), bradando “vencemos o colonialismo” e “abaixo o imperialismo”.

Podendo ser interpretada como uma declaração das relações de colonialidade que permeiam o Estado-nação timorense, a homenagem pública ao legado português também deve ser contextualizada em escala regional, âmbito em que afirma a diferença histórica de um país territorialmente diminuto e cercado por dois gigantes. Por isso, ritualizar o passado colonial também é um gesto de diplomacia cultural, uma forma de marcar posição num delicado tabuleiro geopolítico que apresenta pouco espaço para manobras. Ao assumir o modelo ritual lusocêntrico dos “descobrimientos”, Timor-Leste ancora-se numa história diversa daquela proposta pela narrativa nacionalista do antigo Estado invasor. No período da ocupação, o regime indonésio utilizou-se de documentos ancestrais que atestavam a longa influência do império javanês de *Majapahit* sobre a ilha de Timor, em período anterior ao advento europeu. Esta era uma forma de legitimar a “anexação”. Nesta história, a presença europeia era interpretada como uma interferência estrangeira temporária que seria corrigida com a integração da parte Leste da ilha à grande Indonésia – uma narrativa semelhante àquela adotada por Nehru, por ocasião da “reintegração de Goa” à União Indiana, em 1961. Contudo, as celebrações dos “500 anos” de Timor-Leste reforçaram uma outra narrativa: a que afirma sua filiação à matriz cultural lusitana, com sua religião e língua. Nesta versão da história, a invasão indonésia é interpretada como uma interferência estrangeira temporária, impedindo o livre curso da descolonização de um país, há séculos, “lusófono”.

Vê-se, então, como o significado dos “500 anos” não é o mesmo no interior do chamado “espaço da lusofonia”, havendo aí muita dissonância e seletividade. Em Portugal, o tema das “descobertas” é absolutamente central numa imaginação nacional forjada no império e cantada desde *Os Lusíadas*. Por sua vez, o nacionalismo



## »»» CONSIDERAÇÕES: Silêncios do passado

*O mais difícil hoje é contar uma história de Timor que não seja nem a portuguesa e nem a indonésia. [...] Entre essas duas temos de encontrar uma [história] diferente, onde o povo possa nela se reconhecer.*  
(Roger Sávio Ma'averu)<sup>1</sup>

O sentido inicial desta pesquisa foi fruto de um profundo incômodo pessoal. Trabalhando em contextos educacionais timorenses e frequentando instituições da memória da capital tive a impressão de que o conhecimento ensinado e disponível no país reforçava, mais que contestava, a dependência acadêmica e o imperialismo intelectual. E pior, me via como um agente envolvido neste processo. Em certa medida, esta repetição institucional das obras e discursos ocidentais também ocorre em meu país de origem, ainda que em menor escala. Mesmo com as recentes políticas de afirmação a respeito das realidades africanas e latino-americanas nas quais o Brasil se insere, escolas e universidades continuam a falar muito mais sobre a “queda da Bastilha” e a “marcha para o Oeste” do que sobre os saberes, as histórias e as lutas do Sul Global. A pesquisa deste livro iniciou com este incômodo e manteve-se conectada ao desejo de reinventar articulações capazes de intervir nesta geopolítica do conhecimento.

Para tal, este trabalho abordou um conjunto diverso de obras e práticas voltadas para a edificação do passado em Timor-Leste: ensino de história e manuais didáticos, autores e escritos timorenses, fotografias e monumentos, espaços mu-

---

1 Em entrevista feita em julho de 2015.



público timorense colocou mais uma barreira linguística no âmbito das práticas de leitura escolar e demonstrou um dos efeitos mais deletérios desta divisão internacional do trabalho educacional, na qual as instituições portuguesas produzem materiais didáticos para o sistema de ensino timorense consumir e difundir.

A pesquisa também recuou aos anos de 1970, importante contexto de elaboração da “questão nacional” em Timor-Leste. Considerando o protagonismo de Abílio Araújo na escrita da história nacional, analisei trabalhos em que o autor elabora diferentes chaves de leitura da história do país a contrapelo da historiografia colonial. Ao fim, confrontei os nomes e a produção de Abílio Araújo e Xanana Gusmão, personagens de reconhecimento desigual na esfera pública timorense, mas associados a diferentes formas de atuação e teorização da história – evidenciadas na mobilização dos conceitos de “revolução *maubere*” e “resistência timorense”. A obra de Abílio Araújo permanece encoberta e de difícil acesso em Timor-Leste. Ele nunca assumiu nenhum cargo no Estado após a restauração da independência, diferentemente de muitos de seus pares da geração de 1970 que sobreviveram aos anos da ocupação. Tal fato se deve à sua particular trajetória e aos desentendimentos travados com lideranças e organizações timorenses. Como ideólogo do nacionalismo e historiador de Timor-Leste, o pioneirismo de Abílio Araújo contrasta, portanto, com sua relativa invisibilidade pública, um silenciamento que se estende também à sua obra intelectual.

Ao explorar o campo da produção visual associado à figura de Dom Boaventura, a pesquisa conectou a construção de sua imagem pública às diferentes narrativas nacionais incorporadas no país. No período colonial, o *liurai* de Manufahi foi exibido como um régulo revoltoso na metrópole, enquanto em Timor permaneceu como um nome vivo na tradição oral. Nos anos 1970, o personagem adquiriu visibilidade na ilha e fomentou a peregrinação de jovens lideranças nacionalistas à região de Manufahi. Nos anos da ocupação indonésia, a antiga imagem colonial de Dom Boaventura perdeu projeção e novos monumentos foram criados pelo Estado invasor na intenção de associar sua figura a uma narrativa da ocupação indonésia. Mas com Timor-Leste independente, os monumentos indonésios foram ressignificados pelos cidadãos e a fotografia colonial foi reafirmada como imagem oficial do *liurai* pelo Estado timorense. O centenário de Manufahi é expressão singular, portanto, de uma história mais longa, na qual as visões sobre Dom Boaventura foram diferentemente incorporadas nas lógicas do imaginário mítico e popular timorense, ao mesmo tempo em que foram tratadas como objeto de manipulação simbólica de acordo com distintos interesses e jogos de poder.

Em dois capítulos argumentei como o Memorial de Balide e o Arquivo & Museu da Resistência Timorense oferecem diferentes histórias sobre a nação,

histórias que circulam e se confrontam, e que estão conectadas a certos objetos e posições específicas de sujeitos. No capítulo quatro comparei o processo de patrimonialização destes dois espaços e a formação dos seus acervos. A projeção nacional das duas instituições é muito desigual, sendo a primeira periférica e a outra central. Esta assimetria é dependente das principais categorias tematizadas pelos estabelecimentos: “vítimas” e “combatentes” estão sujeitos a mecanismos radicalmente dissimétricos de reconhecimento e de timorização do passado. No pós-independência, as instituições reforçam o discurso binário de “vítimas-veteranos”, sendo que a “vítima” tende a ser vista negativamente em relação ao “veterano”, como alguém que não resistiu ao domínio indonésio e por isso é desvalorizado. Esta configuração faz com que as lideranças associadas à resistência armada sejam entendidas como heróis, numa lógica que se estende a Dom Boaventura, projetado como grande símbolo da luta contra os estrangeiros num período mais recuado. Mas enquanto os veteranos e seus familiares são os principais beneficiários do Estado social timorense, o Parlamento Nacional permanece sem aprovar uma lei específica para a reparação das vítimas como foi recomendado pela CAVR. O Museu da Resistência e o Memorial de Balide encontram-se, assim, diretamente envolvidos na luta por reconhecimento destas duas categorias de sujeitos e são expressão desta disputa.

O ressentimento é forte em setores da sociedade timorense que foram excluídos da narrativa da resistência e das recompensas materiais e simbólicas da independência. A análise das exposições permanentes, discutida no capítulo cinco, mostrou como a história do Museu da Resistência é contestada e acusada de privilegiar os “grandes homens” (*ema boot*), além de um único partido, gênero e geração. Antigos membros da UDT (União Democrática Timorense) criticaram o destaque dado à FRETILIN (Frente Revolucionária Timor-Leste Independente) e a falta de referências a seu partido. Outros afirmaram que o Museu da Resistência dá mais ênfase aos últimos momentos da luta de libertação, favorecendo personagens como Xanana Gusmão e Taur Matan Ruak, e obscurecendo os primeiros anos da luta, nos quais outros líderes da FRETILIN (como Mari Alkatiri, Abílio Araújo e Rosa “Muki” Bonaparte) tiveram importância. As mulheres também viram seu papel nesta história esquecido e criticaram duramente o fato do museu não reconhecer o sofrimento, o sacrifício e a mobilização das mulheres nas diversas frentes da resistência, apresentando a ideia de que aquela foi uma luta predominantemente masculina. Além disso, ao visitar o museu com meus estudantes, entendi que a geração mais jovem, que não experimentou a ocupação indonésia ou as ideologias da resistência, estabeleceu uma visão muito própria sobre o passado, questionando a veracidade daquelas “proezas”, perguntando-se

sobre o lugar da juventude e das tradições pré-coloniais e autóctones na história exibida pelo museu. Deste modo, parte do público visitante recusou e contestou o caráter incompleto e, sobretudo, excludente de uma narrativa museológica da resistência, celebrada como fundamento da identidade nacional timorense.

Por sua vez, o Memorial de Balide, ao destacar a figura dos prisioneiros políticos, dos deslocados, das mulheres, das crianças e de outros grupos marginalizados – como os timorenses acusados de “traidores” por colaborarem com o governo indonésio –, exhibe uma história menos celebratória, mais fragmentada e cheia de fraturas. É uma história marcada por vozes múltiplas e cronologias sobrepostas, de difícil inteligibilidade e dolorosa identificação. Em oposição ao Museu da Resistência e sua narrativa assertiva e elogiosa a respeito da luta nacionalista, Balide é muito mais cauteloso em relação ao nacionalismo, reconhecendo ali um germe da exclusão, exceção e violência. Contra isso, o Memorial exhibe um discurso de pretensão universalista e que busca ultrapassar fronteiras, privilegiando a linguagem dos direitos humanos e a língua inglesa – ainda que não problematize o fato de que o elogiado direito internacional não impediu a invasão indonésia e, ao fim, deixou impune os crimes contra a humanidade cometidos no território. Em Balide não se celebra a identidade histórica do “ser timorense”, mas busca-se compreender melhor a complexidade e os “erros” do passado para conjurar a brutalidade e a destruição que o caracterizou. “Preservar para prevenir” é a lição que se quer passar. Parafraseando Walter Benjamin (1994), poder-se-ia dizer que o Memorial de Balide permite “escovar a história da resistência a contrape-lo”, pois focaliza o ponto de vista dos “vencidos” em oposição à história oficial dos “vencedores”, cuja identificação com a elite timorense oculta o sacrifício e o engajamento dos grupos subalternizados na luta pela independência e, principalmente, o recorrente sofrimento das vítimas, condenadas ao silêncio heroico da exaltação nacionalista.

A pesquisa também indagou sobre os sentidos de se transformar a história da luta de libertação em filmes de ficção histórica. Destacou-se que os temas da violência e do gênero não são questões que se limitam às construções audiovisuais sobre o passado histórico, mas também encontram-se no coração dos projetos de futuro, sobretudo nas séries televisivas que buscam moldar cidadãs e cidadãos comprometidos com a paz e o desenvolvimento. Parte desta produção contemporânea timorense expressa um esforço de narrar, ver e imaginar a nação através da perspectiva das mulheres, de modo a contrapor-se à tendência sexista entranhada na narrativa oficial da resistência e que permanece glorificando heróis viris, como pode se ver nas muitas biografias e autobiografias de homens timorenses, ou mesmo na crescente população de monumentos masculinos espalhados pelo

território. Também nas três ficções históricas discutidas (*Answered by Fire*, *Balibo* e *A Guerra da Beatriz*), a narrativa hegemônica da resistência foi marginalizada. Nestes filmes, a Austrália apareceu como uma importante referência, enquanto Portugal foi apagado, deixando em suspenso a pergunta sobre o lugar do legado colonial na ficção histórica audiovisual contemporânea. Por sua vez, a Indonésia despontou como alteridade imperial fundamental à qual se buscava contrapor no interior das narrativas. Esta presença audiovisual manifesta-se também no campo mais vasto da cultura pública, do gosto e do consumo midiático em Timor-Leste, algo que esse trabalho não se propôs a problematizar, mas que poderia chamar a atenção para a grande receptividade e audiência do entretenimento televisivo indonésio (comédias, melodramas e programas de auditório) entre as camadas populares, um fenômeno associado à proximidade entre os estilos de vida dos países vizinhos, mas também à maior acessibilidade linguística do *bahasa indonesia*. Em todo caso, trata-se de uma geopolítica audiovisual na qual as duas potências regionais assumem mais posição de destaque que a antiga metrópole europeia.

A análise das celebrações dos “500 anos” de Timor-Leste estabeleceu relações com as comemorações dos “descobrimentos” ritualizadas em Portugal e no Brasil. Esta aproximação triangular revelou um fundo comum no qual estas identidades nacionais foram afirmadas em função da “chegada das caravelas”. Os três países apresentaram formas específicas de “trivialização do passado” (TROUILLOT, 1995), promovendo um achatamento da história que, ao condensar uma longa, complexa e diversa experiência colonial em poucas cenas paradigmáticas – “o desembarque das caravelas”, “o primeiro contato”, “o início da evangelização” –, apaga os traumas da guerra, da conquista e da barbárie que acompanharam toda colonização. Nesta repetição institucional dos “descobrimentos”, as “grandes navegações” foram exibidas como uma espécie de patrimônio cultural compartilhado entre ex-metrópole e ex-colônias, narrados de forma afetiva e nostálgica, ressaltando a cordialidade e aspectos de um “lusotropicalismo genérico”. (ALMEIDA, 2000) Ao emudecer as vozes dissidentes, omitindo a experiência da violência e do terror colonial como um patrimônio comum, as celebrações fortaleceram nos três países não apenas a velha ideia de um “bom povo português” (THOMAZ, 2002b), mas também a hierarquia, a supremacia e os pressupostos da europeidade. Por isso, seja no Norte ou no Sul Global do chamado “espaço lusófono”, o culto aos descobrimentos, ao preferir o palavreado liberal da “interculturalidade” e do “encontro de civilizações”, revigora e, ao mesmo tempo, oculta uma lógica explícita na palavra “racismo”. (MAESO, 2016) Tanto o quinto centenário brasileiro quanto o timorense podem ser lidos como gestos de diplomacia cultural, contudo, enquanto a celebração brasileira destacou exclusivamente o laço com Portugal, a comemoração



timorense deu atenção à amplitude da língua portuguesa no mundo, reforçando compromissos com outras nações da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e projetando o país para além do difícil contexto geopolítico imediato que o apequena. Em ambos os países houve contestações à celebração, mas em Timor-Leste as críticas não alcançaram a escala do conflito violento que se viu no Brasil, principalmente devido aos sentidos religiosos da efeméride, que obteve grande receptividade entre timorenses enquanto representação do “início da evangelização”.

Na introdução deste livro afirmo que a desocupação indonésia promoveu uma espécie de desbloqueio epistemológico nas formas de representação e conhecimento produzidas sobre Timor-Leste. Contudo, o contexto pós-independência não implicou numa liberdade irrestrita sobre o que se pode, o que se quer e o que se deve falar em relação ao passado. As formas de regulação dos discursos históricos no país fundamentam-se em alguns importantes condicionamentos materiais, como a própria escassez de fontes disponíveis e nas formas de gestão e acessibilidade dos arquivos, também na necessidade de formação de pessoal técnico qualificado para zelar e interpretar a documentação e as obras disponíveis, além de serem necessários educadores e professores aptos a ensinar e difundir o conhecimento histórico. Sobre esta infraestrutura discursiva ocorrem também manobras associadas à exclusão e marginalização de certas narrativas no debate público sobre a história oficial. Assim, o passado timorense continua prenhe de ausências e silêncios. E por diversas razões: documentais, financeiras, linguísticas, educacionais e também políticas.

Nos primeiros anos após a restauração da independência, uma ideia-força ganhou grande visibilidade pública: *adeus konflikto, benvindu desenvolvimento*. Escrito em *outdoor*, pronunciado por autoridades, falado em rádio e televisão, o ditado era um aviso de que o país não devia olhar para trás, nem prender-se às experiências negativas passadas e às reivindicações de reparação que não poderiam ser atendidas, especialmente em termos de compensação da Indonésia e julgamentos por crimes contra a humanidade. Tais esquecimentos seriam condições para se abraçar um futuro de desenvolvimento nacional que deveria caminhar bem acompanhado pela narrativa vitoriosa da resistência. Esta é a memória coletiva dominante a respeito da libertação e da independência, centradas nos veteranos como “herdeiros” desta luta e, por conseguinte, das homenagens, medalhas, pagamentos, monumentos e até de um “Cemitério dos Mártires”. No entanto, indivíduos e grupos nacionais reclamam que o Estado esqueceu de suas histórias de sofrimento e sacrifício na luta. A definição de quem é veterano e merece estas honrarias permanece fonte de conturbadas discussões. O tema é delicado e alguns críticos

chegaram a alegar que a história foi “invertida” e que, neste processo, “traidores viraram heróis e heróis viraram traidores”. A preocupação com a verdade deste passado mais recente é fundamental, o que secundariza o debate crítico sobre temáticas temporalmente mais distantes associadas à longa presença colonial portuguesa.

Em termos práticos, o que se viu após a independência foi um silenciamento a respeito da história de determinados setores da sociedade, bem como a neutralização de alguns elementos vinculados aos dois regimes políticos anteriores. Entretanto, a pesquisa identificou no legado português alguns componentes bem estabelecidos pela política da memória timorense contemporânea. Isso é observável não apenas no imaginário coletivo sobre a história colonial, presente tanto na celebração dos “500 anos” quanto, por inversão, no heroísmo antilusitano de Dom Boaventura. A presença da ex-metrópole também é efetiva na condução do currículo escolar e na gestão do próprio Arquivo da Resistência Timorense, que permanece sob custódia da Fundação Mário Soares, responsável pela preservação, digitalização e controle de acesso ao acervo original. Esta presença lusitana na construção do passado timorense fortalece as relações entre os dois países no campo da cooperação técnica, contudo, provoca debates e incômodos no âmbito doméstico, sobretudo entre aqueles que se sentem constrangidos com a oficialização da língua portuguesa, com o tipo de currículo difundido nas escolas, também com a celebração da “chegada das caravelas” e com os altos cargos e salários de alguns ex-metropolitanos que trabalham como funcionários no Estado timorense.

Hoje a produção da história corre acelerada no país. O sistema de ensino passa por intensas transformações. Filmes são produzidos, novos monumentos de velhos personagens são edificadas, investe-se no melhoramento das instituições da memória e do patrimônio. Várias iniciativas timorenses de pesquisa em história oral têm tentado ir além das narrativas nacionalistas da resistência, concentrando-se na história cotidiana e das aldeias, no papel das mulheres, das gerações mais jovens e das comunidades diaspóricas. Também nas montanhas do interior, casas tradicionais (*uma lisan*) são reconstruídas, artefatos sagrados são reencontrados, eventos passados são festejados, histórias escondidas voltam a ser narradas, canções antigas são entoadas, oradores (*lia nain*) se encontram, criam grupos e formam novas gerações de “donos da palavra”. A história ganha novas vozes. Em muitos sentidos a representação do passado se desenha como um campo de trocas e disputas por recursos e formas de legitimação que pode ser flagrado em debates no parlamento, nos jornais e na internet, também em performances públicas, livros, exposições e no cinema. Timorenses leem e reescrevem, interpretam e desafiam os discursos sobre sua história. O presente do país é todo habitado

pelo trabalho de recontar o que aconteceu e a construção do que foi é uma atividade que projeta seus horizontes para o que virá. A construção do futuro é incerta, a do passado também, mas ambas dialogam com os acontecimentos pretéritos que as possibilitaram enquanto tal.

Este livro buscou colocar em primeiro plano o fato de que timorenses não são meros objetos do exercício do conhecimento estrangeiro, mas constituem sujeitos do conhecimento. Eles reescrevem, ensinam, exibem, filmam e comemoram seu próprio passado. E esta subjetividade histórica não está presente apenas na produção de autoria timorense, mas também na recepção e na crítica de histórias fabricadas por outros. Os capítulos aqui discutidos não buscaram definir um conhecimento histórico exclusivamente timorense, sob o risco de condenar os sujeitos a determinadas identidades e paisagens circunscritas. Em lugar disso, problematizei a construção da história nacional como parte de um pensamento alargado, em meio a redes locais e transnacionais situadas numa geopolítica do conhecimento de escalas múltiplas. A história foi tratada como uma instância pela qual os timorenses podem expressar os pontos de vista sobre si e sobre os outros, a partir de categorias do pensamento que possuem validação para além do perímetro local ou nacional. Ainda que empurrado para a periferia da divisão internacional do trabalho científico e intelectual, o conhecimento timorense não constitui apenas um “saber local” atado ao contexto. Ele posiciona-se no centro de complexas visões de mundo e oferece formas alternativas de teorização e compreensão da história. Estas formas dialogam necessariamente com outras ideias e histórias forasteiras, e com elas estabelecem oposições e continuidades num intercâmbio entrecruzado original.

Noções importantes no país, como “identidade timorense”, “povo *maubere*” e mesmo a proposta de “timorizar” a educação sugerem um tipo de consciência nacional singular e único. Entretanto, estas categorias não são fixas nem fechadas. Elas acompanham processos históricos marcados por alianças, tensões e rupturas. Inclusive entendo que timorização pode não ser descolonização, sobretudo quando a nacionalização dos fenômenos mantém e reafirma, e não desmonta e altera, estruturas de dominação, opressão e predação. Como sugeriu o cientista político camaronês Achille Mbembe (2016), a descolonização não é apenas transferência do poder metropolitano para as elites políticas e econômicas do novo país independente. Assim, a timorização também não será descolonização caso seja entendida apenas como um conceito que busca fiscalizar as fronteiras da identidade e rejeitar presenças estranhas, estrangeiras, dando azo a um nacionalismo excludente, autocentrado e chauvinista. Como parece insinuar o historiador timorense Roger Sávio Ma’averu, citado na epígrafe desta conclusão, timorizar o

passado é muito mais que provincializar e recusar a história de Portugal e da Indonésia, pois implica na difícil tarefa de fazer uma coisa outra. O desafio é abrir espaço para a diferença, reconhecendo o poder de criação e evocação de novas histórias nas quais mais pessoas possam se identificar e participar da produção. Acredito que é este sentido de abertura, de libertação e de retirada da clausura, tão próprio ao conceito de descolonização, que a noção de timorização pode apontar caso queira ser compreendida em sua potência crítica.

## REFERÊNCIAS

- 100 ANOS Manufahi. *Sapo Blogs*, Lisboa, 2012. Disponível em: <http://100anosmanufahi.blogs.sapo.tl/2012/11/?page=2>. Acesso em: 1 set. 2016.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ABU-LUGHOD, Lila. Melodrama Egípcio: uma tecnologia do sujeito moderno? *Cadernos Paqu*, Campinas, n. 21, p. 75-102, 2003.
- ADITJONDRO, George. *Timor Lorosa'e on the crossroad: Timor Lorosa'e's transformation from Jakarta's colony to a global capitalist outpost*. Jakarta: CeDSoS, 2001.
- AHMAD, Aijaz. *Linhagens do presente: ensaios*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ALATAS, Syed Hussein. The captive mind in development studies: some neglected problems and the need for an autonomous social science tradition in Asia. *International Social Science Journal*, Paris, v. 24, n. 1, p. 9-25, 1972.
- ALATAS, Syed Hussein. Intellectual and structural challenges to Academic Dependency. *International Sociological Association: e-bulletin*, [s. l.], n. 9, p. 1-81, mar. 2008.
- ALATAS, Syed Hussein. Intellectual imperialism: definition, traits, and problems. *Southeast Asian Journal of Social Science*, Singapore, v. 28, n. 1, p. 23-45, 2000.
- ALBUQUERQUE, Davi. Moedas de Timor - Parte 1 - As moedas atuais - Centavos de 2003. *Linguística de Timor-Leste*, [s. l.], 18 abr. 2014. Disponível em: <http://easttimorlinguistics.blogspot.com/2014/04/moedas-de-timor-parte-1-as-moedas.html>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. O Atlântico Pardo: antropologia, pós-colonialismo e o caso “lusófono” (org.). In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale; FELDMAN-BIANCO, Bela. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007. p. 27-44.



- ARAÚJO, Abílio. *Autobiografia de Abílio Araújo*: Dato Siri Loe II. Coodernação José Assunção Gonçalves. Lisboa: Alethea, 2012.
- ARAÚJO, Abílio. *Elites em Timor*. Lisboa: Edição do autor, 1973.
- ARAÚJO, Abílio. Timor Oriental: habla el FRETILIN. *Tricontinental*, Havana, p. 49-50, p. 84-99, May/Aug. 1976.
- ARAÚJO, Abílio. *Hinos e canções da revolução do povo Maubere*. Berlim: [s. n.], 1977.
- ARAÚJO, Abílio. *Timor Leste: os loricos voltaram a cantar: das guerras de independentistas à revolução do povo maubere*. Lisboa: Edição do autor, 1977.
- ARENAS, Fernando. *Lusophone África: Beyond Independence*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDDT, Hannah. *Poder e violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ARQUIVO DE HISTÓRIA SOCIAL. *Album Fontoura*. Disponível em: <http://www.ahsocial.ics.ulisboa.pt/atom/16885>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- ARQUIVO & MUSEU DA RESISTÊNCIA TIMORENSES – AMRT. *Arquivo e Museu*. Díli: AMRT, 2005. Catálogo.
- ARQUIVO & MUSEU DA RESISTÊNCIA TIMORENSE – AMRT. *Carta de princípios do Arquivo & Museu da Resistência Timorense*. 2011. Disponível em : [http://amrtimor.org/amrt/amrt\\_carta\\_principios.php](http://amrtimor.org/amrt/amrt_carta_principios.php). Acesso em: 4 abr. 2019.
- ARQUIVO & MUSEU DA RESISTÊNCIA TIMORENSE – AMRT. *Resistir é vencer*. Díli: 2014. Catálogo.
- ARQUIVO & Museu da Resistência Timorense. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo\\_%26\\_Museu\\_da\\_Resist%C3%ancia\\_Timorense](https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo_%26_Museu_da_Resist%C3%ancia_Timorense). Acesso em: 20 fev. 2020.
- ASAD, Talal. *Anthropology and the colonial encounter*. Londres: Ithaca Press, 1973.
- ASSIS, Cecília. *Pembangunan Museum di Timor-Leste: Sejarah dan Rencana Kedepan*. 2006. Trabalho apresentado no Seminário do Museu, The University of Melbourne, 2006.
- ASSIS, Cecília; SLOGGETT, Robyn. Developing Museum to Museum Cultural Engagement between Australia and Timor-Leste, In: LEACH, Michael *et al.* (ed.). *Peskiza foun kona ba Timor = New research on Timor-Leste*. Acton: Timor-Leste Studies Association, 2012. p. 142-150.





- BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO; Bela. Introdução. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale; FELDMAN-BIANCO, Bela. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007. p. 27-44.
- BELO, Carlos Filipe Ximenes. *Os antigos reinos de Timor*. Porto: Porto Editora, 2013.
- BELO, Carlos Filipe Ximenes. *Díli, a cidade que não era*. Porto: Porto Editora, 2014.
- BELO, Carlos Filipe Ximenes. *A guerra de Manufahi*. Baucau: Tipografia Diocesana de Baucau, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas).
- BERGER, Stefan; ERIKSONAS, Linas; MYCOCK, Andrew (ed.). *Narrating the Nation: Representation in History, Media and Arts*. New York: Berghahn Books, 2008.
- BERGER, Stefan.; LORENZ, Chris. *Nationalizing the Past: Historians as Nation Builders in Modern Europe*. London: Palgrave Macmillan UK, 2010.
- BERTRAND, Romain. Indonesia Raya: les trois âges du nationalisme indonésien. *Timor: les défis de l'indépendance - Lusotopie*, Paris, v. 8, n. 1/2, p. 197-214, 2001.
- BJERREGAARD, Mette. What Indonesians really think about The Act of Killing. *The Guardian*, [s. l.], 5 Mar. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/film/2014/mar/05/act-of-killing-screening-in-indonesia>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Produção didática de história: trajetórias de pesquisa. *Revista de História*, São Paulo, n. 164, p. 487-516, jan./jun. 2011.
- BLUNDELL, Graeme. *Review Trouble in Timor*. 20 May 2006. Disponível em: <https://www.etan.org/etan2006/may/13/20answer1.htm>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- BOAS, Franz. *Anthropology and modern life*. New York: Dove, 1986.
- BORGES, Daniel Batista *et al.* Diálogos literários em “O anjo de Timor” e “Vimos adorá-lo. In: GUEDES, Maria Denise *et al.* (org.). *Professores sem fronteiras: pesquisa e práticas pedagógicas em Timor-Leste*. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 101-120.
- BORGES, Jorge Luís. *O livro de areia*. São Paulo: Coleção Folha de São Paulo, 2012.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: EdUSP: Zouk, 2003.



CABRAL, Amílcar. Libertação nacional e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*, Lisboa: Editora 70, 2011. p. 355-375.

CABRAL, Amílcar. *Unity and Struggle*. New York: Monthly Review Press, 1979.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 43-58, 1998.

CÂMARA, Filomeno. *Diário de campanha*. Timor, 1912.

CARDÃO, Marcos. A grande aventura: televisão, nacionalismo e as comemorações dos Descobrimentos portugueses. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, Lisboa, n. 8, p. 17-47, 2019.

CÂNDIDO, Antonio. Literatura e Subdesenvolvimento. In: CÂNDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 169-196.

CARDOSO, Luís. *Apresentação da Autobiografia de Abílio Araújo*. 2012. Disponível em: <https://timor-diaspora.org/?p=1437>. Acesso em: 29 abr. 2018.

CARDOSO, Luís. *Crónica de uma travessia: a época do Ai-Dik-Funam*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

CARDOSO, Luís. *O ano em que Piaçafetta completou a circum-navegação*. Lisboa: Sextante, 2013.

CAREY, Peter. The Catholic Church, Religious Revival, and the Nationalist Movement in East Timor, 1975-1998. *Indonesia and the Malay World*, [s. l.], v. 27, n. 78, p. 77-95, 1999.

CARNEIRO, Alan Silvio Ribeiro. *Políticas linguísticas e identidades sociais em trânsito: língua(gem) e construção da diferença em Timor-Leste*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada na área de Multiculturalismo, Plurilinguismo e Educação Bilíngue) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CARRASCALÃO, Mario. *Timor antes do futuro*. Díli: Livraria Mauhuran, 2006.

CARRASCALÃO, Maria Ângela. *Taur Matan Ruak: a vida pela independência*. Lisboa: Lidel, 2012.

CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 82-198, jun. 2011.

CASA COMUM. *Timor-Leste*. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/dossiers/independencias/timor.html>. Acesso em: 5 out. 2015.



- CHAVES, Rita. Autobiografias em Moçambique: escrita como monumento (2001-2013). *Revista de História*, São Paulo, n. 178, p. 1-22, 2019.
- CHOMSKY, Noam. Timor-Leste, as vítimas que não valem a pena. *Revista Adusp*, São Paulo, n. 18, p. 63-66, out. 1999. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/18/r18ao8.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CINEMA PORTUGUÊS. *Flores Amargas*. Disponível em: <http://www.cinept.ubi.pt/pt/filme/135/Flores+Amargas>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- CLIFFORD, James. Los Museos como Zonas de Contacto. In: CLIFFORD, James. *Itinerarios transculturales*. Barcelona: Gedisa, 1993. p. 233-270.
- CLIFFORD, James. Museologia e contra-história. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 254-289.
- COHN, Bernard. *Colonialism and its forms of knowledge: the British in India*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- COMAROFF, John; COMAROFF, Jean. Etnografia e imaginação histórica. *PROA: revista de antropologia e arte*, Campinas, ano 2, v. 1, p. 1-70, 2010.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, Jhon. *Theory from the South: or How Euro-America is Evolving Toward Africa*. London: Paradigm Publishers, 2011.
- COMEMORAÇÕES 500 anos da afirmação da nova identidade Timorese. Díli, 5 ago. 2015. Disponível em: <https://comemoracoes500anos.wordpress.com>. Acesso em: 28 jan. 2016.
- COMMISSION OF TRUTH AND FRIENDSHIP – CTF. *Per Memoriam Ad Spem*. Denpasar, 2008.
- COMISSÃO DE ACOLHIMENTO, VERDADE E RECONCILIAÇÃO – CAVR. *Timor-Leste - Aprisionamento Político*, Díli, 2005a.
- COMISSÃO DE ACOLHIMENTO, VERDADE E RECONCILIAÇÃO – CAVR. *Relatório CHEGA! Timor-Leste*, 2005b.
- COMISSÃO DE ACOLHIMENTO, VERDADE E RECONCILIAÇÃO – CAVR. *Timor-Leste - as mulheres e o conflito*. Díli: 2005c.
- COMISSÃO DE ACOLHIMENTO, VERDADE E RECONCILIAÇÃO – CAVR. *Timor-Leste - crianças e o conflito*. Díli, 2005d.



- DILI FILMS WORKS. *A guerra da Beatriz*. 2012. Disponível em: [http://www.aguerradabeatriz.com/a-guerra-da-beatriz-shoot-2-photo-gallery/10\\_koremetan/](http://www.aguerradabeatriz.com/a-guerra-da-beatriz-shoot-2-photo-gallery/10_koremetan/). Acesso em: 12 mar. 2018.
- DINIZ, Vanessa. *Currículo e sentidos de geografia em Timor-Leste: disputas na significação da identidade nacional timorense*. 2019. Tese (Doutorado em Análise Ambiental e Dinâmica Territorial) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- DIÓGENES, Camila Gomes; AGUIAR, José Reginaldo (org.). *UNILAB: caminhos e desafios acadêmicos da cooperação Sul-Sul*. Redenção: UNILAB, 2013.
- DIRLIK, Arif. A aura pós-colonial: a crítica terceiro-mundista na era do capitalismo global. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 49, p. 7-32, 1997.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DUNN, James. *Timor: A People Betrayed*. Milton: The Jacaranda Press, 1983.
- DURAND, Frederic. *História de Timor-Leste: da pré-história à actualidade = Istória Timor-Leste Nian: husi pre-istória to'o atualidade*. Lisboa: Lidel, 2010a.
- DURAND, Frederic. *Timor-Leste país no cruzamento da Ásia e do Pacífico: um atlas histórico-geográfico*. Lisboa: Lidel, 2010b.
- DUSSEL, Enrique. *1492: el encubrimiento del otro, hacia el origen del 'mito de la modernidad'*. La Paz: Plural Editores y Universidad Mayor de San Andrés, 1994.
- ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ESCOBAR, Arturo. *Encontering Development: The Making and the Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- ESPERANÇA, João Paulo Tavares. Um brevíssimo olhar sobre a literatura de Timor. In: ESPERANÇA, João Paulo Tavares. *O que é lusofonia = Saida maka lusofonia*. Díli: Instituto Camões, 2005. p. 69-73.
- ESPERANÇA, João Paulo Tavares. Nova literatura de Timor-Leste começa a desabrochar. In: ESPERANÇA, João Paulo Tavares. *Blog Hanoïn oin oin*. Díli, 13 abr. 2013. Disponível em: <http://jpesperanca.blogspot.com/2013/04/a-nova-literatura-de-timor-leste-comeca.html>. Acesso em: 4 mar. 2014.
- ESPERANÇA, João Paulo Tavares. Sirana - O início do cinema timorense. In: ESPERANÇA, João Paulo Tavares. *Blog Hanoïn oin oin*. Díli, 2008. Disponível em: <https://jpesperanca.blogspot.com/2008/03/sirana-o-incio-do-cinema-timorense.html>. Acesso em: 4 mar. 2018.





FREITAS, João Câncio. *Sistema da Educação Nacional, Formação Pós-Escolar & Labour Market Pathways em Timor-Leste*. 2008. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia\\_tleste.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia_tleste.pdf). Acesso em: 21 maio 2021.

FREIXO, Adriano de. *Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da ideia de lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

FREIXO, Adriano de. *As relações luso-brasileiras e a CPLP: algumas reflexões em torno da ideia da lusofonia*. *CEPESE*, Porto, p. 65-77, 2010.

FRENTE REVOLUCIONÁRIA TIMOR-LESTE INDEPENDENTE – FRETILIN. *Manual e programa políticos*. Díli: FRETILIN, 1974.

FREYRE, Gilberto. On the Iberian concept of time. In: FREYRE, Gilberto. *O brasileiro entre os outros hispanos*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1975. p. 132-144.

FRODON, Jean-Michel. *La projection nationale: cinéma et nation*. Paris: Odile Jacob, 1998.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES E MARIA BARROSO. Casa Comum. *Arquivo & Museu da Resistência Timorense*. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/parceiros?inst=4>. Acesso em: 20 maio 2021.

GALLO, Donato. *O saber português: antropologia e colonialismo*. Lisboa: heptágono, 1988.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. O porvir do passado. In: GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas*. São Paulo: EdUSP, 2006. p. 157-194.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Museu para a globalização. *Cadernos do CEOM*, [s. l.], ano 27, n. 41, p. 37-46, 2014.

GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e democracia*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1981.

GEERTZ, Clifford. *Negara: o estado-teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GENEROSO, Lídia Maria de Abreu. “O povo colonizado não está sozinho”: terceiro mundo, anti-imperialismo e revolução nas páginas da revista *Tricontinental* (1967-1976). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



- GUNN, Geoffrey C. *Timor Loro Sae: 500 anos*. Lisboa: Fundação Oriente, 1999.
- GUNTER, Janet. Os mortos inquietos e o império despido: a Segunda Guerra Mundial e as suas consequências em Timor-Leste. In: FEIJÓ, Rui Graça (coord.). *Timor-Leste: colonialismo, descolonização, lusotopia*. Porto: Edições Afrontamento, 2016. p. 119-138.
- GUPTA, Akhil. Imanning Nations. In: NUGENT, David; VINCENT, Joan (ed.). *A Companion to the Anthropology of Politics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007. p. 267-281.
- GUSMÃO, Xanana. Testemunho. In: ARAÚJO, Abílio. *Autobiografia de Abílio Araújo: Dato Siri Loe II*. Lisboa: Alethea, 2012. p. 267-276.
- GUSMÃO, Xanana. *Timor-Leste: um povo, uma pátria*. Lisboa: Colibri, 1994.
- GUTERRES, Fátima. *Timor, paraíso violentado*. Lisboa: Lidel, 2014.
- HÄGERDAL, Hans. Eastern Indonesia and the Writing of History. *Achipel: études interdisciplinaires sur le monde insulindien*, Paris, n. 90, p. 75-97, 2015.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial: pensando o limite. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p. 101-130.
- HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica; 2014.
- HERYANTO, Ariel. Ideological baggage and orientations of the Social Sciences in Indonesia. In: HADIZ, Vedi R.; DHAKIDAE, Daniel (ed.). *Social Science and Power in Indonesia*. Jakarta: Equinox; Singapore: ISEAS, 2005. p. 57-89.
- HICKS, David. Community and Nation-state in East Timor. *Anthropology Today*, London, v. 23, n. 1, p. 13-16, 2007.
- HIGBEE, Will; LIM, Song Hwee. Concepts of transnational cinema: toward a critical transnationalism in film studies. *Transnational Cinemas*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 7-21, 2010.
- HILL, Helen. *The Timor Story*. Melbourne: Timor Information Services, 1975.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.



KAPLAN, Flora. Making e remaking national identities. In: MACDONALD, Sharon (ed.). *A Companion of Museum Studies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2006. p. 152-169.

KLINGER, Diana. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

KLINKEN, Gerry van. Prabowo and Human Rights. *Inside Indonesia*, [s. l.], n. 116, Apr./June 2014.

KOHEN, Arnold. *From the place of the dead: the epic struggles of Bishop Belo of East Timor*. New York: St Martin Press, 2000.

KOMEMORA Tinan 500 Prezensa Portugal, Governu Aloka Miliaun 1.5, Munisipiu 12 Hetan millaun 2.5. *Timor Agora*, [s. l.], 17 Nov. 2015. Disponível em: <http://suara-timor-lorosae.com/komemora-tinan-500-prezensa-portugal-governu-aloka-miliaun-1-5-munisipiu-12-hetan-millaun-2-5/>. Acesso em: 10 jul. 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

LEACH, Michael. East Timorese History after independence. *History Workshop Journal*, Oxford, v. 61, n. 1, p. 222-237, 2006.

LEACH, Michael. Surveying East Timorese tertiary student attitudes to national identity: 2002- 2007. *South East Asia Research*, London, v. 16, n. 3, p. 408-431, 2008.

LEACH, Michael. Difficult memories: the independence struggle as cultural heritage in East Timor. In: LOGAN, William; REEVES, Keir (ed.). *Places of pain and shame: dealing with 'Difficult Heritage'*. London: Routledge, 2009. p. 144-161.

LEACH, Michael. Writing History in post-conflict Timor-Leste. In: LEACH, Michael *et al.* (ed.). *Hatene kona ba|Compreender|Understanding|Mengerti Timor-Leste*. Hawthorn: Swinburne Press, 2010. p. 124-130.

LEACH, Michael. The FRETILIN literacy manual of 1974-75: an exploration of early nationalist themes. In: SMITH, Sarah *et al.* (ed.). *Timor-Leste: Iha contextu lokal, rejional no global*. Díli: Timor-Leste Studies Association, 2016. p. 60-67.

LEACH, Michael; FERNANDES, Clinton. The Timor-Leste Studies Association 2005-2015: The physical creation of a discipline. In: SMITH, Sarah *et al.* (ed.). *Timor-Leste: Iha Contextu Lokal, rejional no global*. Díli: Timor-Leste Studies Association, 2016. p. 8-12.

LEGASPI BOUZA, Éfren. Oleu Pitine. In: NÁCHER, A. *Léxico Fataluco- Português*. Díli: AECID/Dom Bosco Timor-Leste, 2012. p. 41-78.

LE GOFF, Jacques. *História & memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.



LISBOA-DÍLI. Projecto. *Rota Lisboa-Díli*, 2015. Lisboa, 13 jul. 2015b. Disponível em: <https://lisboa-dili.blogs.sapo.pt/rota-lisboa-dili-2015-pirates-4411>. Acesso em: 12 ago. 2016.

LONEY, Hannah. 'The Target of a Double Exploitation': Gender and Nationalism in Portuguese Timor, 1974-75. *Intersections: Gender and Sexuality in Asia and the Pacific*, [s. l.], n. 37, Mar. 2015. Disponível em: <http://intersections.anu.edu.au/issue37/loney.html>. Acesso em: 18 out. 2010.

LUSA. 500 anos de laços entre Portugal e Timor-Leste mostram país sem preconceitos - Ramos-Horta. *Mundo Sapo*, Lisboa, 25 Nov. 2015. Disponível em: [https://www.sapo.pt/noticias/atualidade/500-anos-de-lacos-entre-portugal-e-timor\\_5655388ee7a9724062af9be0](https://www.sapo.pt/noticias/atualidade/500-anos-de-lacos-entre-portugal-e-timor_5655388ee7a9724062af9be0). Acesso em: 28 jan. 2016.

LUSA. Retrato de Timor como narco-Estado em série indigna Ramos-Horta. *Sábado*, Lisboa, 9 out. 2017. <http://www.sabado.pt/gps/detalhe/retrato-de-timor-como-narco-estado-em-serie-indigna-ramos-horta>. Acesso em: 9 out. 2017.

LUTZ, Nancy Melissa. *Colonization, Decolonization and Integration: Language Policies in East Timor, Indonesia*. 1995. Trabalho apresentado no Annual Meetings of the American Anthropological Association Chicago, 1991, Chicago. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/timor/language.htm>. Acesso em: 18 out. 2014.

MA'AVERU, Roger Sávio. A "timorização" da história: pesquisa histórica e produção de manuais didáticos. 2018. Apresentado no Seminário Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra e Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) 2018.

MAESO, Sílvia. O turismo e a academia da idade dos descobrimentos em Portugal: o silenciamento/reprodução do racismo no loop pós-colonial. *Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 44, p. 27-49, 2016.

MACAGNO, Lorenzo. Assimilacionismo. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio (org.). *Dicionário Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa*. Salvador: Edufba: ABA Publicações, 2014. p. 31-44.

MAGALHÃES, António Barbedo de. Pensar nos problemas da Escola é um direito e um dever: a descolonização do ensino em Timor em 1975. In: SMITH, Sarah *et al.* (ed.). *Timor-Leste: Iha Contextu Lokal, Rejional no Global*. Díli: Timor-Leste Studies Association, 2016. p. 96-106.

MAGALHÃES, António Barbedo de. *Timor-Leste na encruzilhada da transição Indonésia*. Lisboa: Gradiva: Fundação Mario Soares, 1999.

MAGALHÃES, António Barbedo de. *Timor-Leste: interesses internacionais e atores locais*. Lisboa: Afrontamento, 2007. 2 v.

- MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Colonialism*. New Jersey: Princeton University Press; 1996.
- MANHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (org.). *Karl Mannheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.
- MARGARIDO, Alfredo. *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- MARQUES, Rui. *Timor-Leste: o agendamento mediático*. Porto: Porto Editora, 2006.
- MARTINHO, José Simões. *Vida e morte do régulo Timorense Dom Aleixo Corte-Real*. Lisboa: Divisão de Publicações e das Bibliotecas: Agência Geral das Colônias, 1947.
- CABRITA, Isabel (coord.). *Implementar a reestruturação curricular do ensino secundário geral em Timor-Leste: construindo qualidade*. Aveiro: Universidade de Aveiro Editora, 2015.
- MARTINS, Isabel Pereira. Educação em ciências no ensino secundário geral em Timor-Leste: da investigação à cooperação. *Journal of Science Education*, [s. l.], v. 14, p. 20-23, 2013.
- MATOS-CRUZ, José de. Timor e o Cinema. *Revista Camões*, Lisboa, n. 14, p. 162-171, 2001.
- MATTOSO, José. O arquivo da resistência e a identidade nacional. In: ARQUIVO & MUSEU DA RESISTÊNCIA TIMORENSE. *Resistir é vencer*. Díli: AMRT, 2014. p. 168-171. Catálogo.
- MATTOSO, José. Arquivo, memória e identidade em Timor-Leste. In: SILVA, Kelly; SOUZA, Lúcio (org.). *Ita Maun Alin... O livro do irmão mais novo: afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste*. Lisboa: Edições Colibri, 2011. p. 183-188.
- MATTOSO, José. *A dignidade: Konis Santana e a resistência timorense*. Lisboa: Fundação Mario Soares, 2005.
- MATTOSO, José. A formação da nacionalidade. In: TENGARRINHA, José Manuel (org.). *História de Portugal*. Bauru: EdUSC: São Paulo: Ed. UNESP, 2001a. p. 7-18.
- MATTOSO, José. Sobre as origens da nacionalidade portuguesa. In: coord. FARINHA, António Dias; CARREIRA, José Nunes; SERRÃO, Vítor (coord.). *Uma vida em história: estudos em homenagem a António Borges Coelho*, Lisboa: Caminho, 2001b. p. 73-89.
- MAUSS, Marcel. Técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 421-424.



- MBEMBE, Achille. Decolonizing the university: New directions. *Arts & Humanities in Higher Education*, London, v. 15, n. 1, p. 29-45, 2016.
- MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.
- MCWILLIAM, Andrew; TRAUBE, Elizabeth (ed.). *Land and Life in Timor-Leste: ethnographic essays*. Camberra: Australia National University Press, 2011.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. De Mauss a Claude Lévi-Strauss. In: MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 193-206. (Coleção Os pensadores).
- MENDES, Carlos. Museu da resistência: lugar de memória e instrumento da memória. In: SEMEDO, Alice; MACHADO, Célia; TEIXEIRA, Mariana Jacob (org.). *Ensaio e práticas em museologia*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2012. v. 2, p. 57-69.
- MENDES, Nuno Canas. Dilemas identitários e fatalidades geopolíticas: timor-Leste entre o Sudeste Asiático e o Pacífico-Sul. In: LEACH, Michael (ed.). *Hatene Kona ba Timor Leste*. Díli: UNTL, 2010. p. 36-40.
- MIGNOLO, Walter. Catherine Walsh entrevista a Walter Mignolo: las geopolíticas de conocimiento em relação a América Latina. [Entrevista cedida a] Catherine Walsh. *Comentário Internacional Revista del Centro de Estudios Internacionales*, Quito, n. 2, p. 49-64, 2001.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MO, Thimoty. *The Redundance of Courage*. London: Vintage, 1992.
- MOTTA, Antonio. Patrimônio. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio (org.). *Dicionário ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: Edufba: ABA Publicações, 2014. p. 379-392.
- MONTEIRO, Paula (coord.). *Entre mito e história: o V centenário do descobrimento da América*, Petrópolis: Vozes, 1996.
- MOUTINHO, Laura. Sobre danos, dores e reparações: the Moral Regeneration Movement – controvérsias morais e tensões religiosas na ordem democrática sul-africana. In: TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília, DF: ABA publicações, 2012. p. 10-36.
- MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Lisboa: Mangualde: Luanda: Edições Pedagogo: Edições Mulemba, 2013.



OZOUTBACK. *Dili, the capital of Timor-Leste*. Disponível em: [http://ozoutback.com.au/East\\_Timor/dili/index.html](http://ozoutback.com.au/East_Timor/dili/index.html). Acesso em: 24 abr. 2015.

PALAZÓN, David. *An incomplete filmography for Timor-Leste*. 2018. Trabalho apresentado na 1ª Conference of Timor-Leste Studies Association – Brazilian chapter, 2018, Brasília, DF.

PAPA: mensagem nos 500 anos de evangelização de Timor-Leste. *Vatican Radio*, [s. l.], 7 ago. 2015. Disponível em: [http://www.archivioradiovaticana.va/storico/2015/08/07/papa\\_mensagem\\_nos\\_500\\_anos\\_de\\_evangelizacao\\_de\\_timor-leste/pt-1163617](http://www.archivioradiovaticana.va/storico/2015/08/07/papa_mensagem_nos_500_anos_de_evangelizacao_de_timor-leste/pt-1163617). Acesso em: 20 fev. 2020.

PAULINO, Vicente; APOEMA, Keu (org.). *Tradições orais de Timor-Leste*. Belo Horizonte: Casa Apoema, 2016.

PELED-ELHANAN, Nurit. *Ideologia e propaganda na educação: a Palestina nos livros didáticos israelenses*, São Paulo: Boitempo: Ed. UNESP, 2019.

PÉLISSIER, René. *Timor em guerra: a conquista portuguesa, 1847-1913*. Lisboa: Editorial Estampa, 2007.

PEREZ, Rosa Maria (coord.). *Os portugueses e o Oriente: história, itinerários, representações*. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

(OS) PERIGOS do uso de tóxicos. Produção de Jorge Ramos de Andrade. São Paulo: CE-RAVI, 1983. 1 fita de vídeo (30 min), VHS, son., color.

PIÇARRA, Maria do Carmo. Uma filmografia colonial de Timor Português. *Anuário Antropológico*, Brasília, DF, v. 42, n. 2, p. 135, 2017.

PINTO, Paulo. *A propósito da morte de Mandela. Jugular*, [s. l.], 6 dez. 2013. Disponível em: <https://jugular.blogs.sapo.pt/3664372.html>. Acesso em: 12 ago. 2016.

PIRES, Lemos. *Descolonização de Timor, missão impossível?* Lisboa: Dom Quixote, 1994.

PIRES, Paulo. A imprensa em Timor, antes do 25 de abril. *Revista Camões*, Lisboa, n. 14, p. 135-145, 2001. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/revistas-e-periodicos/revista-camoes/revista-no14-timor-lorosae.html>. Acesso em: 2 dez. 2020.

PIRES, Paulo. *Timor: labirinto da descolonização*. Lisboa: Colibri, 2013.

PINTO, Paulo Jorge. A Austrália descoberta pelos portugueses? Ficções aquém e além de Capricórnio. *Bromélia*, Braga, v. 178, n. 5/6, p. 481-500, maio/jun. 2014.

PINTO, Paulo Jorge. Portugal em Malaca e no Mundo Malaio-Indonésio. In: PEREZ, Rosa Maria (coord.). *Os portugueses e o Oriente: história, itinerários, representações*. Lisboa: Dom Quixote, 2006. p. 295-318.



- ROBINSON, Geoffrey. Break the rules, save the records: human rights archives and the search for justice in East Timor. *Archival Science*, Dordrecht, v. 14, n. 3, p. 323-343, 2014.
- ROQUE, Ricardo. *Headhunting and Colonialism: Anthropology and the Circulation of Human skulls in the Portuguese Empire, 1870-1930*. Basingstone: Palgrave McMillan, 2010. (Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series).
- ROSA, Frederico Delgado. *Uruvatju e Tjiapu: genealogias invisíveis da etnografia missionária em Timor-Leste*. In: NÁCHER, Alfonso. *Léxico Fataluco-Português*. Díli: AECID/Dom Bosco Timor-Leste, 2012. p. 11-40.
- ROTHSCHILD, Amy. A Failed Attempt to Observe the Making of Timor-Leste's First Feature Film. In: NYGAARD-CHRISTENSEN, Maj; BEXLEY, Angie. *Fieldwork in Timor-Leste: understanding social change through practice*. Denmark: Nordic Institute of Asian Studies Press, 2017. p. 227-246.
- RUAS, Joana. O cofre e a espada. In: RUAS, Joana. *Crônicas timorenses*. Coimbra: Calendário, 2009. p. 54-82.
- SÁ, Artur Basílio de. *Textos em Teto da Literatura Oral Timorense*. Lisboa: Junto de Investigação do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1961.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SAID, Edward. *Beginnings: Intention and Method*. New York: Basic Books, Inc., 1997.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- SALEMA, Isabel. Álbum de Timor Colonial dos anos trinta doado a Xanana Gusmão. *Ípsilon*, Lisboa, 5 mar. 2003. Disponível em: <https://www.publico.pt/2003/03/05/culturaipilon/noticia/album-de-timor-colonial-dos-anos-30-doado-a-xanana-gusmao-283162>. Acesso em: 3 ago. 2019.
- SAMAIN, Etienne (org.). *Como pensam as imagens*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 66, p. 23-52, jul. 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.



- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *SOS: corpo e cidadania*, Recife, p. 1-19, 1990.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.
- SILVA, Antero Benedito. Amilcar Cabral's pedagogy of liberation struggle and his influence on FRETILIN 1975-1978. In: LONEY, Hannah *et al.* (ed.). *Buka Hatene Timor-Leste*. Díli: Timor-Leste Studies Association, 2013. p. 266-271.
- SILVA, Antero. Educação e desafios em Timor-Leste pós-colonial. In: GUEDES, Maria Denise *et al.* (org.). *Professores sem fronteiras: pesquisas e práticas pedagógicas em Timor-Leste*. Florianópolis: UFSC: NUP, 2015. p. 1121-1136.
- SILVA, Anderson. *Das imagens independentes: narrativas políticas em documentários do Centro Audiovisual Max Stahl em Timor-Leste*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.
- SILVA, Glaydson José da. Documento histórico: Emest Renan: O que é uma nação? *Revista Aulas*, Campinas, v. 1, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/aulas/article/view/1907>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- SILVA, Kelly; SIMIÃO, Daniel. Coping with 'traditions': the analysis of the east-timorese nation building from the perspective of a certain anthropology made in Brazil. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, DF, v. 9, n. 1, p. 360-381, 2012.
- SILVA, Kelly. A bíblia como constituição ou a constituição como bíblia? Projetos para a construção do Estado-nação em Timor-Leste. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, jan./jun. 2007.
- SILVA, Kelly. Marriage exchanges, colonial fantasies and the production of East Timor indigenous socialities in the 1970s Díli. In: LONEY, Hannah *et al.* (ed.). *Buka Hatene Timor-Leste*. Díli: Timor-Leste Studies Association, 2013. p. 228-233.
- SILVA, Kelly. Nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de "comemoração do 500 anos do Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003.
- SILVA, Kelly. *As nações desunidas: práticas da ONU e a estruturação do estado em Timor-Leste*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821. set./dez. 2012.
- SIMIÃO, Daniel. Sensibilidade jurídica e diversidade cultural: dilemas timorenses em perspectiva comparada. In: SILVA, Kelly; SOUZA, Lúcio (org.). *Ita maun alin: o livro do irmão mais novo*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.





STRICKLAND, Katrina. Timor Storys makes politics personnel. [Entrevista cedida ao] *Australian Financial Review*, [s. l.], 20 May 2006. Disponível em: <https://www.etan.org/et2006/may/13/2oanswer1.htm#personal>. Acesso em: 12 mar. 2018.

STUENKEL, Oliver. *O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

SUBIANTO, Prabowo. Letter to the editor: Prabowo clarifies. *The Jakarta Post*, Indonesia, 27 Dec. 2013.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Impérios em concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: ICS, 2012.

SUWIGNYO, Agus. Indonesian National History Textbooks after the New Order: What's New under the Sun? *Bijdragen tot de Taal-,Land-en Volkenkunde*, Dordrecht, v.170, n. 1, p. 113-131, 2014.

SYLVAN, Fernando. Como vive, morre e ressuscita o povo de Timor. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ETNOGRAFIA, 4., 1963, Santo Tirso. *Actas [...]*. Santo Tirso: [s. n.], 1963.

SYLVAN, Fernando. O crocodilo que se fez Timor. In: MARCOS, Arthur. *Timor timorense com suas línguas, literaturas, lusofonia...* Lisboa: Colibri, 1995. p. 271-277.

SYLVAN, Fernando. *Tempo teimoso*. Lisboa: Cipriano Dourado, 1978.

SYLVAN, Fernando. "Palestra: 'O passado e o futuro da palavra maubere'". 1992. Apresentada na IV Jornadas de Timor na Universidade do Porto, 1992, Porto. 1 vídeo. Disponível em: <http://videos.sapo.pt/eiTszouZLPgvo2teBG9Z>. Acesso em: 2 fev. 2020.

TAMBIAH, Stanley. *Culture, thought and social action: an anthropological perspective*. Cambridge; Harvard University Press, 1985.

TAN, Paige Johnson. Teaching and remembering. *Inside Indonesia*, [s. l.], 4 May 2008. Disponível em: <https://www.insideindonesia.org/teaching-and-remembering>. Acesso em: 5 ag. 2018.

TANTER, Richard; SELDEN, Mark; SHALOM, Stephen Rosskamm (org.). *Bitter Flowers, Sweet Flowers: East Timor, Indonesia and the World Community*. Boston: Pluto Press, 2001.

TAUR Matan Ruak: Mar que separa foi mar que uniu Portugal e Timor-Leste. Disponível em: <http://timor500anos.blogs.sapo.tl/20331.html>. Acesso em: 10 jun. 2017.

TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.



TIMOR-LESTE. *Censo de 2010*. 2010. Disponível em: <http://dne.mof.gov.tl/>. Acesso em: 18 out. 2015.

TINAN 500 anos years: Portugal -Lisboa. Portugal – Timor. Timor-Leste: Resistência Timorense Arquivo & Museu : Fundação Mário Soares, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/144484091-Tinan-years-portugal-timor.html>. Acesso em: 28 jan. 2016.

TRAUBE, Elizabeth. *Cosmology and Social Life: ritual Exchange Among the Mambai of East Timor*. Chicago: University of Chicago press, 1986.

TRIBESS, Camila. CAVR Timor-Leste: disputas entre a formação de verdades e a construção de justiças. In: LONEY, Hannah *et al.* (ed.). *Buka Hatene Timor-Leste*. Díli: Timor-Leste Studies Association, 2013. p. 170-175.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 2013.

UEDA, Toru. Reiterated Encounter: On a Reconciliation Ceremony at the Urban Settlement in Díli, Timor Leste. *Bulletin of the National Museum of Ethnology*, Osaka, v. 43, n. 3, p. 351-366, 2019.

VAN SCHENDEL, Willem. Geographies of knowing, geographies of ignorance: jumping scale in Southeast Asia. *Environment and Planning D: Society & Space*, London, v. 20, n. 6, p. 647-668, 2002.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VICENTE, Filipa Lowndes. Rosita e o império como objeto de desejo. *Ípsilon*, Lisboa, 25 ago. 2013. Disponível em: <https://www.publico.pt/2013/08/25/jornal/rosita-e-o-imperio-como-objeto-de-desejo-26985718>. Acesso em: 18 jun. 2018.

VIEIRA, Benedicta Duque; MENDES, Clarisse.; NEVES, Maria Eugénia. *Manual do aluno: história: 10º. ano*. Díli: Ministério da Educação de Timor-Leste, 2012. Disponível em: [https://issuu.com/universidade-de-aveiro/docs/historia\\_manualdoaluno\\_fogra39](https://issuu.com/universidade-de-aveiro/docs/historia_manualdoaluno_fogra39). Acesso em: 29 ago. 2019.

VIEIRA, Benedicta Duque; MENDES, Clarisse; NEVES, Maria Eugénia. *Manual do aluno: história: 11º. ano*. Díli: Ministério da Educação de Timor-Leste, 2013. Disponível em: [https://issuu.com/universidade-de-aveiro/docs/historia\\_manualaluno11\\_f39](https://issuu.com/universidade-de-aveiro/docs/historia_manualaluno11_f39). Acesso em: 29 ago. 2019.

VIEIRA, Benedicta Duque; MENDES, Clarisse; NEVES, Maria Eugénia. *Manual do Aluno história: 12º. ano*. Díli: Ministério da Educação de Timor-Leste,





## COLOFÃO

FORMATO	18 x 25 cm
TIPOGRAFIAS	Amis Pro DTL Haarlemmer
PAPEL	Alcalino 75g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão Supremo 300 g/m <sup>2</sup> (capa)
IMPRESSÃO	Gráfica 3
TIRAGEM	300 exemplares





Este livro é uma investigação sobre a imaginação histórica e o poder em Timor-Leste. Ele aborda problemas ligados à nação e ao nacionalismo, explorando concepções de tempo e história no processo de construção do passado nacional. Seu objetivo não é narrar a trajetória do país, mas interrogar a “timorização do passado”: o movimento de produção, recepção e luta pela história nacional. Quem pode falar pelo passado de Timor-Leste? Como ele está sendo usado? Em qual língua? Como estas diferentes histórias estão interconectadas e se entrelaçam com a imaginação histórica e política de outras nações? Estas e outras questões são colocadas num diálogo interdisciplinar a partir de análises e materiais muito diversos, oferecendo uma proveitosa leitura para todo público interessado nos temas da descolonização, da geopolítica do conhecimento e dos usos do passado.

